Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Projeto BRA/08/023

Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental.

Relatórioda Avaliação Finaldo Projeto BRA/08/023

(2009/2021)

Produto 02: Relatório da avaliação final.

Consultora Clarice ZilbermanKnijnik
Edital Nº 003\2021 DE 03/01/2021 Vaga 003
Contrato nº 2021/000020

Abreviações

ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

AEN – Agencia Executora Nacional

APA - Área de Proteção Ambiental.

APP – Área de Proteção Permanente.

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

CP – Coordenação do Projeto

CTRM – Coordenadoria de Cooperação Técnica Recebida Multilateral.

DIMAN - Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação/ICMBio

DIPLAN - Diretoria de Planejamento, Administração e Logística/ICMBio

DOU - Diário Oficial da União

DPF - Departamento da Polícia Federal/Ministério da Justiça

DPRF - Departamento da Polícia Rodoviária Federal/Ministério da Justiça

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente / MMA.

GEF –GlobalEnvironmentFund (Fundo Global para o Meio Ambiente)

GIZ - Deutsche GesellschaftfürInternationaleZusammenarbeit(Agência de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento)

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IUCN - International Union for ConservationofNature (União Internacional para a Conservação da Natureza)

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

KfW – Banco de Reconstrução da Alemanha.

MLP – Matriz Lógica do Projeto.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMA- Ministério do Meio Ambiente.

MTur- Ministério do Turismo

MRE – Ministério de Relações Exteriores.

ONGS – Organizações Não Governamentais.

PAN - Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico

PARNA – Parque Nacional

PPG7 – Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais no Brasil.

PMFS - Plano de Manejo Florestal Sustentável

PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAN – Plano de Ação Nacional

PARNA – Parque Nacional

PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PM – Plano de Manejo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

PPA – Plano Plurianual

PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REB – Relação de Extrativistas Beneficiários

REBIO – Reserva Biológica

RESEX – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS – Refúgio de Vida Silvestre

SIG – Sistema de Informações Geográficas.

SIUC – Sistema de Informações de Unidades de Conservação

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SMI – Sala de Monitoramento e Informações Ambientais

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TI – Terra Indígena

UC - Unidade de Conservação

UGP - Unidade de Gerenciamento de Projeto

UNB - Universidade de Brasília

Índice

1. Capítulo 1: Descrição do Projeto
2. Metodologia
3. Resultados da Avaliação
    3.1. Relevância
    3.2. Eficácia
    3.3. Eficiência
    3.4. Impacto
    3.5. Sustentabilidade
4. Conclusões
5. Lições aprendidas e Recomendações
    5.1. Lições aprendidas
    5.2. Recomendações

Anexos:

Anexo 01: Matriz de Avaliação
Anexo 02: Roteiro de Entrevistas
Anexo 03. Lista de Entrevistados
Anexo 04. Matriz Lógica (MRR)
Anexo 05: Matriz de Resultados Síntese
Anexo 06: Lista de Publicações
Anexo 07: Gastos totais 2009/2020
Anexo 08: Lista documentos, metodologias e tecnologias
Anexo 09: Gastos por Resultado
Anexo 10: Marco Lógico comparativo 2009/2012
Anexo 11: Comparativo: Revisão A e Revisão B
Anexo 12: Documentos consultados

Tabelas e Figuras

Tabelas

Tabela 1. Cooperações em execução no ICMBio
Tabela 2. Gastos orçamentários 2009/2020
Tabela 3: Execução por Resultado
Tabela 4: Orçamento consolidado 2009/2020

Figuras

Figura 1.Mapa do ICMBio no Brasil
Figura 2. Organograma ICMBio
Figura 3. Origem dos Recursos
Figura 4. Plano Estratégico e PPA
Figura 5. Mapa Estratégico ICMBio
Figura 6. Planos de Manejo
Figura 7. Gráfico de distribuição de UC com Planos de Manejo
Figura 8. Gráfico de Efetividade da Gestão de UC
Figura 9. Quadro comparativo de Gestão de UC
Figura 10. Situação de UC com Plano de Manejo
Figura 11. Tabela comparativa de indicadores de gestão
Figura 12. Gráfico de territórios em biomas protegidos em UC
Figura 13. Gráfico de áreas protegidas por bioma
Figura 14. Tabela de território com áreas protegidas por bioma.
Figura 15. Tabela de metas de áreas protegidas por bioma
Figura 16. Gráfico de situação de Conselhos Consultivos
Figura 17. Quadro com a situação de UC com Conselho
Figura 18. Gráfico de espécies ameaçadas de extinção. PAN
Figura 19. Espécies ameaçadas
Figura 20. Tabela de espécies ameaçadas por Bioma
Figura 21. Tabela com totais de visitantes
Figura 22. Tabela de UCs monitoradas
Figura 23. Organograma ICMBio
Figura 24. Organograma e localização do Cprojeto
Figura 25. Quadro de servidores ICMBio
Figura 26. Grafico da evolução de servidores ICMBio.
Figura 27. Gráfico de origem de recursos

Capítulo 1. Descrição do Projeto

1.1. Contexto e Antecedentes

O Projeto BRA/08/23contempla iniciativas de diversas áreasque o ICMBio vem apoiando: ações estratégicas para subsidiar o processo de gestão; produção de pesquisas e estudos para a conservação da biodiversidade; a geração de informações para fins de planejamento;e a elaboração de estudos e ações inovadoras para a promoção do desenvolvimento socioambiental.

Este Projeto foi proposto no contexto de mudanças institucionais importantes no setor de meio ambiente brasileiro, inclusive com a criação do ICMBio, que contou com a transferência de grande parte de áreas técnicas, que antes integravam a estrutura do IBAMA.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBio)é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e criada no ano de 2007, por meio da Medida Provisória nº 336, de 26/04/2007. Essa Medida foi convertida, posteriormente, na Lei nº 11.516 de 27 de agosto de 2007, para executar ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, ainda, fomentar e realizar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. O Instituto é integrado ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Após sua criação em 2007, coube aoICMBio assumir responsabilidades técnicas, administrativas, orçamentárias e financeiras das mais de 300 unidades organizacionais descentralizadas (UC) que representavam cerca de 9,8% do território nacional, e, até aquele momento, eram de responsabilidade institucional do IBAMA.

Esses motivos, aliados à situação de que mais de 70% de suas unidades não possuíam as condições adequadas de funcionamento, impulsionou esta Autarquia a dar início ao respectivo processo de estruturação. O cenário que se delineava representava um desafio complexo para a gestão institucional, uma vez que a criação do Instituto não trouxe consigo a respectiva criação de cargos, tampouco a autorização de concursos.

Desse modo, se de um lado, as necessidades e as urgências a serem supridas eram necessárias, de outro, contava–se com um quadro reduzido de pessoal. Esses fatos que, somados, dificultavam a realização dos objetivos desta Autarquia. Esse contexto de dificuldades remonta desde a época em que a gestão da conservação da biodiversidade cabia ao IBAMA, que contava com um quadro de pessoal reduzido e, por esta razão, poucos servidores da área administrativa e técnicaforam redistribuídos para o ICMBio.

A missão do ICMBio é de proteger o patrimônio natural e de promover o desenvolvimento socioambiental. Cabe ao ICMBio executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC),podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação (UC)instituídas pela União. Também cabe fomentar e executar programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para proteção das Unidades de Conservação federais.

Entre as suas principais atribuições está a tarefa de apresentar e editar normas e padrões de gestão de Unidades de Conservação federais, elaborando os Planos de Manejo para as Unidades apoiando à implantação do SNUC.

O Governo brasileiro enfrentou grandes desafios em temas de biodiversidade, nos anos 2000,exigindo respostas operacionais do ICMBio durante o período em que o Instituto ainda estava em processo de estruturação. Nesse período, o setor esteve voltado à produção de estratégias e à incorporação de novas políticas de Biodiversidade e de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil. Ao mesmo tempo, também ocorreram demandas em termos de respostas brasileiras aos compromissos internacionais.

O Projeto passou a ser executado durante quatro mandatos presidenciais: da Senhora. Dilma Roussef; de o Senhor Michel Temer; e Senhor Jair Bolsonaro, o que representa contextos diferenciados nesses períodos governamentais.

O Projeto BRA/08/023 foi elaborado ao longo do de 2008 tendo sido assinado em fins de agosto de 2009.Tinha como objetivo apoiar o fortalecimento institucional por meio de contribuições técnicas para o recém criado Instituto. Os desafios que foram enfrentados pelo Governo foram fortes nesse inicio de atuação do ICMBio devido à estruturação e à incorporação de novas políticas de Biodiversidade e de Desenvolvimento Sustentável nas políticas públicas.

Devido às mudanças de Diretores e de altos funcionários do ICMBIO, o Projeto apresentou início efetivo somente no primeiro semestre de 2010. Os ordenadores de despesa do Projeto só foram designados junto a ABC e ao PNUD,em fins de 2009.

Nesse contexto, houve a necessidade de serem realizados ajustes nos prazos de execução propostos refletidos nas revisões e atualização de implementação do Projeto, para o período de janeiro de 2010 a junho de 2012. No primeiro semestre de 2012, a revisão substantiva "A" do Projeto foi elaborada tendo sido aprovada pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC e pelo PNUD, sendo o prazo de execução da cooperação prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

Nova revisão substantiva "B"foi aprovada em 2016, ampliando o prazo de execução até dezembro de 2018, sendo seguida pela terceira revisão substantiva em que o prazo foi ampliado até agosto de 2019. As duas últimas revisões somente ampliaram o prazo execução de setembro de 2019 a fevereiro de 2020; e a última delas ampliou de março de 2020 a junho de 2021.

No contexto de mudanças políticas e modificações institucionais no setor de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, foi que o ICMBio propôs o desenho do BRA/08/023. Essa cooperação técnica, considerada de longo prazo, foi apoiada em sua gestão por meio da constituição de uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP). A partir de 2019, passa a integrar no Instituto uma unidade criada para coordenar todas as cooperações técnicas e parcerias que o ICMBio executa.

Assim, o desenho do BRA/08/023 foi proposto em contexto de mudanças políticas governamentais e de modificações institucionais no setor de meio ambiente.

1.1.2. Sobre o SNUC e as contribuições do ICMBio

No final dos anos 90, foram realizados estudos pelos órgãos públicos e ONGS para a constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e sua respectiva regulamentação. Em 18 de julho de 2000, foi aprovada a Lei 9985 que instituiu o referido Sistema, tendo incorporado a evolução do conhecimento nacional e internacional sobre a conservação da natureza.

Parte da base conceitual do SNUC esteve em consonância com as experiências internacionais. Entretanto, para algumas conceituações foram adotadas terminologias adaptadas à realidade brasileira. É, por exemplo, o caso da adoção no SNUC da nomenclatura peculiar de “Unidade de Conservação” diferentemente do conceito globalizado de “Área Protegida”, consagrado pela União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN).

A legislação do SNUC estabeleceu os objetivos e as diretrizes para o sistema, onde se destacam, por exemplo: (a) conservação da natureza; (b) promoção do uso sustentado dos recursos naturais e (c) colaboração para a distribuição eqüitativa das riquezas advindas da biodiversidade. O referido Sistema também abrange diferentes escalas de conservação.

A regulamentação do SNUC foi estabelecida pelo Decreto 4.340 de agosto de 2002, que estabeleceu as condições, entre outros temas, para a criação de Unidades de Conservação; Planos de Manejo, Mosaicos e Reservas da Biosfera. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação contempla o conjunto de unidades de conservação (UC). É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

O SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UC, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais UC, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, dos habitats e dos ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional; e nas águas jurisdicionais. Para isso, o

SNUC é gerido pelas três esferas de governo (federal; estadual e municipal).Além disso, a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais.

Com a institucionalização do SNUC e sua respectiva regulamentação, constatava-se que, devido à dimensão continental e a diversidade biológica brasileira, o IBAMA (com responsabilidade legal na época) deveria ter as suas ações intensificadas para: o desenvolvimento de novos projetos; a implementação de projetos já elaborados; a capacitação de profissionais; a multiplicação de experiências em gestão integrada para ecossistemas e melhorias na gestão técnica, administrativa e financeira das Unidades de Conservação nacionais. Essa situação setorial, com fortes demandas para o uso e conservação da biodiversidade, produziu demandas para mudançasinstitucionais,as quais contribuíram para consolidar a necessidade de criação do ICMBio.

A gestão do SNUC é feita com a participação das três esferas do poder público (federal; estadual e municipal). As competências dos órgãos para a gestão do sistema vão desde a coordenação e acompanhamento do sistema, até a implantação propriamente dita.

O SNUC é gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

(i) Órgão consultivo e deliberativo: representado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tem a função de acompanhar a implementação do SNUC;

(ii) Órgão central: representado pelo Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de coordenar o SNUC;

(iii) Órgãos executores: representados na esfera federal, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e IBAMA, em caráter supletivo, e nas esferas estadual e municipal, pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Os órgãos executores do SNUC têm a função de implantá-lo, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, mas nas respectivas esferas de atuação.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi desenhado de modo a ordenar as áreas protegidas em dois grupos ou unidades que apresentam diferentes categorias: (i) **de proteção integral**: estação ecológica; reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre;e(ii) **de uso sustentável dos recursos**: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Assim, os objetivos de manejo das diversas categorias de Unidades de Conservação são diferenciados, embora contribuindo, todos, para que os objetivos de conservação e manejo dos ecossistemas sejam alcançados. Além disso, o SNUC estabeleceu mecanismos que regulamentam a participação da sociedade na gestão das UC, potencializando a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente.

Para viabilizar a manutenção e conservação de todas as áreas protegidas, o Governo lança mão de várias estratégias políticas, contidas em diferentes instrumentos, como o Cadastro Nacional de UC, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e programas e projetos de alcance nacional. É nesse contexto que o Projeto apoiou às ações do ICMBio voltadas à atender a criação e a gestão das Unidades de Conservação,de acordo com o preconizado no SNUC e na política nacional de meio ambiente.

1.1.3. Sobre o ICMBio

Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em agosto de 2007 (Lei 11.516), foi construído um importante marco legal para a execução da política nacional de Unidades de Conservação.

A partir do ano seguinte, as UC administradas pela União passaram a ter orçamento próprio, na nova autarquia, desvinculado do orçamento dedicado a outros temas da gestão ambiental federal. Isso

possibilitou uma visão mais clara sobre o que efetivamente é investido anualmente em UC federais. Os recursos orçamentários destinados ao ICMBio somam-se aos de outras fontes federais, classificadas como efetivas, potenciais e que colaboram ou podem colaborar indiretamente com o SNUC.

Para responder pelos muitos e complexos desafios de suas atribuições, o Instituto conta atualmente com cerca de 2.000 servidores distribuídos em todo o território nacional. Estava em 2014 sob a responsabilidade do ICMBio a gestão de 320 Unidades de Conservação – UC federais, que representam aproximadamente 75,5 milhões de hectares, o equivalente a aproximadamente 9,2 % do território nacional. Esses totais foram ampliados nos dois últimos anos, sendo que a tendência será de continuar esses acréscimos anuais de UC.

Desde sua criação, o Instituto tem realizado esforços em promover ações que garantam a melhoria e qualificação na gestão das Unidades de Conservação federais e proteção das espécies ameaçadas. A estrutura de gestão do ICMBio em 2014 era composta pela sede e outras 375 unidades organizacionais descentralizadas, sendo:

(a). 320 Unidades de Conservação – UC;
(b). 14 Centros de Pesquisa e Conservação – CPC;
(c). 11 Coordenações Regionais – CR;
(d). 06 Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAF;
(e).19 Bases Avançadas Multifuncionais/Compartilhadas dos CPC;
(f). 01 Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – Acadebio.

Entretanto, em 2016 foram criadas 05 novas Unidades de Conservação no território nacional, alcançando 325 UC, e até 2019, esse número já atingia 334 UC, distribuídas por todos os biomas brasileiros, aumentando os desafios da instituição em dotar essas novas unidades de instrumentos, processos, gestão e planejamento, como as que já foram objeto de iniciativas do Instituto. Ao mesmo tempo, existem demandas para implantar novos processos de planejamento participativo e para a atualização de manejo e gestão de muitas UC, que dispunham de planos propostos para uma primeira fase de existência.

Com seis biomas continentais e vários ecossistemas marinhos, o Brasil concentra a maior biodiversidade do mundo e detém o maior número de espécies conhecidas. Como parte das estratégias de conservação desse patrimônio, o País tem parcela significativa de seu território protegido em Unidades de Conservação, gerenciadas nos diferentes níveis de governo.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é responsável no âmbito federal pela gestão de cerca de 78,9 milhões de hectares - ha terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e 92,5 milhões de ha marinhos (distribuídos nas faixas de Mar territorial, Zona contínua e Zona econômica exclusiva). A Autarquia apóia também a gestão de 681 Reservas Particulares do Patrimônio Natural federais - RPPNs.

Figura 1. Mapa d0 ICMBio no Brasil.

fonte: Relatório de Gestão 2018. ICMBio

O Instituto Chico Mendes é dirigido por um Presidente e apoiado por quatro Diretores. A gestão estratégica do ICMBIO ocorre por meio de Comitê Gestor do Instituto, integrada pelo Presidente e os seguintes Diretores:

(i) Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN

(ii) Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - DISAT

(iii) Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO

(iv) Diretor de Planejamento, Administração e Orçamento/Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN.

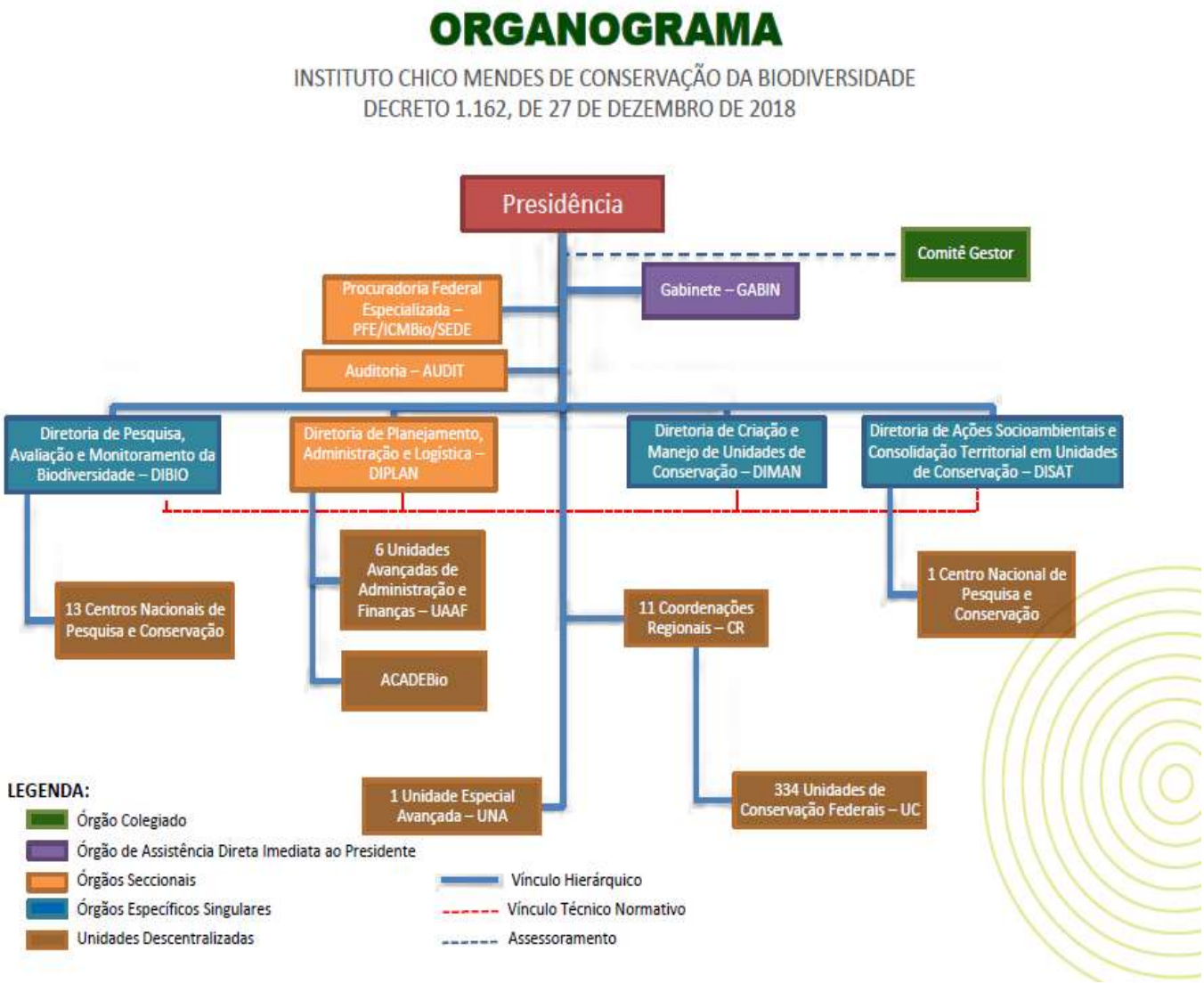
O ICMBio é, portanto, uma entidade da administração indireta. Em 2017, a autarquia apresentoumudança na sua estrutura disposta no Decreto nº 8.974/2017, que aprovou nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto.Em 2018, por meio doDecreto 1.162, de 27 de dezembro de 2018, foi instituído um novo organograma no ICMBio. Em2020, o Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, aprovou uma nova estrutura regimental para o Instituto.

Caberia ressaltar que cada Diretoria é integrada por um conjunto de Coordenações Gerais e de Coordenações vinculadas, com atribuições descritas na estrutura regimental, aprovada pela primeira vez somente em 2011. Ainda que em 2014 tenha sido proposto um Regimento Interno para a autarquia, o mesmo ainda permaneceu até 2017/2018 para ser aprovado na sua íntegra pelo MMA.

Essas Coordenações passaram a atuar por macro-processos, os quais foram definidos na Instituição por meio de um longo processo de Planejamento Estratégico, que ocorreu pela primeira vez no biênio 2010/2011. Essa atuação passa a ser resultante de uma estruturação do ICMBIO, aprovada em 2011, apresentando revisões anuais desse planejamento estratégico. De forma a modernizar a estrutura do Instituto para lidar com a gestão da biodiversidade brasileira, logo após a sua criação, o ICMBio iniciou seu planejamento estratégico com o objetivo de implantar modelo de excelência em Gestão Pública. Para tanto, a modelagem institucional foi realizada, implantando-se a gestão orientada para os resultados, com estrutura de gestão por processos e, posteriormente, por macro-processos.

O Ministério do Meio Ambiente também elaborou nova proposta de planejamento estratégico contemplando suas diretrizes de atuação. Adotou a gestão por Macro-Processos vinculados a resultados estratégicos do Ministério, tendo servido essa iniciativa como referência para os demais órgãos vinculados desenvolverem os seus instrumentos e processos, a partir da indicação das políticas e estratégias nacionais de médio prazo.

Figura 2. Organograma ICMBio.



Fonte: Relatório de Gestão. 2018

O planejamento estratégico vem sendo atualizado de forma permanente. Esses processos de planejamento estratégico do ICMBIO(2020/2023) se encontram adequados e são vinculados aos processos praticados pelo Ministério do Meio Ambiente

1.1.4. Sobre o Desenho atual e Resultados Estratégicos

O atual desenho da cooperação proposto em 2009 reflete o alcance de missão do ICMBio e relaciona os seus Resultados às Diretorias. Entretanto devido aos processos macro-estratégicos, com ênfase ao seguimento de processos que podem percorrer atividades, iniciativas ou produtos complementares, a contribuição de diferentes Diretorias é realizada por meio de suas Coordenações Gerais (sede) e das unidades descentralizadas.

A seguir são indicados os grandes eixos estruturadoresdo Instituto, a partir do planejamento estratégico implementado,que permitem associar os Produtos do Projeto aos macro-processos finalísticos do ICMBio:

Macro-Processo01: Criação, Planejamento e Avaliação de UC

Desenvolver e implementar ferramentas e ações para a criação e gestão de Unidades de Conservação federais.

Macro-Processo02: Uso Público e Negócios

Qualificar, normatizar, estruturar e promover as atividades de visitação, uso público e recreação, além de viabilizar negócios que gerem receitas para o sistema de unidades de conservação federais.

Macro-Processo 03: Proteção

Desenvolver mecanismos e implementar ações de modo a assegurar a proteção ambiental das Unidades de Conservação federais

Macro-Processo 04: Gestão Socioambiental

Promover a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das Unidades de Conservação e dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação no contexto municipal, estadual e nacional

Macro-Processo 05: Populações Tradicionais

Proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida de populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por estas populações

Macro-Processo 06: Consolidação Territorial

Regularizar a situação fundiária e consolidar os limites das Unidades de Conservação federais – condições essenciais para a implantação, o planejamento e a execução das ações de gestão desses espaços protegidos.

Macro-Processo 07: Manejo para Conservação

Desenvolver ferramentas de gestão da Biodiversidade voltadas para a redução do impacto de atividades humanas sobre as espécies

Macro-Processo 08: Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade

Fomentar e gerar conhecimento para a conservação da Biodiversidade e a gestão de Unidades de Conservação; executar pesquisas que respondam a demandas específicas; e gerar informações contínuas visando o monitoramento do estado de conservação da biodiversidade.

Macro-Processo 09: Avaliação de Impactos Ambientais
Estabelecer e condicionar o controle do poder público com relação às atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, conforme a legislação vigente.

Dentro dessa ótica de macro-processos, a DIMAN e DISAT cuidam de temas mais afetos às Unidades de Conservação, enquanto a DIBIO é responsável pelos Centros de Pesquisa, assumindo também algumas questões relacionadas às UC (como autorização para pesquisas ou para licenciamento ambiental, integrando-se aos macro-processos). A DIPLAN se encarrega dos temas administrativos do ICMBio, e por isso apóia também os macro-processos voltados às UC e unidades descentralizadas. As Coordenações Regionais apóiam o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações do Instituto, servindo como instância regional e descentralizada para promoção da articulação das ações entre as Unidades de Conservação e com as demais instâncias estaduais e municipais.

Nesse contexto, é possível identificar que muitos avanços nos últimos 06 anos foram feitos pela instituição em relação ao contexto de 2008/2009. Foi alcançado maior fortalecimento técnico e institucional, ademais de promover uma maior definição de missão, valores, e objetivos estratégicos do Instituto, após quase uma década de existência.

No modelo de gestão por resultados**,** adotado pelo Instituto, o direcionamento estratégico constituiu o eixo estruturador da gestão e da atuação institucional. Este direcionamento foi construído a partir da definição de diretrizes estratégicas de médio e curto prazo, que se articulam de forma dinâmica, por meio de um modelo conceitual e metodológico proposto para que o ICMBio alcance os respectivos Resultados e Metas acordadas no PPA.

Caberia destacar que os objetivos estratégicos constituem os resultados prioritários que deverão ser alcançados pela Instituição, e orientam as linhas de atuação estratégicas para o alcance de sua missão.Por esse motivo os objetivos estratégicos são atualizados periodicamente considerando as principais demandas da sociedade, do Governo e das comunidades de interesse para a atuação do ICMBio.

De acordo com o relatório de Gestão de 2019 do ICMBio, em 2019 ocorreram as mudanças do Chefe do Poder Executivo Federal, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, da direção do Instituto (em dois momentos, sendo a primeira em janeiro e a segunda em abril). Diante desse cenário, e para cumprir a respectiva missão, o Instituto deu seguimento aos seus processos organizacionais direcionados para alcançar os objetivos do Programa 2078 (Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade) do Plano Plurianual – PPA 2016-2019 do Governo Federal. Os quatro objetivos estratégicos finalísticos que norteavam a instituição tinham suas entregas diretamente vinculadas aos do PPA.

Assim, de forma a adequar a política pública ambiental federal às novas prioridades de governo e à nova configuração das estruturas organizacionais, o MMA, e suas entidades vinculadas (ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ) foi realizado um Planejamento Estratégico Integrado, alinhado à Estratégia Nacional de Desenvolvimento – ENDES e ao PPA. Esse Planejamento foi orientado pela disponibilidade orçamentária e da capacidade organizacional, com vigência no período de 2020 a 2023 do PPA.

Ainda em 2018 e 2019 a gestão de riscos no ICMBio teve seu marco regulatório estabelecido pela Portaria ICMBio nº 182/2018, que instituiu a Política de Gestão de Riscos. Nela foram definidos princípios, objetivos, operacionalização e competências. Ainda em 2018, a Portaria ICMBio nº 1.030/2018 designou a unidade responsável por coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no Instituto Chico Mendes, que foi modificada por nova Portaria em 2019.

1.2.1. Resumo do Plano Inicial da Cooperação

Este Projeto está sendo realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

O Projeto foi proposto com o objetivo de fortalecer as Unidades de Conservação federais por meio de ações de cooperação técnica que visassem apoiar as iniciativas, as quais deveriam promover: insumos ao uso e conservação da biodiversidade nas Unidades de Conservação federais; e ao desenvolvimento socioambiental.

Também visava promover insumos para desenvolver instrumentos e mecanismos geradores de benefícios diretos no uso e conservação da biodiversidade, estabelecendo formas adequadas de convivência para as populações locais que vivem no interior de Unidades de Conservação federais ou em áreas de influência das referidas Unidades, em todo o território nacional.

Destinava-se também à melhoria significativa nos processos de planejamento, gestão estratégica e obtenção de informações para o uso e conservação das unidades de conservação.Os resultados esperados do Projeto seriam obtidos mediante o desenvolvimento de atividades técnicas para o fortalecimento institucional e técnico do ICMBio e de suas Unidades de Conservação, promovendo melhores condições de implementação das políticas nacionais elaboradas em relação ao funcionamento do SNUC e alcance dos objetivos nacionais estabelecidos para as Unidades de Conservação.

No diagnóstico inicial foram identificadas algumas áreas de atuação do ICMBio que necessitavam maior produção de conhecimento, maiores estudos, mais ampla capacitação em educação ambiental e maior número de projetos piloto em se tratando de planos de manejo, gestão de UC, e de informações sobre as espécies ameaçadas e ecossistemas.

Nesse contexto, o Projeto inicial foi proposto tendo como **Objetivo de Desenvolvimento:** ***Promover o fortalecimento das unidades de conservação como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade***

Algumas ações do Projeto foram orientadas à identificação de áreas para melhorar a representatividade das Unidades de Conservação,por meio da criação de novas unidades, especialmente, nas regiões que estão sendo objeto de fortes pressões antrópicas. Outras ações foram dirigidas à elaboração de instrumentos para apoiar o aperfeiçoamento da gestão estratégica de Unidades de Conservação e sua aplicação.

Esse Projeto da área ambiental destinava-se a produzir benefícios à gestão participativa por meio do aperfeiçoamento dos processos de gestão das Unidades de Conservação, com a atuação conjunta de parceiros como as entidades públicas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil organizada.

O Projeto tinha a previsão inicial de ser executado em 36 meses, com recursos na ordem deUS$ 10,6 milhões. Como foi visto previamente, em 2012,foi acordada a ampliação do período de execução para 31 de dezembro de 2016, com alteração dos recursos iniciais para US$ 13,9 milhões. A última prorrogação da data de execução postergou para 30 de junho de 2021, com alteração dos recursos para US$ 12,4 milhões.

A origem dos recursos do Projeto é orçamentária, não somente do ICMBio, mas com orçamentos provenientes de outros Ministérios, Fundos e Programas. Essas parcerias foram estabelecidas por meio de instrumentos como os Acordos de Cooperação, contemplando a definição de

plano de ação anual e recursos alocados aos produtos integrantes dos Acordos, coincidentes com os Produtos do desenho original do Projeto.

Esses acordos foram operacionalizados a partir de 2013, estando adequados aos Produtos e Resultados existentes no Projeto BRA/08/023. Esses instrumentos e resultados serão detalhados posteriormente. .A seguir são indicados os 06 Resultados da cooperação:

Resultados Esperados:

1. Unidades de Conservação Federais geridas

2. Organizações de Populações Tradicionais para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis das Unidades de Conservação Federais fortalecidas

3. Estabelecer Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade

4. Unidades de Conservação Federais protegidas

5. Turismo Responsável e Integrado à Diversidade Sociocultural, aos Conhecimentos Tradicionais e à Conservação da Biodiversidade, desenvolvido

6. Promover Capacitação para o Desenvolvimento das Ações Relacionadas às Unidades de Conservação Federais

Produtos contribuintes ao Resultado 01: ***Unidades de Conservação geridas***

Produto 1.1 - 01 Roteiro metodológico elaborado, revisado, editorado e publicado.

Produto 1.2 - 24 Planos de Manejo com capacitação em serviço, elaborados, revisados, monitorados e divulgados.

Produto 1.3 - 09 Estudos técnicos para definição de zonas de amortecimento em Unidades de Conservação Federais e nas suas zonas de amortecimento elaborados.

Produto 1.4 - 09 Estudos e/ou projetos de gestão integrada (corredores ecológicos, mosaicos, gestão biorregional, gestão ecorregional), elaborados, implementados, avaliados e publicados.

Produto 1.5 - Estudo para identificação e proposição de modelo e metodologia para avaliação das parcerias, elaborado.

Produto 1.6 - Definir modelo e método de avaliação da efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais.

Produto 1.7 - Sistema de monitoria da implementação das Unidades de Conservação Federais desenvolvidoe implementado.

Produto 1.8 - 18 Projetos e/ou estudos de processo de criação, redelimitação e recategorização de Unidades de Conservação Federais elaborados.

Produto 1.9 - 03 Estudos de caracterização e diagnóstico ambiental de Unidades de Conservação Federais e/ou avaliação ecológica rápida, realizados.

Produto 1.10 - 30 Unidades de Conservação Federais, mapeadas com seus limites, uso e ocupação do solo, marcos geográficos naturais identificados

Produto 1.11 - 12 Levantamentos de malhas fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas nas Unidades de Conservação Federais, realizados

Produto 1.12 - 08 Levantamentos de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais elaborados

Produto 1.13 - Elaboração de projetos, estudos e/ou acompanhamento de demarcação de Unidades de Conservação, apoiados.

Produto 1.14 - 07 Unidades de Conservação com estudos, projetos e/ou realocação da população, apoiados

Produtos contribuintes ao Resultado 02: ***Organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das Unidades de Conservação Federais, fortalecidas.***

Produto 2.1 - 45 Conselhos Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais criados ou revitalizados
Produto 2.2 - 500 Membros dos ConselhosDeliberativos e/ou Consultivos capacitados
Produto 2.3 - Manual de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais elaborado.
Produto 2.4 - 10 projetos de ecoturismo de base comunitária elaborados e implementados, e com capacitação em serviço.
Produto 2.5 – 200 Comunidades tradicionais capacitadas em associativismo, gestão de projetos produtivos e manejo de produtos não madeireiros, cadeias de valor, inclusão digital e tecnologias adaptadas.
Produto 2.6 – 30 Projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar implementados em comunidades tradicionais, visando o fortalecimento de cadeias produtivas priorizadas por arranjos locais, buscando otimizar as potencialidades sociais, ambientais e econômicas melhor distribuição de renda.
Produto 2.7 - Fortalecimento de 30 Associações de Reservas Extrativistas.
Produto 2.8 - Cadastro de beneficiários das unidades de conservação efetuado ou atualizado.

Produtos contribuintes ao Resultado 03: ***Estabelecer mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade***

Produto 3.1 - 40 protocolos para conservação e manejo da biodiversidade e de UCs definidos.
Produto 3.2 - Definição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas brasileiros.
Produto 3.3 - Desenvolvimento de Base de dados sobre informações de biodiversidade integrada
Produto 3.4 - Elaboração de planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas
Produto 3.5 - Atualização da lista de espécies da fauna ameaçadas de extinção.
Produto 3.6 - Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies
Produto 3.7 - Estruturação dos procedimentos e 11 capacitações de Coordenações Regionais relativos à autorização para licenciamento de empreendimentos que afetem UCs e entorno realizadas.

Produtos contribuintes ao Resultado 04: ***Unidades de Conservação Federais, protegidas***

Produto 4.1 - 20 Projetos e/ou estudos para a proteção ambiental das Unidades de Conservação Federais elaborados
Produto 4.2 - Manual com normas e orientações de prevenção e combate a incêndios em unidades de conservação federais, elaborado, revisado, publicado e divulgado.
Produto 4.3 - Sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios em Unidades de Conservação, elaborado e implantado
Produto 4.4 - 11 Projetos e/ou estudos para a proteção de Unidades de Conservação Federais elaborados.
Produto 4.5 - Manual com normas e orientações para a fiscalização de unidades de conservação federais, elaborado, publicado e divulgado.
Produto 4.6 - Sistema informatizado de controle e trâmite do auto de infração elaborado e implementado
Produto 4.7 - 11 Projetos de radiocomunicação visando a proteção para as Unidades de Conservação Federais, elaborados
Produto 4.8 - 20 Unidades de Conservação analisadas e interpretadas quanto à variação temporal da degradação ambiental

Produto 4.9 - Desenvolver estudo técnico para gestão de monitoramento aéreo para as Unidades de Conservação Federais desenvolvido.

Produtos contribuintes ao Resultado 05: ***Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade, desenvolvido***

Produto 5.1 - Guia do chefe para uso público contendo entre outros, normas, projetos de equipamentos facilitadores, centro de visitantes, sinalização para as Unidades de Conservação Federais, elaborado, publicado e divulgado
Produto 5.2 - 03 Manuais com normas, orientações e definição de critérios e indicadores para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborados e publicados.
Produto 5.3 - Plano de divulgação de visitação nas Unidades de Conservação Federais, elaborado e publicado.
Produto 5.4 - 09 Estudos de viabilidade econômica para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborados.
Produto 5.5 - 10 Projetos e/ou estudos técnicos de uso público em Unidades de Conservação Federais e em Cavernas, elaborados.
Produto 5.6 - 09 Estudos e projetos de modelagens para valoração econômica de bens e serviços ambientais, elaborados
Produto 5.7 - Levantamentos de identificação de potencial Turístico em 20 unidades de conservação federais, elaborados

Produtos contribuintes ao Resultado 06. Promover Capacitação para o Desenvolvimento das Ações Relacionadas às Unidades de Conservação Federais

Produto 6.1 - Técnicos do ICMBio capacitados para a gestão participativa das Unidades de Conservação Federais
Produto 6.2 - Técnicos do ICMBio capacitados para o desenvolvimento de ações de uso público nas Unidades de Conservação Federais.
Produto 6.3 - Técnicos do ICMBio capacitados para elaboração e analise de cadeias dominiais, termos de referência para levantamentos fundiários, georeferenciamento,demarcação de terras, vistorias e avaliação de imóveis rurais
Produto 6.4 - Técnicos do ICMBio capacitados para atuarem na fiscalização e gestão de Unidades de Conservação Federais
Produto 6.5 - Servidores do ICMBIO capacitados no uso de ferramentas para conservação da biodiversidade
Produto 6.6 - Servidores do ICMBIO capacitados para uso de sistemas da informação, licenciamento ambiental, projeto de pesquisa e programa de metodologia de monitoramento da biodiversidade.
Produto 6.7 - Técnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios.
Produto 6.8 - Técnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de controle e tramite do auto de infração.

Portanto, a cooperação técnica teve sua implantação orientada pela Matriz de Lógica de Projeto (Matriz de Resultados e Recursos) contemplando 53 Produtos e 06 Resultados, os quais foram contribuindo para o alcance de longo prazo do Objetivo de Desenvolvimento.

A Matriz Lógica acordada para o PRODOC, e descrita acima, foi modificada por meio da Revisão B realizada em 2016, e nova revisão substantiva em 2018, com pequenas modificações, em que houve mudança sem relação ao conjunto de Resultados e Produtos acordados, sendo excluído o Resultado 04. Esse Resultado foi obtido por meio de recursos orçamentários do ICMBio. E as

freqüentes revisões buscavam a ampliação de prazo de execução e redução dos recursos inicialmente previstos. A Matriz Lógica da Revisão B continua válida em termos de Resultados e foram excluídos Produtos, obtidos com recursos do orçamento do ICMBio.

1.2.2. Desenho da Revisão substantiva B (2016)

Desse modo, desde a Revisão B, ocorrida em 2016,o Projeto manteve os mesmos Objetivo e Resultados, indicados a seguir:

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO

Promover o fortalecimento das unidades de conservação federais como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

RESULTADOS ESPERADOS

R1 - Unidades de conservação federais geridas (5 produtos)
(Normas e procedimentos para gestão e proteção de UC federais)
R2 - Organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das UC federais fortalecidas (8 produtos)
(Conselhos, educação ambiental, gestão participativa, normas, produção sustentável, ecoturismo, cadastramento de famílias)
R3 - Estabelecer mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade (5 produtos)
(Pesquisa e monitoramento para conservação da biodiversidade)
R5 – Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade desenvolvidos. (2 produtos)
(Uso público e negócios).
R6 - Promover capacitação para o desenvolvimento das ações relacionadas as UC federais (3 produtos)
(Cursos de EaD de capacitação de servidores e colaboradores, monitoramento do Projeto)

Este Projeto foi proposto no âmbito da criação do ICMBIO em 2007, como uma cooperação que pudesse permitir ao Instituto enfrentar os desafios técnicos no setor e nas políticas nacionais destinadas a biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável. Este contexto pôde ser sentido, por meio da necessidade de proposição de políticas e estratégias nacionais: processos de avaliação; formulação de indicadores de acompanhamento e monitoria dos recursos de biodiversidade e desenvolvimento sustentável; novas prioridades para investimentos e manutenção do SNUC; articulações entre entes federados para a produção da proteção da biodiversidade e desenvolvimento sustentável; e detalhamento do quadro de referência para as iniciativas em biodiversidade e de desenvolvimento sustentável.

Produto 1.2: 13 Planos de manejo elaborados e revisados. (***mantido com redução de metas***)

Produto 1.8: 14 Projetos ou estudos para subsidiar o processo de criação, redelimitação e recategorização de Unidades de Conservação Federais, elaborados. (***mantido com redução da meta e nova redação)*.**

Produto 1.10:30 Unidades de Conservação Federais, mapeadas com seus limites, uso e ocupação do solo, marcos geográficos naturais identificados***(mantido com redução de metas para 15 UCs e incorporado ao 1.15)***

Produto 1.11: Levantamentos de malhas Fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas em 12 Unidades de Conservação Federais, realizados.

Produto 1.12:08 Levantamentos de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais elaborados. (***mantido com nova redação)***

Produto 1.15: Estudos para o mapeamento e georreferenciamento de limites naturais e geopolíticos em até 60 UCs realizados (novo)

Produto 2.1: Estudos para subsidiar o processo de criação ou revitalização de 154 Conselhos Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais realizados.**(***mantido com nova redação e com alteração de meta***)**

Produto 2.2: 20 Cursos para Conselheiros e potenciais Conselheiros com foco em planejamento e gestão participativa, educação ambiental e operacionalização do Conselho, e experiência piloto em gestão participativa, realizados. *(mantido com nova redação e alteração de metas).*

Produto 2.4.: Estudos para subsidiar documento técnico sobre metodologia de TBC em UC federais elaborado, testados e validados em até 02 UC.**(***mantido com nova redação e redução de metas***).**

Produto 2.5: ***Cancelado e incorporado ao Produto 2.10 e 2.11. O Produto foi cancelado e criado o produto 2.10 em sua substituição, com desdobramentos também no produto 2.11.***

Produto 2.6: ***Cancelado e incorporado ao Produto 2.11. O Produto foi cancelado, sendo criado o produto 2.11 em sua substituição.***

Produto 2.7: Estudos para subsidiar ações de Associações Comunitárias em 24 Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável realizado.*(mantido com nova redação e redução da meta***).**

Produto 2.8: Cadastro das famílias beneficiárias em 26 unidades de conservação federais, efetuado ou atualizado. (*mantido com indicação de meta)*

Produto 2.9: Estudos para subsidiar propostas de parâmetros, critérios, indicadores, instrumentos e mecanismos para o monitoramento e avaliação da efetividade da participação social nos Conselhos das Unidades de Conservação Federais **(novo)**

Produto 2.10:50 iniciativas e projetos de educação ambiental, realizadas, visando participação de comunidades tradicionais e outros atores estratégicos na gestão pública da biodiversidade.***(novo substituiu 2.5)***

Produto 2.11: Estudos para subsidiar a proposição de estratégias e iniciativas piloto para aumentar a produção extrativista. ***(novo, substituiu 2.5 e 2.6)***

Produto 3.2: Estudos para subsidiar a definição de Estratégia Institucional para o Monitoramento da Biodiversidade nos biomas brasileiros, em articulação com o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climática realizados. *(mantido com nova redação)*

Produto 3.4: Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas, elaborados.

Produto 3.8: Estudos para subsidiar a proposição de metodologia para avaliação do estado de conservação de ecossistemas e das espécies exóticas invasoras quanto ao seu potencial de impacto as espécies nativas realizado. **(novo)**

Produto 3.9: Estudos para subsidiar a elaboração de Plano de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, realizados. **(novo)**

Produto 3.10: Estudos para a proposição de instrumentos para a conservação da biodiversidade, subsidiando as decisões sobre atividades antrópicas, realizadas.**(novo)**

Produto 5.4:09 Estudos de viabilidade econômica para a delegação de serviços para visitação em unidades de conservação federais, realizados.*(mantido com nova redação)*

Produto 5.8: Guias e Manuais em temas estratégicos para o uso público elaborados**(novo, substituiu 5.1)**

Produto 6.1: *Técnicos do ICMBio capacitados para a gestão participativa das Unidades de Conservação Federais* ***Cancelado e substituído pelo 6.10***
Produto 6.9: Monitoramento e avaliação de desempenho do projeto realizado.
Produto 6.10: Estudos para subsídios metodológicos para proposição de estrutura e funcionamento para EaD elaborados **(novo)**
Produto 6.11: Estudos e material para a realização de 06 cursos de Educação a Distância (EaD) elaborados e validados **(novo)**

A Revisão Substantiva B de 2016 ajustou o Projeto a um conjunto de fatores e eventos que ocorreram desde 2009, gerando pequenas mudanças em iniciativas propostas no Projeto, tais como: a nova conjuntura estabelecida a partir das mudanças ocorridas no Instituto desde 2009, às restrições orçamentárias federais para os próximos anos por meio de cortes orçamentários no PPA; às inovações requeridas no âmbito de temas de biodiversidade e às mudanças ocorridas em cooperação técnica multilateral.

A Revisão Substantiva se mostrava necessária devido à necessidade de: (i) adequar Produtos do Projeto às novas demandas decorrentes das mudanças técnicas e promovidas desde 2009; (ii) prorrogar a vigência do Projeto de 31 de dezembro de 2016 para 30 de junho de 2019; e (iii) distribuir o orçamento do Projeto entre os anos de 2016 a 2019.

Na Revisão Substantiva B foram cancelados o Resultado 04, na sua totalidade e os seguintes Produtos:
Resultado 1: Produto 1.1; 1.3;1.4; 1.5;1.6; 1.7;1.9;1.10;1.13;1.14
Resultado 2:Produto 2.5; e 2.6;
Resultado 3: Produto 3.6; e3.7;
Resultado 5: Produto 5.1;5.2;5.3;5.5;5.6; e 5.7.
Resultado 6: Produto 6.1;6.2;6.3;6.4;6.5;6.6;6.7; e 6.8

Em conseqüência da Revisão foram propostos os seguintes novos Produtos:
Resultado 1: Produto 1.15
Resultado 2: Produto 2.9;2.10 e 2.11
Resultado 3: Produto 3.8;3.9 e 3.10
Resultado 5: Produto 5.8
Resultado 6: Produto 6.9;6.10 e 6.1**1.**

Dessa forma foram mantidos 23 Produtos a serem executados em 05 Resultados, tendo em vista o cancelamento do Resultado 04. Os Produtos foram distribuídos conforme indicado a seguir:
Resultado 1: 05 Produtos
Resultado 2: 08 Produtos
Resultado 03: 05 Produtos
Resultado 5: 02 Produtos
Resultado 06: 03 Produtos

Nas revisões posteriores foram sendo ajustados os prazos e os recursos do Projeto, considerando as diferentes fontes de financiamento para a composição dos recursos do Projeto: DNIT, MDS, e Fundo Clima (MMA) e a finalização gradual dos respectivos instrumentos de colaboração.

Caberia ressaltar de que os seguintes Produtos haviam sido concluídos em 2016:

Produto 2.3 Concluído.
Produto 3.1 Concluído.
Produto 3.3: Concluído
Produto 3.5 Concluído
Produto 3.6 Concluído

1.2.3 - Desenho final com as demais Revisões Substantivas (2020)

A última revisão da Matriz de Resultados e Recursos do Projeto foi aprovada por meio da Revisão Substantiva em 20 de maio de 2020 com as seguintes mudanças na Matriz de Referência de implantação do Projeto:
(i) Alterar as metas a serem alcançadas pelos produtos 1.12, 1.15; 2.1, 2.2, 2.7, 2.8, 2.10, 3.2, 3.4, 3.9, 3.10 e 6.11, de forma a dar continuidade as ações prioritárias para o ICMBio contempladas nestes produtos, com a respectiva atualização do histórico de alcance das mesmas pelo Projeto;
(ii) Revisar a redação das atividades 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, de forma a refletir a atual estratégia do ICMBio na execução e alcance destes produtos;
(iii) Registrar os produtos 1.2, 1.11, 2.4, 2.9, 2.11, 3.8, 5.4, 5.8como concluídos, 1.8 como implementado parcialmente e concluído com recursos próprios do ICMBio, e 6.10 como concluído com recursos próprios do ICMBio. Estes produtos não constarão do cronograma proposto por esta Revisão;
(iv) Criar os produtos 2.12, 2.13 e 3.11, bem como suas respectivas atividades, os quais têm como objetivo a continuidade de ações em Turismo de Base Comunitária (TBC) na implantação de projetos sobre o tema, a transferência de tecnologia social para ampliar a produção extrativista, sob o foco da bioeconomia; e a realização de estudos para subsidiar ações de controle de espécies exóticas invasoras em unidades de conservação federais.

Matriz Final do Projeto (2020)

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO

Promover o fortalecimento das unidades de conservação federais como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

RESULTADOS ESPERADOS

R1 - Unidades de conservação federais geridas (5 produtos)
(Normas e procedimentos para gestão e proteção de UC federais)
R2 - Organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das UC federais fortalecidas (8 produtos)
(Conselhos, educação ambiental, gestão participativa, normas, produção sustentável, ecoturismo, cadastramento de famílias)
R3 - Estabelecer mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade (5 produtos)
(Pesquisa e monitoramento para conservação da biodiversidade)
R5 – Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade desenvolvidos. (2 produtos)
(Uso público e negócios).
R6 - Promover capacitação para o desenvolvimento das ações relacionadas as UC federais (3 produtos)
(Cursos de EaD de capacitação de servidores e colaboradores, monitoramento do Projeto)

Produto 1.2: 13 Planos de manejo elaborados e revisados. ***(concluído)***

Produto 1.8: 14 Projetos ou estudos para subsidiar o processo de criação, redelimitação e recategorização de Unidades de Conservação Federais, elaborados. **(*produto parcialmente implementado até 2016)*.**

Produto 1.10:30 Unidades de Conservação Federais, mapeadas com seus limites, uso e ocupação do solo, marcos geográficos naturais identificados***(cancelado e contribuinte com redução de metas para 15 UCs e incorporado ao 1.15)***

Produto 1.11: Levantamentos de malhas Fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas em 12 Unidades de Conservação Federais, realizados***.(concluído)***

Produto 1.12:11 Levantamentos de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais elaborados.(***mantido com aumento de metas de 08 para 11)***

Produto 1.15: Estudos para o mapeamento e georreferenciamento de limites naturais e geopolíticos em até 60 UCs realizados (***mantido com aumento da meta* de *60 UCs mais dois estudos***)

Produto 2.1: Estudos para subsidiar o processo de criação ou revitalização de 168 Conselhos Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais realizados.(***mantido comaumento da meta. de 154 para 168*)**

Produto 2.2: 28 Cursos para Conselheiros e potenciais Conselheiros com foco em planejamento e gestão participativa, educação ambiental e operacionalização do Conselho, e experiência piloto em gestão participativa, realizados.*(**mantido com aumento da meta de 20 para 28**).*

Produto 2.4.:Estudos para subsidiar documento técnico sobre metodologia de TBC em UC federais elaborado, testados e validados em até 02 UC.**(*concluído*).**

Produto 2.5:*Cancelado e incorporado ao Produto 2.10 e 2.11. O Produto foi cancelado e criado o produto 2.10 em sua substituição, com desdobramentos também no produto 2.11.*

Produto 2.6:*Cancelado e incorporado ao Produto 2.11. O Produto foi cancelado, sendo criado o produto 2.11 em sua substituição.*

Produto 2.7: Estudos para subsidiar ações deAssociações Comunitárias em 28 Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável realizado.*(**mantido com aumento da meta de 24 para 28*).**

Produto 2.8: Cadastro das famílias beneficiárias em 27 unidades de conservação federais, efetuado ou atualizado.(***mantido com aumento da meta com mais uma UC marinha de 26 para 27)***

Produto 2.9*:**Estudos para subsidiar propostas de parâmetros, critérios, indicadores, instrumentos e mecanismos para o monitoramento e avaliação da efetividade da participação social nos Conselhos das Unidades de Conservação Federais(concluído)***

Produto 2.10:50 iniciativas e projetos de educação ambiental, realizadas, visando participação de comunidades tradicionais e outros atores estratégicos na gestão pública da biodiversidade.***(substituiu 2.5 e mantido comaumento da meta de 50 para 63).***

Produto 2.11:Estudos para subsidiar a proposição de estratégias e iniciativas piloto para aumentar a produção extrativista.***(novo, substituiu 2.5 e 2.6 efoi concluído)***

Produto 2.12 - 2 Projetos sobre Turismo de Base Comunitária - TBC elaborados e desenvolvidos em 2UCs federais**.(novo)**

Produto 2.13: Estudos para subsidiar a proposição de desenvolvimento de 4 iniciativas inovadoras de promoção da bioeconomia em UCs de uso sustentáveis. ***(novo)***

Produto 3.2: Estudos para subsidiar a definição de Estratégia Institucional para o Monitoramento da Biodiversidade nos biomas brasileiros, em articulação com o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climática realizados.*(**mantido com e aumento da meta de 19 para 23**)*

Produto 3.4: Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas, elaborados*(m**antido com indicação de metas de 100% para 75%.)***

***Produto 3.8*:** Estudos para subsidiar a proposição de metodologia para avaliação do estado de conservação de ecossistemas e das espécies exóticas invasoras quanto ao seu potencial de impacto as espécies nativas realizado. ***(concluído*)**

Produto 3.9: Estudos para subsidiar a elaboração de Plano de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, realizados. ***(mantido com aumento da meta 75 estudos*)**
Produto 3.10: Estudos para a proposição de instrumentos para a conservação da biodiversidade, subsidiando as decisões sobre atividades antrópicas, realizadas.***(mantido com aumento da meta de** 04 para 05 estudos)***
Produto 3.11: Estudos para subsidiar ações para o controle de espécies exóticas invasoras, principalmente nas unidades de conservação federais, realizados**. (*novo)***

Produto 5.4:09 Estudos de viabilidade econômica para a delegação de serviços para visitação em unidades de conservação federais, realizados. ***(concluído)***
Produto 5.8*:** Guias e Manuais em temas estratégicos para o uso público elaborados(substituiu 5.1 econcluído)***

Produto 6.1: *Técnicos do ICMBio capacitados para a gestão participativa das Unidades de Conservação Federais* ***Cancelado e substituído pelo 6.10***
Produto 6.9: Monitoramento e avaliação de desempenho do projeto realizado.
Produto 6.10*:** Estudos para subsídios metodológicos para proposição de estrutura e funcionamento para EaD elaborados ***(concluído)
Produto 6.11: Estudos e material para a realização de 20 cursos de Educação a Distância (EaD) elaborados e validados **(*mantido com aumento de metas de 06 para 20)***

1. 2.4. Contexto da Cooperação Técnica com o PNUD e outras fontes de cooperação.

Atualmente o ICMBio conta somente com o Projeto BRA/08/023 sendo implementado com o apoio do PNUD. Em 2016 existiam aproximadamente 06 cooperações técnicas desenvolvidas com apoio do PNUD. Esse novo cenário de redução de cooperações técnicas representa um importante desafio para o ICMBio enfrentar a crescentes demandas institucionais considerando a política nacional existente sobre o uso e conservação da biodiversidade; os compromissos nacionais do PPA e dos compromissos internacionais no tema da biodiversidade assumidos pelo governo brasileiro em relação às Convenções internacionais em que o país é signatário.

Após 2015, o ICMBio passou a contar com maiores apoios da USAID, do GEF/BIRD e GIZ/KFW para o desenvolvimento de ações de proteção dos biomas brasileiros , de acordo ao indicado nos Relatórios de Gestão do Instituto, disponibilizados no site, e confirmado por meio de entrevistas.

No âmbito deste Projeto, em particular, a participação do PNUD tem sido estratégica em cooperação técnica com o ICMBio, na ultima década, considerando a respectiva experiência em projetos de desenvolvimento. Essa experiência internacional em aprimorar a capacidade e gestão técnica das instituições brasileiras, que participam do processo de desenvolvimento nacional, aliado à posição estratégica e neutra do PNUD para apoiar as ações do Governo, são vantagens adicionais. As participações passada e atual em projetos ligados ao desenvolvimento sustentável são mostras claras da importância da cooperação na área de meio ambiente, ao longo dos últimos 30 anos.

A cooperação técnica com o PNUD através de conjunto importante de projetos, que contribuíram para o fortalecimento do setor de biodiversidade, desde os anos 2000. A seguir são indicados alguns desses projetos, que coexistiram com o atual Projeto ou subsidiaram indiretamente o BRA/08/023. Manteve sinergias com determinadas iniciativas, ampliando os resultados e mantendo os recursos otimizados.

(i) BRA/08/002 – Gestão das Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira.
(ii) BRA/08/012 - Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais
(iii) BRA/00/009 - Projeto para a Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros - PROECOS
(iv) BRA/01/037 - Projeto de Gestão e Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros

(v) BRA/06/010 – Consolidação das Políticas Públicas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar como Eixo de Desenvolvimento Sustentável.
(vi) BRA/07/G32 - Conservação e uso sustentável efetivos dos ecossistemas manguezais no Brasil

Atualmente o ICMBio conta com pelo menos 11 Cooperações Financeiras com recursos internacionais e cerca de 08 Cooperações Técnicas que apóiam ações para a conservação da Biodiversidade e Unidades de Conservação distribuindo-se os recursos por biomas brasileiros. Nesse conjunto de cooperações que em geral finalizam até 2023, existe somente um Projeto com apoio do PNUD. A seguir são indicadas cooperações financeiras e técnicas internacionais que integram um conjunto significativo de cerca de 90 iniciativas de cooperação com instituições doadoras ou financiadoras nacionais e internacionais em execução atualmente envolvendo o ICMBio

Tabela 1. Cooperações com o ICMBio.

Projeto	Sigla	Data de início	Data término	Doadora /Finan	Instituição parceira	Natureza da Cooperação
Programa Áreas Protegidas da Amazônia	ARPA - Fase III	26/11/2014	30/12/2039	KfW, BNDES e GEF/BIRD	FUNBIO	Cooperação Financeira
Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental - BRA/08/023	BRA/08/023	31/08/2009	30/06/2021	OGU	PNUD	Cooperação Financeira
Paisagens Sustentáveis da Amazônia	GEF-Paisagens	19/12/2017	11/12/2022	GEF	Funbio e Conservação Internacional	Cooperação Financeira
Estratégias para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção	GEF-Pró Espécies	05/07/2018	12/12/2022	GEF	WWF	Cooperação Financeira
Projeto Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas	GEF-MAR	13/10/2014	31/12/2024	GEF/Petrobrás	FUNBIO	Cooperação Financeira
Estratégia de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal.	GEF-TERRESTRE	22/05/2018	14/12/2022	BID, GEF	FUNBIO	Cooperação Financeira
Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia	KFW/ FLONA	01/01/2012	30/10/2020	KfW	Execução Direta (ICMBio)	Cooperação Financeira
Manejo Integrado do Fogo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	MIF no PNCV	09/04/2019	04/01/2023	EUA	Funbio	Cooperação Financeira
Parcerias Ambientais Público-Privadas	PAPP	12/03/2014	09/01/2023	BID/Caixa	IBAM	Cooperação Financeira
Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica	Projeto Mata Atlântica	16/12/2014	11/01/2023	BMUD KFW	GIZ	Cooperação Técnica
Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica	Projeto Mata Atlântica			BMUD KFW	FUNBIO	Cooperação Financeira
Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica		12/08/2019	20/02/2023	KFW, GIZ via Funbio	MMA e INEMA/BA	Cooperação Financeira

Fundação Moore - Compensação Ambiental	COCAM	01/11/2018	03/12/2022	Fundação Moore	Instituto Conexões Sustentáveis - CONEXSUS	Cooperação Técnica
Projeto Estruturação do SNUC	Life-Web	31/12/2013	31/12/2018	GIZ/KFW	GIZ	Cooperação Técnica
Monitoramento Participativo da Biodiversidade	MPB	31/12/2018	06/01/2023	Fundação Gordon and Betty Moore e USAID	IPÊ	Cooperação Técnica
Proteção e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira	TerraMar	28/06/2016	10/02/2023	BMUD	GIZ	Cooperação Técnica
Acordo para a Cooperação de Florestas Tropicais	TFCA	12/08/2010	11/02/2023	EUA	FUNBIO	Cooperação técnica
Projeto Conservação dos Recursos Biológicos na Amazônia	USAID/Brasil	14/08/2018	14/08/2023	USAID		Cooperação Técnica
Gestão Integrada de Unidades de Conservação da Coordenação Regional 7 (CR7) do ICMBio		28/01/2014	15/02/2023		ConservationInternational (CI)	Cooperação Técnica

fonte: ICMBio/2020.

1.2.5. Reuniões Tripartites, Revisões do Projeto e outras iniciativas

Constata-se que entre 2009 e 2016 foi realizada a primeira Reunião Tripartite do Projeto, no dia 11/11/2013, com representantes do PNUD, da ABC e do ICMBio, ocasião em que foram apresentados os resultados alcançados pelo Projeto até junho de 2013.

Naquela oportunidade, foi indicado que "apesar de não termos recebido a Ata do PNUD, a opinião dos participantes foi de que o Projeto apresenta resultados relevantes, inclusive incremento na quantidade e qualidade em sua implementação. Foi recomendado que se concluísse a Revisão Substantiva (B) do Projeto, adequando os produtos, metas e orçamento, bem como cancelando produtos que estão sendo executados por outros meios e que não serão executados pelo Projeto".

Em princípio, naquela ocasião, foram tratados os temas dos avanços alcançados, dificuldades enfrentadas e ações corretivas para recuperar os atrasos existentes em relação ao cronograma e planos de ação originais.

Em 2013, o ICMBio apresenta à ABC pela primeira vez uma proposta inicial de Revisão Substantiva B do Projeto, visando ajustar a Matriz de Resultados e Recursos a nova realidade do ICMBio, que vinha executando determinados Produtos do BRA/08/023 com recursos próprios e com outros financiamentos internacionais e fundos.

Em 2016, foi realizada a segunda Reunião Tripartite com a participação do PNUD e da ABC com o objetivo de avaliar os resultados, aprovar a Revisão B e acordar a extensão do Projeto até 2018.

Em 2018 foi realizada a terceira Reunião Tripartite do Projeto com representantes do ICMBio, PNUD e da ABC, a qual teve como objetivo apresentar o alcance dos resultados e discutir a possibilidade de extensão do prazo de execução do Projeto até fins de agosto de 2019,de forma a permitir finalizar atividades já em andamento, consolidar resultados, definir estratégias de replicação das boas práticas e inserção das mesmas nas políticas públicas e nas diretrizes do ICMBio. A Revisão Substantiva foi aprovada e a vigência do Projeto prorrogada até 31 de agosto de 2019, sendo ajustada ao seu saldo financeiro no valor de U$ 13.166.209,23 (treze milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e nove dólares e vinte e três centavos).

Em 14 de janeiro de 2021 foi realizada a última Reunião Tripartite do Projeto com a participação de representantes da ABC, do PNUD e do ICMBio, com o objetivo de avaliar os resultados, estágio de implementação e acordar a finalização do Projeto para 30 junho de 2021.

1.2.5.1. Revisões Substantivas

Tendo em vista que o Projeto BRA/08/023, assinado em agosto de 2009, teve início efetivo somente em janeiro de 2010, dado que seus ordenadores de despesas só foram designados em fins de 2009, houve a necessidade de se realizar ajustes nos cronogramas propostos inicialmente, sendo necessária uma revisão e atualização dos mesmos para o período de janeiro de 2010 a junho de *2012*, inclusive com os ajustes nos planos de trabalhos para os referidos exercícios.

Considerando o encerramento da primeira fase do Projeto vigente para junho de 2012, o ICMBio elaborou uma primeira *Revisão Substantiva A* do Projeto cumprindo-se, em paralelo, com os compromissos assumidos até então. A Revisão Substantiva foi aprovada pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, sendo sua vigência prorrogada até *fins de 2016*.

Foi também elaborada uma segunda *Revisão Substantiva B* do Projeto, visando ajustar a aplicação dos recursos, já disponibilizados à sua conta, bem como de recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS para atender a contratação de consultorias especializadas para orientação e sinalização de iniciativas de produção extrativistas. A Revisão foi elaborada considerando, ainda, recomendações da CGU quando da auditoria realizada relativa ao exercício de 2013. Esta revisão não foi aprovada e considerando as mudanças de autoridades no ICMBio, não foi possível dar seguimento ao processo de aprovação pela ABC da Revisão Substantiva B.

Ainda, visando ajustar o Projeto a um conjunto de fatores e eventos que ocorreram desde 2012 no ICMBio, em 2016, foi elaborada nova *Revisão Substantiva B* do Projeto.

O documento foi elaborado levando em consideração vários fatores geradores de mudanças em iniciativas propostas no Projeto, tais como: (i) alteração estratégica institucional estabelecida; (ii) restrições orçamentárias federais por meio de cortes orçamentários no PPA; (iii) inovações requeridas no âmbito de temas de biodiversidade; (iv) mudanças ocorridas em cooperação técnica multilateral; e (v) a necessidade de adequar os Produtos do Projeto às novas demandas decorrentes das mudanças técnicas promovidas desde 2009 e orçamentárias. A referidaRevisão B foi aprovada pela ABC e pelo PNUD, sendo sua vigência prorrogada para *31 de dezembro de 2018.*

Em *11 de junho de2018*, foi realizada *terceira Revisão Substantiva* do Projeto, visando ajustar o cronograma do Projeto e seu saldo financeiro para os exercícios de 2018 e 2019, permanecendo inalteradas as demais informações constantes da última Revisão B assinada em dezembro de 2016. A revisão foi aprovada pela ABC e pelo PNUD, sendo prorrogada a vigência do Projeto para *31 de agosto de 2019.*

Em 2019, foi realizada uma *Revisão Simplificada do Projeto*, a qual foi aprovada pela ABC e pelo PNUD, tendo por propósito estender o prazo de vigência do Projeto por 06 meses, ou seja: *até 28 de fevereiro de 2020*, principalmente para concluir sua prestação de contas, haja vista que o Projeto contou com diferentes fontes de financiamento, destacando:

(i) Termo de Cooperação celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de TransportesDNIT e o ICMBio – Interflúvio Purus-Madeira (BR 319), num total de R$ 9.344.100,00, com prestação de contas encerrada;

(ii) Avaliação da Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação – RAPPAM, num total de R$ 300.000,00, com prestação de contas encerrada**;**

(iii) Agenda Social - Projeto: A Construção Participativa de Instrumentos de Gestão das RESEX, num total de R$ 9.657.736,18, com prestação de contas encerrada;

(iv) Termo de Execução Descentralizada – MDS num valor total de 535.000,00, com prestação de contas encerrada;
(v) Emenda Parlamentar nº 21650005-2011, num total de R$ 350.000,00, em implementação**;**
(vi) Bacia do São Francisco, num total de R$ 300.000,00, com prestação de contas encerrada; e
(vii) Fundo Clima, num total de R$ 1.324.100,00, com prestação de contas encerrada.

Em 2019, as mudanças de gestores nas diferentes unidades do Instituto, própria das transições no Governo Federal, produziram atrasos no cronograma de execução do Projeto. Destaca-se que a vacância de Coordenações Gerais, durante o 1º semestre, apresentou certa carência nos processos decisórios necessários:à implementação das atividades do Plano de Trabalho de 2019, aprovado na última Revisão Substantiva; à conclusão dos contratos em andamento; bem como, à finalização da prestação de contas junto às fontes de financiamento do Projeto acima mencionadas.

Em maio de 2020, foi realizada uma *quarta Revisão Substantiva* do Projeto, a qual foi aprovada pela ABC e pelo PNUD, tendo por propósito:
(i)prorrogar a vigência do projeto até 30 de junho de 2021, sendo que no Plano de Trabalho de 2020 foi prevista a conclusão de atividades já em andamento e a finalização do alcance dos resultados esperados e o primeiro semestre de 2021 será dedicado ao encerramento operacional do Projeto e disseminação dos resultados alcançados**;**
(ii) reduzir o valor orçamentário do Projeto de US$ 13,166,209.23 (treze milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e nove dólares e vinte e três centavos) para US$ 12,400 000.00 (doze milhões e quatrocentos mil de dólares), em decorrência da devolução de saldo financeiro ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, que repassou recursos para implementação e proteção das 11(onze) unidades de conservação federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR 319/AM/RO), apoiado pelo Termo de Cooperação celebrado com o ICMBio, encerrado em 8 de julho de 2019;
(**iii)** alterar e incluir metas a serem alcançadas pelos produtos 1.12, 1.15; 2.1, 2.2, 2.4, 2.7, 2.8, 2.10, 2.11, 3.2, 3.4, 3.8, 3.9, 3.10 e 6.11, de forma a dar continuidade as ações prioritárias para o ICMBio contempladas nestes produtos;
(iv) revisão da redação das atividades 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.2.1, 2.4.1, 2.7.3, 2.8.1, 2.8.2, 2.8.3, 2.10.2, 2.11.1, 3.2.4, 3.9.1, 3.9.2, de forma a refletir a atual estratégia do ICMBio na execução e alcance destes produtos;
(v) retirar do novo cronograma os produtos 1.2, 1.11, 2.9, 5.4 e 5.8 (concluídos pelo Projeto), 1.8, (implementado parcialmente pelo Projeto e concluído com recursos próprios do ICMBio), e 6.10 (concluído com recursos próprios do ICMBio);
(vi)refletir os gastos do projeto realizados até fins de 2019.

De acordo com informações do Relatório de Progresso, o encerramento do prazo de execução do BRA 08/023 ocorreu em fevereiro de 2020; no entanto, a renovação somente foi formalizada em junho de 2020, devido a pandemia, o que implicou na redução do desenvolvimento de ações durante importante parcela no exercício de 2020. Parte deste tempo foi necessário para atualização das atividades que seriam desenvolvidas para cada resultado, com articulação junto aos diferentes macroprocessos do Instituto, em momento singular devido à pandemia.

Ao longo de 2020 foi feita uma nova Revisão Geral com o objetivo de atualizar o orçamento do Projeto, considerando a devolução de recursos para o DNIT o que reduziu os recursos do Projeto a um total de US$ *12,400,000.00 (doze milhões e quatrocentos mil dólares americanos*). O prazo de execução do Projeto permaneceu inalterado, ou seja, até 30 de junho de 2021.

1.2.6. Recursos e Acordos com o Projeto

Caberia recordar que no período de 2009 a 2013 foram firmados todos os acordos de cooperação com instituições brasileiras e doações com fundos ou recursos internacionais, que recuperaram o total do

orçamento inicial do BRA/08/023, perfazendo US$ 13,9 milhões, que finalizou com recursos da ordem de US$ 12,4 milhões em 2020.

Foram disponibilizados à conta do Projeto, bem como, de recursos repassados para a implementação de ações específicas de acordo com Planos de Trabalho, por meio de instrumentos de cooperação entre o ICMBio e a fonte doadora, como apresentados, a seguir:

(1) Agenda Social do Ministério do Meio Ambiente (Projeto: A Construção Participativa de Instrumentos de Gestão das RESEX), sob coordenação da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação – DISAT, conforme segue:
(a) Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM-DISAT
R$ 800.112,00 – recursos a serem utilizados em ações voltadas para criação, revitalização e fortalecimento do funcionamento de Conselhos Consultivos ou Deliberativos, capacitação de Conselheiros, conclusão do Manual de orientações para a gestão participativa em UC, e capacitação de comunidades tradicionais.
(b) Coordenação-Geral de Populações Tradicionais CGPT-DISAT:
R$ 4.142.000,00 – recursos a serem utilizados em ações voltadas para a implantação do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais com: **(i)**a elaboração de roteiro metodológico; a capacitações de populações tradicionais em unidades de conservação de uso sustentável para promoção do acesso a mercados institucionais e fortalecimento de Arranjos produtivos locais; **(ii**) a qualificação da produção extrativista e fortalecimento de arranjos produtivos; **(iii)**ao fortalecimento das populações tradicionais em Unidades de conservação por meio da elaboração de Acordos de Gestão em Reservas Extrativistas federais e Florestas Nacionais e celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU); e **(iv)**ao cadastro de famílias para o ICMBio e para o Programa Bolsa Verde e realização de diagnósticos produtivo e de acesso a serviços e políticas nas 77 Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Aproximadamente 75% do total deste recurso, ou seja, R$ 3.115.000,00 estão programados para serem utilizados em ações voltadas para o cadastro de famílias beneficiárias de unidades de conservação federais. Essa ação é prioritária para o ICMBio e para o MMA, uma vez que é pré-requisito para subsidiar as ações que promovam a inclusão social e produtiva dessas famílias.

(2) Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Fortalecimento das capacidades produtivas de comunidades extrativistas beneficiárias de unidades de conservação federais com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional:
(a)R$ 535.000,00 – recursos a serem utilizados nas seguintes ações:**(i)**Contratação de consultorias especializadas e produção de material informativo, de orientação e sinalização de iniciativas de produção extrativistas.
(b)R$ 245.978,17 – recursos a serem utilizados em pesquisa nas seguintes ações:**(i)**levantamento e mapeamento do potencial produtivo de 04 produtos florestais não madeireiros, como subsidio para plano de manejo; **(ii)**mapeamento participativo e organização socioeconômica para extração sustentável de óleo de resina de copaibeira; e**(iii)**manejo participativo de tracajás.

(3)Fundo Clima: sob coordenação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO, com recursos totais de R$ 1.324.100,00, cuja aplicação deverá seguir, por coordenação, a seguinte distribuição:
(a) Sob Coordenação-Geral de Pesquisa - CGPEq:
R$ 925.600,00 serão utilizados em ações voltadas para definição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas brasileiros
(b) Sob Coordenação Geral de Manejo para Conservação - CGESP
R$ 398.500,00 serão utilizados na definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies.

(4) DNIT: foi estabelecidoPlano de Trabalho com o objetivo apresentar as ações a serem executadas pelo Projeto PNUD BRA/08/023 – Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental, no período de 2015 a 2016. Esse Plano acompanha o Termo de Cooperação nº 915/2010estabelecido entre o DNIT e o ICMBio, visando à implementação e à proteção das 11 unidades de conservação federais localizadas na área do Interflúvio Purus-Madeira (BR 319), quais sejam: Estação Ecológica Cuniã; Floresta Nacional Balata Tufari; Floresta Nacional Humaitá; Floresta Nacional Ituxi; Floresta Nacional Iquiri; Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande; Reserva Extrativista Lago do Cuniã; Reserva Extrativista Médio Purus; Reserva Biológica do Abufari; Parque Nacional Nascentes do Lago Jari; e Parque Nacional Mapinguari.
(i) Dotar as UCs federais da BR 319 de infra-estrutura mínima necessária para o início das atividades de implementaçãojá foi executada diretamente pelo ICMBio,por meio de seus recursos humanos,o valor de R$ 9,1 milhões;
(ii) Elaborar os Planos de Manejo das UC federais da BR 319:com a finalidade de elaborar diretrizes e acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental da rodovia BR-319, foi acordada a realização de diretrizes e normativas para elaborar planos de manejo de forma integrada. A execução destes 11 (onze) Planos de Manejo de forma integrada, foi baseada na construção de uma visão regional do contexto do Interflúvio sob influência da BR-319, comum a todas UC, e a elaboração/revisão de um Plano de Manejo para cada UC a partir desta perspectiva de planejamento regional, com alto grau de integração das ações, zoneamentos e normas.

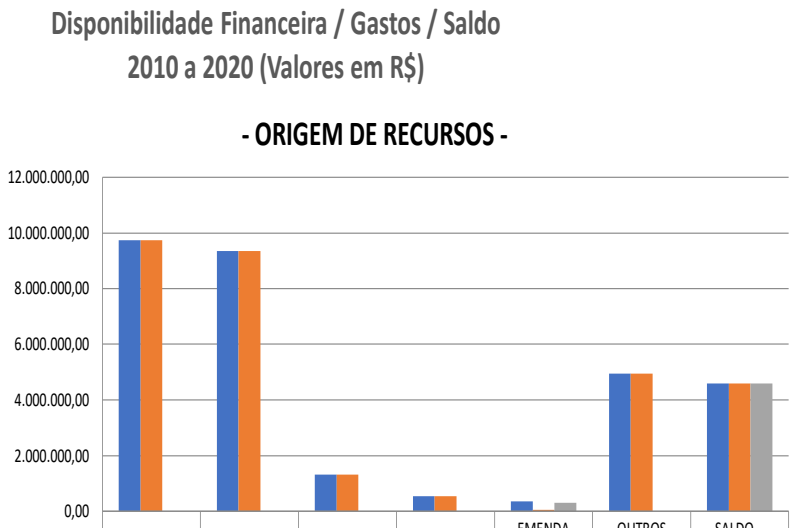
Caberia ressaltar que a etapa de diagnóstico contemplava os diagnósticos (i) ambiental e (ii) socioeconômico, além do (iii) uso público ao custo inicial total previsto de R$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais).

5) Emendas Parlamentares: Foram obtidos recursos vertidos ao Projeto originários de Emenda Parlamentar em um total de R$ 350 mil, sendo que não foram até o momento utilizados em sua totalidade.

Entretanto, ao longo da execução do Projeto foram sendo constatadas algumas dificuldades na utilização de recursos do DNIT e de Emendas Parlamentares, considerando os objetos e condicionantes para o uso destes recursos. Por esse motivo, recursos no valor aproximado de R$ 4,5 milhões foram devolvidos pelo Projeto ao DNIT, o que representou cerca de 50% de utilização. Ao mesmo tempo, os recursos de Emendas Parlamentares apresentaram algumas restrições administrativas de utilização pelo ICMBio e pelo Projeto, mais especificamente.

O Projeto contemplava uma diversidade de fontes para compor o seu orçamento, de acordo com os dados a seguir apresentados, sendo que foram executados ou comprometidos os recursosda Agenda Social e do Fundo Clima, e devolvidos parte dos recursos do MDS e do DNIT, sendo que ainda existe saldo de Emenda Parlamentar.A variação cambial ocorrida nesse período de uma década atuou de forma positiva para ocorrer o processo de devolução de recursos de outras fontes não utilizados pelo Projeto em reais; e para permitir a ampliação de recursos para atividades realizadas, que sofreram atualizações de valores ou novas demandas complementares ao já planejado. A seguir estão indicados em dois quadros: (i) o uso efetivo de recursos por fontes até 2016; e (ii) o uso total com valores utilizados por fonte até dezembro de 2020.

Figura 3: Origem dos Recursos



	AGENDA SOCIAL	DNIT-MT	FUNDO CLIMA	MDS	EMENDA PARLAMENTAR	OUTROS RECURSOS (ICMBio)	SALDO - VARIAÇÃO CAMBIAL
DISPONIBILIZADOS	9.745.735,88	9.344.100,00	1.324.100,00	535.000,00	350.000,00	4.951.271,00	4.593.979,55
GASTOS	9.745.735,88	9.344.100,00	1.324.100,00	535.000,00	51.710,62	4.951.271,00	4.593.979,55
SALDO	0,00	0,00	0,00	0,00	298289,38	0,00	4593979,55

Fonte: ICMBio/2020

Capítulo 2. Metodologia

2.1. Objetivos da Avaliação

Os Objetivos da Avaliação Final são indicados a seguir:

(i) Realizar a avaliação final do Projeto BRA/08/023 com ênfase nos critérios de relevância, eficiência, eficácia, impactos e sustentabilidade dos resultados alcançados;
(ii) Elaborar documento contendo lições aprendidas e recomendações circunstanciadas quanto às estratégias de execução; processos de implantação; recursos utilizados; parcerias e cooperação;
(iii) Realizar análise dos dados relativos aos gastos do Projeto, vis-à-vis os resultados alcançados em relação à matriz lógica e de desenvolvimento do projeto (ultima revisão substantiva do projeto B) com a identificação de fatores promotores e de redução do alcance de efeitos e sustentabilidade futura.
(iv) Propor conjunto de ações a serem empreendidas no futuro pelo ICMBio, com vistas ao plano de sustentabilidade do Projeto após a respectiva conclusão

Esta avaliação do Projeto irá considerara avaliação de resultados alcançados de 2009até 2020, em acordo com as atividades indicadas no TOR, considerando alguns temas de interesse: a proposição de desenho; a estratégia, processo de implementação, parcerias e cooperação estabelecidas, e monitoramento do Projeto.

2.2. Metodologia a ser adotada na avaliação:

A avaliação final será executada de modo a que os seguintes pontos sejam analisadosinterdependentes: (i) a qualidade da concepção e desenho do projeto; (ii) a eficiência do projeto até o momento na obtenção dos objetivos planejados, incluindo a capacidade de mobilização e de gestão de recursos (orçamento, insumos, atividades e recursos humanos); (iii) se foram produzidos efeitos positivos ou negativos não esperados com o projeto, decorrente da implementação do projeto, até o momento; (iv) identificação de lições aprendidas e boas práticas que poderão ser utilizadas em futuras ações de formulação de políticas públicas e planejamento de novas iniciativas.

Ao mesmo tempo, recomendações serão formuladas para o Institutoe outros parceiros, considerando a necessidade de ser dado seguimentoa açõesparaaportarmaior sustentabilidade ou melhorar os efeitos, após a conclusão do Projeto.

A avaliação deverá identificar em que medida o processo de implementação (estrutura, arranjos, e modo de operação administrativa e financeira) promoveu o alcance dos insumos (inputs e atividades), produtos, objetivos e metas do Projeto. Ao mesmo tempo, a avaliação dos resultados técnicos permitirá verificar os diferentes graus de alcance dos resultados obtidospara a maior capacidade institucional do ICMBioe para a promoção de políticas públicas na área de atuação.

A metodologia a ser utilizada considera as orientações de avaliação da Unidade de Avaliação das Nações Unidas (UNEG) no que diz respeito à avaliação final de projetos de cooperação técnica. Portanto, a avaliação irá considerar que serão utilizados os critérios de avaliação: relevância, eficiência,eficácia, impacto e sustentabilidade para a análise do Projeto.Poderão ser indicados pontos de reflexão sobre sustentabilidade e impactos de curto prazo. Estes critérios de avaliação têm suas definições apresentadas nos documentos de avaliação utilizados para orientar metodologicamente os referidos processos realizados no âmbito do sistema da ONU:

(i)a pertinência está relacionada com o grau em que uma iniciativa e seus produtos e efeitos esperados concordam com as políticas e prioridades nacionais e temáticas; assim como corresponde às necessidades dos beneficiários.
(ii) a eficácia resulta em avaliar o grau em que o projetoestá alcançando os resultados esperados (produtos e efeitos) e o grau em que avançou para alcançar estes efeitos e produtos. Esta avaliação envolve a análise de causa e efeito, ou seja, atribuir determinadas mudanças aos produtos e efeitos do Projeto.
(iii) a eficiência mede se os insumos ou recursos (recursos, tempo, e oportunidade) se converteram em resultados de forma econômica. Um projeto será eficiente quando usar de maneira apropriada e econômica os recursos para gerar os produtos desejados. A eficiência é importante para assegurar que se usem apropriadamente os recursos e indicar se poderia ter sido utilizado de modo mais eficaz.
(iv) o critério de sustentabilidade centra sua análise na continuação dos benefícios após o término da ação apoiada pelo Projeto.
(v) no critério de impactos serão identificados os efeitos de curto prazo positivos ou negativos, primários ou secundários, produzidos diretamente ou indiretamente pelo Projeto, intencionalmente ou não.

Esta avaliação contemplará, portanto, os seguintes momentos:
(a) *Identificar o alcance de indicadores chaves acordados no Documento de Projeto para o período 2009/2020*e verificar a validade dos processos e instrumentos utilizados para a implementação dos planos operativos e alcance dos indicadores de resultados/desempenho. (linha de base ou baseline);
(b) *Examinar o processo de implementação*para alcançar os indicadores e resultados acordados para este período, permitindo identificar os fatores, que contribuíram ao alcance dos resultados ou que reduziram o seu alcance.
(c) *Examinar os elementos, resultados e processos de gestão* contribuintes para o alcance de efeitos imediatos; bem como, as ações empreendidas para promover melhor apropriação e sustentabilidade dos efeitos a serem alcançados no futuro.
(d) *Identificar as relações causais* para verificar os fatores que facilitaram ou dificultaram a efetividade e eficiência no alcance dos resultados, permitindo a identificação de lições aprendidas e recomendações gerais sobre este tema.

A metodologia a ser utilizada estará em acordo com aqueles pontos metodológicos indicados no Termo de Referência elaborado para esta avaliação. Resumidamente são indicadas a seguir etapas a ser realizadas:
a) Elaborar Plano de Trabalho, no máximo em até 15 dias após a assinatura do Contrato, contendo as atividades, cronograma e metodologia a serem adotados pela consultoria, o qual deverá ser discutido e aprovado em reunião de planejamento a se realizar com a equipe do Projeto
b) Examinar os documentos produzidos pelo Projeto PNUD BRA/08/023, com vistas a que seja verificada se as atividades foram realizadas e se os resultados previstos estão sendo efetivamente alcançados, levando-se em conta os aspectos da relevância, eficiência, eficácia, impactos e sustentabilidade do Projeto;
c) Identificar as parcerias estabelecidas e avaliar seus resultados em razão dos recursos disponibilizados para implementação e apoio ao Projeto;
d) Levantar os problemas internos e externos ocorridos no período de execução do Projeto que podem ter afetado seu andamento, com sugestões para solução dos problemas, eventualmente identificados e se seus resultados esperados continuam alinhados às prioridades do ICMBio;
e) Realizar entrevistas com os responsáveis pela implementação do Projeto PNUDBRA/08/023, em seus aspectos técnico, administrativo e financeiro;

f) Participar de reuniões online com as equipes técnicas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, dentre outros, para discussões sobre a relevância do Projeto e o futuro das iniciativas para o ICMBio em relação aos programas e políticas em execução no Instituto;
g) Indicar elementos que possam garantir a viabilidade da sustentabilidade do Projeto após o encerramento do apoio do PNUD;
h) Apresentar aos órgãos responsáveis pela coordenação e implementação do Projeto (ABC,PNUD e ICMBio) os resultados de sua avaliação com as recomendações

A seguir, se encontra uma descrição mais detalhada dessas etapas de avaliação:

A. Propor metodologia e instrumentos para a realização da avaliação:
(i). Propor metodologia preliminar de avaliação com base: (a)nas informações documentais disponíveis, na Coordenação do Projeto, contendo dados elaborados previamente pelos colaboradores ou participantes; e (b) nos informes técnicos, administrativos, gerenciais e financeiros resultantes da implementação do Plano de Trabalho e dos POAs utilizados diretamente pela Coordenação Nacional do Projeto.
(ii). Realizar reuniões de trabalho online com a Coordenação Nacional para ajuste de metodologia e identificação de articulações necessárias para a realização do Plano de Trabalho da Avaliação.
(iii). Elaboração final de metodologia de avaliação a ser utilizada pela Consultora.

B. Levantamento preliminar das informações disponíveis na Coordenação Nacional/ICMBio
(i). Coletar e analisar os dados / documentos existentes sobre as fases de proposição, desenho, implementação, monitoramento e avaliação de alcance de indicadores do Projeto;
(ii). Levantar informações adicionais existentes no: PNUD, ABC e outras instituições governamentais; e demais parceiros para apoiar a avaliação.
(iii). Identificar e realizar entrevistas e reuniões online iniciais com pessoas-chaves na Coordenação Nacional e outros parceiros nacionais e multilaterais, a serem acordados com o Executor.
(iv) Elaborar instrumentos a serem utilizados na avaliação do Projeto (cronograma, roteiro de entrevistas e outros).

C - Elaboração da Matriz Orientadora da Avaliação e instrumentos específicos da avaliação
(i). Elaborar a Matriz de Orientadora da Avaliação do Projeto, contemplando questões a serem respondidas na avaliação intermediária.
(ii) Elaborar Índice do Informe Final da Avaliação contemplando os tópicos a serem abordados na avaliação
(iii) Elaborar metodologia final desta consultoria específica de avaliação intermediária.

D. Organizar os dados e das informações disponíveis para a Avaliação
(i) Organizar as informações disponíveis de M&A do Projeto com o ponto focal para o Gerenciamento do Projeto; do respectivo processo e mecanismos para o acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da implementação do Projeto.
(ii) A coordenação do Projeto elaborará ou sistematizará aquelas informações necessárias para a obtenção de respostas às questões da Matriz Orientadora, que porventura não tenham sido geradas ou sistematizadas no período que antecede a avaliação;
(iii) Realizar em Brasília entrevistas ou reuniões online com os funcionários, consultores, coordenadores e Diretores do ICMBio.

E- Avaliação do Documento de Projeto aprovado e Revisões posteriores
(i) Analisar: (a) o contexto social, política ambiental e institucional no qual o Projeto foi proposto e implementado; (b) a adequação de diagnóstico prévio; (c) a adequação dos objetivos ao contexto e diagnóstico originais e revisados; e (d) a adequação do desenho do Projeto aos objetivos e resultados esperados.
(ii) Elaborar análise comparativa entre o desenho originaldo Projeto, como fatores de promoção de alcance de Resultados e facilitadores do processo de implementação.

F - Análise e interpretação das informações (Relatório Preliminarde Avaliação)
(i) Elaborar a versão preliminar do documento da Avaliação final do Projeto (com ênfase nos resultados obtidos com a aplicação dos cinco critérios) indicando os resultados obtidos da análise dos critérios; principais lições aprendidas; e recomendações. Este documento deverá conter aproximadamente entre 35 a 45 páginas.
(ii) Distribuir a versão preliminar do Documento de Avaliação para colher comentários e sugestões da Coordenação do Projeto e Diretorias. A Coordenação do Projeto será o ponto focal para disseminar e colher comentários das demais Diretorias do ICMBio.
(iii) Revisar o documento preliminar, a partir dos comentários acordados, com a Coordenação do Projeto. Em anexo ao documento preliminar, serão incluídos aqueles comentários em que não houver concordância entre o Consultor e a Coordenação.

G - Elaboração da versão final do documento de Avaliação do Projeto

(i) Elaborar e distribuir a versão final do documento de Avaliação final do Projeto (com até 50 páginas), para as Diretorias do ICMBio, via Coordenação do Projeto.
(ii) Aprovação do Informe final de Avaliação pela Coordenação do Projeto.

Também se encontra em adjunto o índice a ser usado para a elaboração do relatório final de avaliação final, com a indicação da organização do documento.

Este documento inicial do Plano de Trabalho ademais realizar um diagnóstico preliminar, trata de especificar a metodologia, inclui as questões da avaliação; a estratégia de coleta de dados e informações; e os instrumentos para a coleta de informações como entrevistas.

B.3. Questões Orientadoras da Avaliação.

De acordo com o TOR elaborado para a avaliação, o seguinte conjunto de atividades deverá ser realizado, e para tanto, deverão ser respondidas grupo de questões orientadoras por critério para avaliação final do Projeto. Caberia destacar que essa avaliação se concentra em analisar os resultados alcançados, com a concentração em lições aprendidas e recomendações.

Para atender esse conjunto que atividades indicadas acima, a avaliação utilizará um conjunto de questões orientadoras, de acordo com a metodologia de avaliação das Nações Unidas para Projetos. Em anexo também é indicada a Matriz de Avaliação que indica o método e onde serão pesquisadas estas respostas, e quem poderá apoiar nesse processo analítico e avaliativo.

Questões orientadoras por critério de avaliação:
Relevância:

i) Em que medida é relevante a temática desse Projeto para as estratégias e política nacional brasileira?

ii)Em que medida o Projeto está alinhado com o mandato, decisões e estratégias da cooperação internacional brasileira com o PNUD, com o MMA e outros compromissos do Governo brasileiro?
iii)Em que medida os resultados do Projeto podem ser considerados relevantes se considerarmos os atuais programas e desafios do setor e do ICMBio e do MMA? E em relação aos compromissos nacionais e internacionais?
iv)Em que medida a estrutura organizacional do PNUD e ABC apoiaram que o ICMBio pudesse cumprir o seu mandato, com o suporte do Projeto?
v) O Projeto promoveu um apropriado suporte ao ICMBio para subsidiar a implementação de políticas públicas voltadas ao uso e conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável nacional? E originalmente os resultados e objetivos do Projeto foram relevantes para contribuir ao alcance do objetivo de desenvolvimento?

Qualidade do Desenho:
i) Em que medida os objetivos do Projeto foram claros,realistas e devidamente justificados?
ii) Em que medida os atores, parceiros e beneficiários foram apropriadamente envolvidos na formulação e desenho do Projeto?
iii)Em que medida o projeto apresentou adequados e claros: indicadores e metas; e foram propostos meios de verificação (fontes de informação) apropriados e práticos? E os indicadores foram selecionados pela utilidade ou pelo conteúdo?
iv) Em que medida foi relevante/adequada e apropriada a coleta de informações da linha de base ou identificação de informações disponíveis? Ou ainda os planos de ação e estratégias para a sua coleta?
v) Em que medida o desenho do Projeto foi consistente eapoiou as prioridades e estratégias do ICMbio? E para as demais fontes de recursos?

Eficiência da implantação e a qualidade da gestão
i) Em que medida as atividades foram efetivamente planejadas, tiveram gestão e foram monitoradas durante o processo de implementação do Projeto (dia a dia)?
ii)Em que medida foram utilizados sistemas reconhecidos e de qualidade para a gestão financeira e respectivas práticas? Foram providenciadas em tempo informações sobredesembolsos e licitações com adequação, oportunidade e transparência? Forneceram suporte à tomada de decisões?
iii) Em que medida foi satisfatório o ritmo de implementação das atividades?Houve importantes atrasos? Houve adequação entre recursos, tempo e qualidade para o alcance dos produtos do Projeto?
iv) Em que medida os beneficiários diretos e indiretos estão satisfeitos com a qualidade da gestão do Projeto?
v)Em que medida o Projeto foi adequadamente documentado, informado e disseminado aos diferentes públicos as informações do que estava realizando? E do que foi obtendo ao longo da implantação?
vi) Em que medida o Projeto realizou os desembolsos de acordo com orçamento planejado/recursos alocados?
vi) Em que medida os fluxos irregulares foram otimizados por meio de planejamento estratégico de iniciativas ?

Eficácia

i) Em que medida o Projeto alcançou resultados indicados no documento de Projeto?Vem contribuindo para mudança de cenário?
ii) Em que medida a qualidade dos resultados do Projeto foi satisfatória? Os resultados foram apropriadamente monitorados pelo Projeto?
iii) Em que medida foi eficaz a disseminação de informação sobre as iniciativas do Projeto para outros parceiros, para o público em geral e internamente na instituição? Como poderia ter sido melhorada?

iv) Em que medida os resultados do Projeto contribuíram diretamente ou indiretamente para o alcance dos objetivos planejados?
v) Em que medida os desafios durante o processo de implantação do Projeto foram conduzidos com criatividade e efetividade, melhorando a eficácia do Projeto?
vi) Em que medida os avanços alcançados foram mais devido aos resultados do Projeto do que fatores externos? Os fatores externos promoveram efeitos na eficácia dos resultados do Projeto?

Impacto

(i) Em que medida os resultados do Projeto até o momento estão contribuindo para aumentar o desenvolvimento sustentável e a biodiversidade nacional e promovendo mudanças nos padrões de conservação da biodiversidade nacional? na substituição de metodologias de estudos, planos e protocolos para a conservação de UC e do SNUC, com qualidade para gerar resultados nacionais na proteção dada biodiversidade nacional?
(ii) Em que medida existe o potencial de contribuição para a geração de mudanças futuras para novas melhorias nas metodologias, processos de participação social, planos de manejo e avaliação de impacto em UC nesse processo de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade nacional?,quer seja institucionalmente, coletivamente ou individualmente?
(iii) Em que medida houve efeitos intencionais ou não intencionais, positivos ou negativos, gerados até o momento pelo Projeto?
(iv) Em que medida o Projeto poderia ter sido mais inovador em relação aos produtos e iniciativas?
(v) Em que medida os benefícios gerados pelo projeto são sustentáveis em longo prazo? Para o setor? Para as comunidades não tradicionais? Empresas individuais gestoras de espaços de biodiversidade?
(vi) Em que medida o Projeto contou com recursos financeiros e humanos adequados para a promoção de mudanças sustentáveis em médio e longo prazo?

Sustentabilidade
(i) Em que medida os resultados ou impactos gerados pelo projeto até o momento podem ter continuidade após a finalização do projeto? Como?
(ii) Em que medida o comprometimento dos principais atores e os resultados alcançados podem ter continuidade e serem fortalecidos após a finalização do apoio financeiro do Projeto e outras fontes?
(iii) Em que medida o comprometimento dos principais atores e os resultados alcançados podem ter continuidade e serem fortalecidos após a finalização do apoio técnico do PNUD?
(iv) Em que medida o ICMBio e outras fontes envolvidas se apropriaram dos resultados e das mudanças geradas pelo Projeto?
(v) Quais são as principais ameaças à sustentabilidade? Elas estão sendo discutidas e medidas estão sendo adotadas por àqueles com capacidade de decisão para uma operacionalização em curto prazo?
(vi) Em que medida existe a possibilidades para a continuidade das parcerias com a conclusão do Projeto? e com novas parcerias? Em que modelo?

Lições aprendidas, recomendações e boas práticas

i) Que lições puderam ser aprendidas da implantação do Projeto que promoveram melhor desempenho?
ii) Quais boas práticas foram identificadas da execução do Projeto?
iii) Que recomendações poderiam ser realizadas para melhorar o Projeto, de modo a incrementar a relevância, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade?
iv) Que lições podem ser identificadas das colaborações e cooperações praticadas no Projeto?

B.4. Matriz Lógica.

A avaliação irá considerar a Matriz Lógica aquela aprovada no Prodoc 2009, e retomada em 2012 com a Revisão B para a realização da avaliação final do Projeto, sendo que a MRR de 2020 apresenta a evolução do Projeto de 2009 a 2020. Cabendo, portanto na avaliação final tomar como referência essa MRR para verificar o cumprimento ou não das metas e os indicadores dos produtos e resultados acordados para adoção pelo ICMbio.

Desse modo, a matriz lógica adotada na revisão B de 2012/ retomada em na revisão de 2016 será considerada como a Matriz de Avaliação, servindo como referência para avaliar se os resultados foram alcançados e as dificuldades e facilidades encontradas na execução da cooperação.

2.3. Instrumentos de coleta de informações.

A coleta de informações e dados é um processo que inicia a realização da avaliação, ainda que seja contínuo ao longo de toda a consultoria. Em anexo se encontra lista de materiais necessários a serem disponibilizados pela Coordenação do Projeto para o processo de avaliação. Em princípio serão necessários: atos e portarias;documento de projeto e revisões mandatárias e substantivas; informes de progresso; políticas e programas do ICMBio; informe de auditoria. Documentos adicionais poderão ser sempre que as análises exigirem dados complementares para aumentar a confiabilidade da análise.

2.3.1. Entrevistas e reuniões online (home office)

Em função da pandemia de COVID 19, foram realizadas de 15 a 20 entrevistas com: Diretores do ICMBio ou seus substitutos, Coordenação; consultores, um representante da ABC; um representante do PNUD e dois/quatro beneficiários dos resultados do Projeto. As entrevistas e reuniões foram realizadas online, em Brasília, podendo ser utilizado whatsapp e skype para viabilizar determinados encontros. As entrevistas duraram de 40 a 50 minutos, permitindo a aplicação de um roteiro orientador de entrevistas com um conjunto de questões, que atenderiam a obtenção de respostas para a avaliação.

2.3.2. Instrumentos de coleta.

Os instrumentos para a coleta de informações estão indicados na Matriz de Orientadora da Avaliação, que contempla as questões a serem respondidas na avaliação. Essa Matriz identificou as seguintes situações para fins de obtenção: (i) o maior volume de informação está localizado na Coordenação do Projeto; no PNUD e com os consultores; (ii) devido ao tempo para essa atividade (conclusão do projeto em junho 2021) a coleta será realizada por meio de revisão de documentos, questionários e entrevistas; e (iii) as informações mais complexas serão obtidas por meio de reuniões e entrevistas online.

Foram utilizados processos como: (i) métodos múltiplos de coleta de informações envolvendo triangulações; (ii) dados produzidos pelo monitoramento do ICMBio, ABC e PNUD; (iii) dados disponíveis sempre que possível (dados secundários) de modo a dar maior credibilidade e confiabilidade no processo de avaliação.

Considerando as condições existentes no Projeto, em princípio, a coleta de dados e informações foi baseada em entrevistas, reuniões e revisão de documentos. Em anexo, se encontra um roteiro orientador de entrevistas e reuniões.

2.3.3. O processo de análise das informações e dados.

O processo de análise sistemática envolve a organização e a classificação das informações coletadas, a sínteses e a comparação dos resultados com outras informações apropriadas para a obtenção de insumos para responder as questões da avaliação e atender aos propósitos da avaliação.

Desse modo, a Matriz de Avaliação constituiu um efetivo instrumento para a sistematização da informação, permitindo o estabelecimento de relações entre diferentes componentes, diferentes fontes de dado, observações e informes para verificar quando os resultados, produtos e atividades foram promovidos, e em que condições, os resultados foram obtidos em relação aos indicadores. Ao mesmo tempo, a Matriz também serviu como base para a geração de conclusões; lições aprendidas e recomendações.

Em sua maioria, a avaliação utilizou o método qualitativo, devido à natureza do Projeto. Somente fez uso do método quantitativo quando foi necessário para combiná-lo com o qualitativo, produzindo análises mistas.

2.4. Estratégia de seleção de entrevistados.

2.4.1. Metodologia para entrevistas e reuniões.

A seleção de autoridades e profissionais envolvidos na implementação do Projeto considerou os principais atores do ICMbio, consultores individuais por produto e representantes da ABC e PNUD envolvidos no acompanhamento da execução do Projeto.

Em termos de representatividade do grupo dos entrevistados do ICMBio, representou cerca de 60% dos envolvidos na execução e que desempenharam papéis de ponto focal nas diferentes Diretorias do Instituto. Houve também entrevistas online com representante da ABC e com pontos focais no PNUD.

Esta representatividade de entrevistados assegura que as seleções dos entrevistados estão bem equilibradas, por representarem quase o universo de atores do ICMBio, da ABC e de organismos internacionais, em termos de implantação do Projeto.

24.2. Enfrentando dificuldades para obter informações de atores de períodos anteriores

Considerando que o Projeto tem cerca de dez anos de existência, muito dos atores e colaboradores que atuaram previamente no Projeto, não se encontravam em sua maioria na instituição e alguns não puderam ser localizados. Em parte, esse problema será minimizado, tendo em vista que muitas entrevistas online com servidores do ICMBio em certa medida recuperaram parte das informações desse período. Foram realizadas entrevistas via skype ou whatsapp com determinados atores relevantes desses períodos.

Capítulo 03. Resultados da Avaliação

A avaliação final foi executada de modo a que os seguintes pontos foram analisados de modo interdependente**: (i)** a qualidade da concepção e desenho do Projeto; **(ii)** a eficiência do projeto identificando a contribuição para a obtenção dos objetivos planejados, incluindo a capacidade de mobilização e de gestão de recursos (orçamento, insumos, atividades e recursos humanos); **(iii)** se foram produzidos até o momento efeitos positivos ou negativos não esperados com o projeto, decorrente da implementação; **(iv)** identificação de lições aprendidas e boas práticas que poderão ser utilizadas em outros Projetos e em na continuidade das atividades diretamente pelo ICMBio..

Ao mesmo tempo, recomendações serão formuladas para o ICMBio e outros parceiros, considerando a necessidade de ser dado seguimento às ações sem o apoio do BRA/08/023 para aportar maior sustentabilidade e obter maiores efeitos após a finalização do Projeto.

A avaliação final identificou em que medida o processo de implementação (estrutura, arranjos, e modo de operação administrativa e financeira) promoveu o alcance dos insumos (inputs e atividades), produtos, objetivos e metas do Projeto. Ao mesmo tempo, a avaliação dos resultados técnicos permitirá verificar os diferentes graus de contribuição para o alcance final dos resultados a serem obtidos para a maior capacidade institucional do ICMBio e para a promoção de políticas públicas indicadas no Plano de Ação do Instituto e outros instrumentos voltados ao uso e conservação da biodiversidade brasileira.

A metodologia utilizada considera as orientações de avaliação da Unidade de Avaliação das Nações Unidas (UNEG) no que diz respeito à avaliação final de projetos de cooperação técnica. Portanto, a avaliação considerou que serão utilizados os critérios de avaliação: relevância, eficiência;eficácia, impacto e sustentabilidade. Ainda foram indicadas recomendações para obter maior sustentabilidade e impactos após a conclusão do Projeto, foi ainda dado um destaque complementar na avaliação sobre o desenho do projeto.

Estes critérios de avaliação têm suas definições apresentadas nos documentos de avaliação utilizados para orientar metodologicamente os referidos processos realizados no âmbito do sistema da ONU:

(i) a pertinência está relacionada com o grau em que uma iniciativa e seus produtos e efeitos esperados concordam com as políticas e prioridades nacionais e temáticas; assim como corresponde às necessidades dos beneficiários.

(ii) a eficácia resulta em avaliar o grau em que o projeto alcançou ou está contribuindo até o momento para os resultados esperados (produtos e efeitos) e o grau em que avançou para alcançar estes efeitos e produtos. Esta avaliação envolve a análise de causa e efeito, ou seja, atribuir determinadas mudanças aos produtos e efeitos do projeto.

(iii) a eficiência mede se os insumos ou recursos (fundos, experiência, tempo e oportunidade) se converteram em resultados de forma econômica. Um projeto será eficiente quando usar de maneira apropriada e econômica os recursos para gerar os produtos desejados. A eficiência é importante para assegurar que se usem apropriadamente os recursos e indicar se poderia ter sido utilizado de modo mais eficaz.

(iv) o critério de **sustentabilidade** centra sua análise na continuação dos benefícios após o término da ação apoiada pelo Projeto.

(v) no critério de **impactos s**erão identificados os efeitos de curto prazo positivos ou negativos, primários ou secundários, produzidos diretamente ou indiretamente pelo Projeto, intencionalmente ou não.

Em termos de recomendações foram indicadas iniciativas ou ações após finalização do Projeto que promovam o alcance do cenário desejado ao final do projeto. Também avaliou como as informações obtidas podem se tornar úteis para a tomada de decisões e prestação de contas sobre o alcance de resultados.

Na maioria das situações, avaliar o impacto constituiu um desafio e pode ser muito difícil confirmar se os benefícios alcançados podem ser atribuídos diretamente ao projeto. Nesses casos, a avaliação foi caracterizada como análise de contribuição do projeto ao alcance de objetivos mais amplos. Em termos de sustentabilidade foram indicadas ações que permitam que os benefícios ou resultados do Projeto possam continuar, quando esse for concluído. Avaliar a sustentabilidade implica em indicar quais determinadas condições ocorreram ou acontecerão no futuro para manter, gerenciar e assegurar os resultados do Projeto, no futuro.

3.1. Relevância

O setor do meio ambiente integra as prioridades do Programa de Cooperação Técnica da Agência Brasileira de Cooperação e dos compromissos internacionais, que o Governo assumiu com representação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Este setor continua sendo relevante nas Agendas de Cooperação multilateral e bilateral, por meio de doações e de financiamentos com organismos internacionais.

Reflexo da importância da operacionalização das políticas nacionais e da gestão estratégica da biodiversidade nacional pelo ICMBio, criado em 2007, pode ser identificado pelo crescente volume de recursos orçamentários e técnicos por meio de concursos públicos alocados para o Instituto nos últimos anos. Ademais, nos últimos anos, foram realizados dois concursos públicos para permanentes e contratados profissionais temporários para enfrentar emergências ambientais, dando melhores condições de sustentabilidade institucional. Entretanto, em entrevistas e estudos realizados, foi indicada a elevada carência de profissionais nas Unidades de Conservação; bem como a crescente aposentadoria de servidores do Instituto sem haver uma substituição por novos profissionais nos últimos quatro anos.

Devido às características de transversalidade e relevância da questão socioambiental, constatou-se através de entrevistas, que outras fontes de cooperação nacional ou internacional, bem como organizações não governamentais têm apoiado atividades, maximizando as ações empreendidas por esta Cooperação, em âmbito nacional, estadual e local. Ainda que, os recursos de Projetos do ICMBio com apoio do PNUD se encontram ausentes, a partir da finalização do BRA/08/023.

O Projeto foi aprovado em 2009, como instrumento oportuno de fortalecimento do ICMBio, por meio da ação em todas as suas Diretorias, para poder cumprir com novas demandas técnicas, econômicas, sociais e institucionais para a gestão estratégica do uso e conservação da biodiversidade nacional, subsidiando também com dados e informações o MMA e demais parceiros nacionais.

A relevância deste Projeto é ainda maior na medida em que se avalia o mesmo cenário enfrentado pelo ICMBio, nos período de 2009 a 2020, sem a existência do Projeto (com reduzido número de servidores concursados, sem consultores especializados e empresas de consultoria), tendo que dar respostas à sociedade, com agilidade e eficácia, para suprir demandas geradas para a efetiva implantação:de políticas nacionais de áreas protegidas; de implantação do SNUC; de efetivação da política nacional da biodiversidade (após 2009) e do funcionamento dos Conselhos e Fundos vinculados ao tema.

Caberia ressaltar que o Projeto está em consonância com as políticas, planos e normas nacionais no tema, tendo sido relevante para que possam ser implantadas as estratégias e/ou iniciativas nacional e internacional, em especial no que se refere à gestão das Unidades de Conservação. Para tanto, se aplicam legislações e diretrizes vigentes como: (i) Constituição Federal (1988) – Art. 225; (ii) Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92); (iii) Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); (iv) Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) Lei 9.985; (v) Regulamentação da Lei do SNUC Decreto 4.340; (vi) Política Nacional de Biodiversidade, Decreto 4.339; (vii) Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio)Decreto4.703 (viii) Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) Decreto 5.092;(ix) Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) Decreto

5758; (x) Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio); (xi) Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) – Decreto 6.040; (xii) Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira -Portaria MMA 09/2007.

O Projeto foi desenhado e tem sido executado adequadamente, visto que foi proposto em um período em que os projetos de cooperação voltavam-se muito ao fortalecimento técnico da instituição. Levou em consideração o processo urgente de estruturação e de operacionalização de iniciativas para a constituição de informações, de dados e de capacidade técnica para enfrentar os desafios temáticos. Portanto, o Projeto tem sido relevante atendendo às necessidades de fortalecimento técnico e institucional do Instituto para a realização de estudos, planos de manejo, subsídios ao monitoramento e avaliações; e pesquisas em temas significativos para a melhoria da qualidade da gestão da biodiversidade brasileira e de condições de vida de populações tradicionais relacionadas às Unidades de Conservação.

Previamente, por meio da execução de projetos do PNUD, GEF, GIZ e do PNMA foram identificadas determinadas necessidades de apoio em temas do Projeto. Em relação ao ICMBio, as necessidades de reforço estiveram nos últimos anos concentradas em ações voltadas a melhoria da eficácia das ações desenvolvidas quando eram de responsabilidade do IBAMA. Nesse sentido, o ICMBio tem atuado para subsidiar o MMA e outros parceiros, na formulação da política de nacional de áreas protegidas e fazer frente as respectivas competências em relação a operacionalização do SNUC.

Para a efetivação desta política nacional de biodiversidade e exercício das competências institucionais do ICMBio foram identificados determinados eixos estratégicos como prioritários para atuação do Instituto, por meio do Projeto:

(i) releitura, análise e interpretação processual da situação do uso e conservação da biodiversidade socioambiental brasileira, com a proposição de melhorar os instrumentos de planejamento e gestão SNUC por meio de Resultados propostos.

(ii) ações de articulação com órgãos e atores envolvidos no processo de implantação do SNUC, com vistas aos estudos, planos, criação e revitalização de Conselhos, gestão participativa; turismo responsável, diversidade sociocultural e estudos para a melhoria das condições de inserção das populações tradicionais e à socialização e disseminação de seus resultados alcançados;

(ii) incorporação dos resultados alcançados pelo Projeto, através dos estudos e ações interativas como subsidiárias da produção, tratamento, armazenamento e disseminação das informações sobre o uso e conservação da biodiversidade; e iniciativas de captação de recursos para o setor, com a estruturação e instrumentação para capacitação e visitação de UC.

O Projeto apoiou a superação de desafios impostos ao ICMBio, derivados da ampliação de responsabilidade pelo aumento permanente de novas Unidades de Conservação/SNUC e da estreita relação de seus produtos com as políticas públicas existentes para a biodiversidade brasileira.Ressaltando-se dentre outras ações: a análise e melhoria de procedimentos para operacionalização dos diagnósticos ambientais, socioeconômicos de UC;a implantação de planos de manejo e criação de conselhos gestores e deliberativos das UC; a aprovação de roteiros metodológicos e planos de manejo para diferentes tipologias de UC; roteiros para a atuação de Conselhos; melhorias dos processos internos a partir da consolidação do modelo de gestão estratégica do ICMBio revisado a cada ano; a apropriação do conhecimento, mediante realização de estudos da base de dados gerados, de maneira a produzir informações relevantes à tomada de decisão nos temas do Projeto.

O SNUC vem sendo consolidado por meio de processo de franca evolução na qualidade de sua gestão e capacidade de planejamento, bem como pelo aporte de informações e dados gerados com o apoio do Projeto e outras iniciativas complementares, com recursos nacionais e internacionais. Parte desta qualificação gerencial tem decorrido da capacidade do ICMBio em gerar informações relevantes e confiáveis, bem como a adequar-se às novas necessidades decorrentes de mudanças nas políticas de Governo.O uso e conservação da biodiversidade brasileira passou a ser identificada também como

instrumento de superação da pobreza e da exclusão social, junto às comunidades e populações tradicionais junto às UCs. Na última década, diversos estudos e projetos foram conduzidos, permitindo o reconhecimento da importância na dessas iniciativas para a gestão estratégica da implantação do SNUC e a promoção de ações governamentais verdes junto a esses grupos de atores e beneficiários da política nacional para o desenvolvimento social, político e econômico da sociedade brasileira.

Constata-se que existe a necessidade de que as ações do ICMBio estejam em perfeito alinhamento com as estratégias e visão de futuro indicadas no planejamento estratégico para os próximos 03 anos. Esse planejamento se encontra alinhado ao planejamento estratégico do MMA (até 2022). Seria importante indicar que o ICMBio tem utilizado as ferramentas decisórias para a gestão da biodiversidade como orientadores de desenvolvimento da sua atuação, por meio de macroprocessos e de recente processo de Governança institucional.

Tal fato decorre da necessidade da obtenção e tratamento de informações, dados, planos de manejo,tipologias de áreas protegidas; sistemas de monitoramento de emergências, desmatamentos e conservação das UC em diferentes biomas brasileiros; pesquisas por centros especializados que geram análises de situação de espécies (taxonomia) e estatísticas. Sem iniciativas dessa natureza torna-se precário conhecer o estágio da biodiversidade brasileira e de implantação do sistema nacional de unidades de conservação, planejá-los ou realizar as necessárias correções de rumo no processo de gestão e implantação de políticas públicas.

Neste sentido, o Plano Nacional de Biodiversidadee de Áreas Protegidas, bem como as iniciativas de implantação do SNUC tiveram suas metas estabelecidas contando com os dados e informações realizado pelo ICMBio e outros parceiros. Este seguimento tem propiciado maior efetividade nas intervenções do poder público para corrigir distorções, propor novas iniciativas e disseminar experiências exitosas.

O ICMBio, junto com o MMA, tem promovido incrementos na qualidade no processo de avaliação do estado da biodiversidade promovendo novas conexões entre avaliação, financiamento e gestão. Esse deverá continuar a ser um dos temas relevantes para a cooperação internacional nos próximos anos, considerando as recentes modificações das normas aplicadas aos recursos vinculados à compensação ambiental do ICMBio.Já são diversos os Projetos que tem sido aprovados a partir da instituição do uso da compensação ambiental na instituição.

Caberia destacar que em 2018, houve importantes alterações na legislação que propiciaram ao ICMBio aprimorar alguns mecanismos de gestão que são estruturantes para a autarquia, entre esses a autorização para a criação *do Fundo de Compensação Ambiental* e para a *concessão de serviços* de apoio à visitação nas Unidades de Conservação.A partir dessa autorização operada pela Lei nº 13.668/2018, o ICMBio realizou os procedimentos para a criação do Fundo de Compensação Ambiental, o qual, em 2019, passou a esta apto a receber os recursos que serão destinados, prioritariamente, para a regularização fundiária nas Unidades de Conservação federais.

Ainda, em decorrência dessa Lei, o ICMBio realizou em 2018 a concessão de serviços de apoio à visitação nos Parques Nacionais do Pau Brasil e da Chapada dos Veadeiros, além de ter dado inicio aos longo processo de procedimentos licitatórios para o Parque Nacional do Itatiaia. Esses novos procedimentos para concessões oferecerão estruturas mais adequadas à visitação ampliando paulatinamente o turismo junto à natureza e garantindo maior sustentabilidade à gestão dos Parques Nacionais e outras áreas.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC de importante relevância para a conservação da biodiversidade nacional e para o desenvolvimento sustentável tem sido fortalecido por meio da criação e ampliação das áreas destinadas à conservação ambiental. Em 2018, a organização e priorização institucional e o apoio de projetos internacionais (ARPA, GEF MANGUE e GEF MAR e do próprio BRA/08/023) permitiram a conclusão de 13 processos de criação e 9 processos de ampliação de Unidades de Conservação, totalizando o aumento de mais de 94 milhões de hectares de áreas protegidas. Essas áreas contribuem com a conservação de ambientes na Caatinga, como a APA e o REVIS da Ararinha Azul, no Pantanal, como a ampliação do Parque Nacional do Pantanal Mato-

grossense, na Amazônia,como as Reservas Extrativistas no litoral do Salgado Paraense e também no ambiente marinho costeiro,como a APA e o MONA do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e APA e o MONA Ilhas de Trindade eMartim Vaz. Esse processo de ampliação de criação ou de ampliação das unidades de conservação federais tem sido uma constante ao longo da vigência do Projeto, permitindo que o Brasil venha cumprindo com os compromissos internacionais para a implementação da Estratégia Nacional e Plano Nacional de Biodiversidade, acordados em diferentes reuniões da Convenção das Partes da CDB, e futuramente dos avanços do Brasil, no alcance das metas de Aichi (após 10 COP).

O Brasil conta com grande numero de variedades de vida abrigando mais de 20% do total de espécies do planeta, encontradas em terra e na água. Em termos globais, o Brasil incorporou as recomendações *da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD),* entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) e apresenta um relatório anual sobre a situação da biodiversidade brasileira, no Panorama da Biodiversidade Global (Global Biodiversity Outlook – GBO).

Ademais, a situação da biodiversidade brasileira era acompanhada de perto também pela Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), que desempenha papel relevante na discussão e implantação das políticas sobre a biodiversidade, bem como na identificação e proposição de áreas e ações prioritárias para pesquisa, conservação e uso sustentável dos componentes da biodiversidade. Uma das grandes preocupações do governo é com as espécies brasileiras ameaçadas de extinção,com conseqüências negativas do ponto de vista econômico, social ou ambiental, ou ainda espécies ameaçadas que são objeto de políticas específicas de recuperação tanto de fauna terrestre e aquática como de flora**,** em ecossistemas.

Dentre as ações do ICMBio em relação às Unidades de Conservação federais caberia destacar a sua adequação às novas políticas nacionais por meio do Decreto nº 10.147/2019 que trata da qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

Em termos de PPA,e recursos para as iniciativas, se constata que existe o Programa voltado aos Parques Nacionais, estratégico para o Governo. No âmbito ICMBio se verifica que estão contempladas ações prioritárias, que constam da Agenda Social, como: o Bolsa Verde, Cadastro de famílias para acesso a habitação rural, e vários programas relacionados a infra-estruturas e serviços sociais em áreas protegidas.

Em relação à prioridade do tema no PPA e seus reflexos sobre o planejamento estratégico do ICMBio, foi indicado que o último Planejamento do ICMBio teve sua vigência encerrada ao final do exercício de 2018.No ano de 2019, ocorreram as mudanças de autoridades do Poder Executivo Federal, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, da direção do Instituto (em dois momentos,sendo a primeira em janeiro e a segunda em abril).

Diante desse cenário, e para cumprir sua missão para alcançar os resultados, o Instituto optou que, durante o exercício de 2019, seus processos organizacionais seriam direcionados para alcançar os objetivos do Programa 2078 (Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade) do Plano Plurianual – PPA2016-2019 do Governo Federal ainda vigente naquele exercício. Os objetivos estratégicos finalísticos que norteiam a instituição tiveram suas correspondências diretamente vinculadas aos do PPA.

Figura 4. Plano estratégico e PPA

Planejamento Estratégico 2015-2018	Plano Plurianual 2016-2019
Objetivo 1 – Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética	Objetivo 1078 – Reduzir a ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável
Objetivo 3 – Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação	Objetivo 1065 – Contribuir para a conservação do meio ambiente, por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva
Objetivo 2 – Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	Objetivo 1070 – Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e consolidar as unidades de conservação federais
Objetivo 4 – Envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade	

Fonte: Relatório de Gestão ICMBio. 2019.

Assim, de forma a adequar a política pública ambiental federal às novas prioridades de Governo e à nova configuração das estruturas organizacionais, o MMA, e suas entidades vinculadas (ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ) iniciaram, no segundo semestre de 2019, um esforço conjunto para elaborar um Planejamento Estratégico Integrado, alinhado à Estratégia Nacional de Desenvolvimento – ENDES e ao PPA. A diretriz adotada do ponto de vista orçamentário e da capacidade organizacional deveria prever a vigência para o período de 2020 a 2023. Entretanto, as dificuldades de correntes da pandemia em 2020 e ainda em 2021 geraram pequenos avanços nesse tema.

Em termos de resultados alcançados pode-se identificar que conjunto significativo de estudos e pesquisas foi executado promovendo: conhecimento, desenvolvimento de capacidades, instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação dos recursos naturais em áreas protegidas propostos, testados e ainda sendo validados.

Os resultados alcançados do Projeto se caracterizam como de muita relevância para subsidiar a formulação de políticas públicas no tema, por meio de informações, conhecimento e dados que vêm sendo produzidos usando instrumentos, métodos e processos elaborados e/ou apoiados pelo Projeto.

Este Projeto enfrentou, ao longo de sua execução, médias modificações no setor e nas políticas nacionais. Este contexto pôde ser sentido, por meio de mudanças na política; nos instrumentos e processos de operacionalização do SNUC; surgiram novos planos e acordos de cooperação: processos de gestão compartilhada de UC; monitoramento e avaliação das áreas protegidas; novas normativas para investimentos em compensação ambiental; e manutenção e articulação dos diferentes sistemas de informação existentes para a biodiversidade; releitura das articulações e compartilhamento de responsabilidades entre entes federados para a biodiversidade; e definição dos eixos de desenvolvimento da biodiversidade considerando a vigência de objetivos indicados no planejamento

estratégico do MMA e do ICMBio nos próximos anos, referendados por compromissos internacionais em relação a biodiversidade e desenvolvimento sustentável nacional.

Planos, normas e instrumentos, previamente indicados no setor foram mantidos, com maiores detalhamentos posteriores. Outro importante aporte dado pelo Projeto foram os produtos elaborados por consultores e especialistas, que complementaram o trabalho das equipes técnicas do ICMBio envolvidas com a realização dos planos de manejo. Esse trabalho conjunto promoveu maior sucesso da execução desses planos e roteiros metodológicos. Informações sobre Conselhos e planos de manejo passaram a ser fornecidas diretamente pelo ICMBio e permitiram subsidiar as políticas públicas e iniciativas de apoio ao SNUC.

Portanto, o Instituto no desempenho de apoiar com subsídios às políticas públicas elaboradas pelo MMA, contou com o apoio do Projeto e de outros projetos, que atuaram de forma sinérgica ampliando o alto grau de relevância obtido até o momento, pelo atendimento às prioridades do Governo brasileiro no tema. Destacaria ainda a importância desse Projeto para o cumprimento dos compromissos internacionais do Brasil na implantação da Convenção da Diversidade Biológica, que contem metas a alcançar e que vem sendo medidas, em2006 e em 2010, pelo método Rappam. Nesse contexto, também é importante a avaliação dos avanços brasileiros alcançados para o cumprimento das metas de Aichi (10ª COP em Nagoya) para o período 2011 a 2020 (CDB).

Figura Mapa estratégico 2015/2018.

Fonte: Relatório de Gestão ICMBio, 2018.

Em princípio, o Instituto é o principal beneficiário direto, junto com o MMA e outros atores governamentais e não governamentais, das contribuições do Projeto por subsidiar com informações técnicas necessárias ao cumprimento da missão institucional; apoiando tomadas de decisão e troca/ampliação de conhecimento dos seus servidores, incluindo: diversidade de diagnósticos, pesquisas, manuais, planos, guias orientadores, roteiros metodológicos, cadastro de famílias nas UC, acesso a serviços sociais, turismo sustentável e responsável, valorização da diversidade sociocultural, capacitações.

Os efeitos imediatos alcançados pelos resultados obtidos até o momento pelo Projeto recaem de forma direta sobre a qualidade da gestão de UC e sobre os gestores de políticas públicas das diferentes instâncias político-administrativas. Também contribuiu com outros atores e parceiros governamentais, em especial o MMA, DNIT, MDS, Fundo Clima, e pelo provimento de informações que lhes permitem operacionalizar projetos e programas. O Projeto permitiu diagnosticar o quadro da realidade e evolução atual da biodiversidade brasileira; e contribuir para a definição de prioridades em projetos e programas a serem implementados no futuro próximo, para a melhoria do SNUC, e atuou muito em âmbito local de grupo das 325 UC e das áreas protegidas.

A modernização dos procedimentos de realização de planos de manejo para Unidades de Conservação individualizadas ou dentro de uma visão mais regional, integrada e de ecossistema (como está sendo ao caso da BR 319, com a abordagem conjunta de 11 UCs deverá representar um salto na qualidade das informações produzidas, com efeitos diretos sobre o melhor conhecimento da realidade regional das UCs, com redução de tempo e custos de realização dos Planos de Manejo. Esse estudo está trazendo avanços na assertiva da gestão pública de UC: maior rapidez no processo decisório, agilidade no acesso às informações e maior segurança quanto à utilização eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Nos últimos anos, o cenário institucional brasileiro foi muito favorável à realização deste Projeto. As questões de igualdade de oportunidades para as populações tradicionais e em zonas rurais; a promoção de repartição de benefícios do uso sustentável da biodiversidade; e promoção do acesso das populações tradicionais aos serviços e infra-estrutura social; maior conscientização da importância do uso e conservação da biodiversidade em âmbito nacional e internacional tem integrado a Agenda Social e Verde da sociedade brasileira, tanto em nível federal, estadual como local. As políticas voltadas à promoção da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável para todos os cidadãos representam não somente compromissos nacionais com a sociedade brasileira, mas também aqueles acordados em foros internacionais pelo Governo brasileiro, tais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000/2015) e os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015/2030).

Em relação ao monitoramento da Convenção da Diversidade Biológica pode-se confirmar que o Brasil tem alcançado as metas medidas em 2010. Assim, o Brasil tem realizado importantes progressos em relação à situação da biodiversidade na década de 90. Nos últimos 15 anos, o Brasil se empenhou em ampliar o alcance de metas, ainda que existam evidências de que determinados indicadores e metas de desmatamento em certos biomas não tenham sido alcançados, com aumento de áreas desmatadas. No Brasil, a tendência tem sido de relativo progresso no cumprimento dos antigos ODM e por esse motivo o país tem assumido protagonismo em processos de acordos ou revisão de metas de CDB por meio das reuniões da COP, como foi o caso das reuniões do Rio e de Paris.

Neste contexto, o Projeto apresenta alto grau de relevância para a consecução da Política Nacional de Biodiversidade e para a melhoria do uso e conservação das áreas protegidas.O Projeto também está em linha com a política de cooperação na área do PNUD e do Sistema das Nações Unidas.

O setor ocupa posição importante entre as prioridades da estratégia de cooperação dos organismos multilaterais e bilaterais com o Brasil. Esta prioridade é confirmada pelos documentos de

Estratégias; Programa de País e Programa destes organismos internacionais (PNUD, PNUMA; GEF, BIRD, BID, GIZ).

Caberia destacar a participação do ICMBio em diferentes foros internacionais e regionais dedicados ao acompanhamento dos avanços em termos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas regionais; estudos e pesquisas sobre UC; processos de avaliação e instrumentos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação.

Caberia destacar que tanto a ABC quanto o PNUD apoiaram o Instituto, de modo que pudesse ser executada a cooperação técnica em suas dimensões desenhadas e, em acordo, com as capacidades instaladas do Instituto.

A maioria dos entrevistados confirmou a relevância e a adequação do Projeto às necessidades dos beneficiários, durante o processo de avaliação, destacando os resultados obtidos para a política nacional e a sustentabilidade institucional do ICMBio.

Ao mesmo tempo, o Projeto também atuou juntamente com outras iniciativas desenvolvidas pelo Instituto, MMA e outros parceiros, destinadas ao fortalecimento das capacidades de gestão de UC e técnicas das Diretorias do Instituto (principal foco de ações de fortalecimento do Projeto) e das suas coordenadorias.

Em entrevistas realizadas com autoridades e técnicos das diretorias; DESP (onde se situa a gestão do projeto); PNUD; e ABC foi destacada a relevância deste Projeto para os avanços da Instituição, no tratamento das questões conceituais, metodológicas e operacionais relacionadas aos processos de produção e disseminação de informações, dados, metodologias, roteiros, pesquisas, planos de manejo para a conservação das Unidades de Conservação, espécies em extinção ou ameaçadas, comunidades tradicionais, e outros temas de relevância para o desenvolvimento sustentável nacional.

O Projeto continua em linha com a política brasileira que pode ser confirmada tanto pelas estratégias e projetos do Ministério do Meio Ambiente quanto às do ICMBio. Portanto, pode-se avaliar que o Projeto apresenta um alto grau de relevância para o fortalecimento técnico do Instituto ao longo dos últimos 10 anos, para tratamento das questões relacionadas à Biodiversidade e de apoio com subsídios à formulação de políticas setoriais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

3.2. Eficácia do Projeto

A seguir são indicados os resultados alcançados, como contribuintes para o alcance futuro de do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto:

Resultado 01: Unidades de Conservação federais geridas

Um dos desafios mais importantes existentes para o ICMBio refere-se à gestão das Unidades de Conservação. Para tanto, se aplicam legislações e diretrizes vigentes como: (i) Constituição Federal (1988) – Art. 225; (ii) Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92); (iii) Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); (iv)Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) Lei 9.985 ; (v) Regulamentação da Lei do SNUC Decreto 4.340; (vi) Política Nacional de Biodiversidade Decreto 4.339; (vii) Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) Decreto 4.703 (viii) Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) Decreto 5.092;(ix) Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) Decreto 5758; (x) Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio); (xi) Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) – Decreto 6.040; (xii) Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira -Portaria MMA 09/2007.

Considerando que o Resultado 01 está voltado para oplanejamento,é possível identificar diferentes ações apoiadas pelo Projeto nos eixos seguintes: (i) instrumentos de gestão (ii) criação ou ampliação de UC; (iii) desenvolvimento de metodologias; e (iv) consolidação territorial

(i) Instrumentos de gestão:

A lei de criação do SNUC determina que as unidades de conservação devam dispor de um plano de manejo, orientador de todas as atividades a serem desenvolvidas nestas unidades. A regulamentação indica a necessidade de um documento norteador para reger a elaboração dos planos de manejo para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas.

Para o ICMBio, a elaboração de Roteiro Metodológico de Planejamento voltado para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, passa a servir como marco referencial do ordenamento sistematizado e dos princípios de planejamento e de gerenciamento dessas Unidades de Conservação.

Em 2010 e 2011 foi realizada a revisão do Roteiro Metodológico de Planejamento para Unidades de Conservação de Proteção Integral – Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (2002), aportando caráter orientador e conservando as flexibilidades já existentes, e ressaltando os princípios do Manejo Adaptativo: contínuo, gradativo, flexível e participativo.

Essa revisão do Roteiro Metodológico buscou uniformizar conceitos e processos, possibilitando o alcance de objetivos comuns e a interações entre as Unidades de Conservação que compõem o Sistema Nacional de Áreas Protegidas. O Plano de Manejo possibilita a continuidade de gestão, pois o processo de planejamento é permanente, ainda que os Planos de Manejo se mantenham mais dinâmicos, e procurem atender os desafios atualizados de gestão das Unidades de Conservação.Neste contexto foram elaborados roteiros para diferentes tipologias de UC como:florestas nacionais, RPPNS, parques nacionais.

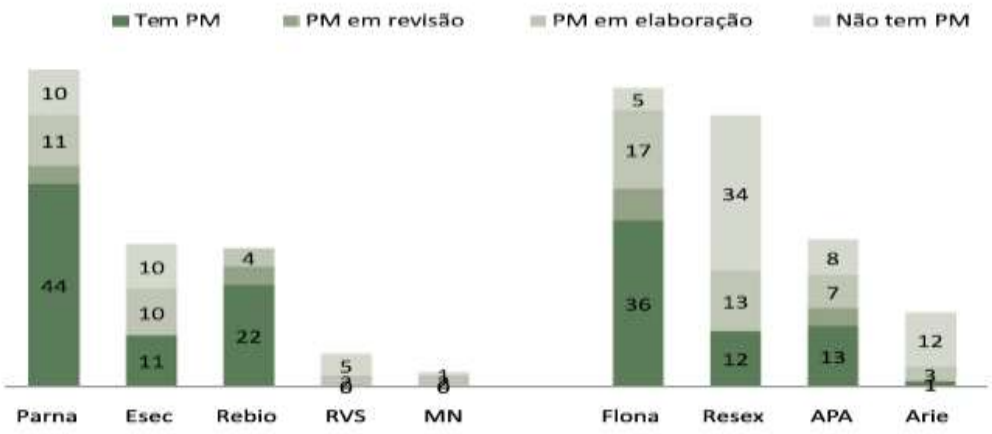
Com o apoio do Projeto foi elaborado o Roteiro Metodológico para Planos de Manejo para diferentes tipologias de UC, constituindo um dos principais resultados alcançados, que apresenta longo alcance porque serve de base metodológica para a elaboração dos Planos de Manejo por diferentes profissionais e para obter uma orientação com os trabalhos junto aos conselhos e comunidades em unidades de conservação federais.

Também foram apoiadas as iniciativas de obter subsídios que resultaram na elaboração de 13 Planos de Manejo para as seguintes UC: (i) PARNA da Amazônia; (ii)Flona de Caxiunã; (iii)PARNA Mapinguari; (iv) RebioAbufari; (v)Flona de Humaitá; (vi) PARNA Nascentes do Lago Jari; (vii) ESEC Cuniã; (viii) RESEX do Lago de Cuniã; (ix)FlonaIquiri; (x)FlonaBalata Tufari; (xi) RESEX Ituxi; (xii) RESEX Médio Purus; e (xiii) RESEX Capanã Grande.

Ainda foram realizadas, com recursos originários do DNIT,contribuições para a elaboração dos 11 planos de manejo integrados das unidades de conservação do Interflúvio Purus-Madeira (BR 319) e relacionado a estes planos integrados foram obtidos dados para o desenvolvimento de Base Cartográfica e Sistema de Informações Geográficas - SIG para a área do Interflúvio dos Rios Purus-Madeira, para cada uma das 11 unidades de conservação federais da área de influência da BR 319.

Figura 6. Planos de Manejo 2013

Planos de Manejo em UCs



Fonte: Relatório de Gestão ICMBio. 2013.

Nos últimos anos, com o apoio do Projeto e outros recursos externos e de recursos orçamentários do ICMBio houve um avanço significativo no número de Planos de Manejo elaborados, usando metodologia que envolve menos recursos e menos tempo para a respectiva elaboração a partir dos avanços metodológicos apoiados pelo BRA/08/023.

Caberia destacar que em 2018 foi feita a publicação do Roteiro Metodológico pelo ICMBio e colocado à disposição para consultas, disseminação e como instrumento orientador para a consolidação da gestão das UC. Portanto, o Projeto apoiou tecnicamente a elaboração de relevante instrumento de gestão para a elaboração de Plano de Manejo, alinhado ao desenvolvimento de uma nova metodologia. Esta nova metodologia de elaboração e revisão de plano de manejo permitiu aperfeiçoar os recursos financeiros e humanos, reduzindo o levantamento de dados e favorecendo as análises técnicas, no âmbito do diagnóstico e do zoneamento, trazendo uma maior eficiência na consolidação desses instrumentos de planejamento das unidades de conservação.

Além disto, considerando o objetivo estratégico de envolver a sociedade na gestão das Unidades de Conservação e na conservação da biodiversidade, indica-se a contínua ampliação no número de visitantes em unidades de conservação, totalizando 12,4 milhões de visitantes, em 2018. O crescente aumento da visitação tem relação direta com o fortalecimento dos diferentes instrumentos de gestão, tais como a estruturação das normativas relacionadas à concessão de serviços, com destaque para a Lei n.º 13.668/2018.

Quanto aos planos de manejo das Unidades de Conservação federais, houve a continuidade e o aprimoramento dos procedimentos internos, especialmente para as normas gerais e zoneamento que compõem o instrumento Plano de Manejo das UC.

Em 2017, foram publicados 20 planos de manejo, sendo 13 de UC sob gestão direta do ICMBio e 7 RPPN. Atualmente das *324 UC federais, 182 (56,18%) possuem plano de manejo*, desses 32 estão em revisão, e 141 (43,82%) não tem plano de manejo, dos quais 66 estão em elaboração, sendo que 11 planos novos foram publicados, além dos planos para RPPN que dependem de ação direta dos proprietários das áreas.

Em 2018, no âmbito do ICMBio, foram elaborados 11 planos de manejo de RPPN e 13 planos de manejo das demais categorias de unidades de conservação. Complementarmente foram realizadas 04 revisões gerais e 6 revisões pontuais de plano de manejo, além da definição de uma zona de amortecimento, da Estação Ecológica Guanabara - Portaria nº 765/2018.

Os planos de manejo elaborados e concluídos em 2018 foram das seguintes Unidades de Conservação: PARNA Serrada Mocidade; ESEC Niquiá; FLONA Humaitá; PARNA Nascente do Lago Jari; Reserva Biológica - REBIOdo Abufari; RESEXMar de Soure; PARNA São Joaquim;

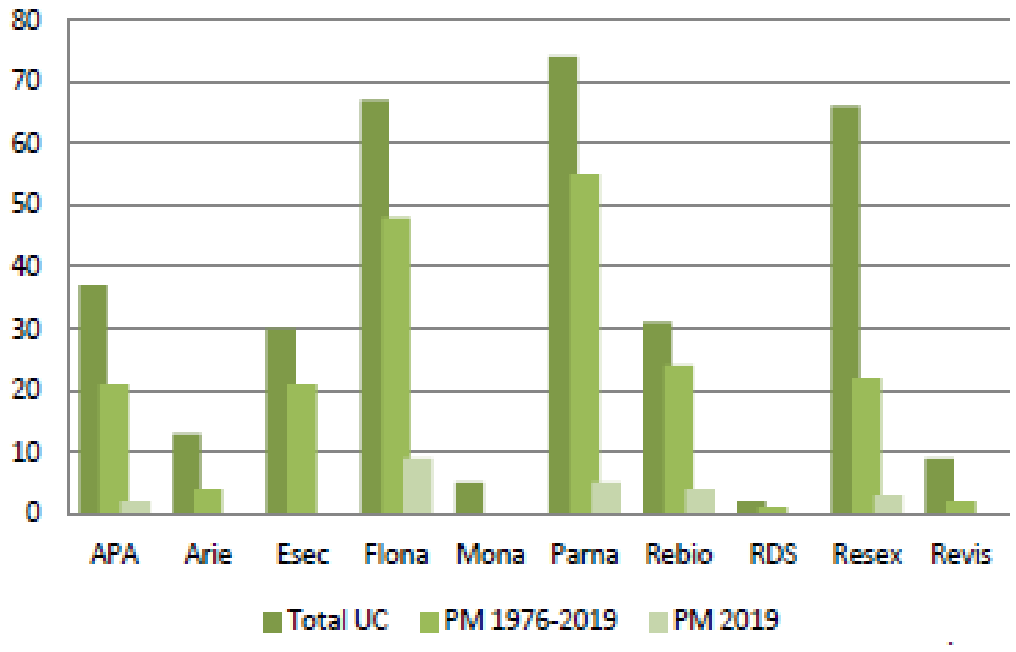
FLONA de Pau Rosa; ESEC Cuniã; APA Serra daMantiqueira; RESEX Lago do Cuniã; APA Baleia Franca; e PARNA Mapinguari.Foram também analisados e aprovados 11 planos de manejo de RPPNno ICMBIO. Foi realizada a revisão geral em 04 planos de manejo e realizadas revisões pontuais em 6 planos de manejo.

De 2018 a 2019, foram concluídos planos de manejo de Unidades de Conservação em todas as coordenações regionais e contemplando todos os biomas brasileiros. Em 2019, excetuando-se as RPPN, foram elaborados 12 planos de manejo e revisados outros 16, sendo nove por meio de revisão geral e sete por meio de revisão pontual. Estas conclusões ou revisões de planos de manejo ocorreram no âmbito do ICMBio com recursos orçamentários próprios e outras fontes.

Em 2019, dos planos de manejo finalizados, nove portarias foram publicadas, sendo três de novos planos de manejo, fazendo com que um total de *198 UC* passassem a ter o instrumento atualmente de 334 UC existentes no SNUC.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição das UC trabalhadas em 2019, a relação com o total de UC contempladas com o instrumento, assim como a comparação com o total de UC criadas, por categoria.

Figura 7. Gráfico com a distribuição de UC.2019



Fonte: Relatório de Gestão 2019.

Caberia ressaltar o importante aporte do Projeto apoiando em certa medida a realização de oficinas com as comunidades para a elaboração ou revisão de planos de manejo das UC. O resultado contribuiu para o aumento da eficiência com a adoção da nova metodologia de elaboração e revisão dos planos de manejo, consolidada por meio da Instrução Normativa nº 07/2017 e do Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais.

Outro resultado esperado e alcançado com a implantação da nova metodologia foi a qualificação da participação social no processo de planejamento. Por exemplo, em 2018 e 2019, durante as oficinas de plano de manejo realizadas cerca de 680 pessoas construíram os planos de manejo das unidades de conservação federais facilitados pelo ICMBio.

(ii) Criação ou ampliação de UCs:

Criar ou ampliar Unidades de Conservação é outra importante missão do ICMBio. Para serem criadas ou ampliadas há necessidade de serem levantadas muitas informações e dados que visam subsidiar a tomada de decisão sobre o assunto, em acordo com um vasto conjunto de instrumentos legais. Para a proposição de criação de uma nova unidade de conservação, uma longa trajetória deve ser desenvolvida para se validar a escolha de determinado espaço a ser protegido, e relacionado à execução das políticas públicas para a conservação da biodiversidade no Brasil.

O SNUC é um sistema em processo de franca evolução na qualidade de sua gestão e capacidade de planejamento das Unidades de Conservação em todo o território nacional. Parte desta qualificação gerencial do ICMBio tem decorrido da capacidade em gerar informações relevantes e confiáveis, bem como a adequar-se às novas necessidades decorrentes de mudanças nas políticas de Governo na área de desenvolvimento sustentável e biodiversidade. Na última década, diversos estudos e projetos foram conduzidos, permitindo o reconhecimento da importância na política de desenvolvimento sustentável e biodiversidade para o desenvolvimento social, político e econômico da sociedade brasileira, tendo em vista também os compromissos brasileiros no âmbito dos acordos internacionais envolvidos na obtenção dos antigos ODMs (2000/2015) e atuais ODS (2015/2030).

A necessidade de que as ações do ICMBio estejam em perfeito alinhamento com as estratégias e visão de futuro propostas pela Política Nacional de Meio Ambiente e programas decorrentes, deriva do fato de que as ferramentas decisórias têm no Instituto um dos seus pilares de desenvolvimento. Tal fato decorre da imperiosa necessidade da obtenção e tratamento de informações e estatísticas, de planos e normas do uso e conservação dos recursos de biodiversidade nacionais, sem as quais não é possível a proposição de novas iniciativas, planejá-lo ou realizar as necessárias correções de rumo.

Nesse contexto, o Projeto apoiou 10 ações de criação de espaços de preservação da biodiversidade tais como:elaboração de estudos que subsidiaram a obtenção de informações para a criação de novos espaços protegidos ou a revisão de espaços existentes sob a denominação de Unidades de Conservação, tais como:

(i)RESEX em Magalhães Barata,
(ii) RESEX Araí-Peroba,
(iii)RESEX em Marapanim;
(iv) RESEX Ilha Pratiqueira (São Caetano de Odivelas),
(v)RESEX Enseada da Mata na região da Baixada Maranhense, município de Penalva, estado do Maranhão;
(vi) RESEX Refúgio da Vida Silvestre na Plataforma Marinha de Sergipe;
(vii) RESEX Monumento Natural da Pipa no município de Tibau do Sul - RN.
(viii)RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, na área de influência do complexo estuarino Piauí/Fundo/Real, no estado do Sergipe;
(ix) Sistematização de informações sobre a biodiversidade marinha no Banco dos Abrolhos, com o objetivo de identificação de áreas prioritárias para a conservação.

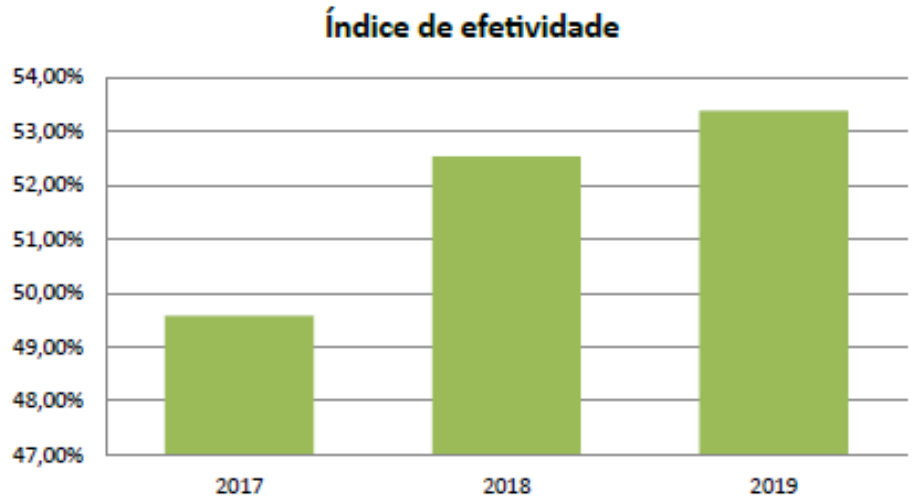
Caberia destacar que o ICMBio com recursos próprios e de outras fontes apoiou a instalação no biênio 2018/2019 de sistema de aprimoramento da gestão de UC, de modo a dar maior eficiência ao funcionamento do SNUC e da conservação da biodiversidade nacional. Esse sistema passou a ser operacional em 2019 favorecendo que a cooperação para elaboração de metodologia de Planos de Manejo e a criação de UC apoiadas pelo BRA pudessem ser mais sustentáveis em longo prazo, com a ampliação da eficiência e eficácia da gestão das UC.

Considerando que a gestão das Unidades de Conservação está vinculada aos seus respectivos planos de manejo, é importante para este indicador a contribuição institucional proporcionada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação – SAMGe. Em2018, com a implementação preliminar do Sistema em uma plataforma web, houve a ampliação da participação das equipes das Unidades de Conservação nos ciclos de diagnóstico da ferramenta, o que permitiu uma maior transparência na apresentação dos dados e informações disponibilizadas, permitindo o monitoramento e a avaliação da

implementação da política pública relacionada coma gestão de espaços territoriais com características especiais, como aqueles integrantes do SNUC.

No ciclo de 2019, o diagnóstico contou com a participação de 316 unidades, o que corresponde a 94,6% das Unidades de Conservação sob a gestão do ICMBio, apresentando o *índice de efetividade de gestão na ordem de 53,37%, enquadrando na escala de "Moderada Efetividade*". Cabe destacar que 22,45% (75) das UCs federais estão na escala de "Efetivas", 66,76% (223) em "Moderada Efetividade", e 5,38% (18) em "Reduzida Efetividade".

Figura 8. Gráfico de Efetividade de Gestão de UC



fonte: Relatório de Gestão ICMBio.2019.

Como será visto a seguir, durante o período de entre 2006 a 2010, o ICMBio apresentava cerca de 292 UC que já utilizavam a metodologia RAPPAM para medir a avaliação da gestão das UC dando cumprimento aos compromissos internacionais junto a CDB , sendo que 135 UC estavam em moderada eficiência e em 2019 já haviam sido ampliadas para 223 UC com moderada eficiência, de acordo com critérios definidos pelas normas da CDB, aplicados por países signatários.

c) Desenvolvimento de metodologias:

O Projeto apoiou a aplicação em 2010 do método RAPPAM, que permite avaliar a gestão das Unidades de Conservação, permitindo ao governo brasileiro cumprir com compromissos internacionais.

Em 2004, a Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB adotou o Programa de Trabalho para as Áreas Protegidas (VII/28), que determinava aos países signatários a realização de avaliações de efetividade de gestão de seus sistemas de áreas protegidas até o ano de 2010.

A primeira avaliação de efetividade de gestão das Unidades de Conservação federais brasileiras, realizada entre os anos 2005-2006, foi conduzida segundo o método de Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação – RAPPAM.

Em 2005/2006, o estudo cobriu 245 unidades (aproximadamente 85% das UCs existentes no período) e representou um passo importante para o aperfeiçoamento gerencial dessas áreas e para o desenvolvimento de suas potencialidades. A partir de novembro de 2009 deu-se início à realização do segundo ciclo de avaliação da efetividade de gestão das UCs federais seguindo o método RAPPAM.

Ao longo do ano de 2010 foram realizadas sete oficinas presenciais para aplicação dessa metodologia visando cobrir 292 UCS (94% do conjunto das 310 UC federais) permitindo avaliar também a situação do Sistema Federal de Unidades de Conservação.

A aplicação do método Rappam com a realização de sete encontros e questionário eletrônico contou com o apoio do Projeto e tornou possível oferecer instrumento aos tomadores de decisão e formuladores de políticas relacionadas à gestão das Unidades de Conservação federais.

Figura 9. Quadro comparativo da efetividade na Gestão de UCs federais.

Fonte: Site ICMBIO. 2019.

d) Consolidação territorial:

No âmbito do processo de criação ou ampliação de Unidades de Conservação, existem ações voltadas à regularização da situação fundiária e à consolidação dos limites das Unidades de Conservação Federal. Essas ações são necessárias para implantação, planejamento e execução das ações de gestão desses espaços territorialmente protegidos.

De acordo com a legislação vigente, a criação de uma Unidade de Conservação não caracteriza a transferência de domínio das terras para o patrimônio público. Por esse motivo, os recursos fundiários das Unidades de Conservação podem ser compostos por um conjuntode tipologias, de acordo com a origem, por exemplo: de terras da União, áreas costeiras, marinhas, ilhas e várzeas, terras sob competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), terras já desapropriadas e transferidas para o domínio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do ICMBio, terras públicas estaduais e terras privadas.

Assim, a obtenção de subsídios sobre a dominialidade de propriedades que compõem a Unidade de Conservação, os dados sobre as características da cobertura vegetal e sobre outros componentes são importantes para que seja concluída a regularização fundiária com a transferência do domínio ou da posse dos imóveis contidos no interior do perímetro decretado de cada UC para o Instituto Chico Mendes.

Por outro lado, existiu a consolidação de limites com a demarcação topográfica e a sinalização do perímetro das Unidades de Conservação federais. Outra importante ação neste tema foia elaboração, atualização e divulgação de dados dos limites das Unidades de Conservação.

Nesse contexto, o Projeto apoiou com a proposição de subsídios de dados e informações para que fossem operacionalizadas as ações de consolidação territorial das UCs federais, com produtos tais como:

(i) desenvolvidos subsídios para levantamento de terras e benfeitorias em 03 RESEX;
(ii) apoio técnico de vistoria e avaliação de imóvel situado na RESEX Cajari/AP;
(ii)proposição e validação de metodologia de verificação de limites de unidades de conservação federais, de levantamento de ocupação do solo e de instalação de placas de sinalização na RESEX de Soure/PA;
(iv)colocadas placas e marcos na RESEX Mãe Grande de Curuça/PA;
(v)delimitada a área e instalado marcos nos novos limites da Flona do Tapajós;

(vi)demarcado o territóriodos limites da RESEX Gurupá Melgaço. e
(vii) sinalizadademarcação territorial dos limites da Flona de Caxiuanã.
(viii) apoio técnico à regularização fundiária e recuperação de áreas degradadas da Flona do Itacaiuna/PA.

e) Metodologia de Planos de Manejo

Destaca-se que o Resultado promoveu estudos técnicos e experimentais que subsidiaram o processo de aprimoramento da metodologia de elaboração dos Planos de Manejos das Unidades de Conservação. Por conseguinte, foram realizados estudos para a revisão dos Roteiros Metodológicos sob a gestão de GT interinstitucional criado com a Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo - COMAN da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN/ICMBio.

O GT propôs em 2013 em acordo com as metas governamentais (PPA) ações para que nos próximos anos fossem elaborados pelo menos 60 Planos de Manejo para todas as categorias de Unidades de Conservação federais. Das 320 Unidades de Conservação federais, em 2013, 113 Unidades possuíam Planos de Manejo, instrumento norteador do uso e conservação dos recursos nesses espaços de biodiversidade nacional. Em 2019, 192 UC possuíam Planos de Manejo elaborados.

O ICMBio buscou o aperfeiçoamento do processo de elaboração de Planos de Manejo, focando seus esforços na consolidação da nova abordagem metodológica. Visava a integração da nova metodologia com outros instrumentos de planejamento e normatização internos, havendo discussões entre diretorias e com atores externos, como representantes de movimentos sociais relacionados às populações tradicionais beneficiárias das UC de uso sustentável.

Essa integração culminou com a publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 27 de dezembro de 2017, que estabeleceu diretrizes e procedimentos para a elaboração e revisão de planos de manejo para todas as categorias de UC.

Com a publicação desta normativa, a elaboração deste instrumento de planejamento tornou-se mais simples e dinâmica, com prazos mais curtos e menores custos. Além disso, foram realizados eventos de capacitação para servidores do ICMBio que atuavam na supervisão da elaboração de planos de manejo, para ampliar a capacidade da equipe na implementação do novo método. Esse desafio de capacitação permanente deverá permanecer nos próximos anos.

O Projeto apoiou ações de revisão e/ou de subsídios para a elaboração de planos de manejo. Esse resultado previa inicialmente uma meta total de 24(vinte e quatro) estudos de planos de manejo, sendo que a tendência verificada foi de que parte desses planos fossem executados com recursos do ICMBio e de outros acordos de cooperação, como o DNIT (11 planos de manejo). Por esse motivo, em 2016, essa meta foi reduzida para 13 Planos de Manejo em áreas de Reservas Extrativistas. Essa meta foi alcançada.

Outro ponto importante dos avanços do ICMBio diz respeito a regularização fundiária no interior das Unidades de Conservação, que constitui um indicador estratégico de apoio ao fortalecimento do SNUC, junto com os Planos de Manejo. O Projeto contribuiu com alguns levantamentos georeferenciados ou mais expeditos em Unidades de Conservação em território nacional.

Por ser o responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais, o ICMBio vem desempenhando relevante papel na construção e fortalecimento do SNUC. Esta ação pode ser feita tanto através deapoio aos estados e municípios com estudos, capacitações, guias metodológicos ou outros tipos de orientação, quanto pela implementação das Unidades de Conservação federais, de modo que estas cumpram seus objetivos de conservação ambiental e de desenvolvimento socioambiental.

A regularização fundiária nas UC federais abrange todas as ações de desapropriação/indenização/incorporação de imóveis privados sobrepostos às Unidades de Conservação. Essa pode ser realizada por instrução para desapropriação, subsídios a ações judiciais, usucapião, perícia judicial, doação de imóveis para fins de compensação de reserva legal, verificação e

consolidação dos limites, além de outras ações com vistas à consolidação territorial das UCs. Dentre as modalidades de regularização fundiária utilizadas estão o repasse das terras da União pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU ou Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o recebimento em doação por compensação de reserva legal, outras formas de compensação e a desapropriação por meio da indenização.

Essas ações são regradas por atos normativos do ICMBio.Os procedimentos para desapropriação estão definidos na Instrução Normativa 02/2009 e passaram a utilizar basicamente recursos de compensação ambiental, que foram viabilizados a partir da aprovação de recursos decorrentes de licenciamento e consequentemente os de compensação ambiental. Assim, para o fortalecimento da ação de regularização fundiária, foi criado o Fundo de Compensação Ambiental - FCA, previsto na Lei nº 13.688/2018. Regido por estatuto próprio, o fundo tem como função recepcionar e executar os recursos provenientes da Compensação Ambiental, previstos no artigo 36 da Lei nº9985/2000. A Caixa Econômica Federal foi a instituição financeira selecionada para gerir o fundo. Foi obtida maior agilidade no uso desses recursos de Compensação Ambiental a partir de 2019.

O Projeto apoiou a obtenção desses levantamentos com vistas à implementação de UC por obter os dados necessários para a regularização fundiária no interior ou em áreas limítrofes da UC, agilizando processos pendentes de solução jurídica e legal há vários anos.

Caberia ainda destacar que no âmbito deste Resultado, foram realizadas, outras atividades que remeteram ao alcance dos produtos previstos no Projeto, conforme segue:

i. Elaborado, 50% das ações previstas no Projeto, relacionadas à revisão do Roteiro Metodológico para orientar Planos de Manejo, sendo que os restantes 50% foram concluídos pelo ICMBio, sem ônus para o Projeto, mediante Portaria elaborada. Esse Roteiro apresentou a respectiva publicação com a definição das diretrizes de elaboração para Planos de Manejo.

ii. Realizado Curso de padrões abertos para a prática de conservação, visando aprimorar a utilização da metodologia para uso no planejamento das 11 UC do interflúvio Purus-Madeira.

iii.Elaborado o diagnóstico socioeconômico para subsidiar a elaboração dos 11 Planos de Manejo integrados das Unidades de Conservação federais do interflúvio Purus-Madeira (BR 319).

vi. Elaborada a estruturação do banco de dados a partir de realizado o levantamento de dados secundários do diagnóstico ambiental com a produção de relatórios temáticos abordando: meio físico, vegetação, ictiofauna, herpetofauna, mastofauna, avifauna e uso público. Também foi realizada a análise integrada dos dados do meio físico e biótico, obtendo resultados preliminares do diagnóstico ambiental (1ª e 2ª etapas de campo) para elaboração dos Planos de Manejo integrados das Unidades de Conservação Federais do interflúvio Purus-Madeira (BR 319).

v.Dentro da mesma intervenção apoiada pelo DNIT foi realizado o planejamento da logística para a concretização de duas expedições de campo de profissionais brasileiros para realização do diagnóstico ambiental no Interflúvio-Purus Madeira (BR319);

vi. Realizadas capacitações de 75 pessoas da região de implantação da BR 319 no norte do Brasil, de modo a ampliar as capacidades técnicas em planejamento dos diagnósticos socioeconômico e ambiental, assim como dos Conselheiros para elaboração dos 11 planos de manejo integrado do Interflúvio Purus-Madeira (BR319);

vii.Foram elaborados os diagnósticos sócio-econômicos e socioambientais para a criação ou ampliação de 4Resex localizadas nas microrregiões do Salgado Paraense e Bragantina, considerando a necessidade técnica e institucional de: i) criação de Resex em Magalhães Barata e em Marapanim e ii) ampliações das ResexAraí Peroba e da Resex Ilha Pratiqueira;

viii. Realizado estudo diagnóstico e sistematização de informações sobre o meio natural marinho, com vistas a subsidiar a criação de RFS na Plataforma Marinha de Sergipe;

xi. Realizado estudo diagnóstico, com a caracterização e a sistematização de informações de atividades pesqueiras para subsidiar a criação do MN da Pipa do Município de Tibau do Sul – RN;

x. Realizados estudos complementares para levantamento e caracterização da situação fundiária de área de interesse para criação da RESEX Enseada da Mata na Região da Baixada Maranhense, município de Penalva – MA;
xi. Realizados estudos técnicos de sistematização de informações sobre a biodiversidade marinha e pesqueira para subsidiar a criação do PN Marinho do Albardão;
xii. Realizado estudo de caracterização da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira e diagnóstico da vegetação da EE/CE, com vistas a dar subsídios para a criação de espaços de conservação ambiental;
xii. Realizado apoio à colocação de marcos na RESEX Mãe Grande de Curuça/PA;
xiii. Abertura e delimitação de área com instalação de marcos nos novos limites da Flona do Tapajós; subsidiando a atuação do ICMBio na regularização dos novos limites das Unidades de referência.
xiv.Realizado demarcação territorial dos limites da RESEX Gurupá Melgaço e da Floresta Nacional de Caxiuanã; subsidiando a atuação do ICMBio na solução de diferenças de limites para essas Unidades e para os seus habitantes.
xv.Realizados vistoria e avaliação de imóvel situado na RESEX Cajari/AP em desapropriação judicial pelo ICMBio, visando a contestação do Laudo Parcial;
xvi. Estudos para regularização fundiária e recuperação de áreas degradadas da Flona do Itacaiuna/PA;
xvii. Realizado estudo diagnóstico socioeconômico e fundiário das posses/propriedades ao longo dos rios Mucuim e Açuã no interior do PN Mapinguari/RO para subsidiar com informações a: regularização fundiária da UC, desapropriação e indenizações de benfeitorias relacionadas ao processo fundiário.

Sobre a situação da implantação dos Produtos do Resultado 01:

Caberia indicar que os Produtos 1.4; e 1.5 não foram implementados com recursos do Projeto, mas foram realizados diretamente com recursos do ICMBio ou outros recursos internacionais, tendo sido cancelados em 2016.

Os Produtos 1.1; 1.6; e 1.7 foram parcialmente concluídos com os recursos do Projeto (até 2013), sendo que com recursos diretos do ICMBio foram totalmente concluídos até 2015.

O Produto 1.8 foi cancelado pela revisão de 2020

O Produto 1.1 apoiava a elaboração de 01 Roteiro metodológico, que foi revisado, editorado e publicado pelo ICMbio tornando-se oficialmente a referência da instituição. Por esse motivo, foi dado por *concluído em 2016*.

O Produto 1.2 destinado à elaboração de 24 Planos de Manejo apresentou sua meta reduzida para 13 pela Revisão Substantiva de 2016 e foram elaborados os 13 planos integrados na região norte, sendo 11 delescusteados pelo DNIT relativos à implantação da BR 319.

O *Produto 1.3 foi cancelado* e não foi iniciado. Os estudos estão sendo desenvolvidos no âmbito do ICMBiode acordo com a concretização de demandas relacionadas com zonas de amortecimento de corredores ecológicos.

O Produto 1.4 destinava-se à elaboração de 09 Estudos e/ou projetos de gestão integrada (corredores ecológicos, mosaicos, gestão biorregional, gestão ecorregional) implementados, avaliados e publicados. Foi cancelado em 2016 por ter sido executado com outros recursos.

O Produto 1.5 visava promover estudo para identificação e proposição de modelo e metodologia para avaliação de parcerias foi *cancelado em 2016*, tendo sido executado com recursos do ICMBio.

O Produto 1.6 apoiou a elaboração da metodologia de avaliação da gestão de UC (RAPPAM) e posteriormente foi assumido pelo ICMBio tendo gerado uma nova sistematização após aplicação de piloto do RAPPAM.

O Produto 1.7 destinado a desenvolver um sistema de monitoria da implementação das Unidades de Conservação federais foi cancelado em 2016, visto que houve pequenos avanços entre

2009 e 2015, sendo que o ICMBio modificou sua estratégia adotando novo sistema de gestão por resultados, o sistema de monitoria e avaliação das UC, que entrou em vigência em 2018/2019.

O Produto 1.8 destinado aos estudos para a criação, recategorização ou redefinição de 14 Unidades de Conservação somente alcançou a realização de 10 ações (o Produto foi cancelado na revisão de 2020) de criação de espaços para a preservação da biodiversidade, sendo que as demandas existentes por estudos dessa natureza passaram a ser realizadas diretamente pelo ICMBio.

O Produto 1.9 voltado à realização de 03 estudos de caracterização e diagnóstico ambiental de Unidades de Conservação e/ou avaliação ecológica rápida foi concluído em 2015. Tendo sido cancelado em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. As demandas existentes por estudos dessa natureza passaram a ser realizadas diretamente pelo ICMBio, e por outras fontes de financiamento.

O Produto 1.10 destinado a ter 30 Unidades de Conservação Federais, mapeadas com seus limites, uso e ocupação do solo, marcos geográficos naturais. Até 2015 somente completou 04 estudos. Produto parcialmente implementado até 2016, sendo que o mesmo foi *cancelado* e incorporado ao produto 1.15 em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Foram identificadas novas abordagens para o tema.

Em relação ao Produto 1.11 dos 12 levantamentos de malhas fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas nas Unidades de Conservação Federais propostos, somente 04 foram realizados até 2015.Produto concluído**,** sendo que foi dada nova redação ao Produto, em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Os trabalhos apoiados pelos recursos do DNIT resultaram na identificação de dominialidade das terras em 11UC da BR 319 e de propostas de solução para minimizar situações de conflito na região da BR 319.

O Produto 1.12 propôs a realização de08 levantamentos de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação, entretanto somente foram realizados 03 estudos indicados previamente, até 2016.Produto parcialmente implementado e mantido na Revisão Substantiva de 2020 dada à implementação do Sigterra. O ICMBio promoveu, com recursos próprios e do Projeto, uma série de eventos e cursos de qualificação de seus quadros profissionais,bem como elaborou instruções normativas.

Em relação ao Produto 1.13 não foram previstos quantitativos para a elaboração de Projetos, estudos e/ou acompanhamento de demarcação de Unidades de Conservação, tendo sido executadas 07 iniciativas envolvendo metodologia para demarcação. Produto parcialmente implementado, sendo que o mesmo foi *cancelado* e incorporado ao produto 1.15, em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, dado que o atendimento crescentes das demandas de estudos e outras ações para este Produto estão sendo realizadas pelo ICMBio.

O Produto 1.14 que trata de estudos para realocação de populações foi concluído parcialmente com recursos do Projeto e a partir de 2015 vem sendo executado com recursos próprios do ICMBio e outras fontes. Esse Produto foi parcialmente concluído e *cancelado* na Revisão de 2016.

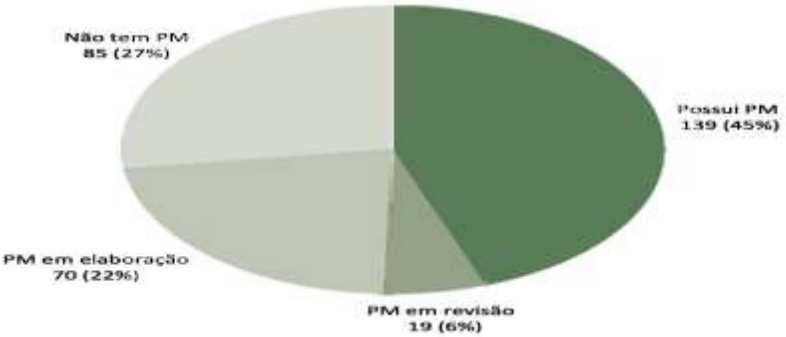
O Produto 1.15 destinado à realização de estudos para o mapeamento e georreferenciamento de limites naturais e geopolíticos em até 60 UCs, foi adicionado na revisão de 2016.Produto parcialmente implementado e mantido na Revisão Substantiva de 2020**.**

Conclusões intermediárias:

Por meio do Projeto, os resultados alcançados com as atividades e produtos do Resultado 01 contribuíram por meio da DIMAN, para dinamizar os procedimentos adotados para a elaboração e revisão dos planos de manejo. Especial destaque tem de ser dado ao apoio estratégico do Projeto à publicação do Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo de UC. Para tanto, diversos trabalhos internos foram conduzidos com o propósito de validar diferentes Metodologias para o planejamento das UC, com destaque ao projeto de planos de manejo integrados de 11 unidades de conservação, uma inovadora abordagem no âmbito do ICMBio. Também foi desenvolvida ferramenta

de Padrões Abertos para a Conservação. Além disso, merece destaque a conclusão e publicação de Planos de Manejo de Unidades de Conservação federais e Planos de Manejo de RPPN.

Figura 10. Situação de UCs com Plano de Manejo 2013



Fonte: Relatório de Gestão ICMBio 2013.

Figura 11. Tabela comparativa de indicadores 2017 a 2019.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2017		2018		2019
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Hectares de terras regularizadas no interior de UC	1.700.000	584.346	200.000	145.493	200.000
b) UC com Plano de Manejo publicado	184**	182	190	195	208

Fonte: Relatório de Gestão ICMBio.2018

Em 2013 existiam 113 Planos de Manejo aprovados, sendo que em 2018 esse número passaria a 195 Planos de Manejo aprovados, sendo que o Projeto realizou importante contribuição para esse crescimento.

Também foi possível identificar que o Projeto apoiou as ações relacionadas à criação, ao planejamento e à avaliação de Unidades de Conservação desenvolvidas pelo ICMBio que tomam como norte a consolidação das áreas enquanto ferramenta do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e de fortalecimento do SNUC.

Desse modo, o projeto vem contribuindo assim para um meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, gerando impactos positivos na sociedade. Neste sentido, o Instituto tem buscado fortalecer a gestão das unidades de conservação federais por meio da elaboração, monitoria e revisão dos planos de manejo e subsídios para a criação de novas unidades, bem como tem buscado aferir a efetividade de gestão das UC.

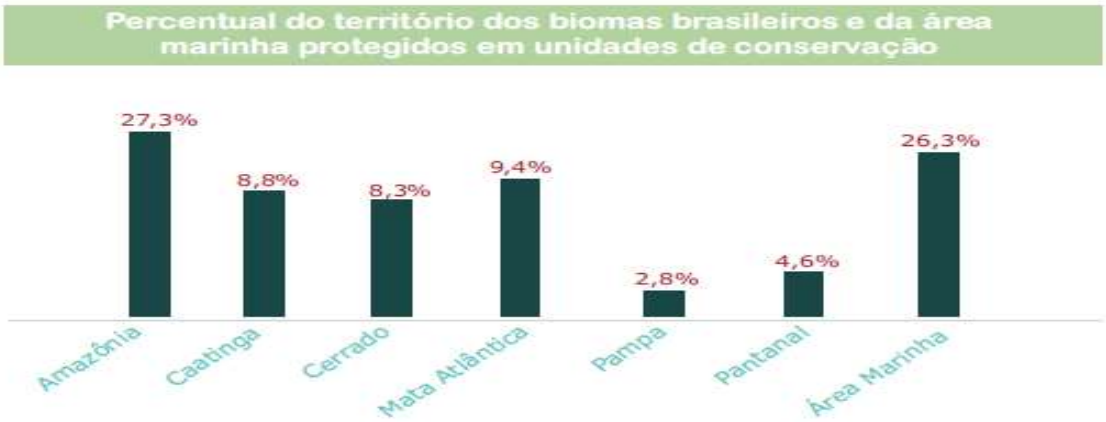
Esse Resultado tem uma contribuição expressiva de recursos alocados pelo DNIT ao Projeto, com vistas a promover com o apoio do ICMBio àqueles estudos destinados à manutenção da biodiversidade da região da rodovia BR 319, bem como realizar os estudos diagnósticos para a elaboração dos Planos de Manejo integrados de 11 Unidades de Conservação federais ao longo do traçado da referida rodovia.

Pode-se considerar que até final de 2015 o Projeto executou cerca 50% daqueles Produtos planejados, originalmente, e que se encontravam em andamento com recursos exclusivos do Projeto. Caberia ressaltar que 05 Produtos dos 14 Produtos do Resultado 01 foram sendo executados com recursos próprios do ICMBio ou de outras fontes nacionais e internacionais.

No âmbito da agenda de ações de conservação da biodiversidade, destaca-se que em 2016 houve um incremento de 4,3% das Unidades de Conservação federais, correspondendo a 3.305.659 hectares, com a criação de sete novas UC, além da criação de mais 15 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), chegando a 664 reservas particulares. A agenda de ampliação e consolidação das Unidades de Conservação conta com apoio de recursos extra orçamentários, por meio de projetos de cooperação internacional, não somente dos recursos do Projeto BRA/08/023. Dentre esses, destacam-se o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que apoiava 114 UC na região Amazônica

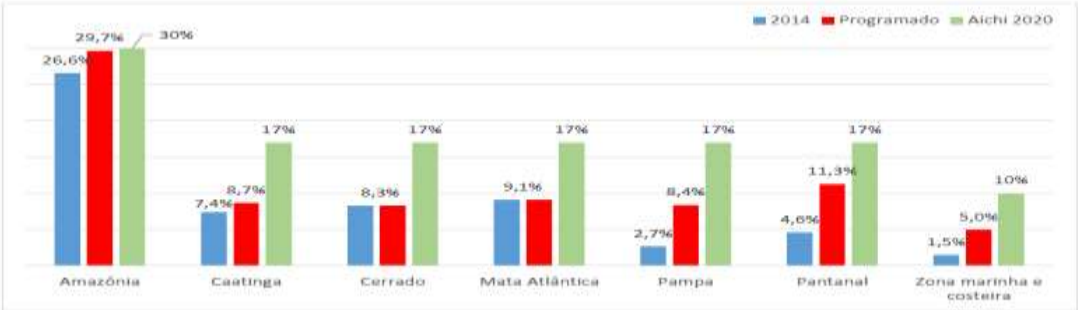
No ano de 2018, a área do Sistema Nacional de Unidades de Conservação aumentou em 941.200 km², representando uma ampliação de 66% em relação a 2016, protegendo, com a criação de novas Unidades de Conservação, importantes áreas na Caatinga, na Amazônia e no ambiente marinho e costeiro. Constam 2301 UCs no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, totalizando aproximadamente 2,5 milhões de km² (em torno de 18% do território continental e 26,3% do território marinho).

Figura 12. Gráfico de território de biomas protegidos em UC.



Fonte: Relatório de Gestão do MMA. 2018.

Figura 13: Gráfico do território brasileiro coberto por áreas protegidas por bioma.

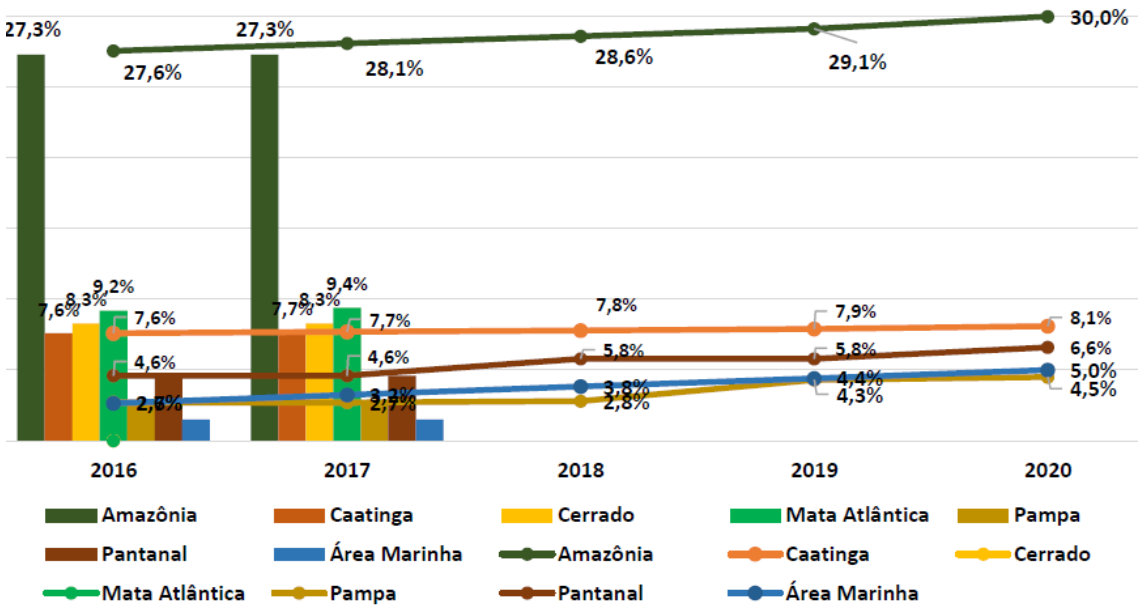


Fonte: Relatório de Gestão do MMA/2014.

O gráfico acima elaborado pelo MMA mostra a meta que foi programada, o percentual atingido e a meta de Aichi estipulada para se alcançar até 2020 em relação às áreas protegidas (Unidades de Conservação). Como se vê, nos biomas: Cerrado e Mata Atlântica alcançou-se o previsto, na Amazônia e Caatinga ficou bastante próximo da meta. Entretanto, para os demais, se constata a necessidade de atuar mais intensivamente nos próximos anos para cumprir as metas acordadas em termos de compromissos internacionais.

Esse acompanhamento realizado em 2017 pelo MMA, quando comparado com os dados de 2014, indica um decréscimo nos biomas da Amazônia e Marinho:

Figura 14.



Fonte: Relatório de Gestão 2017. MMA

Figura 15: Tabela de Metas por Áreas Protegidas por Bioma

BIOMAS	METAS %	REALIZADO %
Amazônia	28,1	27,3
Caatinga	7,7	7,7
Pampa	2,7	2,8
Pantanal	4,6	4,6
Áreas Marinhas	3,2	1,5

Fonte: Relatório de Gestão 2017. MMA

Portanto, comparando o alcance de metas de Aichi (CDB), pode-se indicar que um forte avanço nos próximos anos deverá ser realizado no bioma da Amazônia, do Pampa e de Áreas Marinhas. Nesse sentido, os GEF MAR e Terra foram assinados e estão em execução de modo a garantir maiores avanços nesse tema.

Identificam-se no Relatório de Gestão do MMA e do ICMBiopossíveis áreas de interesse de atuação para os próximos anos, em especial, na definição de estratégias e revisão de ações do planejamento com foco no desenvolvimento do CNUC, bem como a atuação do ICMBio frente às agendas de criação e consolidação do SNUC, mantendo esforço e direcionando recursos dos BRA, LifeWeb, ARPA, GEF-TER, GEF-MAR e USAID para essas iniciativas ..

Este enfoque se vê refletido no planejamento estratégico do MMA e do ICMBio como orientador futuro de áreas de interesse para as ações de cooperação técnica.

Resultado 02: Organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das Unidades de Conservação federais, fortalecidas

No âmbito das prioridades do Governo Federal, o ICMBio também com o apoio do Projeto realizou conjunto de ações da Agenda Social, as quais se destinaram a fortalecer e capacitar comunidades tradicionais no uso sustentável dos recursos naturais renováveis. Este resultado passou a contar com recursos adicionais transferidos ao Projeto, na ordem de R$. 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil reais).

O Instituto tem atuando na promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais que vivem dentro das Unidades de Conservação federais do grupo Uso Sustentável, de acordo com as premissas de cada categoria.

O ICMBio tem contribuido para o fortalecimento do sistema de gestão das Unidades de Conservação federias, gerando autonomia dessas comunidades. Têm sido estabelecidas estratégias promissoras de produção extrativista e uso sustentável dos recursos naturais; e a implementação de políticas públicas universais e específicas para esses grupos populacionais; e desta forma o Instituto vem obtendo informações e experiências para subsidiar a formulação destas políticas.

Assim, o Instituto tem atuado na disseminação de experiências exitosas, na promoção do modo de vida dos povos e populações tradicionais, na valorização de seus conhecimentos e saberes, no manejo adequado dos recursos naturais, no intercâmbio e na ação em rede das Unidades de Conservação federais, favorecendo a gestão integrada, a inclusão social e a geração de renda.

As Unidades de Conservação federais existem para atender aos interesses da sociedade brasileira,em especial quanto à conservação da biodiversidade. Para a melhor consecução desses objetivos é importante promover e garantir o envolvimento da sociedade na gestão dessas áreas. Em suas ações, o ICMBio busca promover a tomada de consciência da população quanto à importância das Unidades de Conservação e permitir melhor acompanhamento da atuação do poder público, contribuindo para o aumento de sua eficácia gerencial e potencializando os resultados buscados na conservação da biodiversidade

Nesse sentido o Projeto tem sido muito eficaz aportando subsídios para a identificação de iniciativas promissoras, tais como projetos de produção e uso sustentável, de modo a que o ICMBio poderá garantir o apoio para implementação e disseminação dessas iniciativas. Outro ponto de contribuição do Resultado tem sido nos subsídios técnicos para que o Instituto promova a formulação de normas que regulamentem e definam procedimentos para o manejo de recursos naturais no interior de Unidades de Conservação do Grupo Uso Sustentável, em particular das Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito deste Resultado, foram realizadas, dentre outras, as seguintes atividades que remeteram ao alcance, parcial, dos produtos previstos no Projeto, conforme os seguintes eixos, considerando que o Resultado 02 volta-se para a gestão socioambiental e participativa com a população tradicional. Assim, o Projeto já desenvolveu ações que resultaram nos seguintes produtos:

(i) Criação ou revitalização de Conselhos:

Criação de 16 Conselhos Consultivos ou Deliberativos em Unidades de Conservação de uso sustentável; e revitalização de 107 Conselhos Consultivos ou Deliberativos em unidades de conservação de uso sustentável. Em 2011 foram criados 04 Conselhos de Unidades de Conservação; em 2012 criados 12 Conselhos; em 2013 criados 03 Conselhos; e em 2014 criados 06 Conselhos. Em 2011 foram revitalizados 22 Conselhos de Unidades de Conservação; em 2012 foram revitalizados 23 Conselhos; em 2013 foram revitalizados 41 Conselhos; em 2014 foram revitalizados 18 Conselhos; em 2015foram revitalizados 04 Conselhos.

Com apoio do Projeto, além da criação total de 29 Conselhos, da revitalização de 131 Conselhos e da capacitação de cerca de 1000 participantes (membros desses Conselhos), o Projeto apoiou as seguintes iniciativas: (i) proposição de modelos de gestão compartilhada em UCs de uso sustentável; (ii) elaboração, com respectiva qualificação,do protocolo único para monitoramento e avaliação do funcionamento dos Conselhos Consultivos em UC federais.

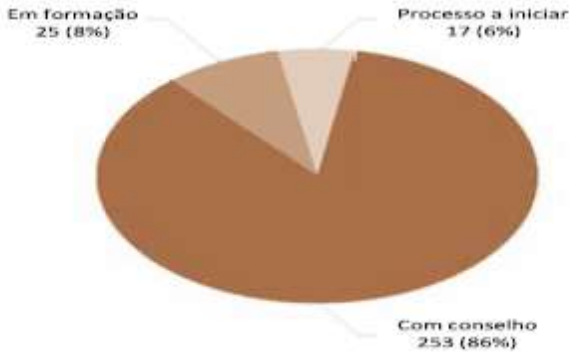
Em 2019, ocorreram 220 reuniões dos Conselhos gestores.Em 2017 foram realizadas 281 e em 2018 somente foram efetivadas 151reuniões de Conselhos Gestores em UCs, com apoio do ICMBio.Para sua realização,parte se originou de fonte orçamentária, enquanto o restantedecorreu da alocação de recursos provenientes de projetos especiaise articulações locais. É importante ressaltar que o indicador de número de reuniões de Conselho constitui a forma mais direta deaferição do funcionamento dessas instâncias tão importantes de participação social nas UC.

A criação e qualificação dos Conselhos gestores das UC constituem uma das principais estratégias adotadas pelo ICMBio. Nessa estratégia, os Conselhos das UC recém-criadas recebem especial atenção, tendo em vista que a instalação e o funcionamento dessas instâncias colegiadas constituem medida necessária para a consolidação da área protegida. Convém indicar que a existência dos Conselhos está prevista na Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.Atualmente, há 284 Conselhos gestores formalmente instituídos quando comparados com os 253 existentes em 2013.

Portanto, o Projeto apoiou com relevância a criação e a revitalização de conselhos, em UC, que não estavam ativos, exigindo um intenso trabalho dos profissionais junto às comunidades.

Caberia ressaltar que em termos de Planejamento Estratégico 2015/2018 e em termos de Planejamento Plurianual 2016/2019 o ICMBio destacava esse Resultado do Projeto como relevante para a inclusão social e econômica como contribuinte para a sustentabilidade da biodiversidade em Unidades de Conservação federais. No PPA correspondia ao Objetivo 1065 – Contribuir para a conservação do meio ambiente, por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.

Figura 16. Gráfico da situação dos Conselhos Consultivos em 2013



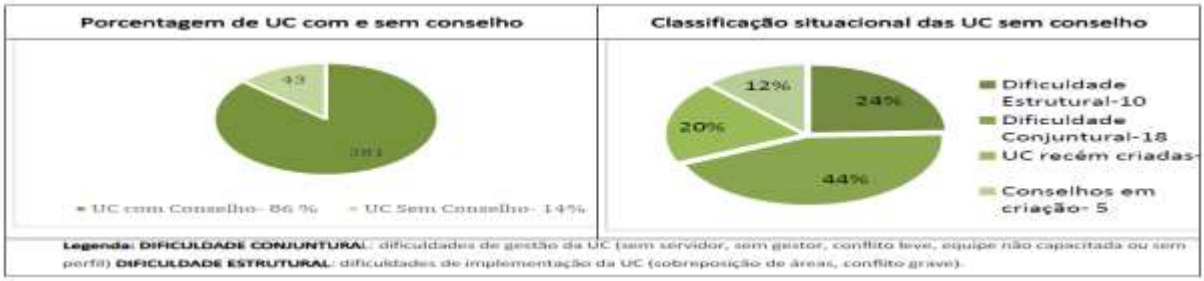
Fonte: relatório de Gestão ICMBio. 2013.

Os Conselhos existentes conheceram processos de revitalização em todo o território nacional devido a fatores internos e externos, por exemplo: mudanças de gestores; novas articulações locais; mudança de local de residência

Por meio dessa atividade no Projeto, também foram capacitados 1000 membros dos Conselhos Consultivos ou Deliberativos, criados ou revitalizados, utilizando os Guias elaborados com o apoio do Projeto e contando com instrutores e gestores públicos para dinamizarem o processo.

Em 2017, 41 UC não possuíam Conselhos. De acordo com o Relatório de Gestão do ICMBio, as unidades de conservação foram classificadas de acordo com sua conjuntura (unidades sem servidor, sem chefe, conflito leve, equipe não capacitada ou sem perfil), estrutura (unidades com dificuldades de implementação da UC devido a sobreposição de áreas, conflito grave), UC recém-criada período de 2015 a 2018 e conselhos em criação, conforme apresentado na figura abaixo, de acordo com Relatório de Gestão ICMBio 2018.

Figura 17: Quadro com a classificação de UC por Conselho



Fonte: ICMBio.2018

Essas iniciativas ampliaram as capacidades de gestão social e participativa nas Unidades de Conservação em áreas das distintas regiões brasileiras, em cumprimento à legislação sobre o tema. Ao mesmo tempo foram revitalizados cerca de 110 Conselhos que representam quase 33 % do total das Unidades de Conservação federais (325 em 2015), que não estavam operacionais ou não se reunindo por falta de capacitação, instrumentos e procedimentos. Também foram criados 25 novos Conselhos representando um acréscimo de 25% aos 110 existentes em 2010.

Esta instância de representatividade é relevante para a gestão das UCs, de modo a tornar operacionais as instâncias de decisões, requerimentos, aprovações e outras iniciativas de responsabilidade legal dos Conselhos. Nesse sentido o Projeto foi muito eficaz para a aplicação da legislação do SNUC.

Em relação aos Conselhos Gestores, no ano de 2017 foi lançado o 2º Edital para chamada de propostas de capacitação para funcionamento e criação de Conselhos de UC, com apoio do Projeto BRA 08/023. Foram apoiados 20 projetos, que abrangeram 20 Unidades de Conservação, tendo iniciada a execução em 2017, com continuidade em 2018 e 2019.

Também no sentido de envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade, destaca-se o papel sinérgico do Programa Monitora, pautado no fomento à participação social: em 2017 foram realizados oito cursos, com 225 pessoas capacitadas, entre servidores das UC,moradores das regiões das UC e parceiros, com representantes de 73 UC federais, 41 UC estaduais e 05 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, e vários parceiros

(ii) Orientações sobre a gestão participativa:

Em relação à Gestão Participativa, o objetivo institucional é de promover a operacionalização das instâncias de intervenção da sociedade civil na tomada de decisão pública, no que diz respeito ao funcionamento das Unidades de Conservação.Para tanto, são efetivadas as seguintes ações dependendo da necessidade específica da UC:

(i) normatização, formação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Consultivos e Deliberativos de UC;

(ii) apoio à gestão participativa de mosaicos e corredores e à implementação dos seus Conselhos;

(iii) proposição de estratégias para a gestão participativa nos Centros de Pesquisa e Conservação e Coordenações Regionais;

(iv) apoio à realização de consultas mais amplas à sociedade sobre temáticas ou regulamentações específicas;

(v) diretrizes para gestão participativa nas atividades que perpassam processos de criação, recategorização de UC, elaboração e implementação Planos de Manejo; e

(vi) formulação e implementação de instrumentos de avaliação e monitoramento da gestão participativa.

Ao mesmo tempo, a Política Nacional de Participação Social (PNPS) instituída pelo Decreto n° 8.243/2014, teve como uma de suas diretrizes gerais o reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia. Com essa política nacional, se inicia o processo de consolidação da participação social como instrumento de exercício da cidadania e promove os Conselhos de gestão como instância colegiada temática, instituída por ato normativo, de permanente diálogo entre a sociedade civil e as instituições governamentais.

O Projeto nesse sentido contribuiu com a proposição técnica de um instrumento fundamental para a gestão participativa junto as Unidades de Conservação: Guia Para Gestores e Conselhos, publicado e disponibilizado no site desde 2014. Esse Guia tem sido amplamente utilizado e disseminado junto às comunidades, gestores e servidores do ICMBio, de acordo com entrevistas realizadas.

A publicação do Guia consolidou o aprimoramento do desempenho dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação Federais, disponibilizando informações de qualidade aos gestores e conselheiros. Além disso, o guia serve como material de apoio para a formação, funcionamento,

avaliação e modificação na composição dos Conselhos Gestores, colaborando para fortalecer a atuação desses atores na gestão participativa das UC federais.

Este Guia de Orientações para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação Federais (Gestores e Conselheiros), também apoiou o processo de capacitação dos membros das Unidades, permitindo também que as UC apresentassem suas instâncias de gestão pelos diferentes atores. Trata-se de instrumento de apoio prático à promoção da efetiva conservação da biodiversidade por meio da construção coletiva, da participação e do protagonismo social na gestão das áreas protegidas pelo ICMBio, no âmbito do SNUC.

Foi ainda apoiado o desenvolvimento de capacidades das populações tradicionais por meio de: (i) ações de capacitação para o manejo e beneficiamento de recursos naturais em unidades de conservação; e (ii) capacitação de jovens lideranças multiplicadoras nas Resex do Médio Juruá, do Rio Unini e de Soure (região norte) para o desenvolvimento do protagonismo, fortalecimento e mobilização comunitária.

(iii) Turismo comunitário:

A rede de turismo de base comunitária se encontra bem representada na América Latina, sendo que o Brasil apresentava em 2012 aproximadamente 37 áreas de TBC enquanto que o Equador cerca de 50 e a Costa Rica 35. Esses dados foram apresentados pela Coordenação Geral de Uso Público, da DIMAN em encontro para que fossem desenvolvidas mais iniciativas para que o TBC pudesse ser uma das alternativas de visitação pública em Unidades de Conservação, em especial, nas RESEX e RDS.

Nesse sentido, foi instituído Grupo de Trabalho no âmbito do ICMBio/MMA de modo que foi elaborado um roteiro metodológico para o TBC, contemplando a proposição de princípios orientadores de TBC nas UC federais, e sendo efetivada 2 experiências piloto em UC. Assim, foram realizados estudos sobre as artes e práticas de pesca tradicional e dos modos de produção e reprodução do conhecimento dessa prática; estudos para definição de diretrizes institucionais e metodologia para o planejamento e o estabelecimento do TBC nas UC federais; estudos sobre TBC, inventário de potencial turístico; ordenamento da pesca esportiva, e de discussão de elaboração de Roteiro Metodológico para seu estabelecimento. Portanto, foi desenvolvido o Roteiro Metodológico de forma preliminar à elaboração de Projetos de TBC.

De acordo com o ICMBio, "Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação". (ICMBio, 2018).

Por meio de chamada interna ao ICMBio foi realizada seleção de 10 propostas para fortalecimento de iniciativas de Turismo de Base Comunitária, das seguintes UCs: (i) Apa Petrópolis; (ii) Resex Baía do Iguape; (iii) Resex Delta do Parnaíba; (iv) Parna Chapada Diamantina; (v) ResexPirajubaé,; (vi) Apa de Guapimirim; (vii) Resex Prainha do Canto Verde; (viii) Parna Abrolhos; (ix) ResexCassurubá; e (x) ApaCairuçu.

Com vistas à consolidação deste objeto foi contratada também consultoria, pessoa física, para elaboração do *Caderno de Experiências em TBC nas UC Federais*, envolvendo desde sua concepção, organização das informações levantadas pela consultoria e pela rede de servidores apoiadores, até a elaboração dos textos relativos à sistematização de cada uma das experiências. No processo houve a participação de mais de 300 pessoas entre gestores de institutos, comunidades locais e consultores.

Foi apoiada, ainda, a realização de estudos sobre TBC em 07 UC Federais, contendo: (i) inventário de potencial turístico; (ii) ordenamento da pesca esportiva; (iii) discussão de elaboração de Roteiro metodológico para seu estabelecimento; (iv)definição de estratégia para a normatização e implementação do TBC; (v) elaboração, implementação ou promoção de iniciativas e produtos de TBC, visando pautar métodos e experiências em TBC que possam ser replicados em outras UC.

Os aprendizados permitiram sistematizar o Caderno de Experiência(que também contou com mais quatro experiências de UC). Cabe destacar, que a chamada interna de projetos também permitiu qualificar parte da demanda de TBC existentes nas UC federais e identificar lacunas de conhecimento na sua abordagem, fornecendo subsídios importantes para definir as necessidades de capacitação no tema aos servidores do ICMBio.

Como resultado dos trabalhos, portanto, foi elaborado e divulgado o Caderno de Experiência - Turismo de Base Comunitária em UC Federais, o qual sistematizou/consolidou os aprendizados dos projetos de TBC que foram apoiados por meio da "Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC em UC Federais". O Caderno tem servido de referencial metodológico para o desenvolvimento do TBC nas UC que possuem essa demanda, disponíveis para gestores e atores comunitários, além de fortalecer a divulgação com parceiros e outras UC para reflexões do turismo de base comunitária em área protegidas, se tornando uma importante ferramenta para a sustentabilidade da UC e respectivas comunidades.

O Projeto, portanto, apoiou com subsídios e expertise técnica a elaboração do Roteiro Metodológico para o estabelecimento do Turismo de Base Comunitária, que considerou a definição de Diretrizes institucionais e Metodologia para o planejamento dessa tipologia de turismo, bem como a publicação do Caderno de Experiências em TBC nas UC Federais..

Foi inicialmente pensado em ser desenvolvido com o Ministério do Turismo, mas foi finalizado com recursos do Projeto, contando com o apoio do MMA. Apresenta alta relevância para as ações de visitação de Parques e outras Unidades de Conservação. Importante insumo dado pelo Projeto para aumentar a captação de recursos das comunidades via iniciativas organizadas de turismo comunitário nas Unidades em que é previsto esse tipo de uso.

Com apoio do Projeto BRA/08/023, foi possível apoiar eventos e ações de planejamento,capacitações, a elaboração de instrumentos de gestão, a realização de estudos, a implementação de iniciativas de turismo de base comunitária, a publicação de materiais de divulgação e sensibilização,entre outros esforços.

No que tange a parcerias e capacitação, foram firmadas novas e fortalecidas antigas parcerias com ações em uso público, o que permitiu um incremento significativo nas oportunidades de capacitação para servidores e parceiros, tais como o I Seminário Internacional de Turismo em Áreas Protegidas da Amazônia e o I Encontro de Práticas de Turismo de Base Comunitária e capacitações internacionais, em que o Projeto aportou apoio para a concretização, em 2017.

(iv) Cadastramento de famílias beneficiárias:

Esse cadastramento de famílias beneficiárias em unidades de conservação federais contou com recursos de apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o apoio técnico da Universidade Federal de Viçosa, para o recenseamento dessas famílias em 77 Unidades de Conservação, no território nacional.

Foi definida metodologia para cadastramento de famílias e diagnóstico socioeconômico em Unidades de Conservação de uso sustentável com a coleta, compilação e gestão de informações cadastrais. Essa iniciativa inserida nas ações prioritárias do Governo federal destinava-se a promover com as informações obtidas a produção e o acesso dessas famílias nas Unidades às políticas e serviços públicos. Esses dados são atualizados por meio de sistema desenvolvido para este fim, o SISFAMÍLIA. Até fins de 2015 tinham sido cadastradas 56.741 famílias em 77 Unidades de Conservação de uso sustentável. Esse número de famílias cadastradas em 2020 alcançou 57.198 famílias que puderam ser apoiadas não só pelo Programa Bolsa Verde do MMA, mas também começar a participar de outros programas de beneficio social às populações tradicionais em UC federais.

O cadastramento está vinculado a iniciativas do Governo federal que tem a participação de diferentes Ministérios com vistas a tratar do tema de desenvolvimento rural e agricultura familiar, em um contexto de desenvolvimento sustentável.

No caso do MMA, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) dentre as suas atribuições tem também como foco a promoção e indução da gestão ambiental territorial e a conservação e uso sustentável de ativos ambientais (sócio - biodiversidade), em territórios de povos e comunidades tradicionais e indígenas, e de agricultura e produção familiar de base comunitária.

O Programa de Apoio a Conservação Ambiental – Bolsa Verde é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, desenvolvido conjuntamente com MDS,o Ministério da Economia, e o MDA/INCRA para atender as populações extrativistas em situação de extrema pobreza e produtores familiares localizados em áreas de especial interesse ambiental, sendo estas: Unidades de Conservação de Uso Sustentável, os Assentamentos da ReformaAgrária de Uso Sustentável e as áreas federais destinadas (ribeirinhas).O programa monitora ambientalmente cerca de 5,5% do território nacional em 942 áreas beneficiadas: 68 UC Federais (33% das famílias); 874 projetos de assentamento do INCRA (59% das famílias); além das famílias ribeirinhas, que vivem nas áreas de responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (9% das famílias).

Até novembro de 2019, tinham sido incluídas no programa cerca de 70.000 famílias, que recebiam R$ 300,00 por trimestre com a condição de manter a cobertura vegetal das áreas de seus territórios. Entretanto, devido a problemas de contingenciamento de recursos houve oscilações na continuidade da prestação de Bolsa Verde no MMA.

As ações realizadas em relação ao Cadastro de Famílias objetivaram identificar e reconhecer as famílias tradicionais que vivem nas UC Federais de Uso Sustentável das categorias Resex, RDS e Flona, no sentido de fortalecer o direito ao uso e permanência nesses territórios protegidos, além de subsidiar políticas e programas que visassem à melhoria da qualidade de vida dessas populações, associada à conservação dos recursos naturais.

(v)Organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos renováveis

Ao promover maior compreensão e aproveitamento do potencial econômico das Unidades de Conservação, procura-se aumentar a conscientização da população quanto aos benefícios advindos da conservação, aumentando assim o interesse tanto pela manutenção e criação de novas áreas protegidas quanto pela conservação ambiental em sentido amplo, o que tende a gerar pressões conservacionistas nas diversas áreas de atuação pública e privada.

Ademais, o maior aproveitamento econômico tende a aumentar a arrecadação do setor público federal, redundandoem maior possibilidade de gerar serviços e políticas públicas à sociedade brasileira. O ICMBio atua visando: (a) estabelecer manejo sustentável de produtos da sócio biodiversidade em UC federais de uso sustentável; (b) aumento de visitantes registrados em UC (em milhões); e (c) ampliação de hectares de UC de Uso Sustentável com Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário**.**

Foram desenvolvidos Projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar implementados em comunidades tradicionais, visando o fortalecimento de cadeias produtivas priorizadas por arranjos locais, buscando aperfeiçoar as potencialidades sociais, ambientais e econômicas para melhor distribuição de renda com o uso sustentável dos recursos renováveis, tais como:

(a) capacitação na Metodologia de Contagem de Pirarucus, realizado em Tefé/AM, visando capacitar pescadores a serem contadores da espécie na Resex do Rio Unini/AM;

(b) reuniões sobre o manejo de pirarucu e quelônios nas Resex do Médio Purus/AM e Ituxi/AM, visando estimular o protagonismo das lideranças das unidades na articulação por políticas públicas de geração de renda, conservação da biodiversidade e de segurança alimentar; e

(c) acompanhamento da atividade da despesca do pirarucu e acompanhamento de reuniões setoriais na unidade, visando fiscalizar o cumprimento das regras do manejo e a legislação ambiente vigente (Acordo de Gestão).

(d) reuniões realizadas sobre o manejo de pirarucu e quelônios nas Resex do Médio Purus/AM e Ituxi/AM, visando estimular o protagonismo das lideranças das unidades na articulação por políticas públicas de geração de renda, conservação da biodiversidade e de segurança alimentar;
(e) Planejamento e execução da II Expedição de execução do Projeto de manejo participativo de tracajás na Resex do Alto Tarauacá/AC; e para o manejo participativo de tracajás na Resex do Alto Tarauacá/AC, visando estimular o protagonismo das lideranças das unidades na articulação por políticas públicas de geração de renda, conservação da biodiversidade e de segurança alimentar;
(f) Recursos florestais madeireiros:promoção de intercâmbio entre moradores da Resex do Ituxi/AM e produtores da Flona do Tapajós/AM com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Virola sobre Produção Florestal, visando organização social e arranjo produtivo para o manejo florestal comunitário em Santarém/PA; foram promovidas duas oficinas sobre manejo florestal comunitário e uso sustentável de madeiras em unidades de conservação na Resex, Flona e RDS: Resex do Ituxi/AM e em Brasilia/DF; foi apoiado o inventário florestal para subsidiar a elaboração do plano de manejo florestal comunitário da ResexItuxi/AM; assim como, na mesma Resex foi promovido intercâmbio de gestores e planejadores visando o conhecimento de arranjos locais para a instalação e viabilidade de manejo na unidade;
(g) Recursos florestais não madeireiros: promovidas oficinas e exposição de produtos extrativistas de populações tradicionais do cerrado brasileiro, durante o XIII Encontro de Cultura Tradicionais da Chapada dos Veadeiros; realizado o intercâmbio de conhecimentos e orientações para gestores sobre autorização de acesso a componente do patrimônio genético para desenvolvimento tecnológico, produtos óleo de andiroba, manteiga de murumuru e de conhecimento da usina de beneficiamento de óleo de andiroba e manteiga de murumuru; implantados parcialmente projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar, a saber: (i) quatro iniciativas para o manejo e despesca de Pirarucu em lagos das Reservas Extrativistas do Rio Jutaí, Baixo Juruá, Auati-Paraná e Unini e uma iniciativa de manejo de peixes ornamentais na Resex Rio Jutaí; (ii) Estruturas de beneficiamento da castanha do Brasil na ResexItuxi e viveiro florestal comunitário na Resex Riozinho da Liberdade;(iii)apoiada a comercialização de borracha natural proveniente das Resex Riozinho do Anfrízio, Xingu, Iriri e Tapajós Arapiuns com empresas de beneficiamento do Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul; e (iv) Estudos para manejo da madeira de manguezal na ResexTracuateua/PA.

A parceria e apoio de projetos externos tem sido fundamental para o desenvolvimento da temática no ICMBio. Adicionalmente e de forma sinérgica com as ações do Projeto, apartir de parceria técnica firmada entre o ICMBio e o Serviço Florestal dos Estados Unidos,com apoio da USAID, foram iniciadas diversas ações voltadas à melhoria da conservação e sustentabilidade das áreas protegidas da Amazônia brasileira. Mais especificamente no âmbito do componente de fortalecimento de cadeias de valor, e objetivando promover atividades produtivas das famílias beneficiárias das UC de uso sustentável, sendo priorizado apoio ao fortalecimento das cadeias do pirarucu, da castanha do Brasil, da madeira oriunda de manejo comunitário e do açaí.

(vi) Acordos de Gestão: foram realizados eventos para elaboração de 13 documentos, dos quais 11 foram para Acordos de Gestão de Unidades de Conservação de uso sustentável, que promoveram o fortalecimento das instituições representativas dos beneficiários com as discussões comunitárias sobre uso sustentável dos recursos naturais e do território, promovendo a construção participativa desse que é um importante instrumento de gestão compartilhada com as comunidades. As ações desenvolvidas foram:
(i) Acordo de Gestão – planejamento metodológico - RESEX Arraial do Cabo/RJ;
(ii) Acordo de Gestão – fortalecimento de Associações Comunitárias e a gestão da UC – RESEX Baía do Iguape/BA;
(iii) Acordo de gestão de definição de regras para o uso dos recursos naturais da Resex Marinha Lagoa de Jeguiá/AL;

(iv) Criação da instituição representativa dos beneficiários da região do médio e baixo Rio Cajarí, na Resex Cajari;
(v) Fortalecimento dos núcleos de base da Resex Chico Mendes representados pela AMOPREAB, associação detentora de CCDRU na Unidade, e discussão de temas relacionados a dinâmica da Unidade;
(vi) Apoio ao "Programa Nacional de Documentação" de Produtora Rural na Resex Alto Juruá;

Ainda foram realizadas 05 iniciativas para fortalecimento de instituições representativas das populações tradicionais em Unidades de Conservação, na região norte. As ações tiveram como objeto principalmente a elaboração de instrumentos de gestão participativa, com protagonismo das populações locais no estabelecimento de regras comunitárias para o uso sustentável dos recursos naturais e ordenamento territorial nas unidades de conservação.

Situação de implantação dos Produtos contribuintes ao Resultado 02:

O Produto 2.1 se encontra em execução tendo superado o total previsto de 45Conselhos criados e/ou revitalizados. O total de 129 conselhos foi alcançado nas duas modalidades até dezembro de 2015. As demandas de instituição continuam existindo em função de criação de novas UCs e de Conselhos de UCs que necessitam ser revitalizados.

O Produto 2.2 foi concluído tendo sido aumentada sua meta na Revisão de 2016 e em 2020 (adicionando mais 08 capacitações)sendo que havia sido previsto o desenvolvimento de capacidades de gestão em 500 membros dos Conselhos e foram capacitados aproximadamente 1000 conselheiros e gestores de UCs federais.

O Produto 2.3 se encontra concluído, com a elaboração e divulgação do Guia para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação federais. Encontra-se publicado e disponibilizado no site do ICMBio.

O Produto 2.4 se encontra concluído. Envolvia a elaboração de 10 projetos de ecoturismo de base comunitária e respectivas implantações, necessitando capacitação em serviço. Essas capacitações permitiriam que as 02 experiências piloto pudessem ser avaliadas pelo ICMBio. Assim, foi revisado em 2016 e foram testadas duas experiências piloto em TBC em UC federais. Ademais foi mantido até 2020, visto ter sido editado o Caderno de Experiências em TBC nas UC Federais de modo que se estabelecessem as diretrizes de TBC. Foram apoiados10 projetos por chamada interna, que serviram de exemplos para as UC brasileiras.

O Produto 2.5foi cancelado na Revisão de 2016 e substituído pelo novo Produto 2.11. Apresentava como meta a capacitação de 200 Comunidades tradicionais em associativismo, gestão de projetos produtivos e manejo de produtos não madeireiros, cadeias de valor, inclusão digital e tecnologias adaptadas. Entretanto, o indicador foi alterado para número de pessoas capacitadas totalizando cerca de 2080 pessoas de comunidades tradicionais capacitadas já com uma nova abordagem de estratégias de gestão e protagonismo de lideranças no processo de desenvolvimento sustentável das comunidades.

O Produto 2.6foi implementado parcialmente e cancelado em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Passou a ser tratado no novo produto em sua substituição (2.11). Em lugar de 30 estudos foi substituído pela realização de estudos e atividades que subsidiaram a implementação de 5 projetos sobre manejo de pirarucus, de quelônios e de Tracajás, de recursos florestais madeireiros e não madeireiros. Originalmente destinava-se a implantação de 30 Projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar implantados em comunidades tradicionais. Foram implantados diversos estudos (13) e avaliados 05 projetos inovadores de diferentes tipologias para atendimento de desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais.

O Produto 2.7 foi implementado e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com aumento de meta de 24 para adicionar mais 4UCs, sendo que havia recebido nova redação, com alteração de sua meta na Revisão Substantiva 2016. Foi elaborado e lançado o Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade. O qual apresenta ao todo quinze produtos oriundos de populações tradicionais,

quais sejam: açaí; artesanato; babaçu; borracha; cacau; castanha; farinha de mandioca; frutas e polpas; jaborandi; jacaré; madeira de manejo comunitário; óleos vegetais; recursos pesqueiros; pirarucu e turismo de base comunitária. O trabalho exigiu a participação de 128 Associações e Cooperativas e esteve presente em 66 Unidades de Conservação Federais. Essas organizações representaram as famílias que atuam por meio de organização socio-produtiva comunitária e pelo fomento à geração de renda local com o envolvimento direto de mais de 25 mil trabalhadores. Previamente, houve o fortalecimento de 30 Associações de Reservas Extrativistas, coma implantação de 19 iniciativas, com o fortalecimento de 05 comunidades tradicionais e de outras associações em Unidades de Conservação do tipo RESEX.

Em relação ao Produto 2.8 se encontra concluído. Produto mantido na Revisão Substantiva de 2020 para atender o cadastro de famílias de pescadores em 1 UC**,**sendo que na Revisão Substantiva de 2016 havia recebido nova redação e definição de metas. Visava a realização de aprimoramento dos dados de cadastro das famílias beneficiárias em 20 UCs federais já levantadas, e cadastramento em mais 6UCs .Refere à realização do cadastro de beneficiários das unidades de conservação, sendo que continuam existindo demandas nesse tema em outras UC federais..

O Produto 2.9 foi concluído e inserido na Revisão Substantiva de 2016, visando melhorar o desempenho dos Conselhos e da participação social na gestão das UCs Federais. Foi elaborado Protocolo único para monitoramento e avaliação do funcionamento dos Conselhos em UC, visando medir a efetividade e a participação social nos Conselhos, como instrumentos de acompanhamento da avaliação da gestão nas UC federais.

O Produto 2.10foi concluído**,** inserido na Revisão de 2016e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com nova redação e aumento de meta, inclusive de apoio ao Programa ASAS – Agente de Sensibilização Ambiental, sendo que havia sido inserido na Revisão Substantiva 2016. O ICMBio lançou Edital de Chamada de seleção interna de 50 Projetos de Educação Ambiental,visando o fortalecimento e a implementação de programas, projetos e ações estruturadas de educação ambiental, sendo atendidas UC Federais, com valores em torno de 10 mil reais.

O Produto 2.11 foi concluído, e introduzido na Revisão Substantiva de 2016, incorporando os Produtos 2.5 e 2.6 que foram cancelados, e mantidos na Revisão Substantiva de 2020 com nova redação e indicação de metas sob o foco da bio-economia. A inserção decorreu da necessidade de continuidade de ações de transferência de tecnologia social para ampliar a produção extrativista previamente trabalhada, nos produtos 2.5 e 2.6. Em especial devido à publicação do Catálogo de Produtos da Sócio-biodiversidade do Brasil, que necessitava apoio para disseminar os ensinamentos dirigidosà15 cadeias produtivas de populações e comunidades tradicionais para o mercado consumidor, assim como ampliar a capacitação e disseminação do Caderno de Experiência em Turismo junto à diferentes atores nas UC federais.

Conclusões Intermediárias:

Este Resultado se caracteriza por estar muito vinculado a ampliar a capacidade de gestão das Unidades de Conservação, por meio da proposição de instrumentos, de aporte de conhecimento técnico, de desenvolvimento de capacidades das comunidades tradicionais, de estabelecimento de roteiros metodológicos para o uso sustentável. Vários avanços foram alcançados com a obtenção de determinados Produtos, que foram disseminados, passaram a integrar o site a as metodologias para a gestão de UC federais, ampliaram a participação das comunidades nas cadeias de valor de UCs e propiciaram melhores condições de sustentabilidade da biodiversidade nas UCs, de diferentes tipologias

Existem demandas para serem atendidas em relação a esse Resultado que promoverão novas experiências, novos conhecimentos e novos instrumentos de implantação do SNUC, de acordo com as prioridades da política nacional de Unidades de Conservação e com os compromissos internacionais assumidos pelo Governo brasileiro no tema.

Caberia destacar que esse Resultado fornece subsídios ao MMA em termos de formulação de políticas públicas relacionadas às Áreas Protegidas. No âmbito da SBF, se processam subsídios para a formulação de políticas e definição de estratégias para a ampliação, consolidação e gestão do SNUC e sua integração com outras áreas de especial importância para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, apóia o estabelecimento de mosaicos de áreas protegidas, promovendo a gestão integrada dessas áreas, que também constituiu instrumento importante trabalhado no âmbito do ICMBio.

Resultado 03: Estabelecer mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade.

A atual política de biodiversidade está amparada em um conjunto importante de compromissos nacionais e internacionais no tema. Destaca-se o fato de ser o Brasil um dos países de maior biodiversidade do mundo e com a maior cobertura florestal tropical.

De acordo com dados do MMA, o Brasil ocupa quase metade da América do Sul e é o país com a maior diversidade de espécies no mundo, espalhadas nos seis biomas terrestres e nos três grandes ecossistemas marinhos. São mais de 103.870 espécies animais e 43.020 espécies vegetais conhecidas no país. Suas diferentes zonas climáticas favorecem a formação de zonas biogeográficas (biomas).

Esta abundante variedade de vida abriga mais de 20% do total de espécies do planeta, encontradas em terra e na água. Em termos globais, o Brasil incorporou as recomendações da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) e apresenta um relatório anualmente sobre a situação da biodiversidade brasileira, no Panorama da Biodiversidade Global.

O desenvolvimento econômico a partir dessa riqueza, compatibilizando o estímulo à pesquisa e à inovação com a conservação da biodiversidade, representa um desafio e deve ser orientado para o desenvolvimento do país de forma sustentável. Os recursos oriundos da biodiversidade constituem importante fonte de renda e geração de emprego e contribuem diretamente para as atividades dos setores agropecuário, pesqueiro, florestal e farmacêutico; mas também indiretamente a diversos outros setores do país. Dentro dessa perspectiva, pode-se considerar que a finalidade última do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é contribuir para a manutenção da diversidade biológica nacional,entendida como fundamental para manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tal diversidade pode ser vista em três eixos: genética, de espécies e de ecossistemas.

O Brasil vem enfrentando desafios para a produção do conhecimento e na conservação da biodiversidade, no uso sustentável e na repartição de benefícios advindos do uso de recursos genéticos. Todos esses desafios vêm se constituindo em ações e em estratégias para a formulação de políticas públicas.

É nesse contexto, que o ICMBio vem promovendo estudos de relevante contribuição à pesquisa em biodiversidade, por meio de seus centros de pesquisa, por meio da obtenção de informações e dados no tema e por meio da constituição de redes de colaboração com diversos atores, em especial, com os centros de pesquisa das universidades.

De forma indireta, os resultados dessas pesquisas também ajudam a promover - com participação, inclusão social e repartição dos benefícios - a valorização, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados dos recursos florestais, faunísticos, da flora, pesqueiros e genéticos dos ecossistemas.

É certo que o ICMBio apóia com pesquisas e informações em larga escala a proposição de políticas públicas do MMA na área de Biodiversidade. O ICMBio atua promovendo informações também ao Departamento de Conservação da Biodiversidade (DCBIO/ SBF)) por meio de subsídios a: dados para a operacionalização de sistemas de informação sobre biodiversidade; laboração das listas de espécies ameaçadas de fauna e flora e a lista de espécies invasoras, bem como os planos para a conservação de ameaçadas e controle de invasoras; conservação, valorização e promoção do

conhecimento e uso sustentável dos componentes da agro biodiversidade; utilização sustentável das espécies nativas de plantas; conservação das variedades espécies de plantas cultivadas e o uso sustentável da fauna. Destaca-se também os subsídios do ICMBio no apoio de pesquisas para a conservação de uso sustentável da biodiversidade nos biomas brasileiros.

No âmbito deste Resultado foi adotado como ferramenta para conservação e manejo da biodiversidade, o desenvolvimento de 46 projetos de pesquisa. Desta forma, foram implantados projetos de pesquisa, dentre outros:

(i)nas áreas do turismo interativo com botos;
(ii)no controle de gramíneas exóticas,
(iii)no manejo integrado do fogo,
(iv) nos aspectos etnobiológicos e uso tradicional da vegetação,
(v)na conservação dos Sagui-da-Serra-Escuro,
(vi)na conservação de primatas,
(vii)na formação única de corais,
(**viii)**no controle da pesca fantasma;
(ix)nafauna atropelada;
(x)napreservação de quelônios,
(xi)no controle de cães domésticos;
(xii)na preservação do cachorro do mato vinagre,
(xiii)no controle de espécies invasoras de Poaceae e de Dicranopteris flexuosa (samambaia);
(xiv)na preservação dos tracajás;
(xv)na visitação pública;
(xvi)na distribuição de Cabralea Canjerana,
(xvii)no controle do fogo em campos úmidos,
(xviii)no manejo sustentável de ComantheraMucungensis,e
(xix)nos estudos etnográficos de comunidades.

Também foi realizada a implantação do monitoramento da biodiversidade em unidades de conservação de **03 biomas**: **Amazônia; Cerrado e Mata Atlântica**, visando análises de impactos potenciais das mudanças climáticas sobre as unidades de conservação. As ações foram desenvolvidas com base no Projeto “Validação dos efeitos da mudança do clima sobre a biodiversidade através do monitoramento "in situ" em Unidades de Conservação” como iniciativa para tentar suprir a necessidade de melhoria das bases de dados e ajustes e aprimoramento das estratégias existentes. Nestes 03 biomas já foram validados efeitos de mudança do clima em 16 unidades de conservação.

Ao mesmo tempo foi desenvolvido o monitoramento da biodiversidade para obter subsídios à proposição de estratégia para os Biomas Caatinga, Cerrado, e Marinho e Costeiro, em relação aos impactos de mudanças climáticas, previstos no Projeto “Validação dos efeitos da mudança do clima sobre a biodiversidade através do monitoramento "in situ" em Unidades de Conservação”.

Foram obtidos subsídios para o desenvolvimento e de criação de base de dados de biodiversidade centralizada, denominada "Inventário de dados de biodiversidade do ICMBio", na sede do Instituto. É importante destacar que essa base de dados integra dados de seis bases mantidas pelos Centros e pela sede do Instituto. Todavia, esses dados ainda devem permanecer em processo de serem integrados com bases de dados de outros órgãos do MMA e do Sistema (SISBIO).

No âmbito do ICMBio, as ações nesse sentido foram desenvolvidas com orçamento próprio e de outras fontes internacionais para a preservação da biodiversidade. O objetivo estratégico do Instituto tem sido atendido no que se refere à definição e implementação de ações estratégicas para melhoria do estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção. Na medida em que os PANs, ao serem elaborados, propõem as ações prioritárias para 66,6%do total de espécies da fauna ameaçadas de extinção, a implementação destas ações em campo contribuiu para redução das ameaças às espécies e ecossistemas, implicando numa melhoria do seu estado de conservação.

O diagnóstico do estado de conservação das espécies da fauna brasileira é atualizado periodicamente por meio da avaliação do risco de extinção das espécies, processo que subsidia a elaboração da Lista Nacional de Espécies da Fauna Ameaçada e norteia a proposição de novas estratégias de manejo e conservação das espécies. O Plano de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade - PRIM é outra estratégia integrada ao processo, que associa análises das pressões e ameaças à biodiversidade visando subsidiar os processos decisórios e a gestão ambiental. O PRIM constitui uma ferramenta de apoio à decisão e gestão ambiental, que têm como principal objetivo gerar cenários de compatibilização entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de atividades socioeconômicas, por meio da identificação de medidas objetivas de redução dos impactos potenciais e da busca de espaços geográficos onde se garanta a manutenção dos serviços ecossistêmicos e de populações viáveis de espécies, sem prejuízo da construção e operação de empreendimentos e atividades.

Em 2018, foram avaliadas 3.956 espécies da fauna brasileira, 177 espécies da fauna ameaçada de extinção tiveram PANs publicados. Foi lançada uma publicação contemplando a metodologia desenvolvida para a execução da ferramenta PRIM e o PRIM de Infraestruturas Viárias Terrestres sobre a Biodiversidade também foram publicados. Além disso, foi aprimorada a metodologia de elaboração, implementação, monitoria, avaliação e revisão dos PANs, formalizada pela publicação da Instrução Normativa nº21/2018, em conjunto com o Guia para Gestão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção a publicação: PAN - Elabore - Monitore - Avalie.

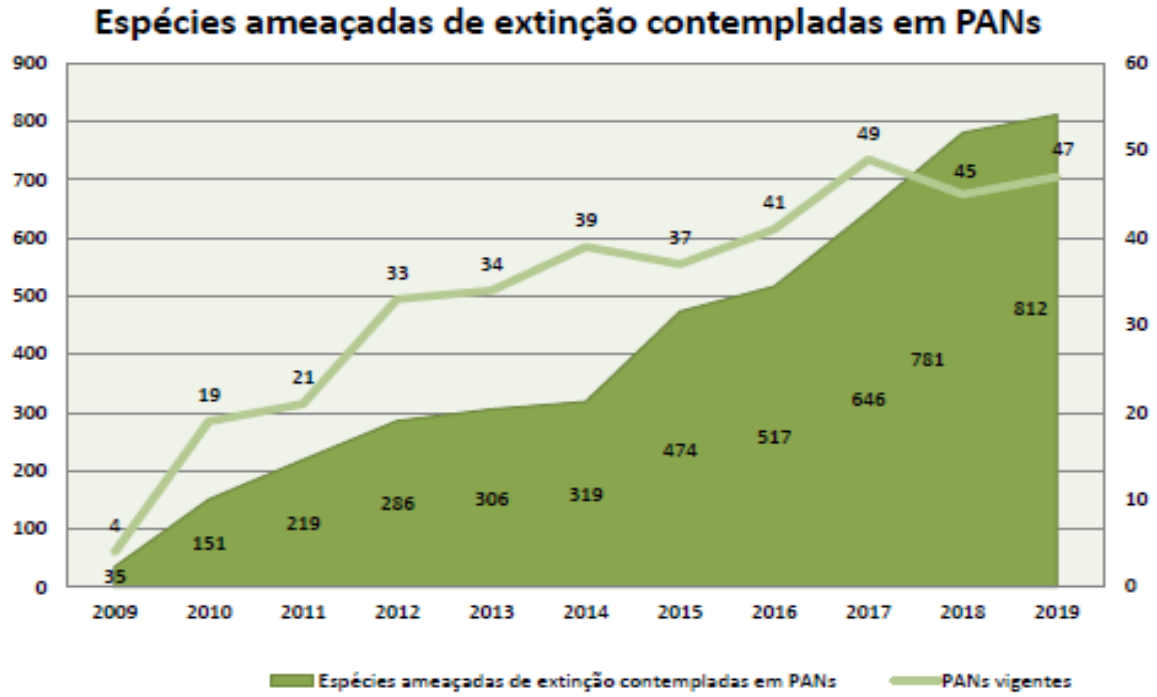
Atualmente, das 1.173 espécies (Fauna) da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 812 estão contempladas em 47 Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de extinção– PANs vigentes. Em 2019, foram elaborados cinco PANs (PANPequenos Mamíferos de Áreas Abertas, PAN Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais, PAN Aves Limícolas e Migratórias 2° ciclo, PANPequenos Felinos 2° ciclo, PAN Toninha 2° ciclo), acrescentando 31espécies ameaçadas de extinção. Ainda em 2019,27 PANs foram monitorados.

Dando continuidade ao aprimoramento da ferramenta e do processo PAN, foi realizada uma oficina inicial para análise e proposição demelhorias da metodologia de avaliação dos PANs, em conjunto com representantes de alguns Centros de Pesquisa e Conservação do ICMBio, que mantém estreitas relações e parcerias com os centros de pesquisa e faculdades da universidades brasileiras, em todos os biomas brasileiros. Além disso, para divulgação da ferramenta PAN, destaca-se a inclusão dos PANs no IX Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegida de Inclusão Social – IX SAPIS,

No âmbito de melhorar a disseminação e processo da divulgação dos PANs, foi desenvolvido um novo padrão para as páginas dos Planos no Portal do ICMBio, e foram publicados os Sumários Executivos dos PANs: CERPAN, Herpetofauna do Sudeste, Herpetofauna doSul, Aves da Caatinga e Mamíferos Aquáticos Amazônicos.

Ao mesmo tempo, foram realizadas 30 oficinas foram no segundo semestre do ano de 2019. Apesar da concentração da agenda de trabalho no último semestre do ano, a Coordenação de Planos de Ação Nacional – COPAN,os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação – CNPC e os parceiros de pesquisas e estudos foram comprometidos com os PANs, sendo possível identificar 812 espécies ameaçadas de extinção que foram contempladas em 47 Planosde Ação Nacional.

Figura 18. Gráfico de espécies ameaçadas de extinção. PANs.



Fonte: Relatório de Gestão ICMBio. 2019

Caberia indicar que o ICMBio conta com inúmeras parcerias com universidades, ongs e centros de pesquisa para o desenvolvimento de pesquisas para a conservação da biodiversidade. Em 2017, foram autorizadas 2.740 pesquisas, compreendendo autorizações científicas (2.041), didáticas (280), comprovante de registro (344) e licenças permanentes (75). Muitas dessas pesquisas estão vinculadas às ações de fomento de outras instituições, sendo que o ICMBio realiza articulações buscando ampliar o número de pesquisas voltadas à biodiversidade. Esse apoio de instituições diversas tem apoiado o ICMBio no monitoramento e avaliação da biodiversidade nacional, contribuindo para o acompanhamento dos compromissos internacionais.

Pode-se considerar que as iniciativas para o envolvimento de pesquisadores e segmentos interessados na gestão de unidades de conservação e da biodiversidade vêm sendo ampliado, mas em geral as pesquisas apresentaram nos últimos anos uma redução de recursos em geral e para as pesquisas em particular representariam perdas importantes de parcerias de centros universitários. Parte das ações para envolver o público com interesse científico tem sido realizada rotineiramente ao longo dos anos, e publicadas no PortalBio. Nos próximos anos, o ICMBio espera poder contar com editais de pesquisa com recursos de compensação ambiental

O ICMBio para a execução de muitas dessas atividades, além do Projeto BRA/08/023, conta com recursos orçamentários e extra orçamentários, oriundos de projetos financiados, em especial, pelo Global Environment Fund (GEF)

O Projeto apoiou a obtenção de informações e de dados necessários à elaboração de planos de ações que trataram da capacidade para abrigar e apoiar atividades de pesquisa sobre espécies ameaçadas de extinção, conforme segue:

(i) subsídios para a elaboração do plano de ação dos mamíferos do Sudeste (parte I e II) e oficina de trabalho para construção da parte II do Plano de Ação;

(ii) realizada Oficina I – Plano de Ação dos Elasmobrânquios Marinhos – PAN-Tubarões – Região Sudeste e Sul;

(iii) realizada Oficina I – Plano de Ação dos Tubarões e Raias Ameaçadas – Região Central;

(iv) realizado Seminário Regional sobre Tubarões, considerados para o Anexo II da CITES;

(v)obtidos subsídios para a implantação da conservação nos países da América Latina e Caribe, por meio de capacitação de seus representantes;
(vi) elaborado diagnóstico da área de uso, movimento animal e seleção de habitat e de dados ecológicos de animais carnívoros no PNSI, visando o estabelecimento de estratégias de manejo da espécie carnívora em unidades de conservação;
(vii) elaborados Plano de Ação Nacional (PAN), com a elaboração de 21 Espécies;
(viii) elaborado Plano Ação Nacional para 12 Espécies de Tubarões;
(ix) elaborados 02 Guias de Planos de Ação; e
(x) elaborados 05 Planos de Ação elaborados ou com ações implantadas.

Um dos pontos importantes em termos de sistematização de conhecimentos, disseminação de dados e sensibilização de cidadãos sobre a biodiversidade foi o lançamento e a continuidade de operação ao longo dos últimos 07 anos do Portal da Biodiversidade, no site do ICMBio,dispondo de um conjunto importante de informações coletadas e organizadas pelo Instituto.

Também foram coletados dados, por operações de mergulho, no âmbito do Projeto de ocorrência de pesca fantasma por redes de emalhe nos costões rochosos da REBIO Marinha do Arvoredo/SC. foram desenvolvidos 72 Projetos de Pesquisa em conservação da biodiversidade e gestão de Unidades de Conservação,voltados à construção de 40 Protocolos ou ferramentas para conservação e manejo da biodiversidade e de UC.

No tocante a produção de subsídios à definição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas, foram desenvolvidas ações em Projetos existentesno ICMBio e no Programa de Pesquisa com vistas à chamada interna em diversas áreas, destacando-se:
(i) Projeto de pesquisa e manejo do turismo interativo com botos no PN de Anavilhanas;
(ii) Projeto distribuição no PNCD de Espécies invasoras de Poaceae e de dicronopteris flexuosa (samambaia);
(iii) Projeto conservação do sagüi-da-serra-escuro (Callithrixaurita) no PN da Serra dos Órgãos;(iv) Projeto controle do coral sol na ESEC Tupinambás;
(iv) Projeto endemismo e dispersão de poríferos nos Aparados da Serra: isolamento de habitat e conectividade;
(v) Projeto monitoramento e avaliação de impactos sobre o patrimônio espeleológico;
(vi) Projeto inventário anual do patrimônio espeleológico nacional;
(vii) Projeto controle de gramíneas exóticas invasoras em UC do cerrado;
(viii) Projeto cães domésticos no interior e entorno de um UC: quais os impactos sobre os carnívoros selvagens;
(ix) Projeto de monitoramento de Jacarés na RESEX Cuniã;
(x) Projeto monitoramento das capturas de cações-anjo (squatinasspp), e viola (Rhinobatosspp) por observadores de bordo nas frotas industriais de Santa Catarina;
(xi) Projeto avaliação do impacto do Teiú (salvatormerianae), modelagem epidemiológica e seu potencial zoonótico no PN Fernando de Noronha;
(xii) Projeto monitoramento de teleósteos e elasmobrânquios nos desembarques pesqueiros industriais de Santa Catarina,
(xiii) Programa de monitoramento *in situ* da biodiversidade do bioma caatinga no PN da Serra da Capivara e EE do Raso da Catarina;e
(xiv) Programa de Monitoramento *in situ* da biodiversidade e de abertura de 3(três) transectos na área da janela do Seringalzinho.

Dessa forma o Projeto apoiou o total de 46 Projetos/Protocolosde Pesquisa em conservação dabiodiversidade e gestão de unidades de conservação.

Como indicado previamente, em relação aos estudos para subsidiar a definição de Estratégia Institucional para o Monitoramento da Biodiversidade nos biomas brasileiros, em articulação com o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, o Projeto BRA, além do desenvolvimento de 2

estudos nos biomas marinho e costeiro, contou com recursos do Fundo Clima para apoiar a concepção e a estruturação do Programa Monitora.

Esse apoio foi dado especialmente no que se referiu a testes de protocolos de monitoramento da biodiversidade *in situ* e ao fortalecimento de arranjos intra e interinstitucionais na execução de diversas etapas de implementação do Programa, gerando maior efetividade na gestão de dados, da informação e do conhecimento, a partir dos dados coletados, analisados e interpretados com ampla participação social, visando subsidiar decisões de uso e manejo de recursos naturais e estratégias de conservação em diferentes escalas nos biomas brasileiros.

O monitoramento se encontra operacional em cerca de 80 UC federais, o que representa uma adesão de UC superior a meta inicial do Fundo Clima, que previa ao menos uma UC monitorada nos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica

Caberia destacar que o Projeto apoiou com insumos importantes para a realização dessas pesquisas, que contaram com recursos do MCT e do próprio ICMBio.

Em relação à atualização da lista de espécies da fauna ameaçadas de extinção, as principais ações desenvolvidas pelo Projeto para este fim foram:

(i) realizada oficina de avaliação do estado de conservação dos crustáceos continentais brasileiros (CEPSUL);

(ii) realizada oficina de avaliação do estado de conservação de Actinopterigii Marinhos;

(iii)elaboradas fichas sobre táxons das famílias Loricariidae, Crenuchidae, Cichlidae e Heptapteridae que ocorrem na bacia Amazônica brasileira, visando subsidiar as diferentes etapas do processo de avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;

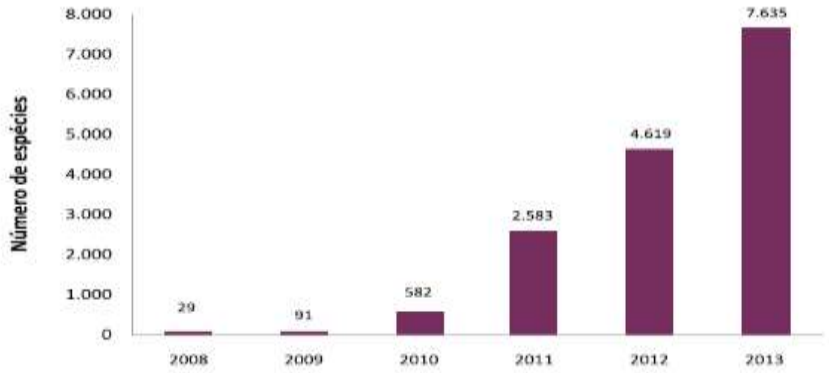
(iv) elaborados mapas de distribuição geográfica de cada táxon de peixes continentais que ocorrem no Brasil, visando subsidiar a avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.

(v) Foram avaliado um total de 112 espécies, sendo que com o apoio do Projeto: 14 do Lagarto e Anfisbênias do Brasil; 79 da Porífera; 10 das Formigas Brasileiras; e 9 dos Peixes Continentais Brasileiros, por meio da realização de 6 Oficinas de Avaliação de grupos taxonômicos, num total de 1.349 espécies avaliadas.

(vi) Foram elaborados 330 Mapas de distribuição geográfica de 330 peixes de espécies continentais que ocorrem no Brasil, visando avaliar do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN, por meio de consultoria que avaliou, no exercício de 2014, 441 espécies ameaçadas.

(vii) Até fins de 2013 foram avaliadas 4.354 espécies da fauna brasileira, sendo que com apoio do projeto, no segundo semestre de 2013, foram avaliadas 281. Até o final de 2015, esse total foi ampliado para 393. A meta do ICMBio é de avaliar 10.000, sendo 1.430 do Projeto.

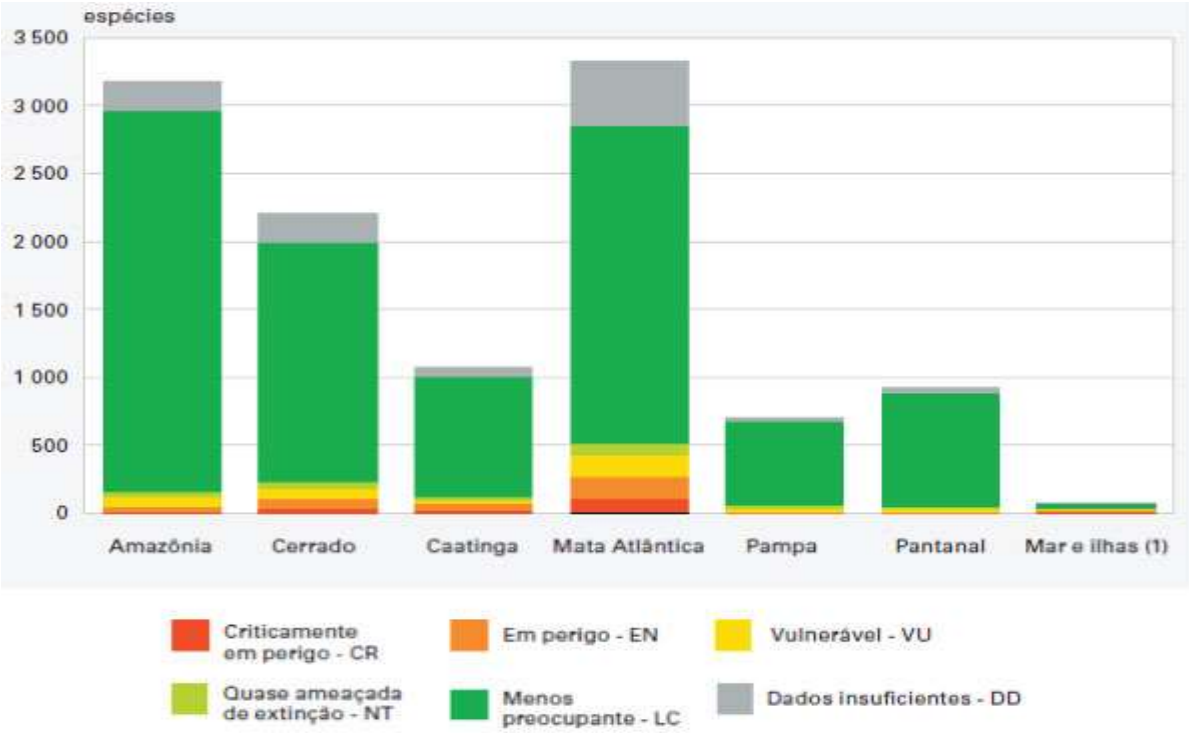
Figura 19.Número de espécies avaliadas (valor acumulado) a partir de 2008



Fonte: Relatório de Gestão ICMBio 2013.

Como visto, o trabalho desenvolvido pelo Projeto de suporte ao ICMBio é de dar subsídios à avaliação das espécies, com finalidade de atualização da lista pelo MMA.Caberia destacar que atualmente existe uma lista que contempla 12.253 espécies da fauna brasileira que foram avaliadas, sendo que, com o apoio do Projeto foram avaliadas 393, distante da meta original que seria de avaliar até 1.430 espécies. Atualmente a lista de espécies ameaçadas de extinção é de aproximadamente 1173 espécies. De acordo com levantamento analisado pelo IBGE, as espécies por bioma estariam classificadas assim:

Figura 20:Tabela de Espécies ameaçadas por bioma. 2020.



Fonte: IBGE. 2020

A pesquisa "Contas de Ecossistemas: Espécies Ameaçadas de Extinção no Brasil", que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou hoje (05/11/2020), mostrou que em 2014 havia 3.299 espécies de animais e plantas ameaçadas no Brasil, o que representava 19,8% do total de 16.645 espécies avaliadas. Dessas espécies ameaçadas, 1.989 estavam na Mata Atlântica. Atualmente são reconhecidas no Brasil 49.168 espécies de plantas e 117.096 espécies de animais. Desse total, a pesquisa realizada analisou as 4.617 espécies da flora e as 12.262 espécies da fauna listadas pelo Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (CNCFlora/JBRJ) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para as quais existem informações sobre seu estado de conservação. Elas representam, respectivamente, 11,26%e 10,13% do total de espécies reconhecidas.Informações detalhadas podem se pesquisadas em https://mundogeo.com/2020/11/05/ibge-divulga-contas-de-ecossistemas-especies-ameacadas-de-extincao-no-brasil/

As espécies estão distribuídas principalmente em três categorias: Criticamente em perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU), e em relação a 2003, quando havia sido realizada a primeira publicação de lista, que passou a ser oficial em 2004. Essas informações estão de acordo com a publicação do ICMBio : Livro Vermelho, na qual é indicado de que houve um incremento de 716 espécies em 2018. Entretanto, mesmo com o aumento do escopo de espécies ameaçadas e consequentemente melhor avaliação da conservação, 170 espécies deixaram de constar na lista de espécies ameaçadas.

Em relação às espécies exóticas invasoras havia a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia para realização no Brasil da avaliação do estado de conservação dos ecossistemas e do grau de ameaça das espécies exóticas invasoras, em sinergia com o processo de avaliação do estado de conservação das espécies, envolvendo vistorias realizadas de monitoramento de espécies locais e avaliação de impactos em diversas localidades. Para essa finalidade, foi realizado estudo visando a definição de critérios para avaliar a efetividade de projetos de manejo de espécies exóticas invasoras na redução dos impactos nas espécies e ecossistemas nativos, bem como a sistematização de informações sobre legislação, prevenção e controle, em formato de um Guia de orientações para o manejo de espécies exóticas invasoras em UC.

O Projeto também apoiou a execução de estudos sobre a eficiência do SNUC para a proteção de algumas espécies de vertebrados ameaçados de extinção, com proposição de instrumentos para a conservação da biodiversidade.

A pesquisa, o monitoramento, a autorização e a informação em biodiversidade são alvos de uma política de planejamento institucional em diversos níveis, com destaque para o Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão da Informação sobre Biodiversidade–PEP-ICMBio, que correlaciona o planejamento estratégico do ICMBio com as demandas de conhecimento necessárias para conferir maior efetividade às ações realizadas. Ao mesmo tempo, correlaciona com o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora, que contribui para avaliar a efetividade do Sistema de Unidades de Conservação, o uso e manejo nas unidades de conservação geridas pelo Instituto Chico Mendes e as estratégias de conservação das espécies ameaçadas de extinção em todo o território nacional.

Por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio, o ICMBio autoriza pesquisas em UC federais e cavernas, fora delas, quando envolverem a coleta de material zoológico ou de plantas ameaçadas.

Em relação ao Plano de Pesquisas foram elaborados com apoio do Projeto BRA, 03 Planos de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, sendo avaliadas também ferramentas de apoio à pesquisa, visando subsidiar a política de fomento prevista no Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio (PEP-ICMBio).

Esses estudos propuseram metodologia reconhecida de planejamento de programas e projetos de conservação (Padrões abertos para a prática de conservação). Ainda graças aos mecanismos apoiados ou estabelecidos pelo projeto BRA/08/023, houve mudanças nas bases de como enfocar a pesquisa e a conservação da biodiversidade, tendo evoluído de modo que atualmenteambas ações são consideradas legalmente e institucionalmente como programas de gestão imprescindíveis na atuação do ICMBio, de acordo com entrevista realizada

Ademais foram apoiados estudos que geraram insumos para definição institucional da caça de subsistência e para o manejo e monitoramento da caça de subsistência em Unidades de Conservação federais.

Em relação aos estudos que aportaram inovação por meio do enfoque, e que se basearam em um conjunto de vetores de pressão específicos, bem como na ocorrência de espécies ameaçadas e a delimitação de áreas sensíveis para a conservação da biodiversidade, pode-se indicar as seguintes ações que foramimplementadas com apoio do Projeto:

(i) Pesquisa e proposição de ordenamento do turismo interativo com cavalos-marinhos (Hippocampusreidi) - PARNA de Jericoacoara;

(ii) Consolidação e sistematização de informações sobre atividades antrópicas nos Ecossistemas Marinhos Costeiros;

(iii) Mapeamento de conflitos envolvendo fauna silvestre ameaçada de extinção e comunidades tradicionais residentes no PARNA do Jau;

(iv) Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica do ICMBio - 180 participantes internos e externos ao ICMBio;

(v) Manual de avaliação de impacto ambiental da biodiversidade em UC afetadas no âmbito dos licenciamentos federal, estadual e municipal;
(vi) Análise de inovações propostas no âmbito da manifestação para o licenciamento ambiental, concernente à conservação da população do mico leão dourado - APA da Bacia do Rio São João e Rebio Poço das Antas;
(vii) Elaboração de documento base para desenvolver um Programa para os manguezais no Brasil.
(viii) Elaboração de estudos quanto a eficiência das condições específicas no que tange aos mecanismos de conservação e recuperação dos atributos da sociobiodiversidade;
(ix) Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais com descrição da inovação obtida composta de metodologia, lições apreendidas e avanços, apresentado durante o Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto – CBAI;
(x) Realização de estudos e aprimoramentos desenvolvidos no contexto do licenciamento ambiental como ferramenta para a conservação da biodiversidade.
(xi) Estudo sobre a alteração da metodologia de cumprimento da condição específica para pagamento pelo uso da água, ao invés da supressão de vegetação.

Situação de implantação dos Produtos contribuintes ao Resultado 03:

O Produto 3.1 está *concluído.* Tinha como meta proposta a realização de 40 pesquisas e foram executadas 46 sobre temas de interesse para a biodiversidade.

O Produto 3.2 está *concluído,* tendo sido mantido na revisão de 2020, sendo que poderia ser avaliado que foi executado atendendo parte das demandas existentes aos subsídios para o monitoramento em relação aos Biomas brasileiros e mudanças climáticas. Esse Produto tem contado com recursos de outras fontes como o Fundo Clima (MMA) para a sua execução, atuando de forma complementar aos recursos do Projeto. Desenvolvida estratégia em 30 UC para os Biomas Caatinga e Cerrado e implantado o monitoramento da biodiversidade, como testes, em UC dos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica; incluindo ações de validação dos efeitos da Mudança do Clima.

Em relação ao Produto 3.3 estava *concluído* em 2016 pelo alcance de proposta de uma base de dados sobre a biodiversidade para o ICMBio. Entretanto, novos desafios no futuro ainda podem ser identificados para o desenho da integração com outras bases de dados federais.

O Produto 3.4, *parcialmente concluído*, referente aos Planos de Ação Nacionais sobre espécies ameaçadas ainda estava em execução em 2020, tendo sido estabelecida metade 100% de PAN elaborados para espécies ameaçadas, Foi realizada uma lista com apoio do Projeto, entretanto não foram elaborados PAN para todas as espécies ameaçadas, por ser um trabalho a ser atualizado, considerando o guia orientador para a execução dessas iniciativas.

Em relação ao Produto 3.5foi *concluído* em 2020, voltado à atualização de lista de espécies da fauna ameaçadas de extinção. A avaliação do estado de conservação de 12.256 espécies da fauna brasileira foi realizada, sendo inovadas: a análise do estado de conservação de todos os vertebrados; com a participação de centenas de pesquisadores na etapa de validação externa; e a adoção formal dos critérios da UICN.

Em relação ao Produto 3.6 foi *concluído* em 2020. Visava à realização de estudos de metodologia/modelo de avaliação do estado de ameaça e conservação das espécies; e verificou-se a realização de estudos sobre a eficiência do SNUC para a proteção de algumas espécies de vertebrados ameaçados de extinção, com análise da aplicabilidade das ferramentas estudadas e propostas.

O Produto3.7 foi *cancelado* em 2016 (não foi executada nenhuma ação). Estão sendo implantadas atividades e outras iniciativas previstas no Produto com recursos próprios do orçamento do ICMBio e de outras fontes internacionais.

O Produto 3.8 foi *implementado parcialmente* e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com indicação de metas. Havia sido inserido em conformidade com a Revisão de 2016, visto a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia nacional para realização da avaliação do estado de conservação dos ecossistemas e do grau de ameaça das espécies exóticas invasoras, em sinergia com o processo de

avaliação do estado de conservação das espécies, envolvendo vistorias realizadas de monitoramento de espécies locais e avaliação de impactos em diversas localidades. Foi também elaborado Guia sobre o manejo de espécies invasoras em UC Federais, assim como concluído os estudos da eficiência do SNUC sobre espécies de vertebrados ameaçados,

O Produto 3.9 foi concluído**,** com indicação de metas na Revisão de 2020. Foi inserido em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, visto foram realizados estudoscom a definição deuma metodologia reconhecida de Planejamento de Programas e Projetos de Conservação (Padrões abertos para a prática de conservação) para a elaboração do Plano de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.

O Produto 3.10 foi concluído e foi inserida meta na Revisão Substantiva de 2020. Destinou-se à realização de estudos para a proposição de instrumentos para a conservação da biodiversidade, subsidiando as decisões sobre atividades antrópicas, que foram realizadas.

Conclusões intermediárias:

Este Resultado tem apoiado a produção de subsídios para promoção do uso e conservação da biodiversidade brasileira, com importantes aportes em relação aos diferentes biomas e às áreas protegidas nacionais, bem como as ações do Projeto tem apoiado a implantação do SNUC.

O Resultado 3vem contribuindo ainda para a proposição de ações e de subsídios para identificação das espécies ameaçadas de extinção; melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas e quase ameaçadas; manutenção do bom estado de conservação das não-ameaçadas;subsídios para identificação de ações para recuperação de ecossistemas degradados; recuperação das populações aquáticas; promoção de subsídios aos planos de uso sustentável da biodiversidade e para a identificação do valor das espécies.

É de grande valia para esse Resultado do Projeto, a existência de: Centros especializados do ICMBio; das redes com os demais centros de pesquisa e laboratórios de Universidades brasileiras; da interlocução com especialistas em temas de biodiversidade; e da participação do Instituto em instâncias formais como Conselhos e Comissões. Essas instâncias voltadas ao tema da biodiversidade servem de espaços de diálogo, com diferentes atores governamentais e não governamentais.

Pode-se identificar que permanecem importantes demandas em relação a esse Resultado, considerando que houve atuação em determinados biomas, em determinadas espécies ameaçadas e ainda há a necessidade de sistematização de proposta de desenho para integrar base de dado do Instituto com outras bases, inclusive com o MMA.

.

Resultado 04: Unidades de conservação federais protegidas.

A proteção das Unidades de Conservação se realiza por um conjunto de ações planejadas em termos de operações de fiscalização, bem como de prevenção e combate a incêndios florestais, entre outras atividades.

A fiscalização ambiental (embasada no poder de polícia ambiental) tem a finalidade de coibir infrações ambientais relacionadas às UC. O controle das emergências ambientais constituiu importante responsabilidade do Instituto vinculada à proteção dessas Unidades. A prevenção e o controle de incêndios florestais representam um alto investimento realizado pelo Instituto.

Ainda que 09 Produtos contribuintes para o alcance do Resultado 04 estivessem propostos no âmbito do Projeto no PRODOC, todos os Produtos foram desenvolvidos com recursos orçamentários do ICMBio ou com apoio de outros recursos.

Situação de implantação dos Produtos contribuintes ao Resultado 04:

Esses 09 Produtos não se encontravam em execução pelo Projeto, não tendo sido utilizados recursos do Projeto no período de 2009 a 2015. Na Revisão de 2016, esse Resultado e seus respectivos Produtos foram cancelados. Existe o entendimento de que as demandas existentes de apoio para a

estruturação desse setor para o uso e a conservação da Biodiversidade nacional têm sido atendidas no âmbito do ICMBio, por envolverem competências institucionais e contarem com suporte de outras fontes nacionais e internacionais.

Conclusões intermediárias:

Os avanços nesse tema têm sido realizados com recursos do ICMBio e extra orçamentários devido à necessidade de fazer frente aos incêndios em território nacional, contratação de brigadistas temporários, e necessidade de ações mais freqüentes de fiscalização em biomas brasileiros. Essas ações visam dar maior sustentabilidade por envolverem ações corretivas e preventivas desenvolvidas pelo Instituo junto às Unidades de Conservação federais; bem como, as melhorias no tema são decorrentes de articulações necessárias do ICMBio com as instâncias estaduais e locais para atendimento de emergências ambientais ou apoios decorrentes de fiscalização ambiental exercidas pelo Instituto.

Resultado 05: Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da Biodiversidade, desenvolvido.

Esse Resultado está voltado à realização de ações de uso público e negócio. Nesse cenário, ações relacionadas à visitação às Unidades de Conservação constituem também estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza.

O entendimento de expertos italianos sobre o Turismo Responsável é o que vem orientando as ações empreendidas pelos Ministérios e instituições governamentais e ONGs para o tratamento do tema de sustentabilidade e responsabilidade, no turismo. Nesse contexto, o turismo responsável se orienta pela justiça social e econômica, com pleno respeito ao ambiente e às culturas. O turismo responsável reconhece o papel central da comunidade local em que esse acontece e o papel protagonista no desenvolvimento de ações no território, por meio da interação entre a indústria do turismo, as comunidades locais e os turistas.

Nesse contexto, o ICMBio vem procurando promover melhores condições para que o turismo responsável atenda às necessidades dos turistas sem esquecer ou obstruir as regiões preceptoras, protegendo-as e ampliando as suas oportunidades, trazendo um equilíbrio social e ecológico, oportunizando maior dinamização da economia local. Portanto, vem junto com a exigência em assegurar que os habitantes locais também se beneficiem do turismo através do acesso a oportunidades de formação e de emprego, de atividades de comercialização e melhorias das infra-estruturas sociais. Essas ações integradas melhoram a qualidade de vida das pessoas através da promoção da economia local.

É importante destacar que a ação integrada do ICMBio e MMA com o Ministério do Turismo vem orientada para a ampliaçãodos impactos positivos para o desenvolvimento de turismo responsável em diferentes áreas protegidas. A formulação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 e respectivas atualizações posteriores consolidaram a Política Nacional de Turismo e apresentam as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil para os próximos anos. É apresentado como resultante das ações integradas do Governo federal, sob a coordenação do MTur.

Caberia destacar que, determinados princípios sobre turismo responsável, se encontram citados no documento referencial inicial: "Turismo no Brasil 2011/2014". Foram atualizados recentemente diante dos grandes desafios impostos na busca pela implementação de um modelo de turismo pautado na sustentabilidade, com o aprovado Plano Nacional de Turismo, o qual propõe as seguintes iniciativas para o período de 2019 à 2022: (i) estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico; (ii) promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e o desenvolvimento do Turismo de Base Local; e (iii) possibilitar o acesso democrático de públicos prioritários à atividade turística

Esse planejamento do Ministério do Turismo e Cultura destaca, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e diálogo

com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento. Por esse motivo, o diálogo com o ICMBio, o Ministério do Turismo e o MMA nesse tema deve ser permanente como elemento de maior dinamização da operacionalização do SNUC e do Cadastro Nacional das UC.

Nos últimos anos, o Ministério do Turismo desenvolveu e aprofundou as orientações técnicas para a organização dos atores que atuam no turismo responsável no Brasil. Para tanto, instituiu o Selo Turismo Responsável, bem como o Cadastro de empresas ou empresários que praticam o turismo dessa categoria.

O Instituto tem trabalhado para diversificar as atividades de ecoturismo e recreação oferecidas nos Parques Nacionais e em outras Unidades de Conservação. Tem oferecido, sempre que possível, nos Parques, algumas estruturas adequadas ao número e ao perfil de visitantes que procuram a Unidade de Conservação. Constitui um alto desafio para o ICMBio preparar as Unidades de Conservação para receber visitantes, com qualidade e segurança.

Entre as ações em andamento estão melhorias e abertura de novas trilhas, reforma ou construção de centros de visitantes, áreas de camping e outras estruturas de apoio, instalação de sinalização e promoção de atividades como mergulho, canoagem, caminhadas, rafting, entre outras.

Ainda enfrentando dificuldades orçamentárias para dotar as Unidades com infra-estruturas e estruturas de apoio adequadas ao número e ao perfil visitantes, o ICMBio vem constatando nos últimos anos um aumento anual de 10% de número de visitantes em relação ao ano anterior.

A realização de grandes eventos nacionais como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas m 2016 promoveram maior proximidade e trabalho conjunto entre o MMA (e ICMBio) e o MTUR para a ampliação das visitações aos Parques Nacionais, resultando em o planejamento efetuado visando: estruturação, qualificação, promoção e apoio à comercialização.

Em 2017 no ICMBio foram realizadas ações de capacitação do corpo técnico e de prestadores de serviço de apoioà visitação, assim como estabelecidas novas portarias de autorização de serviço de apoio à visitação.Foram realizados investimentos em estruturação das áreas de visitação, especialmente manejo e sinalização de trilhas, sendo que para essas ações o ICMBio contou com importante apoio do Projeto BRA/08/023.

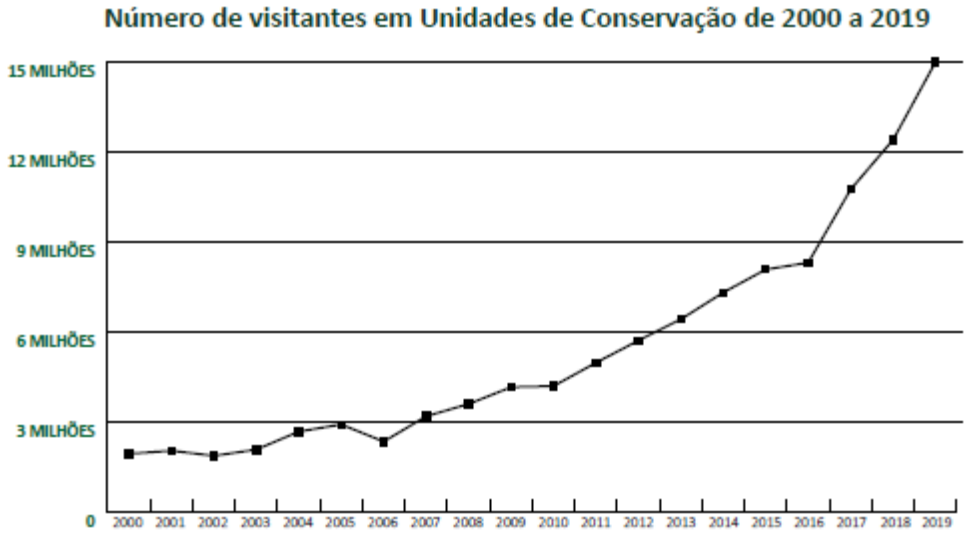
Foram realizados encontros para construção de regulamentação própria para as concessões em Unidades de Conservação, e tem do resultado em que o ICMBio passou a ter normas para a concessão à iniciativa privada, com a publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 30 de janeiro de 2017, a qual disciplinou o planejamento, a execução e o monitoramento dos contratos de concessãode uso para prestação de serviços de apoio à visitação em UC, com a realização de capacitação para o monitoramento de futuros contratos.

Além disto, o ICMBio nos anos de 2016 a 2020 concentrou ações em medidas preparatórias para implementação das concessões de uso para a prestação de serviços de apoio à visitação nos Parques, a exemplo do desenvolvimento de diversos estudos de viabilidade econômica e modelagem jurídica os quais resultaram muito recentemente em editais para a concessão nos seguintes Parques Nacionais: Brasília, Chapada dos Veadeiros, Pau Brasil,Jericoacoara, Lençóis, Maranhenses, Serra da Bodoquena e Guimarães além da Floresta Nacional de Canela. Com as concessões, o ICMBio pretende ampliar e disponibilizar melhores serviços de apoio à visitação e experiências aos visitantes, promover o aquecimento da economia da região onde as unidades estão inseridas, fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores do entorno e assim aumentar o número de aliados à conservação.

Os dados oficiais de visitação,de acordo com o ICMBio, registraram em 2017 recorde histórico de 29,43% de aumento de visitas em UC federais em relação a 2016, atingindo a marca de 10,73 milhões, dos quais 8,65 milhões foram registradas em Parques Nacionais. Cabe ressaltar que muitas UC passaram a monitorar visitantes somente a partir de 2017, sendo que esse incremento de 20,02% se referia apenas às UC com registro histórico de visitação. Desse modo, as 71 UC que faziam monitoramento de visitantes em 2017 passaram a ser 102 UC.

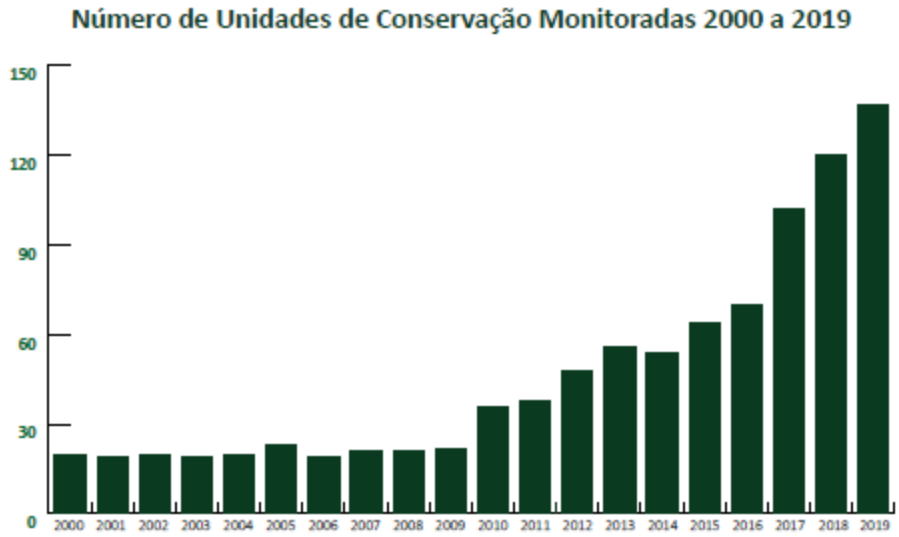
Esses valores de número de visitantes e número de UC com monitoramento de visitantes em 2019 passaram a ser, respectivamente, 15 milhões de visitantes e passaram a ser monitoradas 132 de 334 UC federais. Essa situação aumentou os recursos arrecadados com as visitações no território nacional.

Figura 21: Tabela com total de visitantes em UC



Fonte: Relatório de Gestão ICMbio.2019

Figura 22. Tabela com UCs monitoradas



Fonte: Relatório de Gestão ICMBio.2019.

Destacaria o significativo apoio do Projeto para estes avanços na área de visitação de UC e de concessões de prestação de serviços em UC por meio de diferentes estudos e publicações realizadas para a melhoria de iniciativas para o acolhimento dos visitantes nacionais e internacionais nas UC.

Nesse contexto, iniciativas de valorização da diversidade sociocultural e das populações tradicionais, também se inserem no processo de valorização, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados

Nesse âmbito, foram realizadas as seguintes iniciativas que remeteram ao alcance, em alguns casos, parcial, dos Produtos previstos no Projeto, conforme segue:

(i) realizada definição de diretrizes e políticas institucionais acerca do tema gestão da segurança, com ênfase nas demandas de busca e salvamento no caso de acidentes em áreas remotas nas Unidades de Conservação, com elaboração de 01 manual;
(ii) concluído o Projeto Executivo e o Manual de Sinalização para as Unidades de Conservação federais, no âmbito do Projeto "Parques da Copa";
(iii) identificação de estrutura, construção do planejamento de ações de manejo de trilhas, para implantação dos primeiros atrativos de visitação pública no PN da Chapada Diamantina;
(iv)realizado Seminário de Construções Sustentáveis: Materiais e Técnicas, visando obtenção da base teórica e subsídios para elaboração do Manual;
(v)elaborado o projeto executivo de exposição interpretativa do PN Chapada dos Veadeiros/GO e em conclusão o projeto executivo do PN Chapada do Peruaçu/MG;
(vi) em elaboração o diagnóstico de indicação de procedimentos; de critérios de análise e de parâmetros referentes à realização de eventos de natureza diversas em UC, incluindo indicativos de cobranças de ingresso aos visitantes;
(vii) foram implantados os primeiros atrativos de visitação pública no PN da Chapada Diamantina.
(viii) foram desenvolvidos 10estudos para delegação de serviços nas seguintes UC Federais, sendo 3 deles por meio do Programa de Parcerias Ambientais - PAPP:(i) Parna de Brasília/DF; (ii)Parna do Iguaçu/PR (dois estudos realizados);(iii) Parna da Chapada dos Veadeiro/GO;(iv) Parna da Serra dos Órgãos;(v) Parna da Serra da Canastra;(vi) Parna Marinho de Abrolhos; (vii) Parna Aparados da Serra; (ix) Parna Serra Geral; e (ix) Parna do Itatiaia.
(x) Revista “Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação"em sua 3ª edição, as duas outras revistas foram resultantes de 02 seminários nacionais trazendo a sistematização de boas práticas em áreas estratégicas para uso público como: manejo de trilhas; equipamentos e sinalização; gestão de sistemas de segurança e boas práticas; disseminação e informação ao público das UC.

Situação de implantação dos Produtos contribuintes ao Resultado 05:

O Produto 5.1 foi executado parcialmente e *cancelado* na Revisão de 2016. Destinado à elaboração de Guia do Chefe de UC para uso público foi substituído pelo Produto 5.8, e ajustado à elaboração de guias contendo entre outros, normas, projetos de equipamentos facilitadores, centro de visitantes, sinalização para as Unidades de Conservação Federais. Esse Manual original para Chefes de UC foi elaborado gradualmente pelo ICMBio.

O Produto 5.2 está parcialmente concluído e *cancelado* na Revisão de 2016. Esse Produto volta-se à elaboração de 03 manuais com normas, orientações e definição de critérios e indicadores para a realização de eventos nas UCs e pagamento pelos visitantes. Foram elaborados2(dois) documentos normativos: projeto executivo e o Manual de Sinalização para as UCs, para apoiar o Projeto Parques da Copa de Futebol (2016).

O Produto 5.3 *não foi executado*, tendo sido *cancelado* na Revisão de 2016. Deveria ter produzido um plano de divulgação de visitação nas Unidades de Conservação.

O Produto 5.4 se encontra *concluído*. Dos 09 estudos de viabilidade econômica para concessão de serviços em Unidades de Conservação foram realizados 10 estudos, sendo 03 deles por meio do Programa de Parcerias Ambientais - PAPP.Existem crescentes demandas para continuidade desse Produto.

O Produto 5.5 foi implantado parcialmente e *cancelado* em 2016. Dos 10 Projetos e/ou estudos técnicos de uso público em Unidades de Conservação Federais e em Cavernas somente 04 foram concluídos. Passou a ser executado pelo ICMBio.

Em relação ao Produto 5.6 *não houve execução* e foi *cancelado* pela Revisão de 2016. Destinava-se à realização de 09 estudos e projetos de modelagem para valoração econômica de bens e serviços ambientais. Esse tema, todavia demanda muitos estudos especializados para a elaboração de referenciais para atuação institucional.

O Produto 5.7 *não foi executado* e foi *cancelad*o na Revisão de 2016. Foi executado com recursos de outra fonte internacional. Destinava-se a realização de levantamentos para identificação de potencial turístico em 20 UC federais.

O Produto 5.8 foi incluído na Revisão de 2016, sendo inserido em substituição ao Produto 5.1 e promoveu estudos para proposição de Guias ou Manuais em temas estratégicos para o uso público.

Dos 08 Produtos, 03 não foram executados, sendo que um deles vem sendo realizado com apoio de outras fontes internacionais. O Produto 5.1 se encontra sem executar após ter realizado 1 seminário sobre o tema, e vem sendo concluído pelo ICMBio. Nesse sentido cerca de 60% do Resultado não foi implantado. E os demais Produtos 5.2;5.4, 5.5 e 5.8 foram executados com ajustes de metas de modo a terem sido concluídos.

Conclusões intermediárias:

Esse Resultado apoiou de forma efetiva a qualificação das Unidades de Conservação para que se tornassem espaços geradores também de recursos para o ICMBio pela geração de receitas por visitação e por autorização ou concessão de prestação de serviços; bem como, apoiar a sensibilização dos cidadãos para a biodiversidade.

Entretanto, devido ao reduzido escopo e numero de iniciativasdo Projeto para o alcance desse Resultado 05, caberia indicar que esse tema vem sendo conduzido com maior celeridade pelo ICMBio e parceiros institucionais e não governamentais, inclusive com avanços importantes nos últimos anos de integração de Parques Nacionais no Programa de Parcerias Públicos Privadas do Governo federal ou de Privatizações por meio de concessões.

Devido à natureza do tema pode-se identificar a necessidade de atender novas demandas por estudos no futuro próximo para obter recursos nas Unidades de Conservação e o estabelecimento de insumos para o diálogo técnico com os demais entes federados.

Resultado 06. Promover capacitação para o desenvolvimento das ações relacionadas às Unidades de Conservação federais.

Dentro do enfoque de cooperação técnica foram elaborados insumos para a realização de capacitações; foram contratados especialistas para realizar capacitações e foram elaborados estudos de caso sempre que alguma iniciativa do Projeto necessitasse a existência de desenvolvimento de capacidades técnicas de gestores, conselheiros e outros atores relacionados ao uso e conservação da biodiversidade e à implantação do SNUC, envolvendo as diferentes tipologias de UCs.

Caberia destacar que o ICMBio dispõe de um Plano de Capacitação de RH que é específico para os servidores públicos, e está vinculado ao desenvolvimento de carreira e à gestão institucional.

Considerando que o Resultado 6 destinava-se para a realização de ações de capacitação de servidores nos temas tratados pelo Projeto, inclusive em educação a distância, já foram desenvolvidas as seguintes ações que resultaram no desenvolvimento de capacidades:

(i) planejamento, execução e avaliação do II Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e UCs e planejamento do Curso de Gestores, resultando, dentre outros, em propostas de plano, de aula e cronograma para o referido curso;

(ii) padrões abertos para a prática de conservação, visando aprimorar a utilização da metodologia para uso no planejamento das 11 UC do interflúvio Purus-madeira;

(iii) gestão Socioambiental - linha de formação em gestão de conflitos, linha de gestão participativa e em gestão para resultados no desenvolvimento gerencial e facilitadores na sua implementação;

(iv) elaboração de laudos de avaliação de imóveis rurais privados inseridos em UC federais para atendimento às demandas de desapropriação;

(v) nivelamento para a atividade de julgamento de autos de infração, visando padronização da análise do julgamento dos autos em primeira instância;

(vi) geoprocessamento com QGIS; em uso prático de GPS; e em cartografia e navegação;

(vii) elaboração de programas de pesquisa para a conservação;

(viii)operação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO;
(ix) promoção de informações para teracesso de extrativistas ao Programa Nacional de Habitação Rural.
(x) formação em Manejo Florestal Comunitário e Familiar, que enfocou o manejo comunitário dentro das Unidades de Conservação;
(xi) capacitação em Turismo de Base Comunitária na RDS Mamirauá. Esse intercâmbio deu suporte ao planejamento da RESEX Unini para o uso público;
(xii)Capacitação em gestão para resultados no desenvolvimento gerencial e facilitadores na sua implantação.

As capacitações acima indicadas promoveram desenvolvimento em temas específicos para número expressivo depessoas entre funcionários e outros atores envolvidos na questão de preservação da biodiversidade nacional.

Em termos de estudos e material para a realização de cursos de Educação à Distância (EaD), para o alcance das metas estabelecidas foram contratadas consultorias, pessoa física, para o desenvolvimento de conteúdos de 10 (dez) cursos de EaD, para os seguintes módulos: (i) SISBio; (ii) Regularização Fundiária; (iii) Protocolos de Monitoramento; (iv) Formação de Instrutores; (v) Fundamentos e estratégias pedagógicas para o Ciclo de Monitoramento (conclusão parcial do produto 2); (vi) Introdução à Gestão e Monitoramento; (vii) Porta Vozes; (viii) Gestão para Resultados; (ix) Análise e Gestão de Dados e Articulação Intra e Interinstitucional;e (x) elaboração e transposição de conteúdo do Curso "Criação Reservas Particulares do Patrimônio Natural Federais".

O produto contou, ainda, com uma consultoria, pessoa jurídica, visando desenvolver o desenho instrucional, gráfico, revisão gramatical e implementação de 20 (vinte) cursos de capacitação na modalidade, abaixo listados, nos quais se inserem os conteúdos desenvolvidos pelas consultorias, pessoas físicas. Esta consultoria via empresa visavadesenvolver o desenho instrucional, gráfico, revisão gramatical e implementação de referidos cursos de capacitação na modalidade de EaD a serem ofertados no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA do ICMBio, plataforma Moodle personalizada. Nos próximos anos, esses cursos deverão ser geridos e promovidos pela ACADEBio, responsável pela capacitação ofertada pelo ICMBio.

A seguir, se encontram listados os módulos, incluindo aqueles que foram contratados para elaboração de conteúdo junto a pessoas físicas: (i) regularização fundiária; (ii) porta Vozes do ICMBio; (iii) formação de Instrutores; (iv) ciclo de monitoramento da Biodiversidade – Protocolos de Monitoramento; (v) ciclo de Monitoramento da Biodiversidade – Análise, síntese e gestão de dados; (vi) voluntariado – gestão; (vii) fundamentos de cartografia para o geoprocessamento; (vii) tutoria em EaD; (viii) conteudista em EaD; (ix) sistema de análise e monitoramento de gestão –SAMGe; (x) SISBio; (xi) introdução à manifestação para o Licenciamento Ambiental; (xii) ciclo de monitoramento da Biodiversidade – Protocolos de Monitoramento parte 2; (xiii) curso de monitoramento da Biodiversidade - subprograma Marinho e Costeiro. (xiv) administração e gestão no Moodle; (xv) criação de RPPNs; (xvi) gestão para Resultados; (xvii) ciclo de monitoramento da Biodiversidade – Protocolos de Monitoramento parte 3. Alguns Produtos foram concluídos parcialmente, cancelados ou não foram concluídos.

Situação de execução dos Produtos contribuintes ao Resultado 06:

O Produto 6.1 está *concluído e foi cancelado* pela Revisão de 2016. Destinava-se à capacitação de técnicos do ICMBio para a gestão participativa das Unidades de Conservação Federais.foram realizadas duas grandes iniciativas permitindo a capacitação de cerca de 80 beneficiados em gestão da biodiversidade e em acesso ao programa de habitação rural. Não continha meta de execução.

O Produto 6.2 *não foi executado e cancelado* pela Revisão de 2016. Visava à capacitação de técnicos em conteúdos para a gestão de ações de uso público nas Unidades de Conservação. Demanda Existente e no futuro poderia ser atendida pelo Produto 6.11.

O Produto 6.3 foi *parcialmente executado e cancelado* pela revisão em 2016. Destinava-se a alcançar técnicos do ICMBio capacitados para elaboração e análise de cadeias dominiais, elaborar termos de referência para: levantamentos fundiários, georeferenciamento, demarcação de terras, vistorias e avaliação de imóveis rurais. Esse Produto contribuiu por meio da execução de somente duas iniciativas: regularização fundiária e avaliação de Imóveis Rurais. Não foram estabelecidas metas, necessitando no futuro atender as antigas demandas iniciais, por meio de EAD, Produto 6.11.

O Produto 6.4 *não foi executado e cancelado* pela Revisão em 2016. Seu objetivo era capacitar servidores do ICMBio para atuarem na fiscalização e gestão de Unidades de Conservação. Esse Produto vem sendo executado com recursos próprios do Instituto.

O Produto 6.5 está parcialmente executado e cancelado na Revisão em 2016. Contava em ter servidores do ICMBIO capacitados no uso de ferramentas para conservação da biodiversidade. Foram realizados três eventos, capacitando cerca de 50 profissionais em instrumentos como geoprocessamento e cartografia/navegação. Não foram estabelecidas metas e permanecem demandas nesse tema, que serão atendidas no futuro por meio de EaD, Produto 6.11.

O Produto 6.6*foi executado e cancelado* por ser substituído pelo 6.11.. Visava à capacitação de servidores do ICMBIO para: uso de sistemas da informação; licenciamento ambiental; projeto de pesquisa e metodologia de monitoramento da biodiversidade. Foi realizado o apoio para a participação de 06 servidores no Curso de Operação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO. Não foram estabelecidas metas e as demandas técnicas permanecem para os próximos anos, devido à relevância do tema para o monitoramento das áreas protegidas no território nacional. Previsão de atendimento futuro por meio do Produto 6.11 (EaD)

O Produto 6.7 *não foi executado e cancelado* por meio da Revisão em 2016. Esse Produto vem sendo implantado com recursos próprios do ICMBio ou com recursos internacionais. Destinava-se a capacitação de técnicos na utilização do sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios

O Produto 6.8 foi *parcialmente concluído e cancelado* pela Revisão em 2016. Visava à capacitação de usuários do sistema informatizado de controle e trâmite do auto de infração, para subsidiar os processos em primeira instância. Foi realizada uma capacitação no tema. Não foram definidas metas e as demandas permanecem, as quais serão atendidas no futuro pelo Produto 6.11. (EaD).

O Produto 6.9 está em execução e destinava-se a ações de monitoramento e avaliação do Projeto.

O Produto 6.10 foi concluído e incluído pela Revisão em 2016. Destinou-se à elaboração de estudos para subsídios metodológicos para proposição de estrutura e funcionamento para EaD elaborados.

O Produto 6.11 está em execução e foi inserido na Revisão em 2016, em atendimento à nova estratégia do ICMBio de elaborar os módulos de capacitação de funcionários e outros atores participantes do SNUC, usando a metodologia de Ensino à Distância, a ser operacionalizada pela Academia do ICMBio, a qual realiza as capacitações necessárias pelo Instituto atender aos seus objetivos e competências

Nesse contexto se pode verificar que 03 Produtos 6.2; 6.4; e 6.7 não foram executados com recursos do Projeto. Os demais Produtos 6.1; 6.3; 6.5, 6.6 e 6.8 foram executados, ao longo dos 06 anos, com uma atividade em média, atendendo no total de 180 beneficiários da capacitação, sendo substituídos pelos Produtos 6.10 e 6.11.

Conclusões intermediárias:

Esse Resultado foi bastante prejudicado por fatores externos ao Projeto. No primeiro ano de execução foram distribuídas diretrizes e orientações do TCU indicando que as atividades de capacitação para servidores públicos só poderiam ser apoiadas quando as ações fossem relacionadas a um Produto da Cooperação Técnica.

Por esse motivo, as ações de apoio do Projeto para o deslocamento e permanência de servidores em Unidades de Conservação; em Centros de Pesquisa ou de Formação tornaram-se restritas aos produtos gerados nos Resultados do Projeto.

Entretanto, seria importante destacar que o ICMBio tem uma atuação e presença em todos os Estados brasileiros, contando com uma dispersão de cerca de 334 Unidades de Conservação, com superfícies variando de algumas centenas de quilômetros quadrados a algumas centenas de mil quilômetros quadrados, o que pode dar uma média na região norte de superfícies de 200 mil quilômetros quadrados.

Essa dispersão geográfica e atuação descentralizada exigem cuidados de capacitação não somente de servidores em novos conhecimentos e instrumentos produzidos pelo Projeto, mas de atores locais na gestão e planejamento das Unidades de Conservação federais.

Esse Resultado contribuiu em reduzido grau para o desenvolvimento de conhecimentos e capacidade, e certamente estará contribuindo para maiores capacitações por meio do Ensino à Distancia para a implementação em futuro próximo para intensas capacitações em cerca de 20 temas prioritários para a ação do ICMBio na preservação da biodiversidade nacional e na gestão das UC federais..

Poderiam ser destacadas ações voltadas à: (i) planejamento, execução e avaliação do II Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e Unidades de Conservação e planejamento do Curso de Gestores; (ii) curso de padrões abertos para a prática de conservação, visando aprimorar a utilização da metodologia para uso no planejamento das 11 UC do interflúvio Purus-madeira;(iii) Gestão socioambiental: formação em gestão de conflitos; em gestão para resultados no desenvolvimento gerencial; e facilitadores na sua implementação; e (iv) Elaboração de laudos de avaliação de imóveis rurais privados inseridos em Unidades de Conservação federais para atendimento à demanda de desapropriação.

Conclusões sobre contribuição dos Produtos alcançados para os Resultados do Projeto:

Tomando como referência as análises anteriores se pode indicar que os Produtos alcançados em todos os Resultados contribuíram em certo grau para o alcance dos 06 Resultados do Projeto.

Constata-se que em sua maioria os Produtos propostos originalmente foram sendo realizados com índices de execução variando entre 50 a 70%,ao longo do Projeto. Entretanto, caberia destacar que no período avaliado o ICMBio contou com outros recursos orçamentários e com outros Projetos, que permitiram a execução de diversas atividades e produtos propostos no BRA/08/023.

Por meio das subsequentes Revisões Substantivas, de novos Produtos e dos ajustes reduzindo as metas dos Produtos foram sendo realizados e com os ajustes às demandas atualizadas em 2016 (metade de percurso) o índice de execução ficou em media próximo de 95%.

Desse modo, houve avanços importantes nos temas abordados pelo Projeto no sentido de contribuir para que em longo prazo fossem feitas importantes contribuições para ser alcançado o Objetivo de Desenvolvimento do Projeto: promover o fortalecimento das unidades de conservação como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Foram realizadas por meio de revisões as adequações de indicadores e metas para os Produtos selecionados, permitindo melhores condições de avaliação dos avanços e efeitos obtidos pelo Projeto e aqueles que serão avaliados em médio prazo, em se tratando de impactos e efeitos. Ao mesmo tempo, esses ajustes permitiram que os Produtos e respectivas atividades se aproximassem do apoio necessário do ICMBio e que o Projeto pode responder com maior pertinência.

Talvez um dos pontos ainda a destacar seja a ausência de indicadores quantitativos para a avaliação de alcance de contribuição dos Resultados. A obtenção de determinados efeitos de curto prazo do Projeto dependia também de fatores externos ao controle direto da Cooperação, e um dos pontos a destacar foi elevada dificuldade de avançar em 2020 e 2021 na realização de Produtos que exigiam a presença em campo como é grande numero de Produtos do Projeto, que envolve diretamente

temas para melhor a gestão das Unidades de Conservação, ou seja, idas à campo, contatos diretos com as comunidades e outros atores, levantamentos e cadastros de famílias em populações tradicionais, levantamento de biodiversidade (flora e fauna) e insumos para pesquisas de campo envolvendo espécies em extinção, dentre muitos exemplos de variada gama de temas do Projeto.

Para fins desta avaliação, foram identificadas por meio de entrevistas que certos efeitos e resultados alcançaram a potencialidade planejada até o momento, mas que as ações do Projeto associadas com outras intervenções têm permitido avanços nos temas, e tem gerado sinergias importantes de outros projetos, parceiros e fundos para a eficácia de alcance futuro de Resultados.

Da análise realizada constata-se que, o ICMBIO passou a contar com melhores instrumentos para a gestão das Unidades de Conservação, novos conhecimentos gerados sobre o uso e conservação da biodiversidade; com novas metodologias para a elaboração de planos de manejo e outros temas relacionados a gestão participativa de UC, e ainda o desenvolvimento de metodologias, informações e modalidades de turismo responsável, cadastros de famílias e inclusão de populações tradicionais.

Desse modo esses Produtos vêm contribuindo para o fortalecimento técnico do ICMBio e viabilizando a implantação das diretrizes para o alcance do SNUC e da preservação da biodiversidade nacional.

Em relação ao **Resultado 01** (desenvolvido pela DIMAN) foi avaliado como alto o grau de alcance de Produtos; bem como, a revisão e proposição de roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo para tipologias de UC. Esse Roteiro está contribuindo para a eficácia de alcance futuro do OD do Projeto, mas tem servido de instrumento de orientação para todos os profissionais e servidores do ICMBio, e demais atores que participam do processo de proposição de planos de manejo de UCS. Caberia destacar que esse roteiro reduziu em tempo e em custos a elaboração de planos de manejo, propiciando que UC possam ser atendidas em médio prazo aumentando o número de UC, que poderão dispor de Planos de Manejo. Com isso, o Projeto contribuiu para que fossem aumentadas as condições de preservação da biodiversidade brasileira, em todos os biomas nacionais e fortalecendo o SNUC.

Nos próximos anos se recomenda sem o Projeto que o ICMBio possa realizar um avanço de patamar nas ações de planejamento e gestão das UC, com a definição de linhas estratégicas operativas e iniciativas prioritárias para a gestão das UC.O aumento de eficácia poderá ser ampliado por meio da implantação de instrumentos, processos e dinâmicas de maior monitoramento do processo de gestão de UC, em termos de ampliar recursos técnicos e orçamentários no Planejamento Plurianual para a Gestão das UC. É certo que o ICMBio fez investimentos nos últimos 5 anos no sistema de monitoramento e avaliação da gestão de UC, ampliando o número de UC que passaram a aprimorar os respectivos processos de gestão, e processos participativos como instrumentos de governança desses espaços de conservação da biodiversidade brasileira.

Em relação ao **Resultado 02** para o fortalecimento da gestão socioambiental e participativa com a população tradicional, (desenvolvido pela DISAT) o Projeto já desenvolveu ações que resultaram nos seguintes produtos principais**: (i)** criação ou revitalização de Conselhos gerando aprimoramento de políticas de gestão das UC;**(ii)**melhorias nos instrumentos para a gestão de UC, como o Guia de orientações para a gestão participativa**;(iii)**elaboração de roteiro metodológico para o turismo de base comunitária junto às populações tradicionais, testado e operacional; e **(iv)** proposta metodologia para cadastramento de famílias e diagnóstico socioeconômico em Unidades de Conservação de uso sustentável. Este Resultado vem contribuindo com informações e cadastros para outras iniciativas estratégicas, de modo que sejam mantidas as condições de uso e conservação da biodiversidade, com a inclusão das populações tradicionais nesses espaços de áreas protegidas, gerando empregos, respeitando a cultura local e promovendo respostas inovadoras de participação comunitária. Determinados produtos estão muito relacionados com investimentos de outros Ministérios como o MDS, MTur e MMA com ações pertencentes a Agenda Social e Agenda Verde do Governo brasileiro, que contribuíram para que fossem feitos avanços importantes nesse Resultado e

contribuindo para a incorporação de metodologias, boas praticas e melhores informações para o tratamento das populações tradicionais relacionadas com as UC federais.

O grau de contribuição para o alcance do **Resultado 03** (desenvolvido pela DIBIO) foi no sentido derealização de subsídios e mecanismos de pesquisa, monitoramento e manejo para conservação da biodiversidade, com certa ênfase na conservação das espécies ameaçadas. Portanto foram desenvolvidas iniciativas que resultaram na ampliação do conhecimento, em metodologias, em diagnósticos e procedimentos nas UC. O alcance do resultado foi apoiado por diferentes fontes, considerando: **(i)** promoção de processos de pesquisa ou de reatualização dos levantamentos de dados, diagnósticos e avaliações da situação da biodiversidade brasileira; **(ii)** participação em reuniões técnicas e com a comunidade científica e outros atores; **(iii)** melhorias na disseminação de informações sobre a situação da biodiversidade nos diversos biomas e das espécies ameaçadas de extinção;**(iv)** realização de levantamentos de dados e análises de diferentes bases de dados;**(v)** constituição de portal da biodiversidade com uma base de dados do instituto que já dialoga com outras bases de dados de diversos atores no setor;**(vi)** promoção de subsídios para a elaboração de lista oficial atualizada de espécies ameaçadas no Brasil.

Caberia destacar que o Produto 3.4 envolvia a elaboração de Planos de Ação para a conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas. Esse Produto fez contribuições com a elaboração de número importante de PANs de diversas espécies, que junto com contribuições de outros atores e outras fontes, o conjunto promoveu importantes avanços para o alcance de maior numero de PAN, o que representa um importante aporte do Projeto para o alcance de compromissos nacionais e internacionais para a conservação da biodiversidade brasileira, de acordo com a CDB e demais compromissos como os advindos das COP como o foi a de Aichi.

Este Resultado contribuiu de modo satisfatório para ações de caráter imediato para a missão da instituição, com vistas ao alcance de OD. O elevado grau satisfatório de eficácia deste Resultado foi fortemente assegurada pela integração e sinergia com ações do ICMBio, financiadas com recursos do Tesouroe de outras fontes nacionais e internacionais.

Análise e avaliação da eficácia do **Resultado 04** (desenvolvido pela DIMAN e que foi cancelado em 2016) para a obtenção do Objetivo de Desenvolvimento indicam que esse Resultado vem sendo obtido diretamente pelo ICMBio, sem o aporte de recursos do Projeto. Esse Resultado volta-se para a realização de ações de proteção das UC e que o ICMBio já desenvolveu grande parte dos produtos por outros meios e parceiros.

As atividades realizadas no Resultado 05 (desenvolvido pela DIMAN e DISAT) deram continuidade aos estudos, coleta de dados, capacitações voltadas ao desenvolvimento para o turismo responsável e integrado: à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade. Esses temas adquiriram na última décadaum caráter estratégico para a inserção de populações tradicionais nos processos de gestão das UC e de preservação da biodiversidade nacional, como um dos elementos de contribuição para o uso e conservação da biodiversidade e em atendimento às políticas de proteção de áreas protegidas. Esse Resultado promoveu sua contribuição ao alcance de OD por meio de: **(i)**constituição de materiais para a gestão participativa e constituição de redes de intercâmbio de experiências das comunidades no tema**; (ii)** ampliação de estudos de viabilidade econômica financeira para delegação e concessão de serviços e de UC**; ((iii)**promoção de capacitações de gestores e conselheiros;**(iv)**promoção de estudos técnicos sobre uso público em Unidades de Conservação Federais e em Cavernas; **(v)**disseminação de dados sobre a situação da normas e diretrizes sobre o turismo responsável e gestão de UC**; (vii**) continuidade aos diagnósticos integrados; e **(viii)** constituição de rede de articulações e parcerias com instituições de ensino superior, atores locais e de centros de pesquisa

A eficácia da contribuição do Resultado 05 para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto foi alcançada em grau satisfatório, devendo a Instituição nos próximos anos dar continuidade e maior prioridade a essas iniciativas assegurando a continuidade de gestão das UC e procurando

detalhar alternativas de captação de recursos para a gestão das UC, como elemento de garantir maior probabilidade de sustentabilidade futura.

No tocante ao Resultado 06 (desenvolvido pela DIPLAN – CGGP e ACADEBio) voltado a promover a capacitação para o desenvolvimento das ações relacionadas às Unidades de Conservação federais, caberia indicar que os respectivos Produtos,que contribuíram para o alcance em médio grau de eficácia do Resultado 6, destinavam-se à capacitação de servidores em ações previstos no Projeto.

Em termos de avaliação do grau de eficácia, este Resultado se apresenta concluído e deverá ser gerador de importantes capacitações por meio de EaD, em futuro próximo, no âmbito das competências e habilidades a serem desenvolvidas em todos os atores atuantes no processo de gestão das UC e de fortalecimento do SNUC. A mudança de estratégia do Projeto em 2016, voltando-se à produção de material de Ensino a Distância veio atender novas demandas emergentes na área de capacitação e redução de custos para a capacitação de servidores, gestores e conselheiros de UC, outros atores atuantes em UC. Esse Resultado visa assegurar melhore condições de preservação da biodiversidade nacional, nos biomas e nas UC no Brasil.

Caberia indicar que os Produtos inicialmente previstosno Resultado 6para execução, necessitaram ser revisados devido às mudanças de diretrizes do TCU, as quais passaram a não permitir a utilização de recursos do Projeto para a capacitação de servidores públicos, o que deveria ser realizado com recursos orçamentários do Instituto, caso não houvesse vinculação com os Resultados do Projeto. Assim, houve certo atraso no entendimento das instituições nacionais de que as capacitações poderiam ocorrer com apoio do Projeto, quando devidamente vinculadas à aplicação de determinado conteúdo, metodologia ou experiência bem sucedida. Por esse motivo, os materiais em etapa de finalização, atendem a essa orientação do TCU nesse tema.

Comentários finais de eficácia do Projeto:

O grau de eficácia de satisfatório do Projeto também está considerando importantes contribuições e sinergias alcançadas com os demais programas e iniciativas próprias do ICMBio com outros ministérios, com outras agências bilaterais, com ongs e com outros organismos multilaterais. Caberia destacar que foram estabelecidas importantes parcerias com centros de pesquisa e universidades que constituem parceiros relevantes no setor, nos três níveis político administrativos.

Entretanto, caberia reconhecer que as ações desenvolvidas com apoio do Projeto, representam iniciativas estratégicas (poucos recursos) frente à magnitude de recursos humanos, financeiros e operacionais disponibilizados nos últimos anos pelo Governo brasileiro, em suas instâncias federais para a área de biodiversidade e Unidades de Conservação. Ainda que o ICMBio em diferentes anos houvesse enfrentado processos de contingenciamento da administração pública federal, o Projeto foi pouco afetado no âmbito do ICMBio devido a que os recursos já estavam disponibilizados junto ao PNUD.

O Projeto está inserido em um conjunto importante de iniciativas de cooperação técnica desenvolvidas no âmbito do ICMBio, que aportam importantes contribuições para o tema de biodiversidade e de desenvolvimento sustentável. Para essa finalidade e frente à magnitude de recursos humanos, financeiros e operacionais necessários, o Governo brasileiro vem ora ampliando ou reduzindo estes recursos para a área de meio ambiente em sua instância federal. Por esse motivo, o ICMBio dispõe hoje de quase uma centena de cooperações técnicas e cooperações financeiras, que ampliam significativamente o orçamento anual, possibilitando que estudos, pesquisas, levantamentos e outras iniciativas possam ser realizadas assegurando melhores condições de manutenção execução, e da sustentabilidade e de impacto de iniciativas consideradas estratégicas para a preservação da biodiversidade nacional e dos biomas que representam cerca de quase 1/4 da biodiversidade mundial.

Nos últimos 10 anos, este Projeto apoiou estrategicamente (com conhecimentos, informações; insumos para realização de missões técnicas em UCs e com aporte de especialistas) com subsídios a implementação de políticas para o uso e conservação da biodiversidade nacional, apoiando a implantação do SNUC e de planos relacionados às áreas protegidas. Estas contribuições podem ser

identificadas nos produtos apresentados até o momento e nas informações disseminadas nos sites do ICMBio e do MMA.

Por meio da avaliação final dos Resultados obtidos, se constatou que o Projeto produziu juntamente com o ICMBio e outros Projetos e Programas em execução: melhores instrumentos de articulação; institucionalização; produção de conhecimentos; rede de parceiros nacionais; sensibilização e capacitação de gestores e atores; e ampliou a capacidade de multiplicação dos temas do Projeto, por meio dos documentos orientadores a outros parceiros, em diferentes instâncias estaduais e locais. Portanto, o apoio do Projeto contribuiu em elevado grau para o fortalecimento do enfoque de: inclusão econômica e social; melhorias de qualidade conceitual e de aporte técnico; e de priorização do tema, voltado ao uso e conservação da biodiversidade, em políticas e estratégias de áreas protegidas, erradicação da pobreza e geração de emprego para populações tradicionais, no Brasil.

O Projeto apoiou o ICMBio por meio de melhorias de processos e de novos instrumentos para a implementação de políticas públicas em biodiversidade, tais como: **(i)** consolidação de redes e processos de parcerias para elaboração, negociação e aprovação dos planos de manejo, criação e revisão de UC, diagnósticos, pesquisas e estudos; **(ii)** capacitação de parceiros, conselheiros e gestores de UCpor meio de reuniões, seminários, manuais, guias, estudos, pesquisas, experiências inovadoras e documentos orientadores**; (iii)** constituição de memória técnica, boas práticas e capacitação para a proposição de cenário desejado em função de compromissos nacionais e internacionais sobre a biodiversidade e áreas protegidas brasileiras nos próximos anos; **(iv**) proposição ou fortalecimento de sistemas e tratamento de informações e dados sobre biodiversidade;**(v)** apoio à renovação de conhecimentos técnicos, de lideranças e de colaboração setorial,intra-setorial e intersetorial com parceiros relevantes**; (vi)** criação e consolidação de experiências inovadoras em nível das UC e em nível internacional.

Em termos de resultados alcançados pode-se identificar que um conjunto significativo de estudos e pesquisas foi executado, subsidiando as ações de promoção de conhecimento, desenvolvimento de capacidades, subsídios aos planos de manejo das UC, e melhorias nas capacidades dos gestores e das comunidades nas áreas de UC. Foi também acompanhado e avaliado o estado da arte dos recursos de biodiversidade no território brasileiro (fauna e flora).

Os resultados do Projeto foram de muita relevância e eficácia para subsidiar a formulação de políticas públicas e para novas iniciativas em biodiversidade e desenvolvimento sustentável, por meio de informações e dados, estudos e diagnósticos realizados usando insumos e produção de conhecimentos gerados no âmbito do Projeto.

Em princípio, o ICMBio é o principal beneficiário direto - junto com o MMA, MDS, DNIT, IBAMA e unidades descentralizadas - das contribuições do Projeto: por subsidiar com informações técnicas e novos conhecimentos necessários ao cumprimento da missão institucional; para tomadas de decisão e troca/ampliação de conhecimento dos seus servidores e de colaboração com outros centros especializados de conhecimento nas áreas de biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Os resultados obtidos no Projeto, recaem de forma direta sobre os gestores de políticas públicas das diferentes instâncias político-administrativas, em especial pelo provimento de informações que lhes permitem diagnosticar o quadro da realidade brasileira e contribuir para a definição de prioridades em projetos e programas a serem implementados para a melhoria do uso e conservação da biodiversidade brasileira, para o fortalecimento da gestão de UC e para o desenvolvimento do SNUC.

Os resultados também influenciaraminiciativas realizadas por estados e municípios, por meio de estabelecimento de planos, e iniciativascom base nos dados e informações fornecidos pelo ICMBio, por meio dos seus estudos, pesquisas e iniciativas de acompanhamento do estado da biodiversidade nacional, nos biomas e nas UC federais. Cabe ressaltar que a comunidade acadêmica em geral, se utiliza dos estudos, planos e dados gerados pelo ICMBio, além dos estudantes, ongs, entidades internacionais e regionais, e sociedade em geral.

A sistematização de metodologias e dos procedimentos de coleta de dados, de proposição de políticas e de diretrizes para o uso e conservação da biodiversidade representou um salto na qualidade

das informações produzidas, com efeitos diretos sobre o melhor conhecimento da realidade da biodiversidade brasileira e conseqüentes avanços no desenvolvimento sustentável de diversas regiões e na assertiva da gestão pública da biodiversidade: maior rapidez no processo decisório, agilidade no acesso às informações e maior segurança quanto à utilização eficiente e eficaz dos recursos públicos.

O esforço realizado pelo ICMBio, com o apoio do Projeto, para dar maior consistência e obter evidências baseadas nas informações, em estudos, em diagnósticos tem produzido os seguintes resultados a curto prazo**: (i)** capacitação dos atores sociais e técnicos para atuarem em uso e conservação da biodiversidade e contribuírem para a proposição mais efetiva das políticas públicas e da atuação dos gestores públicos nos diferentes níveis político administrativos; **(ii)** conscientização da sociedade sobre a necessidade de atuar de modo a reduzir os impactos negativos de empreendimentos de infra-estrutura e de integrar as comunidades que vivem em áreas de Reservas, de modo a promover o desenvolvimento socioambiental; **(iii)** promoção de novos instrumentos e conhecimentos da biodiversidade brasileira para a melhor gestão pública por tomadores de decisão, empreendedores privados, gestores públicos e da sociedade civil organizada; e **(iv)** disseminação de conhecimento e fortalecimento da participação democrática em todas as instâncias de formulação das políticas públicas de biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Além disso, ainda que sejam necessários, foram disponibilizados alguns estudos para atender as necessidades de inovar, analisar, disseminar, tornar públicas e disponíveis experiências inovadoras e bem sucedidas práticas em gestão de UC para redes de atores públicos e não governamentais. O Projeto tem disseminado os estudos e informações obtidas; e permitido o intercâmbio - entre gestores, pesquisadores e representantes de comunidades - de instrumentos e procedimentos de aplicação nacional, cujos resultados apóiam o monitoramento e avaliação das políticas implementadas para a biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Caberia destacar os avanços que o Projeto gerou para os processos de monitoramento e avaliação de gestão de UC, promovendo a operacionalização de Sistemas que tem permitido obter melhores condições de acompanhamento de cumprimento de políticas nacionais e compromissos internacionais em termos da biodiversidade nacional, regional e da CDB e demais decisões decorrentes das COPs.

Portanto, ao final de 10 anos, se pode avaliar que o Projeto alcançou um grau muito satisfatório de eficácia, tendo alcançado a obtenção da grande maioria dos indicadores de Produtos e de terem esses contribuído para o alcance de Resultados, que por sua vez geraram avanços importantes e contribuintes para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto, que apoiava a própria missão do ICMBio.

Cabe indicar que esse Projeto desempenhou relevante papel na estruturação e produção de instrumentos, conhecimento, procedimentos; inovações e boas praticas para o ICMBio por te sido executado junto com a criação e primeira década de existência do Instituto, apoiando os grandes desafios da nova instituição e a geração de insumos para as tomadas de decisões técnicas e estratégicas de como garantir a preservação da biodiversidade brasileira e garantir a gestão eficaz e eficiente das UC, de modo apoiar a existência e as melhorias do tão necessárias]à operacionalidade do SNUC e às políticas nacionais de meio ambiente.

3.3. Eficiência na implantação e qualidade da gestão

3.3.1. Estrutura e Organização de Execução do Projeto.

Esta Cooperação Técnica, considerada de longo prazo, foi apoiada em sua gestão por meio da constituição de uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) até o ano de 2012. Inicialmente essa Unidade foi localizada junto a Presidência do ICMBIO. A partir da criação de uma Unidade de Projetos Especiais em 2012 no âmbito da DIPLAN, a UGP passa a se chamar “Projetos Especiais”. A partir de 2019, essa Unidade passa a ser chamada de Divisão de Parcerias e Projetos Especiais (DPES).

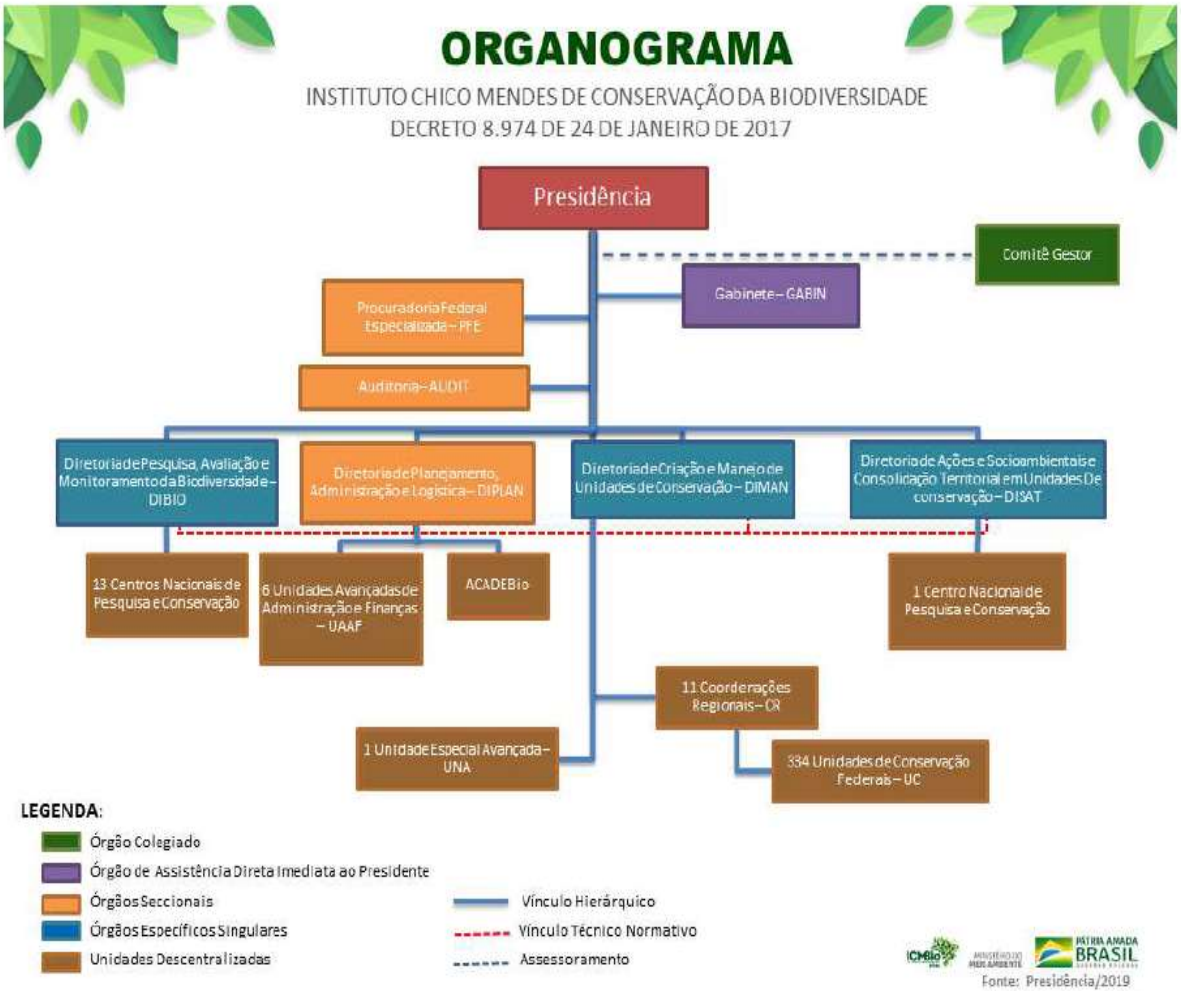
A Divisão de Parcerias e Projetos Especiais surge em decorrência da necessidade do Instituto administrar um número significativo de projetos de cooperação técnica e cooperação financeira com recursos internacionais e nacionais. Atualmente o ICMBio está executando ou negociando cerca de 95 cooperações ou financiamentos externos.

Em princípio, o aporte de acompanhamento administrativo e financeiro da cooperação foi realizado até final de dezembro de 2020 com expressiva participação de pessoal técnico terceirizado (entorno de 07 profissionais) ou consultores contratados por projetos com recursos internacionais. A coordenação da DPES é exercida por servidores do ICMBio

A partir da decisão institucional tomada pelo ICMBioem2014 visando atender as normativas do TCU em relação à conclusão dos contratos de terceirização, o Gerenciamento de Projetos Especiais (incluído o BRA/08/023 e o Projeto Manguezais) passa a ser integrada por 04 servidores públicos, e por dois consultores do Programa GEF. Caberia ressaltar de que a Coordenação do Projeto BRA/08/0023 sempre foi exercida desde 2009 por um servidor da instituição, seja de carreira ou ocupando cargo de assessoramento superior.

A nova Divisão de Parcerias e Projetos Especiais passa a vincular-se novamente à DIPLAN, por meio da Coordenação CGPLAN. A DIPLAN tem sua posição como unidade especial de apoio à Presidência da Instituição, atuando em termos de coordenação das ações de planejamento, recursos, e administrativas, tendo estreita interlocução com as Diretorias técnicas e com as Unidades descentralizadas.

Figura 23. Organograma do ICMBio



Fonte: Relatório de Gestão do ICMBio.2019

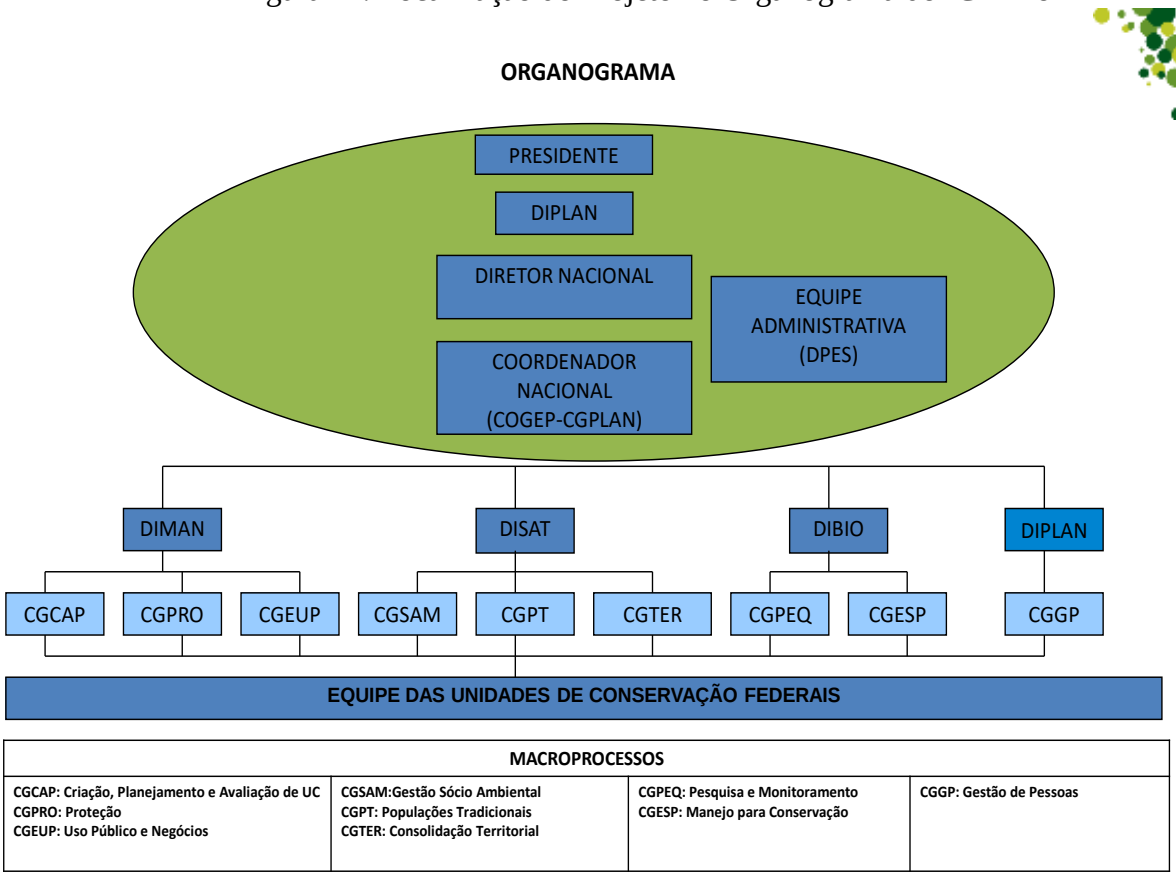
Nesse contexto, o Projeto "PNUD BRA/08/023: Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental" apresenta a sua estrutura gerencial e técnica vinculada à DIPLAN, e à Presidência do ICMBio. O Diretor Nacional do Projeto é exercido por um Diretor do ICMBio, e a Coordenação Nacional está vinculada a essa Diretoria.

O Projeto se relaciona com cada uma das diretorias do ICMBio com vistas a sua execução e apropriação técnica. Por sua vez, a estrutura e o organograma do Instituto contemplam conjunto de Diretorias na sede e unidades administrativas descentralizadas, o que favoreceu a execução de atividades locais no decorrer do Projeto.

Cada uma das Diretorias do ICMBIO assumiu a responsabilidade de execução técnica de Produtos e Resultado(s) do Projeto. Ou seja, foram identificados pontos focais técnicos em cada uma das diretorias que apoiaram a consecução de Produtos, por meio do exercício descentralizado de Coordenação Técnica do Projeto.

Em termos regimentais o ICMBio apresenta o seguinte organograma com a posição da Divisão de Gerenciamento de Projeto, indicada a seguir:

Figura 24. Localização do Projeto no Organograma do ICMBio



Fonte: Relatório Tripartite. 2019.

O Projeto apresentou constantes mudanças de autoridades diretivas e gestores desde 2009 até 2020. O Diretor Nacional do Projeto no ICMBIO conta com o apoio da Coordenação Nacional para o exercício de gestão institucional, administrativa e financeira da cooperação técnica. O Diretor Nacional do Projeto em geral ao longo dos 10 anos foi exercido pelo Diretor da DIPLAN.

Contou com o apoio de consultores por produto, de curto prazo, para a obtenção dos produtos, resultados, e do objetivo de desenvolvimento do Projeto, os quais profissionais atuaram de forma

integrada com os funcionários do Instituto, em atendimento às demandas técnicas previstas nos Planos de Ação anuais do Projeto.

Esta estrutura de gestão da cooperação técnica BRA/08/023 apresentou mudanças freqüentes na sua gestão, como um reflexo das alterações nas altas autoridades da Instituição, como indicado a seguir, no período de 2009 a 2020. Em média as autoridades diretivas da Instituição apresentaram uma média de permanência no cargo de 01 ano e seis meses. O período de maior estabilidade em termos de Presidência e Diretores foi do início de 2012 a meados de 2015.

(i) Presidência do ICMBio
Sr. Rômulo José Fernandes Barreto Mello
Sr. Roberto Ricardo Vizentin.
Sr. Cláudio Carrera Maretti
Sr. Paulo Henrique Marostegan E Carneiro
Sr. Ricardo José Soavinski
Sr.Adalberto Eberhard
Sr. Homero De George Cerqueira
Sr. Fernando Cesar Lorencini (Atual)

(ii) Diretores Nacionais do Projeto
Sr. Pedro Eymard Camelo Melo (Período: de 06/11/2009 a 11/06/2012).
Sr. Gustavo Costa Rodrigues (Período: de 11/06/2012 a 16/06/2015).
Sr.Weber Gomes De Sousa (Período: de 03/03/2016 a 17/05/2016).
Sr. Renato José Rivaben De Sales (Período: 17/05/2016 a 15/06/2016)
Sr. Cláudio Carrera Maretti (Período: 15/06/2016 a 22/06/2019).
Sr. Gabriel Henrique Lui(Período: 22/02/2019 a 14/06/2019)
Sr. Marcos José Pereira (Período: 14/06/2019 a 01/06/2020)
Sr. Fernando Cesar Lorencini(Período: 01/06/2020 a Junho 2021) - Diretor (DIPLAN)
Sr. Luis Henrique Falconi (Atual) - Diretor Geral de Planejamento (DIPLAN)

Em sua maioria, os Diretores Nacionais também exerciam o cargo de Diretor do ICMBio, e em geral se encontravam exercendo os cargos na DISAT (área técnica) ou na DIPLAN (administrativo, financeiro e recursos humanos).

(iii) Coordenadores Nacionais do Projeto
Sr. Osnil José Nepomuceno **(**Período: de 06/11/2009 a 11/06/2012).
Sr. Ricardo José Soavinski **(**Período:de 11/06/2012 a de 27/01/2015)
Sr. José Batista Pessoa **(**Período: de 13/02/2015 a 07/03/2016).
Sr. Diego Tannus Dorea **(**Período: de 04/03/2016 a 16/05/2016).
Sra. Adriana Risuenho Leão **(**Período: 16/05/2016 a 03/03/2017).
Sra. Monica Borges Gomes Assad (Período: 03/03/2017 a 19/09/2019)
Sra. Lidia Maria Cardoso Daza (Período: 25/09/2019 a 01/06/2020)
Sra. Tatiana Mendonça Fajardo Gonçalves (Período: 01/06/2020 a 15/03/2020)
Sr. Fernando Coutinho Pimentel Tatagiva: Exercendo Interinamente nos primeiros meses de 2021
Sr. Hiago Usliam Paurilio Braz (atual)

Pode ser observado que o ICMBio refletindo as mudanças nas autoridades governamentais no âmbito federal apresentou três períodos de relativa estabilidade média de 03 anos: 2009-2012 e 2012-2015 e 2017 a 2019, tanto na Presidência e como em termos de Diretor Nacional de Projeto. Estes períodos coincidem em certo grau, com as gestões presidenciais no Brasil nesses intervalos.

Entretanto, tanto a estrutura de gestão do Instituto como a do Projeto, a partir de janeiro de 2015 passam a apresentar mudanças muito freqüentes, que certamente aportaram conseqüências no desempenho da cooperação nos períodos de 2018 a 2020 e, previamente, de2015 a 2016. Estas trocas freqüentes representaram alguns desafios para o planejamento e continuidade da execução das atividades do Projeto. Com conseqüência, a implantação do Projeto enfrentou certo grau de dificuldade inicial para a homogeneização de conhecimento da CT pelos novos funcionários e, conseqüentemente, houve atrasos na execução do Projeto.

O Coordenador do Projeto e o Diretor Nacional foram substituídos respectivamente em 09 e 08 ocasiões. Processo semelhante foi verificado junto aos cargos de Diretores do ICMBio e nas Coordenações Gerais que atuavam como pontos focais de coordenação técnica do Projeto. Também se apresentavam mudanças Chefias das Coordenações Regionais (Estados) e das Unidades de Conservação.

Caberia indicar as equipes de apoio administrativo e financeiros do Projeto no ICMBio, na Divisão de Parcerias e Projetos Especiais estavam assim constituídas:

DPES equipe atuando diretamente na execução do Projeto PNUD BRA/08/023
Sra. Karine Sousa da Silva: Técnica Administrativa;
Sr. José Batista Pessoa: Prestador de Serviços;
Sra. Thais Cruz dos Santos Silva: Técnica Administrativa.

DPES equipe envolvida indiretamente
Sra. Alicia Cardoso Assunção: Prestadora de Serviços;
Sra. Camila Souza Lobo: Chefe da DPES (Técnico Administrativo);
Sr. Carlos Eduardo Soares Ferreira: Técnico Administrativo;
Sra. Fernanda Luisa Santos: Técnica Administrativa;
Sr. Robert Alves de Sousa: Prestador de Serviços;
Sra. Tiêssa Franco da Silva Moraes: Prestadora de Serviços

A seguir são apresentados os arranjos gerenciais que ocorreram com as Diretorias para o exercício das coordenações técnicas dos Produtos do Projeto:

Resultado 01:
Produtos: 1.1 a 1.9: Coordenação-Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP/DIMAN)
Produtos: 1.10 a 1.15: Coordenação-Geral de Consolidação Territorial (CGTER/DISAT)

Resultado 02:
Produtos: 2.1 a 2.3, 2.10: Coordenação - Geralde Gestão Socioambiental (CGSAM/DISAT)
Produtos: 2.4 a 2.8, 2.12 e 2.13: Coordenação-Geral de Populações Tradicionais (CGPT/DISAT)

Resultado 03:
Produtos: 3.1 a 3.3: Coordenação-Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ/DIBIO)
Produtos: 3.4 a 3.7: Coordenação-Geral de Manejo para Conservação (CGESP/DIBIO)
Produto: 3.9: Coordenação de Pesquisa e Gestão da Informação sobre Biodiversidade (COPEG/DIBIO)
Produto: 3.10: Coordenação de Ações Integradas para Conservação de Espécies (COESP/DIBIO)
Produto: 3.11: Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado- CBC/DIBIO

Resultado 04:
Produtos 4.1 a 4.9: Coordenação-Geral de Proteção (CGPRO/DIMAN)

Resultado 05:
Produtos: 5.1 a 5.7: Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/DIMAN)

***Resultado 06*:**
Produtos 6.1 a 6.8: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DIPLAN)
Produto 6.9: Coordenação Nacional do Projeto (CGPLAN-COGEP-DPES/DIPLAN***)***
Produto 6.11: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DIPLAN)

As relações entre coordenadorias nas Diretorias e pontos focais de coordenação técnica nas unidades técnicas de processo (Diretorias) passaram a ser associados ao planejamento estratégico do ICMBio, por meio de macro-processos, conforme o que segue:

Item	Macro processo	Produtos
1	Macro processo de Administração e Tecnologia da Informação	N/A
2	Macro processo de Gestão Socioambiental	2.1 a 2.3
3	Macro processo de Populações Tradicionais	2.4 a 2.13
4	Macro processo de Criação, Planejamento e Avaliação	1.1 a 1.9
5	Macro processo de Manejo para Conservação	3.1 a 3.3 e 3.7
6	Macro processo de Proteção	4.1 a 4.9
7	Macro processo de Pesquisa e Monitoramento	3.4 a 3.6
8	Macro processo de Gestão de Pessoas	6.1 a 6.8
9	Macro processo de Uso Público e Negócios	5.1 a 5.7
10	Macro processo de Consolidação Territorial	1.10 a 1.14

Fonte: Projetos Especiais/ICMBio. 2019

A principal fonte de recursos orçamentários para o planejamento, implantação e gestão das Unidades de Conservação Federais é o programa Parques do Brasil (PPA)

Neste contexto, o ICMBio é a principal unidade executora dos recursos federais previstos para as Unidades de Conservação. Entretanto, existem outras fontes complementares de recursos financeiros como: a arrecadação realizada pelos Parques Nacionais (ingressos e terceirização de serviços), a compensação ambiental (importante mecanismo aprovado e previsto na Lei do SNUC) e os projetos especiais (doações e projetos orientados para o desenvolvimento de ações específicas).

Da revisão dos Relatórios de Gestão do ICMBio foi possível verificar que o Instituto realizou dois concursos públicos desde a sua criação até 2020, mas que apresentaria necessidade de quase quadruplicar os cerca de 1300 funcionários atuando na sede e nas Coordenações Regionais e em Unidades de Conservação. Estudo realizado no MMA indicava que o número de funcionários deveria ser em torno de 9500, para enfrentar os desafios do SNUC, que foram surgindo na atuação do ICMBio, em especial, na Amazônia Legal.

De acordo com a área de gestão do ICMBio, ao longo dos mais de 12 anos de existência, o ICMBio tem buscado constituir equipes em suas UC, com destaque na Amazônia Legal. Contudo, mesmo possuindo extensa abrangência no território nacional e notória importância ambiental, em sua maioria das UC apresentam grande déficit de servidores em exercício, devido à falta de infraestrutura de muitas cidades, ao grau de complexidade de gestão das UC, entre outros fatores.

O Instituto coordena e acompanha ações de proteção em caráter permanente em nível nacional, especialmente na Amazônia Legal e na extensão de toda a BR-163. As equipes locais dessas regiões enfrentam dificuldades para atender à grande demanda de fiscalização, seja por atividades de campo,seja por ações da área meio. Desta forma, são mobilizados, em geral, por ano,em média 300

servidores de diversas localidades do País,aumentando as despesas das atividades. Além das citadas demandas permanentes, há necessidades pontuais que surgem freqüentemente,exigindo imediata e rápida mobilização de servidores.

Assim, o atual corpo técnico institucional é extremamente reduzido, de acordo com o Relatório de Gestão do ICMBio de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Figura 25: Quadro de Servidores do ICMBio

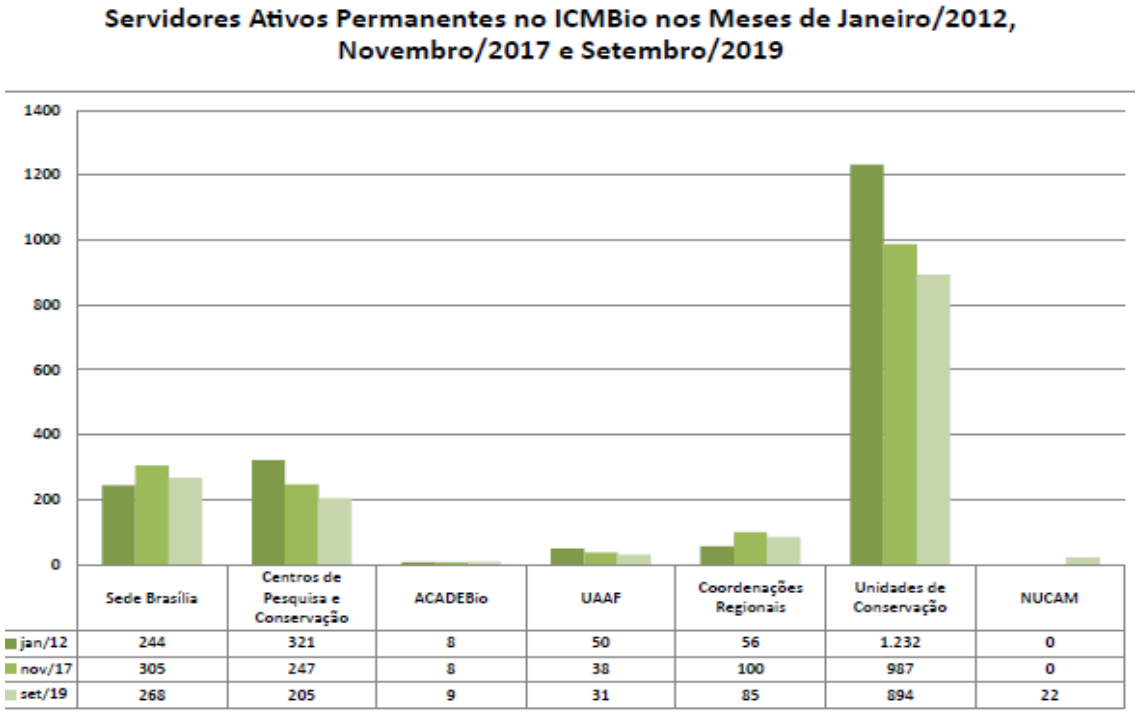
Servidores Ativos Permanentes Lotados nas Diferentes Instâncias do ICMBio em Setembro de 2019		
Instâncias	Número	Porcentagem
Unidades de Conservação	804	59%
Sede Brasília	268	17,70%
Centro de Pesquisa e Conservação	214	14,10%
Coordenação Regional	85	5,60%
Unidade Avançada de Administração e Finanças	31	2%
Núcleo de Conciliação Ambiental	22	1,50%
Total Geral	**1514**	**100%**

Fonte: Relatório de Gestão. ICMBio. 2019.

Em media o ICMBio tem registrado cerca de 100 a 120 aposentadorias anuais de servidores públicos, nos últimos anos, traduzindo o envelhecimento da força de trabalho e a não reposição desses profissionais, por meio de concursos públicos, nos últimos 06 anos. Ao mesmo tempo, existe a criação de novas Unidades de Conservação Federais.

A seguir, é apresentado um quadro comparativo dos servidores do ICMBio em 2012, 2015 e 2019, elaborado pela Unidade de Gestão de Pessoas do ICMBio para o Relatório de Gestão de 2019:

Figura 25. Gráfico de Evolução de Servidores na ativa do ICMBio.



Fonte: Relatório de Gestão. ICMBio.2019.

Nota-se a redução de quase 35% de servidores nas Unidades de Conservação federais, o que vem acompanhado também de aumento de aposentadorias importantes na sede e nos Centros de Pesquisas e Conservação.

Nesse contexto, essa carência de quadros técnicos na instituição para a produção de estudos, de inovações e de produção de conhecimento com alta expertise em temas de competência do ICMBio foi sendo suplantada parcialmente com a colaboração de Consultores externos, por produtos, com significativa experiência e conhecimento de em desenvolvimento sócio ambiental e Unidades de Conservação. A mesma lógica pode ser observada com o aumento importante de novas parcerias e projetos especiais que complementam a demanda de recursos financeiros e orçamentários nos últimos anos no ICMBio.

Este Projeto foi proposto, no âmbito da criação do ICMBIO em 2007, como uma cooperação que pudesse permitir ao Instituto enfrentar os desafios técnicos no setor e nas políticas nacionais destinadas a biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável. Este contexto pôde ser sentido, por meio da necessidade de proposição de políticas e estratégias nacionais: processos de avaliação; formulação de indicadores de acompanhamento e monitoria dos recursos de biodiversidade e desenvolvimento sustentável; novas prioridades para investimentos e manutenção do SNUC; articulações entre entes federados para a produção da proteção da biodiversidade e desenvolvimento sustentável; e detalhamento do quadro de referência para as iniciativas em biodiversidade e de desenvolvimento sócio ambiental.

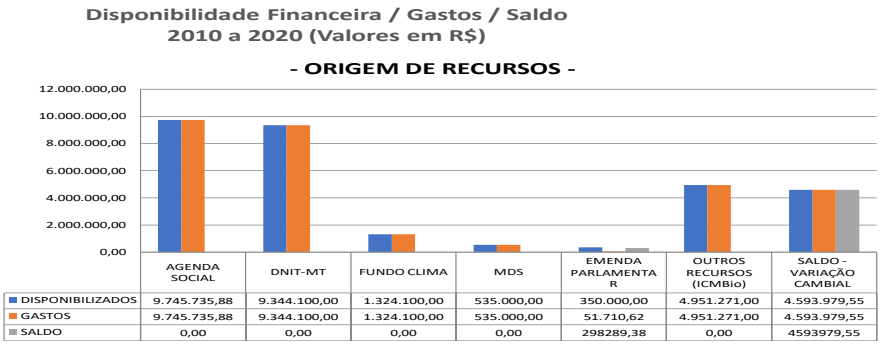
A partir de 2007/2008, marco de referência para o setor foi sendo aprimorado e novas iniciativas foram incorporadas na política e estratégias para a biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Seria importante ressaltar que outras cooperações e fundos estavam presentes no elenco de iniciativas de fortalecimento do ICMBIO.

Para dar suporte às ações do Projeto foram estabelecidas parcerias com órgãos públicos, privados, fundações, ONGs para dar o suporte à gestão de Unidades de Conservação. Tais parcerias foram firmadas, dentre outros, pelo ICMBio com o Ministério do Meio Ambiente para apoiar ações voltadas a atender a Agenda Social do Governo brasileiro, que compreendia: subsídios aos planos de manejo; constituição de Conselhos Deliberativos; cadastro de beneficiários das RESEX, capacitação de moradores de Unidades de Conservação para o associativismo como base para cadeias produtivas na visão de sócio-biodiversidade; ecoturismo de base comunitária. Ao mesmo tempo foram alcançadas condições para a implementação do "Fundo Clima" com a proposição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas brasileiros; e para verificar o estado de ameaça e conservação de espécie.

Com o DNIT foi estabelecida parceria que apoiou ações para a proteção das UC ao longo da rodovia nacional BR319, num total de 11 UC, (compreendendo a elaboração de subsídios aos planos de manejos; inventários de "dominialidade" de imóveis e estudos para proposição de projetos de proteção ao longo da Rodovia).

O Projeto contemplava uma diversidade de fontes para compor o seu orçamento, de acordo com os dados a seguir apresentados, sendo que foram executados ou comprometidos os recursos da Agenda Social e do Fundo Clima, e devolvidos parte dos recursos do MDS e do DNIT, sendo que ainda existe saldo de Emenda Parlamentar.A variação cambial ocorrida nesse período de uma década atuou de forma positiva para ocorrer o processo de devolução de recursos de outras fontes não utilizados pelo Projeto em reais; e para permitir a ampliação de recursos para atividades realizadas, que sofreram atualizações de valores ou novas demandas complementares ao já planejado. A seguir estão indicados o uso total com valores utilizados por fonte até dezembro de 2020.

Figura 27. Gráfico de origem de recursos. 2010/2020.



Fonte: Reunião Tripartite. 2019

Em relação aos recursos do MDS,estes foram destinados ao fortalecimento das capacidades produtivas de comunidades extrativistas beneficiárias de Unidades de Conservação, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional desses grupos populacionais.

O ICMBio atuou desde a criação do Projeto, no sentido de captar novos recursos para reforçar a ampliação das ações planejadas. O Projeto, com a execução de suas atividades até fins de 2015, desembolsou a importância total de U$ 7.798.933,88(sete milhões e setecentos e noventa e oito mil e novecentos e trinta e três dólares e oitenta e oito centavos) correspondentes a R$ 29.191.409,52 (vinte e nove milhões, cento e noventa e um mil, quatrocentos e nove reais e cinqüenta e dois centavos), calculados a taxa mensal do PNUD de dezembro 2015 (U$ 1,00 = R$ 3, 743).

Os recursos do Projeto são originários de Orçamento do ICMBio, MDS/MMA, DNIT dentre outros, de forma a compor um conjunto de iniciativas que o Instituto vem desenvolvendo com outras instituições de modo a cumprir com as responsabilidades e competências institucionais.Ademais foram transferidos recursos do Fundo Clima.

A análise preliminar de dados de operacionalização da cooperação indica diferenças importantes no ritmo de execução dos recursos financeiros, planejados e desembolsados do Projeto; e as diferenças na execução dos planos de ação. Diversas evidências e fatos identificados na revisão dos relatórios de progresso permitem a identificação de diferentes motivos, fatores e circunstâncias, que originaram determinados descompassos na implantação do Projeto, em especial a partir de 2019.

Em termos de orçamento consolidado do Projeto, pode ser verificado entre dezembro de 2015 até a dezembro de 2020 deveriam ser desembolsados US$ 6,147,043.40.

A seguir são indicados os montantes gastos do orçamento por ano desde 2010, já que em 2009 não havia sido iniciado o Projeto, incluindo um ajuste de recursos do Projeto com a devolução ao DNIT de aporte de doação não utilizado, no âmbito do convenio com o ICMBio:

Tabela 2: Gastos Orçamentários. 2010/2020.

Ano	Valor em US$
2009	N/A
2010	579,976.77
2011	1,156,606,73
2012	1,584,622.39

2013	1,359,510.89
2014	2,314,566,65
2015	808,554.99
Sub - Total até 2015	7,803,838,42
2016	565,960.64
2017	663,802.11
2018	663,802.11
2019	1,524,031.37
2020	9,017.24
Subtotal 2016-2020	3,426,613.47
2021	A definir
Total	U$ **12,400,000.00**

Fonte: UGP/ICMBio

Portanto, em 2016, na avaliação de meio termo, o saldo a reprogramar na Revisão Substantiva B foi de US$ 6,150 milhões com a referida disponibilidade. Nesse sentido, como resultado da Revisão Substantiva B foi feita a ampliação de prazo de execução até dezembro de 2018, o que representaria uma capacidade de desembolso de US$ 2 milhões em 2016, 2017 e 2018.

Como se mostrou inadequado esse prazo, devido às mudanças no cenário político institucional federal, foram feitas adicionalmente três ampliações de prazo,a partir de 2019. Mesmo assim se verifica que ainda se encontra disponível, sem comprometimento, cerca de US$ 800 mil, que deverão, em princípio, após a realização de fechamento financeiro junto ao PNUD, ser reintegrados ao Tesouro Nacional.

Como visto previamente, em 2018, foi realizada nova Revisão Substantiva, visando ajustar o cronograma do Projeto e seu saldo financeiro para os exercícios de 2018 e 2019, permanecendo inalteradas as demais informações constantes da última Revisão assinada em dezembro de 2016. A revisão foi aprovada pela ABC e pelo PNUD, sendo prorrogada a vigência do Projeto para *31 de agosto de 2019.*

Em 2019, foi realizada uma Revisão Simplificada do Projeto, a qual foi aprovada pela ABC e pelo PNUD, tendo por propósito ampliar o prazo de vigência do Projeto por mais 06 meses, ou seja: *até 28 de fevereiro de 2020*, principalmente para concluir sua prestação de contas, haja vista que o Projeto contou com diferentes fontes de financiamento, destacando:

i. Termo de Cooperação celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e o ICMBio – Interflúvio Purus-Madeira (BR 319), num total de R$ 9.344.100,00, com prestação de contas encerrada;

ii. Avaliação da Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação – RAPPAM, num total de R$ 300.000,00, com prestação de contas encerrada;

Agenda social - Projeto: A Construção Participativa de Instrumentos de Gestão das RESEX, num total de R$ 9.657.736,18, com prestação de contas encerrada;

iii. Termo de Execução Descentralizada – MDS num valor total de 535.000,00, com prestação de contas encerrada;

iv. Emenda Parlamentar nº 21650005-2011, num total de R$ 350.000,00, em implementação;

v.Bacia do São Francisco, num total de R$ 300.000,00, com prestação de contas encerrada; e

vi. Fundo Clima, num total de R$ 1.324.100,00, com prestação de contas encerrada.

Caberia indicar que ainda em 2019,as alternâncias de gestores nas diferentes unidades administrativas do Instituto, própria das transições de Governo federal, impactaram o cronograma do Projeto. Destaca-se que a vacância de Coordenações Gerais,durante o 1º semestre, gerou atrasos à implementação das atividades do Plano de Trabalho de 2019; bem como não permitiu a conclusão dos

contratos em andamento, e retardou a finalização da prestação de contas junto às fontes de financiamento do Projeto acima mencionadas.

Em 2020, foi realizada uma nova Revisão Substantiva do Projeto, a qual foi aprovada pela ABC e pelo PNUD, tendo por propósito:

i.prorrogar a vigência do projeto *até 30 de junho de 2021*, sendo que no Plano de Trabalho de 2020 previu a conclusão de atividades já em andamento e a finalização do alcance dos resultados esperados; e o primeiro semestre de 2021 será dedicado ao encerramento operacional do Projeto e disseminação dos resultados alcançados;

ii.reduzir o valor orçamentário do Projeto para U$ 12,400,000.00 (doze milhões e quatrocentos mil dólares americanos)em decorrência da devolução de saldo financeiro ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, que repassou recursos para implementação e proteção das 11(onze) unidades de conservação federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR 319/AM/RO), apoiado pelo Termo de Cooperação celebrado com o ICMBio, encerrado em 8 de julho de 2019;

iii.alterar e incluir metas a serem alcançadas pelos produtos 1.12, 1.15; 2.1, 2.2, 2.4, 2.7, 2.8, 2.10, 2.11, 3.2, 3.4, 3.8, 3.9, 3.10 e 6.11, de forma a dar continuidade as ações prioritárias para o ICMBio contempladas nestes produtos;

iv.revisão da redação das atividades 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.2.1, 2.4.1, 2.7.3, 2.8.1, 2.8.2, 2.8.3, 2.10.2, 2.11.1, 3.2.4, 3.9.1, 3.9.2, de forma a refletir a atual estratégia do ICMBio na execução e alcance destes produtos;

v. retirar do novo cronograma os produtos 1.2, 1.11, 2.9, 5.4 e 5.8 (concluídos pelo Projeto), 1.8, (implementado parcialmente pelo Projeto e concluído com recursos próprios do ICMBio), e 6.10 (concluído com recursos próprios do ICMBio);

vi.refletir os gastos do projeto realizados até fins de 2019.

No que se refere a essa última atualização, lembra-se que, de acordo com entrevista,a prorrogação do BRA 08/023 ocorrida em fevereiro de 2020 somente foi formalizada em junho de 2020. De acordo com a Coordenação do Projeto, parte deste tempo foi necessário para atualização das atividades que seriam desenvolvidas para cada resultado, com articulação junto aos diferentes macrosprocessos do Instituto, em momento singular ocasionado pela pandemia.

Em 2020, a situação de emergência sanitária imposta pelo avanço da COVID-19 impactou sobremaneira a atualização e o início da execução do Plano de Trabalho pactuado na última Revisão Substantiva do Projeto, especialmente para aquelas atividades que demandavam viagens e/ou atividades presenciais, que compunham parcela representativa das ações.

No âmbito do ICMBio, foram adotadas medidas de isolamento que suspenderam: os ciclos de formação e treinamentos, as atividades de conselhos das Unidades de Conservação; os serviços de uso público; as atividades de campo de monitoramento da biodiversidade. Essas novas restrições foram sentidas após a formalização do tele trabalho, por meio de ato específico. Considerando que durante a Revisão não foi possível prever o tempo de permanência do estado de emergência, número representativo de atividades presenciais que haviam sido previstas, precisaram ser prorrogadas ou canceladas.

A despeito disso, o Projeto continuou atendendo às necessidades de fortalecimento técnico do Instituto para a realização de estudos, planos de manejo, subsídios ao monitoramento e avaliações; e pesquisas em temas significativos para a melhoria da qualidade da gestão da biodiversidade brasileira e de condições de vida de populações tradicionais relacionadas às Unidades de Conservação.

Em relação ao desempenho do Projeto considerando a sua capacidade de execução,de acordo ao planejado, pode ser verificado que, em muitos anos,houve uma reduzida capacidade de realização, devido a fatores como: mudança de autoridades; dificuldades de elaboração de processos licitatórios; mudanças de prioridades e outros motivos de ordem técnica e administrativa.

Desse modo, a situação final do Projeto indicaria que em torno de ***10%*** dos recursos do Projeto não seriam executados, por estar sendo finalizado em 30 de junho de 2021. Verifica-seque, com o dobro de anos previsto originalmente para a execução da cooperação, foi alcançada uma execução de

90%dos recursos do Projeto, incluindo nessa execução a devolução de cerca de metade dos recursos originários do DNIT e do MDS.

Caberia destacar de que os resultados obtidos até dezembro de 2020 se apresentaram muito úteis ao trabalho do ICMBio em relação às UC, Organizações Não Tradicionais, novas metodologias e protocolos para elaboração de Planos de Manejo com custos reduzidos, dentre uma gama bem diversificada de resultados do Projeto. Os resultados alcançados se encontram incorporados ao patrimônio técnico da instituição e integram os processos da instituição, no tratamento de questões de desenvolvimento sustentável e biodiversidade e promovidos de acordo com as políticas públicas.

O Projeto apoiou a superação de desafios impostos ao ICMBio, derivados da sua criação (2007) que trouxe uma ampliação de responsabilidades da antiga Diretoria DIREC do IBAMA. Ao mesmo tempo, mantém estreita relação de seus produtos com as políticas e iniciativas executadas na área de biodiversidade e desenvolvimento sustentável do Governo brasileiro.

O Projeto subsidiou ações como: a análise e melhoria de procedimentos para operacionalização das Unidades de Conservação; a melhorias dos processos internos a partir da consolidação de estudos técnicas necessárias à de gestão estratégica do Instituto e suas unidades; a apropriação do conhecimento, mediante realização de estudos, diagnósticos e base de dados gerados, de maneira a produzir informações relevantes à tomada de decisão das autoridades do ICMBIO e do setor.

3.3.2. Da dinâmica recente de implantação do Projeto

Em 2016, dando seguimento ao processo de planejamento estratégico do Instituto, foi iniciada a reorganização da Instituição, sendo que em 2017 foi implementada uma nova estrutura e nova regulamentação necessária há muitos anos sobre a organização e funcionamento do ICMBio. Em 2020 o Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, aprovou uma estrutura regimental para o ICMBio.

A ampliação de prazo de execução em 2016 permitiu ao ICMBio enfrentar desafios decorrentes da nova proposta de gestão estratégica para o Instituto e de ampliação constante do número de Unidades de Conservação federais; bem como realizar a atualização de estudos e subsídios para a revisão do planejamento de manejo e do uso sustentável das tipologias existentes das unidades, de acordo com a legislação vigente sobre o tema.

A gestão técnica gerencial após a avaliação de meio termo promoveu maior coordenação entre as estratégias institucionais, a partir de ações coordenadas, dando maior coerência funcional; maior transparência em relação às metas e maior visibilidade externa, tendo como parâmetros os estudos e o monitoramento dos indicadores da gestão da biodiversidade e desenvolvimento sustentável nacional.

Ao mesmo tempo, o período de especial dinamização a execução do Projeto foi alcançado em 2013 e 2014, com o apoio das altas autoridades do ICMBio, possibilitando a mobilização de profissionais para subsidiar diferentes políticas e iniciativas; bem como a melhoria de processos e instrumentos para a obtenção de dados e informações. Entretanto,contata-se que houve períodos em que durante meses não houve a designação de Diretor Nacional do Projeto, produzindo uma redução no ritmo de desembolsos do Projeto. Ao mesmo tempo, em 2016, 2017, 2019 foram constatadas certas dificuldades na execução da cooperação técnica em função de crises político-institucionais enfrentadas pelo Governo federal, tendo inclusive produzido freqüentes mudanças temporárias de altas autoridades governamentais, reduzindo a capacidade de implantação da cooperação do ICMBio.

Caberia destacar que, nos anos de 2020 e 2021,o ICMBio também enfrentou dificuldades de realização do número reduzido de ações ainda existentes a executar, devido à pandemia nacional e mudanças nas autoridades e prioridades institucionais.

Durante a última Revisão Substantiva, em janeiro de 2021, foi acordado entre a ABC, PNUD e ICMBio a necessidade de o Projeto ser concluído, ainda em 2021.

3.3.3 Análise de eficiência

Esta avaliação de eficiência propiciará informações sobre como foram utilizados os recursos orçamentários e outros insumos (recursos humanos, físicos e financeiros) para a produção e alcance de

Resultados. Concentrou-se principalmente nas análises da relação entre custos e aqueles efeitos de curto prazo do Projeto.

Os 06 Resultados e 54 Produtos executados (com mais de uma centena de atividades) foram tecnicamente adequados às necessidades do setor, sendo produzidos, em geral, com ampliações de prazo importantes; e com custos razoáveis para promover as condições favoráveis de contribuição para o alcance do Objetivo do Projeto.

Entretanto, a Matriz de Planejamento dos Produtos do Projeto foi reduzida em termos de implantação substancialmente ao longo dos 10 anos, com a não execução de: 04 Produtos do Resultado 01 (14); 09 Produtos do Resultado 04 (09); 03 Produtos do Resultado 05 (07); e 02 Produtos do Resultado 06 (09). Ademais existe um conjunto de mais 12 Produtos em que foram iniciadas execuções e que foram interrompidas nos últimos anos, por diferentes motivos, inclusive por terem sido executadas com recursos de outras fontes, outros projetos ou pelo próprio ICMBio.

Por meio de sucessivas revisões internas ao ICMBio, o Resultado 04 foi considerado cancelado internamente, sendo que algumas das suas atividades foram executadas pelo Instituto ou por outras fontes de recursos nacionais ou internacionais.Na revisão substantiva B esse Resultado foi formalmente cancelado. Em determinados processos de contratação de consultoria foram enfrentadas dificuldades operacionais devido aos procedimentos da cooperação técnica, ou pelo fato de o ICMBio ter assumido a execução com recursos orçamentários incluídos no PPA.

Como previamente indicado, o cronograma original de execução do Projeto foi sendo atualizado pelos Planos de Ação anuais executados pelo ICMBio, sendo que a partir de 2016, com a revisão substantiva B, o novo planejamento até o final do Projeto passou a ser oficializado por meio de aprovações do PNUD e da ABC. Os produtos e as ações implantadas previstas nos Planos de Ação apresentaram oscilações importantes, devido a problemas decorrentes de mudanças de autoridades, de capacidade de execução das Diretorias e de gerenciamento do ICMBio. Capacidade tanto para realização das iniciativas de acompanhamento de estudos e pesquisas, como para promover espaços de validação de produtos internamente ou externamente ao Instituto, como pela habilidade de articular com demais instituições e parceiros em diferentes instâncias, para apoiarem a execução das iniciativas do Projeto.

Caberia ressaltar que a contribuição do Projeto para a realização de diversos Produtos e Atividades somente se concretizavam na medida em que outras atividades e insumos financiados com outros recursos também eram operacionalizados. Essa situação refletiu-se na apresentação de ritmo de execução do Projeto muito dependente de tempo de execução e articulação das outras iniciativas do ICMBio, e outras fontes.

Outro ponto importante que se deve levar em consideração na análise de eficácia nesses 10 anos é a atuação dispersa do ICMBio em zonas distantes dos centros urbanos e de difícil acesso por rodovia. As Unidades de Conservação se situam em diversos espaços em todo o território brasileiro, que não contam com recursos, serviços e infra-estrutura para realizar missões técnicas e consultorias necessárias no âmbito do Projeto. Dentre essas situações, se podem citar deslocamentos de consultores por barcos, indisponibilidade de restaurantes ou similares para realizar refeições e ausência de alojamentos num raio de 100 a 200 km. Esse cenário apresentou novos desafios na contratação e execução de serviços de consultoria para a coleta de informações e dados para a realização dos trabalhos previstos nos projetos e em e planos de manejo pelo Instituto; bem como, a contratação de apoio local para abertura de caminhos na floresta, instalação de acampamentos e fornecimento de alimentação em zonas distantes.

Essas situações inovadoras de cooperação técnica também envolveram a formulação de novas propostas para a solução das dificuldades enfrentadas pela coordenação do Projeto. Em conseqüência, várias iniciativas tiveram atrasos importantes na sua execução e no tempo de realização. Nesse contexto, foi observada a reduzida capacidade inicial de implantar os planos anuais propostos nas previsões de desembolsos anuais. Esse fato pode ser constatado por meio das diferenças importantes entre o orçamento previsto e os desembolsos realizados anualmente. Entretanto, a experiência

adquirida ao longo de anos de execução promoveu avanços importantes na execução, naqueles anos e em atividades já conhecidas pelos profissionais do ICMBio e pela unidade de gestão do Projeto

O Projeto apresentou importante prazo de ampliação de execução, sendo que originalmente deveria ser concluído em junho de 2012, e a última revisão ampliou o prazo para junho de 2021.Ou seja, de 03 anos previstos originalmente o prazo de execução foi ampliado para mais 10 anos.

Os Planos de Trabalho foram sendo atualizados atendendo a dinâmica de implantação das atividades. Esta situação apresentou sistematicamente uma redução anual nos montantes dos desembolsos previstos ao longo de toda a execução do Projeto. Também ocorreu essa situação em relação às atividades e produtos que extrapolaram os prazos, devido a dificuldades, por exemplo, de consultor não dispor em tempo hábil, de dados originados em outro Projeto ou Diretoria ou outra consultoria.

Como visto previamente cada uma das Diretorias envolvidas na implantação do Projeto indicou pontos focais - Coordenações Gerais- para a coordenação técnica dos Produtos afetos a essas instâncias gerenciais. Entretanto, não existe formalmente ou informalmente um Comitê de Acompanhamento Técnico do Projeto, que é realizado pelo Coordenador Nacional do Projeto.

A Direção Nacional do Projeto foi exercida pelo Presidente do ICMBio, e Diretores Nacionais de Projeto cumulavam ser Diretores do Instituto como o da DISAT e o da DIPLAN, que contaram com a gestão concentrada na Divisão de Parcerias e Projetos Especiais (antes Unidade de Projetos Especiais, e previamente UGP, hoje vinculada a DIPLAN) para atuar nos aspectos operacionais para a implantação do BRA/08/023 e demais projetos de cooperação do ICMBio. Atualmente na DPES existem servidores efetivos e terceirizados. A atual composição de servidores e consultores pode ser considerada adequada para as ações necessárias de execução de atividades de articulação administrativa interna e externa; e apoio administrativo para a operacionalização da cooperação; bem como de mais iniciativas de cooperação técnica internacional no ICMBio.

Os recursos iniciais, de US$ 13, 945, 977.28 milhões ou R$ 24.544.920,01 milhões, na assinatura da Cooperação foram reduzidos a US$ 12, 400, 000 devido à restituição de recursos ao DNIT e a outros doadores nacionais. Como visto anteriormente, foram adicionados recursos orçamentários ao Projeto, por meio dos termos de cooperação estabelecidos com o MDS, MMA e DNIT.

Em termos de gastos efetivados por Resultado entre 2010 e 2020, se apresentam a seguir os dados constantes do Relatório de Progresso, tendo como total de gastos: US$ 11.538.115,98 confirmado pela auditoria da CGU, a partir dos informes CDR do PNUD:

Resultado 01: US$ 2.774.119,83
Resultado 02: US$ 5.323.722,00
Resultado 03: US$ 2.804.799,32
Resultado 04: US$ 10.158,56
Resultado 05: US$189.086,41
Resultado 06: US$436.227,88

Desse modo, se pode afirmar que os Resultados 01,02, e 03 concentraram aproximadamente 94,5% dos gastos do Projeto ao longo de 10 anos. Os anos de maiores gastos foram: 2012(US$ 1.583.830); 2013 (US$ 1.359.415); 2014 (US$ 2.315.358) e 2018 (US$ 1.524.031) os quais representaram 59% de todos os desembolsos realizados ao longo do Projeto.

Desse modo, o saldo existente em termos orçamentários para ser usado em 2021 é em torno de US$ 867, 000.00. Esse deveria ser o saldo que poderia ser planejado para desembolsos com compromissos prévios e aqueles recursos que deveriam ser devolvidos ao Tesouro Nacional, para a eventual execução do Projeto até 31/07/2022.

Como pode ser observado nos Relatórios de Progresso do SIGAP,desde 2010, existe uma forte concentração de recursos gastos anualmente nos Resultados 01,02 e 03. O Resultado 03 respondeu por cerca de 50% dos gastos do Projeto nos 03 primeiros anos. Enquanto o Resultado 02 destinado ao apoio às populações tradicionais para a conservação da biodiversidade e UC concentrou

aproximadamente por 50% de todos os gastos do Projeto, ao longo dos 10 anos, pelo aporte realizado tanto pelo MDS como pela Agenda Verde do MMA

Ainda mereceria indicar da comparação dos recursos orçamentários planejados e os efetivamente executados até 2016 se verifica que em média existe a defasagem aproximada de 40% entre o desembolsado e o previsto. Posteriormente, foram sendo reduzidas despesas com estas linhas de passagens e diárias estabilizando em cerca de 20 a 25%, devido às orientações emanadas pelo TCU para aplicação em cooperações técnicas internacionais

De acordo com os dados do Sistema de Seguimento da ABC, em geral cerca de 50% dos desembolsos efetuados pelo Projeto foram concentrados em apoio aos deslocamentos de consultores, de atores e outros profissionais envolvidos na execução de diversos produtos. Elevado percentual dos gastos foi destinado à contratação de empresas jurídicas e consultores vinculados aos Resultados 01, 02, e 03.

O Relatório de Auditoria da CGU de 2018, referente exercício 2017, informa de que "os controles internos estão adequados para a implementação das atividades do Projeto, em seus aspectos mais relevantes"...e " verificou-se que o demonstrativo financeiro Combined Delivery Report (CDR)representa adequadamente os investimentos realizados pelo Projeto"

Em relação ao processo de Auditoria da Controladoria Geral da União realizado em 2019 para o exercício de 2018, foram realizadas as seguintes considerações:

- "O projeto tem avançado na execução das atividades programadas, entretanto' há risco do não cumprimento de ·todas as suas metas no prazo de 31 de agosto de 2019, data em que vence a última revisão."
- "Quanto ao desempenho geral acumulado do projeto, verifica-se que 58,3 % dos produtos já foram concluídos, 4,2% estão bem avançados, 20,8% parcialmente, e 16,7% estão em baixo nível".
- "A Unidade de Coordenação do Projeto está razoavelmente estruturada para o desempenho das atividades previstas no PRODOC, mantendo controles internos razoáveis no que se refere aos aspectos relacionados ao ambiente de controle, à avaliação de riscos, aos procedimentos de controle, à informação e comunicação e ao monitoramento" com pequenas as ressalvas.
- "De maneira geral, as normas do PNUD e da legislação nacional complementar foram observadas, tendo sido os gastos realizados para os fins constantes do documento de Projeto".
- "Os processos de aquisição e seleção de consultores se deram de modo transparente e competitivo".

Com base nas recomendações da CGU e avaliações internas, a Coordenação do Projeto buscou atender as recomendações apontadas pela Controladoria. Em relação às recomendações da Auditoria o ICMBio deu prosseguimento às medidas corretivas e prestou os esclarecimentos a CGU, conforme consta do Relatório do SIGAP/ABC.

Resumidamente, ainda com base nas recomendações da CGU, "foi observado de que buscaram aperfeiçoar os procedimentos administrativos de forma a melhorar o controle gerencial do Projeto," com procedimentos voltados a orientar os diversos setores do ICMBio nas suas demandas.

No exercício de 2018, foram executadas despesas no valor de US$ 1.524.031,37, totalizando uma execução de US$ 10.562.436,96, em 31 de dezembro de 2018, visto que até 31 de dezembro de 2017 haviam sido desembolsados US$ 9.038.405,59. Portanto, até dezembro de 2018 a implementação foi de, aproximadamente, 80,2 % do orçamento total do Projeto.

A auditoria identificou os seguintes graus de desempenho dos 23 Produtos do Projeto (2018):

Desempenho	Quantidade	%
Bom desempenho	13	56,5
Baixo	03	13,0
Nulo	02	8,7
Não é possível avaliar	05	21,7
Total Geral	23	100,00

Fonte: Relatório de Auditoria. 2018

Em relação ao ano de 2014 e de 2019, o Projeto utilizou a variação cambial favorável, gerando maiores oportunidades de serem ampliadas as atividades propostas, inicialmente, devido à desvalorização da moeda real em relação ao dólar americano ao longo daqueles anos.

Considerando os 10 anos de execução do Projeto, em 2014, toda a equipe operacional de apoio ao Projeto, profissionais contratados e terceirizados foram substituídos por servidores, em acordo aos Termos de Ajustes firmados com o TCU. Essa situação ocorreu concomitantemente em diferentes projetos e órgãos da administração federal nesse período. Esse fato ocasionou certo atraso na execução das iniciativas, devido à necessidade de novos funcionários serem capacitados para a cooperação internacional. Também seria necessário esclarecer que a Direção do Projeto justificou à ABC de quea previsão de custos com passagens e diárias, além da redução expressiva de sua estimativa financeira, continuariam a serem emitidas exclusivamente para o alcance das metas previstas nos produtos do Projeto, de acordo com a orientação do TCU.

Em 2020 foi realizada nova auditoria pela CGU, referente ao exercício de 2019, em que o Projeto atuou em 17 Produtos e 05 Resultados. De acordo com o informe de auditoria os seguintes pontos foram indicados:

- "No exercício auditado, o Projeto executou despesas no montante de US$ 971, 906.38, o que representa 43% do orçamento anual, resultando em uma execução total de US$11, 534,343.34, que representa 87% do orçamento total do Projeto. Porém, quando comparamos a execução anual de 2019 com o ano anterior, constatamos uma diminuição no percentual executado."
- "Esta baixa execução do Projeto no exercício auditado, ocorreu devido à descontinuidade administrativa ocorrida no ICMBio com a transição do Governo Federal, conjuntamente,com trocas dos dirigentes, ...o que comprometeu a implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho"
- "Da mesma forma, em relação ao monitoramento do alcance de resultados, desempenho físico anual, feito pelo Projeto, verificamos um bom desempenho do Projeto, de acordo com os dados constantes do SIGAP – Relatório de Progresso Anual 2019"
- "Em decorrência dos exames, verificamos que a Unidade de Coordenação do Projeto PNUD BRA 08/023 está adequadamente estruturada para o desempenho das atividades previstas no Prodoc, mantendo controles internos adequados no que se refere aos aspectos relacionados ao ambiente de controle, à avaliação de riscos, aos procedimentos de controle, e ao monitoramento."

O acompanhamento das medidas corretivas tomadas pelo Projeto é dado pela CGU quando do relatório de auditoria do ano subseqüente, referente ao exercício de 2018. Todos os Relatórios de Auditorias se encontram à disposição no ICMBio para consulta.

Em termos de execução de orçamento de 2009 a 2020 por Resultado do Projeto, os montantes e percentagens por Resultado são apresentados a seguir:

Tabela 3. Valores executados por Resultado

Resultado	Total Executado US$	%
Resultado 01	2,774,119.83	24,00
Resultado 02	5, 323,722,00	46,60
Resultado 03	2, 804, 799.32	24,00
Resultado 04	10, 158.56	0,08
Resultado 05	189, 086.41	1,62
Resultado 06	432, 227,88	3,70
Totais	11,538,115.98	100,00

Fonte: Atlas/PNUD. 2020

Portanto, pode-se verificar que o Resultado 02 concentrou cerca de 50% dos recursos executados do Projeto, seguido muito próximo em termos de prioridade pelo Resultado 01 e 03.

Sendo que, para os demais Resultados, o Projeto apoiou com pequenas consultorias e deslocamentos para a realização das atividades.

Caberia destacar que os Resultado 02 voltava-se ao apoio das populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais, envolvendo muitas viagens de funcionários do ICMBio, consultores e de populações nas UC. Por esse motivo, cerca de US$ 1,75 milhão (43%) dos quase US$ 4,0 milhões desse Resultado foram utilizados para essa finalidade.

Essa mesma situação pode ser encontrada em relação ao Resultado 03 em que cerca de US$ 792 mil (45%) foram destinados a deslocamentos de diferentes atores, voltados a apoiar pesquisas e estudos de um total de US$ 1,75 milhão.

Em relação ao Resultado 01 destinado à gestão de Unidades de Conservação o percentual destinado aos deslocamentos alcançou aproximadamente 28%, tendo maior participação de recursos destinados em contratação de consultores e de empresas.

Esses dados também já foram analisados previamente no sentido de identificar que o ICMBio realizava uma composição estratégica e promovia muita sinergia entre certos Projetos de cooperação técnica, de forma que um determinado Produto podia contar com apoio técnico de outros Projetos. As ações a serem custeadas resultavam de uma colaboração de fontes e usos permitidos para alcançar a realização de atividades e obtenção de Produtos do Projeto BRA/08/023.

Ademais, no entendimento do Projeto, os deslocamentos realizados que envolvessem servidores do ICMBio sempre estavam diretamente relacionados à execução de algum Produto ou Resultado da Cooperação.

Ainda em relação à execução orçamentária consolidada entre 2009 e 2020, os desembolsos efetuados (gastos) foram assim distribuídos,

Tabela 4.Orçamento consolidado 2010-2020 em US$ 1,000

Resultado	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
R1	155,408	280,380	274,139	224,374	696,259	191,012	339,896	103,081	305,016	198,103	6,447
R2	213,895	584,638	859,052	717,282	1,186,259	388,346	112,845	300,731	562,620	397,075	973
R3	175,115	281,594	430,126	363,516	377,483	129,318	26,104	254,517	540,834	225,591	1,596
R4	2,451	4,684	1,941	416	665	364	364				
R5	1,303	2,348	18,120	18,915	20,808	30,912	29,389	5,298	61,991		
R6	31,552	2,864	451	34,910	33,884	68,600	59,087	173	53,568	151,134	
Total	**579,726**	**1,156,511**	**1,583,830**	**1,359,415**	**2, 315,358**	**808, 960**	**565, 980**	**663, 802**	**1, 524,031**	**971, 906**	**9,017**

Fonte: Atlas/PNUD. 2021

Da análise de períodos de maiores desembolsos se encontram os anos de: (i)2014 com cerca de 20 % do total dos desembolsos; (ii) 2012 com uma participação de cerca de 13%; (iii) seguido pelo ano de 2018 com cerca de 12%; (iv) 2013 com cerca de 11%.

Dessa forma, se percebe que os anos de maiores desembolsos corresponderam ao período de estabilidade institucional com a permanência de Presidente e de Diretor Nacional do Projeto no intervalo de 2012 a meados de 2014, sendo retomado em 2018 (devido a natureza dos contratos).

Em relação ao total de recursos do Projeto, ou seja, cerca de US$ 12, 400 milhões é possível verificar que esses valores desembolsados representaram percentuais bastante reduzidos ao inicialmente planejado. Assim, pode-se indicar que: (i)o ano de 2014 representou somente de 16%; (ii) em 2012 somente 11,3%; (iii) em 2013 o desembolso foi de 9,7% e (iv) em 2011 foi de 8,2%. Essas reduções importantes são encontradas de 2017 a 2020.

Nesse cenário os piores anos em termos de execução financeira foram: 2016.2017,2019 e 2020, devido aos fatores que correspondem a configuração da equipe do Projeto (2010) e períodos em que o Projeto passou a ficar sem Diretor Nacional de Projeto (ordenador de despesa); troca de

autoridades federais, e a incerteza de aprovação de revisão substantiva do Projeto, reduzindo a contratação de novos estudos considerando a alteração da lista de prioridades da instituição.

Diversos foram os fatores internos e externos que contribuíram para um mediano grau de eficiência na implantação do Projeto, ao longo desses 10 anos como visto previamente. Dentre os fatores poderiam ser destacados as freqüentes mudanças nas autoridades do setor e as mudanças na própria instituição.Esta situação de instabilidade institucional produziu determinados atrasos e diferentes graus de comprometimento dos novos dirigentes com as atividades em andamento do Projeto. Esta situação se modifica a partir de 2012, iniciando um período de certa estabilidade na Presidência e nos Diretores da Instituição, mas em 2015/2016/2017 retoma-se o período de mudanças institucionais (crise no Governo Federal), que foram de muita instabilidade, assim como em 2019, 2020 e 2021

De acordo com entrevista realizada, a cooperação contou com mais de 25 coordenadores gerais técnicos (pontos focais) e mais de 20 coordenadores técnicos substitutos refletindo nas dificuldades de continuidade das ações. Ao mesmo tempo, por meio de informações da Gestão de Projetos Especiais, a Coordenação da DPES foi exercida por 04 diferentes coordenadores, desde 2018, o que representaria uma média de 01 coordenador por ano.

A dinâmica de execução do Projeto considerou a necessidade das Diretorias realizarem com apoio das unidades regionais a articulação em três instâncias: regional, nacional e local, que permitiram à reduzida equipe de servidores e colaboradores do Projeto alcançar diferentes graus nos resultados. Ao mesmo tempo, a vinculação de Produtos às Diretorias e o estabelecimento de pontos focais técnicos do Projeto, em cada Diretoria, resultou no tratamento em certo grau isolado de cada Resultado, gerando uma redução na articulação técnica intra-institucional para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento.

Esta situação resultou em dificuldades nas ações de monitoramento e avaliação técnica das ações desenvolvidas; em atraso ou não executadas por cada uma das Coordenações Gerais das Diretorias. Foi acarretando uma defasagem importante entre o planejado e o executado anualmente, no âmbito do Projeto, como conseqüência das ações das Diretorias. A partir de 2017, o monitoramento passou a apresentar melhoras no seguimento de iniciativas.

O ICMBio apoiou a realização de atividades com recursos próprios que antes estavam previstas a serem executadas pelo Projeto, o que acarretou ainda a descontinuidade na execução de determinados Produtos, mas que foram obtidos pela ação do ICMBio e do apoio de outras fontes de financiamento.

Não foram sendo realizadas reuniões formais de monitoramento internamente ao ICMBio/Projeto, sendo constituídos pontos focais de apoio técnico e de gerenciamento do Projeto, para superar dificuldades. A ausência de uma estratégia inicial de indicar um gerenciador técnico do Projeto (global e integrador) aportou certas perdas na eficiência e eficácia do Projeto, como poderia ter sido garantido no desenho inicial.

Os relatórios de execução do Projeto foram apresentados, aprovados e monitorados tecnicamente após a inserção nos sistemas SIGAP da ABC e no ATLAS do PNUD. A ABC e o PNUD foram promovendo reuniões tripartites mais freqüentes a partir de 2016, quando o Projeto apresentava um excedente financeiro, em relação a sua capacidade de execução, exigindo freqüentes ampliações de prazo de execução a partir de 2018.

Para a implementação administrativa do Projeto, a gestão realizava encontros com as Coordenadorias Gerais (pontos focais) sempre que necessário à gestão executiva do Projeto, reunindo-se da mesma forma com: o PNUD e a ABC. Na prática, constataram-se mudanças em interlocutores estratégicos nos Coordenadores Técnicos na equipe de Projetos Especiais; e nos assistentes técnicos junto aos Gerentes de Programa do PNUD e da ABC.

Esta carência de quadros técnicos na instituição para a operacionalização e acompanhamento do Projeto foi solucionada parcialmente também com a participação de consultores externos ou terceirizados, com significativa experiência e conhecimento para a realização de atividades de curta duração: estudos, projetos, seminários, workshops, cursos de capacitação; e organização e

disseminação de informações. Ao mesmo tempo, o ICMBio realizou dois concursos públicos para instâncias técnico administrativos e para analistas ambientais(2008 e 2014).

Desde a sua transformação em autarquia federal, em 2007, a equipe técnica do Instituto foi constituída em sua maioria por servidores efetivos egressos do IBAMA. O Instituto contava com a possibilidade de requisitar servidores para ocupação de cargo em comissão ou função de confiança. Em 2011 foi constituída oficialmente a estrutura de cargos e funções do ICMBio. A partir de 2010 foram realizados concursos públicos, com a incorporação gradual de servidores permanentes e temporários. Entretanto, permaneceram as necessidades de o ICMBio contar com maior número de profissionais frente ao permanente aumento de demandas setoriais ao Instituto, exigindo ações, pesquisas e estudos, presença nas Unidades de Conservação nos diferentes Estados do Brasil, exigindo diferentes perfis de profissionais do nível administrativo ao gerencial, para exercício de atividades de diferentes graus de complexidade.

Quando comparados 2007,2015e 2019 se constatam: número crescente de servidores concursados no Instituto; redução significativa de servidores temporários e/ou terceirizados; e aumento significativo do quadro permanente, mas aumento importante de aposentadorias concedidas aos servidores mais antigos do Instituto. Foram realizados dois novos concursos públicos até 2014, para efetivos, assim como foram chamados novos profissionais concursados para assumir suas funções junto ao Instituto.

Como visto previamente, atualmente, o ICMBio vem enfrentando a aposentadoria de grande número de servidores, devido ao envelhecimento da mão de obra, sem a realização de novo concurso público para a substituição desses aposentados. Essa situação deverá trazer dificuldades futuras para o desempenho das competências institucionais do ICMBio.

As autoridades do ICMBio consideram ainda que o número de servidores seja insuficiente para o cumprimento efetivo das atividades de sua competência em termos de Biodiversidade e em relação a implantação do SNUC. Assim, não foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a realização de concurso para o provimento de mais cargos para área fim e para área meio.

Portanto, a dinâmica de execução do Projeto apresentou alto grau de defasagem entre as atividades planejadas e as ações executadas, por diferentes motivos internos e externos ao Instituto. Um dos principais motivos seriam amudança freqüente de autoridades e a suplementação de recursos ao longo da execução do Projeto, com uma ampliação de prazo insuficiente para a execução dos compromissos existentes e para estes recursos adicionais. De acordo com os dados gerenciais sobre os estados financeiros do Projeto, fornecidos pela DPES, se considerados os recursos desembolsados e aqueles comprometidos com contratos, o índice de execução financeira do Projeto de 2010 a 2015, seria de 93,5%. Ainda a serem desembolsados em 2021 existiria a o montante de US$ 800, 000; entretanto, devido a exigüidade de prazo para a finalização do Projeto, parte desse valor deverá ser reintegrado ao Tesouro Nacional, com a conclusão do Projeto.

O grau de eficiência da implantação do Projeto é considerado regular em relação aos esforços significativos feitos pelo Instituto e parceiros relevantes na execução do Projeto para superar a situação de reduzido pessoal técnico, grandes distâncias e dispersão de UC no território norte e sul com difícil acesso para ações nos temas do Projeto.

Devido às características da administração pública, as dificuldades de contingenciamento de recursos orçamentários, freqüentes ao longo desses 10 anos (em especial para viagens e missões técnicas ao interior das UCs) e às especificidades da carência de quadros técnicos no ICMBio, já analisadas anteriormente, o Projeto contou com a contratação de consultores externos e empresas para obter os resultados.

Os recursos desembolsados pelo Projeto apoiaram a contratação de consultores externos (Produto) que garantiram o alcance dos produtos e resultados esperados, em trabalho conjunto com a ação dos servidores do ICMBio. Ainda apoiou a realização de: missões técnicas, participação em eventos nacionais; capacitações por meio de deslocamentos e hospedagens nos locais de realização de pesquisas, diagnósticos técnicos, capacitação de conselheiros e gestores, elaboração de planos de

manejo e levantamentos. Portanto, foram mobilizados aproximadamente 94 % dos recursos financeiros do Projeto para estas iniciativas.

Em relação ao tempo para a obtenção de insumos (consultores e sistema) das atividades e alcance de Resultados, pode-se indicar que foram compatíveis com os tempos observados em outros Projetos PNUD, propostos na década de 2010, e desenvolvidos por outras instituições.Ainda, se mostram compatíveis com a execução pelo Instituto em projetos prévios do tipo executados, que levaram em média, entre 8 a 10 anos, para serem concluídos.

Entretanto, em grande parte dos processos de licitação foram constatados importantes atrasos para a realização demissões, diagnósticos, levantamentos de limites de UC, cadastro de famílias; reuniões e seminários; bem como, em relevantes processos de contratação de empresas de consultoria para atividades de grande complexidade.

O cronograma de planejamento e de execução das atividades foi apresentando atrasos importantes, bem como gerando disfunções importantes no fluxo de empenhos e desembolsos. Ao mesmo tempo, a utilização de sistemas diferenciados de controle de contratações e monitoramento gerou pequenas dificuldades e atrasos importantes no processamento de iniciativas. O processo de aprovação de licitações para contratos de consultoria de pessoas físicas e jurídicas tem apresentado atrasos internos ao ICMBio (parte técnica) e devido ao lento processo interno ao PNUD, conforme entrevistas realizadas.

A gestão financeira e administrativa do Projeto, assegurada pela Divisão de Projetos Especiais foi considerada como muito eficiente, por contar com profissionais com vasta experiência em execução de Projetos; comprometimento com as ações do Projeto e com memória dos Projetos desenvolvidos pela instituição. O Projeto enfrentou situações internas, produtoras de reduzida capacidade operacional, para a execução de montantes importantes, muito mais devido às mudanças institucionais do que pela falta de recursos orçamentários.

Os custos médios de realização das atividades de consultoria, capacitação, realização de encontros nas UC, seminários e obtenção de insumos para a realização de atividades fins em lugares distantes e carentes de infra-estrutura, em sua maioria, de acordo com os resultados da auditoria da CGU (não houve considerações sobre o tema)se encontram de acordo com os valores aplicados para o mercado de consultoria e de insumos nas regiões norte no Brasil; e no tocante a contratação de equipes ou profissionais para a promoção de estudos, avaliações, seminários e capacitações.

O grau de eficiência da implantação do Projeto pode ser consideradoregular ou medianamente satisfatório em relação aos esforços significativos feitos pela equipe do Projeto para obter os resultados esperados. O grau de eficiência melhorou nos últimos 03 anos de execução de acordo com as auditorias da GGU. Entretanto, constataram-se reduzidos desembolsos em relação ao planejado; importantes atrasos no cronograma de execução das ações do Projeto.

Conclusões intermediárias:

Os recursos do Projeto são originários do orçamento da União, ressaltando que o ICMBio também destinou para a execução do Projeto recursos oriundos de 3 Termos de Cooperação assinados com o Ministério do Meio Ambiente no valor de R$ 9.6 milhões; com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT, no valor de R$ 9.3 milhões e com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no valor de R$ 1,3 milhão.

Portanto, pode-se verificar que houve atrasos importantes na execução da cooperação, acarretando perda na eficiência do Projeto, e atrasos na utilização de Produtos elaborados pelo Projeto. Foi constatado que houve adequação de recursos humanos na execução do Projeto, com regular monitoramento e avaliação do Projeto em relação aos Produtos e Resultados alcançados.

Foram realizadas auditorias anuais no Projeto com recomendações para ajustes a serem efetuados pelo Projeto, de modo a alcançar maior eficiência e eficácia. A vinculação de Resultados ou Produtos às Diretorias e o estabelecimento de pontos focais resultou no tratamento por Diretoria e por

coordenação geral, de cada resultado ou produto, exigindo mais forte articulação técnica entre essas unidades para o alcance do objetivo desenvolvimento do Projeto.

Para a implantação administrativa e operacional, o Coordenador de Projetos Especiais realizava encontros com coordenadores ou coordenadores adjuntos em cada Diretoria sempre que necessário à gestão executiva, reunindo-se da mesma forma com o PNUD e ABC. A gestão dos termos de cooperação com outros Ministérios e Organismos públicos era realizada pelas Diretorias, com acompanhamento da UGP (DPES), o que favoreceu o monitoramento do convenio de cooperação e plano de atividades a serem executadas.

Em relação aos processos de documentação, informação e disseminação do que estava sendo realizado no Projeto, encontram-se certas publicações e dados no site do ICMBio, de modo a informar aos demais servidores e dar transparência aos cidadãos interessados no Instituto. Mesmo internamente, os temas foram disseminados e acompanhados por cada Diretoria, por meio do seu ponto focal, sem, contudo, existir uma orientação clara de dar conhecimento aos demais servidores da Diretoria. Entre as Diretorias, a situação se apresentou semelhante já que não existia um mecanismo como um comitê de acompanhamento da execução técnica do Projeto, que desempenharia um papel de espaço de conhecimento do que se realizava nas demais unidades. O site do ICMBio se apresenta carente de algumas atualizações.

Um importante mecanismo de gestão da qualidade de Produtos alcançados para a obtenção dos Resultados previstos consiste na revisão técnica dos produtos pelas Coordenações das Diretorias. Em algumas situações foram realizadas reuniões e consultas com a participação dos consultores, de modo a envolver maior número de parceiros das Diretorias e para transferir conhecimento aos servidores da unidade administrativa, por meio dos estudos realizados. Outro ponto a destacar consiste na ação de cruzamento e/ou complementaridade de atividades e produtos desta cooperação com outras iniciativas em implantação no ICMBio, que se realiza via Coordenador-Geral, caso em que cabe a cada Diretoria garantir a integração e consistência de conceitos e informações, com a participação de outros atores do setor.

Como visto, o processo de implantação envolveu o ICMBio, a ABC e o PNUD. Têm existido canais de comunicação e colaboração permanentes, que contribuíram para a implantação do Projeto. Existiu uma transparência nos processos de gestão financeira, por meio de informes emitidos pelo PNUD; bem como, nos processos de licitação e seleção de consultores que são realizados, por meio de comissões internas, e as atas se encontraram disponíveis.

O desenho inicial do projeto se enquadra por suas características em um projeto do tipo “guarda-chuva” em que as atividades e produtos apresentavam uma relação direta com as necessidades técnicas e institucionais de cada Diretoria para o atendimento das competências do ICMBio em relação ao uso e conservação da biodiversidade (SNUC). Ao mesmo tempo, apresentava flexibilidade de abarcar um elenco bastante diversificado de atividades e Produtos.

Os objetivos do Projeto foram claros, entretanto se apresentaram ambiciosos para serem executados inicialmente em três anos, ainda que os resultados fossem muito necessários de serem alcançados no contexto das políticas nacionais de biodiversidade e respectiva operacionalização. Por meio de revisões sucessivas foram sendo realizados ajustes ao desenho do Projeto.

Caberia destacar que a cooperação foi proposta e elaborada por equipe do ICMBio, contando com a colaboração de uma consultoria externa. Para a proposição da cooperação não foram consultados ou participaram atores e parceiros nacionais externos. Assim, só houve participação dos beneficiários diretos internos. Ao longo do processo de implantação da cooperação o mesmo procedimento foi adotado nas sucessivas revisões. As revisões contaram com a participação dos servidores das Coordenadorias, que indicavam os produtos e atividades necessárias, sendo referendado pelo Comitê de Gestão do ICMBio (atual Governança).

O desenho original da cooperação não contou com uma linha de base em 2008/2009 como pode ser identificado na matriz lógica do BRA/08/023. Não foi indicada na matriz lógica da situação, por exemplo, da biodiversidade, em termos qualitativos e quantitativos ou outros temas de interesse

naquela data; bem como, o quanto esse cenário inicial da qualidade da biodiversidade ede outros temas teriam que ter melhorados, após a contribuição direta de iniciativas do Projeto. No mesmo sentido, não houve seleção de indicadores e de metas de Resultados e de Objetivo de Desenvolvimento a alcançar, em relação aos temas do cenário desejado ao final do projeto. Essa situação foi sendo ajustada na medida em que foram sendo introduzidos indicadores quantitativos e propostos os avanços a serem obtidos com o Projeto.

Caberia ainda destacar que ao longo do Projeto não foram propostas ações a serem incluídas em planos de ação para a constituição de linha de base, de modo a prover a cooperação com essas informações iniciais. Essa situação constituiu um dos fatores que reduziram a efetividade do processo de monitoramento dos alcances de Resultados e de falta de seguimento de obtenção de efeitos de Produtos obtidos.

A atuação dos Coordenadores do Projeto, que contaram com experiência institucional em cooperação técnica, contribuiu para a ampliação da eficiência do Projeto, por meio da implementação conjunta de diversas iniciativas do Projeto.

Sua eficiência permitiu que as atividades e produtos realizados pudessem dar uma maior probabilidade de serem ampliados os resultados e efeitos esperados, após a conclusão da Cooperação Técnica. O Projeto alcançou, com custos adequados, com adequação de produtos e com importante atraso, determinados resultados e efeitos de curto prazo esperados, para estes 10 anos de Projeto.

A análise preliminar de dados de operacionalização da cooperação indica diferenças importantes no ritmo de execução dos recursos financeiros, planejados e desembolsados do Projeto; e as diferenças na execução dos planos de ação. Diversas evidências e fatos identificados na revisão dos relatórios de progresso e por meio de entrevistas permitiram a identificação de diferentes motivos, fatores e circunstâncias, que originaram determinados descompassos na implantação do Projeto.

Em relação ao desempenho do Projeto considerando a sua capacidade de execução, de acordo ao planejado, pode ser verificado que, em muitos anos, houve uma reduzida capacidade de realização, devido a fatores como: mudança de autoridades; dificuldades de elaboração de processos licitatórios; mudanças de prioridades e outros motivos de ordem técnica e administrativa. Os resultados até aqui alcançados se encontram incorporados pela instituição e respectivos processos.

Desse modo, o grau de eficiência do Projeto pode ser avaliado como medianamente satisfatório, devido à: qualidade na gestão, mecanismos; processos de implantação e atrasos importantes na execução das iniciativas do Projeto. Deve-se ressalta o empenho e dedicação da equipe de técnicos envolvidos na continuidade da execução do Projeto, com significativos períodos sem Direção ou Coordenação Nacional ao longo dos últimos 10 anos

3.4- Impacto

Como visto na análise de eficácia do Projeto, vários efeitos imediatos foram gerados produzindo Resultados que contribuíram e vão continuar contribuindo para o futuro alcance de Objetivo de Desenvolvimento.

Caberia lembrar de que os efeitos alcançados pelo Projeto podem ser identificados como contribuintes ao alcance do Objetivo, com a contribuição e sinergiadas iniciativas do Projeto com as ações implantadas com os recursos orçamentários do ICMBio; somados às atividades desenvolvidas por cerca de 90 cooperações financeiras e técnicas nos diferentes eixos de atuação do Projeto e destinadas ao fortalecimento do ICMBio, da ação institucional junto à gestão de UC e conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Portanto, os impactos serão analisados considerando as contribuições realizadas pelo Projeto para o alcance em longo prazo do Objetivo de Desenvolvimento:

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO

Promover o fortalecimento das unidades de conservação federais como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Por meio da avaliação dos resultados obtidos até o momento dos 05 Resultados foi possível avaliarque o ICMBioe as Unidades de Conservação passaram a contar com melhores instrumentos de gestão das UC, contribuindo para a conservação da biodiversidade brasileira, por meio de ações desenvolvidas no âmbito do Projeto, como por exemplo:

(i) elaboração de Roteiro Metodológico para a gestão das UC por meio de manuais e roteiro aprovados. Estes instrumentos geraram significativos efeitos imediatos e de longo prazo na Instituição, que passou a contar com melhores instrumentos efetivos na conservação e manejo dos biomas brasileiros. Ao mesmo tempo, permitiu a consolidação de processos de elaboração, negociação e aprovação dos Planos de Manejo possibilitando maior transparência e participação dos diferentes atores.

(ii) **elaboração de Planos de Manejo para gestão das UC** por meio de estudos, propostas, documentos orientadores aprovados e em uso pelas Chefias das Unidades, pelos conselhos gestores e comunidades. Os efeitos institucionais e técnicos obtidos poderiam ser identificados em: maior reconhecimento da instituição pela sociedade organizada e demais atores públicos que atuam na área; ampliação de redes de comunicação e participação das comunidades na implementação de iniciativas; efetivos instrumentos para a conservação e manejo da biodiversidade e melhorias no tratamento da questão de uso público e de atividades de desenvolvimento sustentável das comunidades adjacentes e no entorno das UC. Estes instrumentos contam com ações e indicadores importantes para programas de investimentos e custeio nas UC, ampliando o número de UC com planos de manejo que podem ser criadas ou aquelas que foram reativadas.
Caberia destacar de que a nova metodologia obtida e testada para a elaboração de Planos de Manejo resultou na redução de custos e tempo de execução desses planos, mantendo a qualidade técnica necessária para que os técnicos do ICMBiopossam vir a executar no futuro os Planos de Manejo de UCS que não contam com tal instrumento relevante para a gestão das UC e da conservação da biodiversidade

(iii) **constituição de memória técnica e capacitação em instrumentos de gestão** como: gestão integrada; análises de impacto ambiental de novos empreendimentos de diferentes naturezas; metodologias de avaliação rápidas; proposta de projeto metodológico contendo as orientações e procedimentos para o estabelecimento de zonas de amortecimento; e planos e projetos de uso público incorporados aos Planos de Manejo, capacitação de conselhos gestores e de comunidades nas UC.
Este conjunto de instrumentos e de procedimentos geraram efeitos de curto e médio prazo em termos de melhorias na capacidade de resposta e produção de conhecimentos para o ICMBio, aos técnicos do setor, aos atores e aos parceiros do setor público e privado; bem como, realimentando os processos de participação das comunidades na elaboração dos Planos de Manejo.
Também foram publicados muitos documentos técnicos que passaram a gerar efeitos, de longo prazo, junto: aos novos servidores públicos, atuando no tema; aos relevantes atores atuando na conservação da biodiversidade e pesquisadores e cientistas em biodiversidade.

(iv) **constituição e revitalização de instâncias diferenciadas de participação dos atores relevantes para a maior representatividade e sustentabilidade das iniciativas necessárias à gestão das UCS** como: Conselhos Consultivos; rede permanente de consulta e de disseminação de informações ambientais; parcerias com centros de pesquisa e universidades; e capacitação das comunidades e visitantes em temas de educação ambiental e/ou desenvolvimento sustentável. Estes instrumentos de participação e colaboração da sociedade e organizações constituem elementos de facilitação e

dinamização no processo de gestão das UC, integrando outras iniciativas de desenvolvimento sustentável para a conservação.

(v) **elaboração de estudos, pesquisas e projetos** necessários ao uso e conservação dos recursos naturais: diagnósticos; inventários de espécies em extinção; e monitoramento de recursos de fauna, flora e pesqueiros sob pressão. Estes instrumentos promovem a proteção da flora e fauna brasileira, assim como, apóiam a gestão das UC; bem como, respaldam as ações brasileiras junto ao cumprimento de compromissos internacionais e nacionais para a CDB e para os ODS

(vi) **renovação de capacidades técnicas, de liderança e de colaboração setorial, intra-setorial e intersetorial** em temas de conservação e gestão de UCS por meio de: reuniões técnicas, grupos de trabalho, comitês nacionais; experiências bem-sucedidas; grupo de consultores e colaboradores com expertise; capacitação de técnicos e estabelecimento de convênios e cooperações técnicas com outros parceiros.

(vii) **elaboração de módulos técnico para capacitação sob a modalidade de EaD para diferentes atores** envolvidos na conservação da biodiversidade brasileira, reforçando o papel de disseminação de conteúdo técnico por meio de cursos; e ampliando a atuação do Centro de Treinamento do ICMBio com a capacitação multiplicada de treinados em todo o território nacional.

(viii**) fortalecimento de organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos renováveis das UC federais** por meio de ativação de Conselhos, manuais de organização e participação; ampliação de redes de articulação entre diferentes populações tradicionais; identificação e disseminação de modalidades promotoras de produção sustentável em UC;

(ix) elaboração de estudos, manuais, encontros e documentos promotores de **implantação de ações de ecoturismo em UC** promovendo a captação de recursos para a dinamização das UC com a participação de atores locais e das comunidades tradicionais; e permitindo a ampliação de número de visitantes em diferentes Parques Nacionais, contribuindo com os manuais para a melhoria de projetos de sinalização e orientação aos visitantes destes espaços públicos; promoção de estudos de concessão de prestação de serviços aos visitantes, em Parques.

(x) **elaboração de cadastramento de famílias e populações tradicionais habitando em UC** promovendo integração cidadã, econômica, social e cultural desses grupos em sistemas de apoio ao desenvolvimento e integração nas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico. O cadastramento de cerca de 60mil famílias promovendo a regularização desses cidadãos o que permitiu que esses cadastrados pudessem ter acesso a programas sociais e aceder a projetos de desenvolvimento socioeconômico; e serviços públicos.
Ao mesmo tempo, foi gerada metodologia e realizadas validações que permitiram o alcance de procedimentos, que foram apropriados pela instituição e técnicos, de modo a multiplicar no futuro essa iniciativa em muitos espaços nacionais e regionais junto às comunidades tradicionais habitando em UC.
Por outro lado, atividades de valorização dos produtos e artesanato local das comunidades tradicionais e encontros para orientação foram desenvolvidos com os novos cadastrados para que se integrassem nas atividades da UC, dentre as quais, aquelas voltadas ao ecoturismo e ao desenvolvimento sustentável da biodiversidade local.

(xi) **desenvolvimento de pesquisas e monitoramento da fauna e flora, em especial de espécies em extinção de modo a manter a conservação da biodiversidade**, produzindo insumos para o estabelecimento de mecanismos (Radam) de pesquisa e rede de colaboração de diferentes centros

universitários nacionais e internacionais de modo a acompanhar o alcance de metas acordados na CDB, COP e Estratégia Nacional da Biodiversidade. Proposto novo mecanismo de diagnóstico e de monitoramento, com respectiva integração a sistemas do MMA, que vem sendo utilizado para apoiar o monitoramento de espécies em extinção e outras tipologias de flora e fauna nacionais.

(xii) **desenvolvimento de manual e publicações em turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade,** com o desenvolvimento de ações conjuntas com o Ministério do Turismo no tema. Foram realizados diversos estudos para melhorar as condições de Parques Nacionais para ampliar o uso público de espaços; aumentando a presença de visitantes; gerando maiores recursos financeiros; estabelecendo estudos de viabilidade econômica para concessões de prestação de serviços; e manuais de sinalização, trilhas e outras atividades.

É interessante destacar que os efeitos foram mais significativos nas contribuições dos Resultados 1, 2 e 3, considerando nesses Resultados o aporte de recursos originários de Termos de Cooperação com o MMA, DNIT e Fundo Clima.

Em seguimento ao processo de avaliação, a seguir são identificados grupo de **fatores promotores** de alcance de efeitos e resultados imediatos do Projeto:

(i) desenho do projeto favorável a obtenção de resultados imediatos;
(ii) estratégia de gestão do Projeto adequada ao cenário do ICMBio;
(iii) coleta e disseminação de informações e dados junto aos gestores públicos e junto à sociedade;
(iv) articulações entre diferentes instâncias em temas de biodiversidade;
(v) constituição de redes com centros de pesquisa, universidades e organizações especializadas para apoiar a realização de estudos e pesquisas;
(vi) operacionalização da Coordenadoria do Projeto com grupo de colaboradores, com finalidade executiva; e articulação com as Diretorias técnicas;
(vii) promoção de intercâmbio de experiências entre diferentes atores;
(viii) captação de recursos com Ministérios e organizações públicas;
(ix) produção de conhecimentos no tema da conservação da biodiversidade e gestão de UC para apoiar a elaboração de políticas públicas;
(x) sensibilização de gestores estratégicos, beneficiários e parceiros para experiências inovadoras e bem sucedidas;
(xi) constituição de iniciativas e estudos, em diferentes eixos temáticos para o uso e conservação da biodiversidade;
(xii) constituição de redes de interlocução por Resultado, apoiando nos processos de elaboração e validação de iniciativas do Projeto, que atuaram estrategicamente junto às ações do Instituto para: planos, avaliações, cadastros, levantamentos, estudos e pesquisas;
(xiii) instâncias de gestão técnica descentralizada por Diretoria e de gestão operacional pela Coordenação Nacional do Projeto para aportar maior agilidade na implementação das ações,
(xiv) atividades de integração/colaboração com: Universidades, Centros de Pesquisa, Grupos de Trabalho, Comitês e Conselhos atuantes no tema, gerando relevantes contribuições; produtos e experiências;
(xv) reuniões esporádicas da Coordenação do Projeto com as coordenações técnicas e agências de cooperação internacional para seguimento de avanços e dificuldades;
(xvi) processos de comunicação entre consultores, coordenação nacional, parceiros estratégicos e beneficiários diretos e indiretos do projeto apoiando a efetividade e eficácia do projeto;
(xvii) seleção de consultores e centros de pesquisa com conhecimento e experiência no tema, tornando mais efetiva a execução das atividades e produtos alcançados pelo Projeto;
(xviii) apoio financeiro e técnico permanente da cooperação técnica de modo a suplementar a expertise em áreas de complexidade;

(xix) comprometimento operacional da Coordenação do Projeto com as iniciativas e equipes técnicas, trabalhando no sentido de encontrar soluções;
(xx) promoção de encontros para fortalecimento de redes de parcerias; bem como, de ações de capacitação de gestores e conselheiros,
(xxi) articulação entre os parceiros relevantes para a para a realização de ações estratégicas pelo Projeto;
(xxii) programas do ICMBio atuando de modo sinérgico, visando potencializar os resultados e efeitos imediatos do projeto;
(xxiii) contextos sociais, políticos, institucionais, culturais e macroeconômicos favoráveis intercalados com outros menos favoráveis à implementação do Projeto;
(xxiv) realização de encontros garantindo a comunicação e disseminação de conhecimentos entre atores e parceiros estratégicos no tema; e compartilhamento de conhecimentos, experiências inovadoras e boas práticas;
(xxv) alocação orçamentária garantindo execução financeira das atividades do Projeto, ainda que em determinados períodos tenham gerado excedente orçamentário anualmente; ou enfrentado contingenciamento orçamentário, de acordo com as decisões do Executivo federal;
(xxvi) colaboradores com experiência em execução de outros projetos de cooperação técnica;
(xxvii) execução operacional centralizada na Coordenação Nacional do Projeto, sempre que possível, reduzindo: dificuldades na aplicação de legislação de licitações; tempo de aprovação de processos e contratos;
(xxviii) flutuação positiva na taxa de câmbios nos anos nos últimos anos.
(xxix) ação integrada do Projeto com outras fontes internacionais e nacionais de cooperação financeira e técnica; bem como ampliação de efeitos pela sinergia de atuação com iniciativas planejadas nos PPP do ICMBio e MMA.

Dentre os **fatores redutores** ao alcance de efeitos imediatos, destacam-se:
(i) o desenho e planejamento original foram ambiciosos quanto ao número e à diversidade de iniciativas a serem implantadas; com correção após a metade de implantação do Projeto
(ii) não houve a adequada estimativa de tempo necessário para sua execução diferentes períodos, considerando as constantes mudanças de autoridades do ICMBio e na administração pública federal; e na altas autoridades do executivo federal
(iii) ausência inicial de revisões substantivas necessárias para ajustes entre 2013 e 2016;
(iv) fragilidade inicial de processo de monitoramento, carência de instrumentos e de planos de ação anuais ajustados
(v) ausência de linha de base e de metas para Produtos, indicadores e metas para Resultados e Objetivo de Desenvolvimento;
(vi) a segmentação da gestão administrativa e financeira centrada na Coordenação Nacional e de gestão técnica concentrada nas Coordenações Gerais produziu dificuldades de coordenação e monitoramento;
(vii) Diretorias tinham pouco conhecimento e acompanhamento das ações das demais Diretorias e de parceiros do Projeto.
(viii) mudanças freqüentes de autoridades, Diretores e Coordenadores na instituição
(ix) mudanças freqüentes de Diretor Nacional, Coordenador e equipe de gestão do Projeto
(x) reduzida capacidade de execução de produtos e de desembolsos anuais
(xi) gerenciamento técnico fragmentado
(xiii) ausência de instâncias de suporte político-institucional ao Projeto, que poderiam apoiar a continuidade das iniciativas, em períodos de mudanças de altas e medianas gerências, com a participação de representantes não governamentais
(xiv) carência de mecanismos para o acompanhamento semestral dos avanços globais do Projeto; não somente por Diretoria e sim por gestão de resultados;

(xv) ausência de informação e disseminação no site do ICMBiodo Documento de Projeto e Relatórios de Progresso para consulta; colaboração e acompanhamento dos demais parceiros estratégicos internos ou externos; seguimento de resultados alcançados; próximas iniciativas;
(xvi) reduzidos recursos humanos (técnicos e administrativos) nas coordenações em cada diretoria para as freqüentes articulações com parceiros relevantes e permanente participação, em diferentes instâncias de diálogo; acompanhamento das ações necessárias devido à carga horária e dedicação integral as iniciativas da Diretoria.
(xvii) reduzido tempo inicial e prazos revisados do Projeto para a execução de metas acordadas, com os parceiros estratégicos: internos e externos gerando a ampliação do prazo de execução
(xviii) reduzidas ações de disseminação de determinados resultados das atividades e produtos desenvolvidos (publicações, CD, home Page) por ausência, em certo grau, de recursos especializados;
(xix) mudanças de interlocutores relevantes e de níveis gerenciais das administrações públicas federais, estaduais e municipais nos últimos anos.
(xx) complexos processos de tomadas de decisão sobre determinados temas (capacitações, estudos, indicadores) e realização de atividades, por meio das áreas técnicas e gerenciais de determinados;
(xxi) dificuldades nos tempos para tomadas de decisão sobre determinados Produtos e realização de atividades, pelas áreas técnicas e gerenciais, revelando sobrecarga de funções e/ou sofisticação do tema, envolvendo decisões fora de alcance do Projeto;
(xxii) atrasos em determinados processos de licitações de consultorias, tanto nas áreas técnicas (elaboração de TORS; mudança de atividade);
(xxii) diagnóstico inicial insuficiente não gerando linha de base, até o final do Projeto
(xxiii) descompasso entre os cronogramas de execução e os recursos orçamentários, devido aos atrasos na implementação das atividades e produtos, gerando excedentes financeiros frente à capacidade de execução institucional;
(xxiv) enfrentamento de situação de pandemia global e no Brasil, provocando redução de atividades envolvendo iniciativas no campo e com atores externos ao ICMBio

3.5. Sustentabilidade

Da avaliação, da análise de informes, documentos e entrevistas realizadas estima-se que,após a conclusão do Projeto, nos próximos quatro anos, existeprobabilidade dos seguintes **arranjos de recursos institucionais e organizacionais** para dar continuidade aos efeitos alcançados até agora pelo Projeto:
(i) apoio da alta gerência do ICMBio: meio baixa.
(ii) marco legal e regulamentos: média.
(iii) capacidade organizacional: meio baixa;
(iv) capacidade intra-organizacional: meio alta;
(v) capacidade interorganizacional: meio baixa;
(vi) disponibilidade de recursos financeiros: baixa;
(vii) suficientes recursos técnicos: baixa;
(viii) recursos para manutenção de equipamentos e infra-estrutura: baixa;
(ix) apoio dos beneficiários do Projeto: alta;
(x) apoio do governo federal, estadual e municipal: baixa a meio baixa.

Considerando as ações relevantes mencionadas para a continuidade dos efeitos imediatos do Projeto, os possíveis **fatores de risco à sustentabilidade** futura são as seguintes:
(i) probabilidade de mudanças nas altas autoridades do setor pela realização de eleições presidenciais, estaduais e municipais em curto prazo;
(ii) mudanças nas altas autoridades do setor, gestores e conselheiros em UC

(iii) reduzido quadro de técnicos e de apoio nas três esferas de Governo envolvendo UC;
(iv) fragilidade da coordenação interinstitucional da política ambiental e da biodiversidade;
(v) dificuldades financeiras para a atuação conjunta de organizações públicas e ONGS para a continuidade de iniciativas para a gestão de UC;
(vi) reduzida coordenação entre diferentes níveis de governo;
(vii) oscilante fluxo anual de recursos financeiros e orçamentários nas três esferas da administração pública; e
(viii) dificuldades na continuidade de iniciativas envolvendo novos equipamentos, novas tecnologias,e manutenção do banco de dados, e de monitoramento da biodiversidade.
(ix) mudança nas políticas de conservação da biodiversidade; manutenção de gestão participativa das UC; e reduzida criação de novas UC federais.
(x) redução de número de capacitações de servidores, conselheiros e de comunidades em temas de UC e biodiversidade.
(xi) estudos sendo realizados para o reposicionamento do ICMBio nas estruturas e institutos do MMA.

Como possíveis **fatores favoráveis à sustentabilidade** dos efeitos de curto prazoe impacto de médio prazo do Projeto poderiam ser relacionados:
(i)alternância na continuidade de implantação do Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (sob a coordenação do MMA) poderia,por períodos de gestão federal, ser efetiva para a gestão estratégica biodiversidade e continuidade do fortalecimento do SNUC e UC;
(ii) campanhas para o uso sustentável de recursos naturais nos veículos de comunicação nacionais e regionais;
(iii) compromisso institucional do ICMBio em certo grau para a continuidade das iniciativas, sem os recursos desse Projeto;
(iv) incorporação de atividades de continuidade das iniciativas do Projeto no orçamento plurianual do ICMBio
(v) planejamento operacional para a continuidade das iniciativas do Projeto por meio do planejamento das atividades das Diretorias do ICMBio;
(vi) apoio do ICMBio na revisão das normativas para o uso de recursos da compensação ambiental para financiamento de atividades demandadas de fortalecimento e instrumentação das UC;
(vii) funcionamento dos Conselhos Consultivos e experiências-piloto bem-sucedidas com participação de ongs, órgãos públicos, empresas privadas, centros de pesquisa em processos de gestão de UC;
(viii) a realização de novos concursos públicos assegurando o ingresso de novos funcionários especialistas e de apoio técnico-gerencial para o ICMBio, sede e UC.

Baseando-se nas análises prévias, pode-se avaliar como baixa a medianamente provável que os efeitos em curto prazo do Projeto sejam relativamente sustentáveis nos próximos anos, ficando na dependência da ação do corpo técnico, de lideranças da sociedade civil e da atuação de autoridades e atores internacionais, engajados em questões de desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

Esta classificação de **baixa a média probabilidade de sustentabilidade** da manutenção dos efeitos em curto prazo e impactos de médio prazo do Projeto é baseada nos seguintes fatores:
(i) elementos que incidem na sustentabilidade foram parcialmente incluídos no desenho do projeto, como: instrumentos de gestão das UC (elaboração de planos de manejo; criação e revitalização de conselhos) para a implementação de novas atividades demandadas;
(ii) a existência de inúmeras cooperações financeiras e técnicas sendo desenvolvidas pelo ICMBio indicam o elevado reconhecimento da capacidade técnica, comprometimento e de apropriação do corpo técnico da instituição, por agências multilaterais e bilaterais e parceiros nacionais e internacionais.
(iii) carência e uma estratégia de saída do Projeto, quando a cooperação finalizar; sendo que determinados resultados já foram sendo apropriados e utilizados há anos pelo corpo técnico da instituição, garantindo a continuidade de resultados e efeitos alcançados.

(iv) nos últimos dezoito meses o Projeto enfrentou dificuldades devido à pandemia da COVID 19 e grande alternância de altas gerências e autoridades no setor e na instituição, sendo que a continuidade das ações foi liderada pelo corpo técnico e gestão do Projeto, já que os recursos orçamentários estavam garantidos e o planejamento aprovado previamente.

4. Conclusões da Avaliação

4.1 Conclusões

O Projeto foi desenhado e executado adequadamente, atendendo às necessidades de fortalecimento técnico e institucional para o uso e conservação da biodiversidade brasileira do ICMBio, em período subseqüente a respectiva criação em 2007.Foi assinado em 2009 e realmente iniciado em meados de 2010.

Previamente, por meio da execução de Projetos e Programas como o PNMA, ARPA e PROECOS foram diagnosticadas as necessidades de apoio do Projeto às ações voltadas a melhoria da eficácia das ações a serem desenvolvidas pelo ICMBio na implementação da política de gestão ambiental para a promoção do uso e conservação da biodiversidade.

Para a efetivação das políticas setoriais e para cumprir com as competências institucionais foram identificados determinados eixos estratégicos para apoiar a implementação do SNUC e para a gestão das UCs. Dessa forma, as políticas nacionais e internacionais sobre a biodiversidade foram consideradas na proposição do desenho do Projeto.

A maioria dos entrevistados confirmou a relevância e a adequação do Projeto às necessidades dos beneficiários, durante o processo de avaliação. Ao mesmo tempo, o Projeto também atuou juntamente com outras iniciativas desenvolvidas pelo ICMBio, MMA e outros parceiros, destinadas ao fortalecimento da gestão das UC e garantindo melhores condições para a conservação e uso dos recursos naturais das áreas protegidas.

Em entrevistas realizadas com antigas autoridades e técnicos das Diretorias do ICMBio foi destacada a relevância deste Projeto para os avanços da Instituição no tratamento das questões conceituais, metodológicas e operacionais relacionadas aos processos de gestão das UCs, em acordo com as políticas nacionais e internacionais no tema.

O Projeto se manteve em linha com a política brasileira no tema da Biodiversidade, que pode ser confirmada ao longo de uma década, tanto pelas estratégias e projetos do Ministério do Meio Ambiente (PPG7, GEF, Agenda 21, ARPA; PNMA, Fundo Nacional de Meio Ambiente, FUNBIO) quanto às do ICMBio.

No âmbito da política nacional, o Plano Plurianual do Governo Brasileiro (PPA) aprovado pelo Congresso Nacional, para os períodos 2008-2011, assim como o PPA de 2012-2015, e de 2016- 2019 contemplaram ações a serem empreendidas para a gestão de UCs, uso e conservação dos biomas e uso sustentável de recursos da biodiversidade brasileira por meio principalmente do Programa Parques do Brasil e outras iniciativas programáticas do setor.

A implementação desta política ambiental encontra grande apoio ao fortalecimento do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, na Estratégia Nacional de Biodiversidade, nos Programas Nacionais de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e da Comissão Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Caberia lembrar a importância estratégica do tema da gestão da biodiversidade por meio da aprovação dos princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Nesse contexto, com a constituição da Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) no âmbito do MMA, o ICMBio passou a integrar como representante nessa instância de proposições e de orientação sobre esse tema.

Neste contexto, o Projeto apresentou alto grau de relevância para a consecução da Política Nacional de Meio Ambiente, para a política de uso e conservação da biodiversidade e para a gestão das UC.

O Projeto também está em linha com a política de cooperação na área de meio ambiente do PNUD e do Sistema das Nações Unidas. A conservação do meio-ambiente e o desenvolvimento

sustentável ocupam posição importante entre as prioridades da organização multilateral, bem como das políticas de cooperação do Governo brasileiro.

Esta prioridade é confirmada pelos documentos de Estratégias; Programa para o País e Programa destes organismos internacionais; e dos documentos orientadores da ABC.

Devido às características de transversalidade e relevância do uso e conservação da biodiversidade brasileira, constatou-se através de entrevistas que outras fontes de cooperação nacional ou internacional têm apoiado atividades, maximizando as ações empreendidas por esta Cooperação, no âmbito do ICMBio.

A Cooperação com o PNUD na área ambiental tem muita aceitação técnica pelo ICMBio e demais interlocutores no setor, como constatado pelo número de cooperações que já foram executadas ou em execução,ou ainda pelo fato de que o PNUD ser uma agência implementadora de projetos com o GEF e outros organismos internacionais.

Neste contexto, o BRA/08/023 foi proposto como instrumento oportuno de fortalecimento do ICMBio, para poder cumprir com as demandas técnicas, econômicas, sociais, legais e institucionais para a melhoria da gestão do SNUC.

A relevância deste Projeto é ainda maior na medida em que se avalia o mesmo cenário enfrentado pela ICMBio nos últimos anos, sem a existência do Projeto PNUD BRA/08/023 tendo que atuar e dar respostas de desafios de meio ambiente à sociedade, com agilidade, eficácia e oportunidade.

Portanto, os avanços e resultados alcançados pelo ICMBio com o apoio do Projeto e de outras cooperações técnicas, produziram sinergias com as ações desenvolvidas pela instituição para o uso e conservação da biodiversidade brasileira e gestão das UC, como por exemplo: roteiros metodológicos; gestão participativa; planos de manejo para as UC, sistematização de informações e estudos; capacitação de profissionais e atores para a gestão das áreas protegidas.

Muito importante tem sido as atividades realizadas, para a introdução de melhorias na gestão integrada através de novas práticas relacionadas à gestão como, por exemplo: Criação e apoio a reuniões dos Conselhos Consultivos; participação em Grupos de Trabalho e Comitês; e Planejamento Participativo com funcionários, comunidades e representantes de organizações relevantes para o SNUC e experiências, que poderão ser multiplicadas em outras UC.

A relevância também é ampliada na medida em que se analisa que esta Cooperação tem gerado conhecimento, metodologia e processos para as UC com alto grau de multiplicação no futuro para as demais UC sejam estaduais ou municipais; consolidou a ampliação de uma rede de comunicação com atores públicos e privados que atuam em biodiversidade; estabeleceu parcerias para projetos e apoiou cadastramento de famílias para a melhor inserção econômica, social e cultural das populações tradicionais nas ações de gestão das UC.

Portanto, pode-se avaliar que o Projeto foi muito relevante para o fortalecimento técnico e institucional do ICMBio para o alcance de objetivos; e proposição de estratégias para o uso e conservação dos recursos naturais e para a gestão das UC.

Por meio da avaliação dos resultados obtidos até o momento dos 05 Resultados (originalmente 06, com o cancelamento do Resultado 4 em 2016), consta que o ICMBio e as Unidades de Conservação passaram a contar com melhores instrumentos de gestão das UC, contribuindo para a conservação da biodiversidade brasileira por meio das seguinte ações desenvolvidas:

(i) elaboração de Roteiro Metodológico para a gestão das UC por meio de manuais aprovados e propostas em estudo. Estes instrumentos geraram significativos efeitos imediatos e de longo prazo na Instituição, que passou a contar com melhores instrumentos efetivos na conservação e manejo dos biomas brasileiros. Ao mesmo tempo, permitiu a consolidação de processos de elaboração, negociação e aprovação dos Planos de Manejo possibilitando maior transparência e participação dos diferentes atores.

(ii) **elaboração de Planos de Manejo para gestão das UC** por meio de estudos, propostas, documentos orientadores aprovados e em uso pelas Chefias das Unidades. Os efeitos institucionais e técnicos alcançados até momento poderiam ser identificados em: maior reconhecimento da instituição

pela sociedade organizada e demais atores públicos que atuam na área; ampliação de redes de comunicação e participação das comunidades na implementação de iniciativas; efetivos instrumentos para a conservação e manejo da biodiversidade e melhorias no tratamento da questão de uso público e de atividades de desenvolvimento sustentável das comunidades adjacentes e no entorno das UC. Estes instrumentos contam com ações e indicadores importantes para programas de investimentos e custeio nas UCS.

(iii) **constituição de memória técnica e capacitação em instrumentos de gestão** como: gestão integrada; análises de impacto ambiental de novos empreendimentos de diferentes naturezas; metodologias de avaliação rápidas; proposta de projeto metodológico contendo as orientações e procedimentos para o estabelecimento de zonas de amortecimento; e planos e projetos de uso público incorporados aos Planos de Manejo. Este conjunto de instrumentos e processos está gerando efeitos de curto e médio prazo em termos de melhorias na capacidade de resposta e produção de conhecimentos para o ICMBio, técnicos do setor, atores e parceiros do setor público e privado.

(iv) **constituição e revitalização de instâncias diferenciadas de participação dos atores relevantes para a maior representatividade e sustentabilidade das iniciativas necessárias à gestão das UCS** como: Conselhos Consultivos; rede permanente de consulta e de disseminação de informações ambientais; parcerias com centros de pesquisa e universidades; e capacitação das comunidades e visitantes em temas de educação ambiental e/ou desenvolvimento sustentável. Estes instrumentos de participação e colaboração da sociedade e organizações constituem elementos de facilitação e dinamização no processo de gestão das UC, integrando outras iniciativas de desenvolvimento sustentável para a conservação.

(v) **elaboração de estudos, pesquisas e projetos** necessários ao uso e conservação dos recursos naturais: diagnósticos; inventários de espécies em extinção; e monitoramento de recursos de fauna, flora e pesqueiros sob pressão. Estes instrumentos promovem a proteção da flora e fauna brasileira, assim como, apóiam à gestão das UC.

(vi) **renovação de capacidades técnicas, de liderança e de colaboração setorial, intra-setorial e intersetorial** em temas de conservação e gestão de UCS por meio de: reuniões técnicas, grupos de trabalho, comitês nacionais; experiências bem-sucedidas; grupo de consultores e colaboradores com expertise; capacitação de técnicos e estabelecimento de convênios e cooperações técnicas com outros parceiros.

Os resultados da avaliação do grau de obtenção das metas e indicadores dos Resultados e Produtos indicariam que o grau de alcance tem sido em médiaquase 100% daqueles acordados por Produto no PRODOC, e respectivas Revisões Substantivas de 2016, 2019 e 2020. Em relação aos Resultados não foi estabelecida pelo Projeto, o uso de indicadores de sucesso, sendo realizada sua avaliação de eficácia, de modo descritivo dos produtos obtidos e contribuição para alcance de Resultados.

Em relação ao Resultado 01, em 2021, foram elaborados 13 Planos de Manejo para UCs, atingindo o indicador estabelecido para esse Resultado que contou com forte apoio de recursos do DNIT.

Neste contexto, poderia ser avaliado que em relação aos novos Planos de Manejo para UC, o Projeto somente visava à ampliação desse instrumento em 13 UC.Desse modo em relação ao **Resultado 01** pode-se verificar que cada um dos Produtos contribuintes alcançou elevadas percentagens de execução. Caberia destacar que determinados Produtos não foram obtidos exclusivamente com recursos do Projeto, envolvendo outras fontes. Ademais, houve muita concentração de apoio a missões e consultorias individuais, com forte ênfase nos primeiros anos de execução do Projeto, não ocorrendo com essa intensidade após a metade do prazo de execução do Projeto

Passam a ser geradas novas demandas por elaboração, revisão e aprovação de Planos de Manejo, sendo que já existe a perspectiva de serem aprovadas maisUC nos próximos anos, de acordo com os Relatórios de Gestão anuais do ICMBio. Como conseqüência, atualmente persiste ainda um

déficit significativo por novos instrumentos e revisão de Planos de Manejo das UC a serem executados pela Instituição, em atendimento às suas competências e normas consolidadas na legislação do SNUC.

Em relação ao Resultado 02, no tocante à criação e revitalização dos Conselhos das UC foi alcançada a meta de criação de 29 novos Conselhos e revitalizados 131, tendo superado esse número ao longo da execução do Projeto. Ao mesmo tempo foram capacitados aproximadamente 1000 membros dos Conselhos com o alcance da meta prevista. Em relação aos projetos de ecoturismo o Projeto realizou apoios, tendo desenvolvido diretrizes para o Turismo de Base Comunitária, e realizou experiências piloto nesse tema.

Um dos produtos de alta contribuição foi arealização de capacitação em associativismo, gestão de projetos e manejo de produtos que deveria atuar em 200 comunidades tradicionais. O indicador foi transformado em pessoas capacitadas tendo alcançado cerca de 2.320 pessoas distribuídas em 181 comunidades.

Também foram realizados: estudos sobre as artes e práticas de pesca tradicional e dos modos de produção e reprodução do conhecimento dessa prática; estudos para definição de diretrizes institucionais e metodologia para o planejamento e o estabelecimento do TBC nas UCs Federais;estudos sobre TBC, inventário de potencial turístico; ordenamento da pesca esportiva, e de discussão de elaboração de Roteiro Metodológico para seu estabelecimento, previamente aos projetos de TBC

Em relação à proposição de projetos alternativos, o Projeto apoiou a elaboração de 05 projetos. Estava previsto o fortalecimento de 30 associações de reservas extrativistas (Resex) e foram apoiadas 11 iniciativas, inclusive acordos de gestão, alcançando meta prevista. Em relação à elaboração de cadastro dos beneficiários das Unidades de Conservação foi realizado em 77 unidades de conservação que representa 56 700 famílias.

Portanto, em relação a esse Resultado 02 pode-se indicar que os seus Produtos foram desenvolvidos tendo alcançado os indicadores e metas revisadas em 2016 e 2020. Esse Resultado como o anterior foi alcançado em grau muito satisfatório, visto que é o Resultado que mais contou com recursos do Projeto, e que movimentou mais despesas com passagens e diárias, e insumos ao trabalho de campo.

Considerando que o Resultado 3 voltava-se para a realização de pesquisa, monitoramento e manejo para conservação da biodiversidade, o Projeto desenvolveu ações que resultaram nos seguintes produtos principais: (i) em termos de mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade:elaborados 46 Projetos de Pesquisa em conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação;(ii) em termos de definição e aprimoramento de Estratégia Nacional para o Monitoramento da Biodiversidade em UCs federais**: d**esenvolvida estratégia em 30 UCs para os Biomas Caatinga e Cerrado e implantado o monitoramento da biodiversidade, como testes, em UCs dos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica.

Em relação ao desenvolvimento de base de dados sobre a biodiversidade foi desenvolvido sistema centralizado no ICMBio, que se mostrou eficiente, ainda necessitando sua integração com o sistema no MMA. Foram elaborados planos de ação por grupo taxonômico para a conservação de espécies, não tendo alcançando o valor de 100% das espécies ameaçadas, mas significativos avanços foram obtidos nesse campo. Em relação à atualização da lista de espécies ameaçadas a meta é de avaliar 1430 espécies com apoio do Projeto. Entretanto, até o momento com o apoio do Projetoforam avaliadas espécies, representando cerca de 80%.

Esse foi o terceiro Resultado que mais concentrou recursos do Projeto e que mostrou melhor eficácia que os demais, ainda que necessitasse melhor definição de metas e apresentação de linha de base. Também apresentou elevado percentual de sua execução para viagens e diárias voltadas à execução de atividades do Projeto, e contando com recursos de outras iniciativas do ICMBio e outras cooperações.

Caberia destacar que foram desenvolvidas capacitações de gestores e conselheiros de UC, promovidas reuniões técnicas para a disseminação de conhecimentos e intercâmbio de experiências nos diferentes temas de gestão de UC.

Foram disponibilizadas informações e dados no site do ICMBio com contribuição do Projeto. Ressaltaria que ainda não se encontram disponibilizadas para consulta no site as pesquisas realizadas com apoio do Projeto, entretanto internamente os estudos podem ser consultados.

Determinados estudos e documentos apoiados pelo Projeto, se encontram disponibilizados em forma impressa ou no site do ICMBio. Cerca de 30 publicações foram apoiadas pelo Projeto, sendo fundamentais para a ação dos servidores, gestores, conselheiros e comunidades.

Em relação aos Resultados 04 e 05 pode-se afirmar que não foram praticamente implantados pelo Projeto, sendo que os seus Produtos foram realizados com recursos de outras fontes ou do ICMBio.

O Resultado 06 foi revisado em 2016 e alcançou a elaboração de diversidade de módulos de EAD em temas relevantes para a formação de servidores do ICMBio, gestores e conselheiros de UCs. Esse material didático servirá para ser utilizado pela Academia do ICMBio (ACADEBio) para a maior capacitação de numero expressivo de alunos, no futuro.

Foi constatado que a obtenção dos Insumos, a execução das Atividades e o alcance dos Produtos vêm contribuindo em certo grau para o alcance em longo prazo do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto,

A efetividade do alcance dos Resultados do Projeto foi ampliada pelos efeitos sinérgicos de outros Projetos, Programas e iniciativas empreendidas ao longo de uma década, por diferentes atores públicos e não públicos, que atuam para a conservação, gestão e uso sustentável dos recursos da biodiversidade brasileira. Se consideradas as sinergias com os demais Projetos, Programas e iniciativas do ICMBio e parceiros se poderia dizer que a efetividade e eficácia do Projeto BRA/08/023 podem ser consideradas satisfatórias.

Em se tratando de eficiência do Projeto é possível identificar que foram desembolsados e comprometidos até dezembro de 2015 cerca de US$ 7, 800 milhões nas iniciativas executadas pelo ICMBio, dos cerca de US$ 13 milhões

O Projeto havia sido proposto para ser executado em 36 meses com recursos na ordem de US$ 13, 900 milhões. Esse montante exigiria do ICMBio a capacidade de desembolso anual de cerca de US$ 4,650 milhões. Por esse motivo, em 2012 foi solicitada a ampliação do prazo de execução até dezembro de 2016.

Os recursos do Projeto são originários do orçamento da União, ressaltando que o ICMBio também destinou para a execução do Projeto recursos oriundos de 3 Termos de Cooperação assinados com o Ministério do Meio Ambiente no valor de R$ 9.6 milhões; com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT, no valor de R$ 9.3 milhões e com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no valor de R$ 1,3 milhão.

Os 06 Resultados e 54 Produtos executados (com mais de uma centena de atividades) foram tecnicamente adequados às necessidades do setor, sendo produzidos, em geral, com ampliações de prazo importantes; e com custos razoáveis para promover as condições favoráveis de contribuição para o alcance do Objetivo do Projeto.

Entretanto, a Matriz de Planejamento dos Produtos do Projeto foi reduzida em termos de implantação substancialmente ao longo dos 10 anos, com sucessivos ajustes e adequações, resultado na redução de: 04 Produtos do Resultado 01 (14); 09 Produtos do Resultado 04 (09); 03 Produtos do Resultado 05 (07); e 02 Produtos do Resultado 06 (09). Ademais existe um conjunto de mais 12 Produtos em que foram iniciadas execuções e que foram executadas com recursos de outras fontes, outros projetos ou pelo próprio ICMBio.

Por meio de sucessivas revisões internas ao ICMBio o Resultado 04 foi considerado cancelado internamente, sendo que algumas das suas atividades foram executadas pelo Instituto ou por outras fontes de recursos nacionais ou internacionais.

Portanto, pode-se verificar que houve atrasos importantes na execução da cooperação, acarretando certo grau de redução na eficiência do Projeto. Foi constatado que houve adequação de recursos humanos na execução do Projeto, com regular monitoramento e avaliação do Projeto em relação aos Produtos e Resultados alcançados.

Foram realizadas auditorias anuais no Projeto com recomendações e foram realizados ajustes sugeridos nessas auditorias efetuados pelo Projeto, de modo a alcançar maior eficiência e eficácia.

O Projeto esteve vinculado à Presidência,e à DIPLAN, onde se encontra o Diretor Nacional do Projeto. Nessa Diretoria foi montada uma unidade dedicada à gestão e administração de Projetos Especiais, onde se encontra o apoio à gestão do Projeto, constituída após 2014, quase que exclusivamente por servidores do ICMBio, após a finalização de contratos de terceirização. Desde 2019 passou a constituir uma Divisão de Parcerias e Projetos Especiais.

Em termos operacionais, cada Diretoria tem nos Coordenadores Gerais os pontos focais responsáveis pelo desenvolvimento técnico dos Produtos, enquanto que a Coordenação e a Divisão de Projetos Especiais realizam a gestão administrativa e financeira do Projeto.

A partir de 2016 foram utilizados procedimentos de monitoramento dos avanços técnicos,mas não foram realizadas iniciativas para a reconstituição de linha de base,o que teria permitido a verificação qualitativa dos avanços alcançados pela cooperação. a partir da revisão substantiva de 2016foram sendo realizadas de reuniões anuais ou bianuais tripartites aprimorando a execução do planejamento anual de atividades, com a devida atualização e detalhamento dos POA.

A vinculação de Resultados ou Produtos às Diretorias e o estabelecimento de pontos focais resultou no tratamento por Diretoria e por Coordenação Geral, de cada resultado ou produto, exigindo mais forte articulação técnica entre essas unidades para o alcance do objetivo desenvolvimento do Projeto. Esta situação acompanhou a gestão do Projeto, ainda que internamente o ICMBio apresentasse um processo de gestão por macro processos, reduzindo em certo sentido os efeitos de não articulação interna.

A Cooperação atendia as necessidades específicas e geradoras de demandas de cooperação de cada Diretoria, com reduzido grau de compartilhamento de informações, resultados e plataformas. Esta situação resultou em dificuldades nas ações de monitoramento e avaliação técnica das ações desenvolvidas, pelo conjunto das Diretorias.

Para a implantação administrativa e operacional, o Coordenador Nacional em Projetos Especiais realizava encontros com coordenadores ou coordenadores adjuntos em cada Diretoria sempre que necessário à gestão executiva, reunindo-se da mesma forma com o PNUD e ABC.

A gestão dos termos de cooperação com outros Ministérios e Organismos públicos era realizada pelas Diretorias, sem acompanhamento da UGP, o que também dificultava o monitoramento do convenio de cooperação e plano de atividades a serem executadas.

Ao longo de uma década, em sua maioria, os Produtos se encontraram com atrasos importantes na execução das suas atividades planejadas e/ou indicados nos contratos. Com isso, houve defasagens importantes entre a previsão de gastos e os desembolsos efetivamente realizados, ao longo do período de implantação da cooperação.

Em relação aos processos de documentação, informação e disseminação do que estava sendo realizado no Projeto, não foi possível encontrar dados no site do ICMBio, de modo a informar e dar transparência aos cidadãos interessados no Instituto.

Não estão em uso ou foram elaborados instrumentos de gestão de processos do Projeto elaborados pela DPES contemplando planilhas e quadros de acompanhamento dos Produtos obtidos em cada atividade, dos desembolsos realizados e datas de entrega de Produtos de consultorias contratadas. Estas informações são transferidas para fins de acompanhamento anual nos formatos do PNUD e da ABC, permitindo que possam subsidiar os sistemas existentes para acompanhamento físico-financeiro destas organizações.

Um importante mecanismo de gestão da qualidade de Produtos alcançados para a obtenção dos Resultados previstos consiste na revisão técnica dos produtos pelas Coordenações das Diretorias. Em

algumas situações foram realizadas reuniões e consultas com a participação dos consultores, de modo a envolver maior número de parceiros das Diretorias e para transferir conhecimento aos servidores da unidade administrativa, por meio dos estudos realizados. Outro ponto a destacar consiste na ação de cruzamento e/ou complementaridade de atividades e produtos desta cooperação com outras iniciativas em implantação noICMBio, que se realiza via Coordenador-Geral, caso em que cabe a cada Diretoria garantir a integração e consistência de conceitos e informações, com a participação de outros atores do setor.

Uma boa gestão de Projeto contempla um sistema ou metodologia de monitoramento **c**omportando fluxos acordados entre executor, agência de cooperação nacional e internacional. Neste Projeto, os informes de progresso são elaborados, de acordo com as normas e modelos já existentes no PNUD e na ABC, representado pelo ATLAS e SIGAP. Este monitoramento tem gerado resultados efetivo de correção de cronograma de execução técnica e financeira, e em momentos ao longo da execução do Projeto tem dado subsídios, aportando informações para a gestão de Projeto.

O atual modelo de gestão - com os seus instrumentos; recursos humanos e técnicos no ICMBio - Projetos especiais, a estrutura organizacional adotada e os fluxos estabelecidos – contribuiu em certo grau para a tomada de decisões do ICMBio sobre a execução da cooperação, tendo ainda permitindo em pequeno grau a integração com as iniciativas promovidas pelo ICMBio e com outras cooperações técnicas desenvolvidas por outras fontes internacionais.

Como visto, o processo de implantação envolveu o Projeto, a ABC e o PNUD, tem existido canais de comunicação e colaboração permanentes, que contribuíram para melhorar a implantação do Projeto. Existiu uma transparência nos processos de gestão financeira, por meio de informes emitidos pelo PNUD; bem como, nos processos de licitação e seleção de consultores que são realizados, por meio de comissões internas, e existem atas disponíveis.

Este Projeto foi auditado em diferentes ocasiões pelo órgão de Controle da União (CGU) que identificou correções que foram realizadas pelo Projeto.

Em relação ao período de execução do Projeto, a auditoria havia identificado, nos primeiros 05 anos, uma baixa capacidade de execução e de planejamento, recomendando a necessidade do Projeto realizar ajustes imediatos por meio de revisões, sob pena, de comprometer o alcance de metas e resultados da cooperação. Nos últimos 04 anos, houve uma aproximação entre o planejado e o executado pelo Projeto, com sucessivas revisões. Em torno desse tema estaria subjacente a iniciativa de evitar as revisões substantivas com a ampliação de prazo muito curta, por inviabilizar as contratações de produtos e reduzir a eficiência do projeto.

Em termos da gestão do Projeto e eficiência na implantação poderiam ser destacados os seguintes pontos, que dificultaram o alcance de resultados, e que foramgradualmente solucionados ao longo da execução da cooperação, por motivos internos e externos:

(i) Incompatibilidade entre os prazos requeridos para o processo de seleção, contratação e desenvolvimento dos serviços e apresentação dos produtos previstos (repetição de situações).

(ii) Dificuldades na identificação de profissionais ou empresas capazes de atender aos critérios mínimos para processos de seleção.

(iii) Prazo de contratação de consultores limitado aos 12 meses;

(iv) Restrições do Acórdão TCU/1339 (capacitações; insumos para deslocamento de missões no interior da região norte; passagens e diárias de servidores).

(v) A execução do projeto foi fortemente prejudicada pela entrada pela portaria do MMA que exigia que a proposta de consultoria fosse realizada já com a incorporação dos custos de passagem e diárias do consultor; que houvesse 03 consultores qualificados para cada seleção realizada.

(vi) A contratação de compra de combustível para deslocamentos por Rio ou por estradas no interior de regiões no norte e centro oeste, onde não existem postos de combustíveis para reabastecimento dos veículos, barcos ou outro meio de transporte;

(vii) Remuneração de pessoas em locais distantes como, por exemplo, na região norte e centro oeste que assegurasse a alimentação e alojamento das equipes técnicas e consultores.

(viii) lançamento de licitações para empresas e consultorias de pessoa física sem a apresentação de candidatos;

Na prática, o projeto executou 90% dos recursos disponibilizados, ainda que o tenha realizado com uma significativa ampliação de prazo de execução. Esta ampliação exigiu mais 09 anos adicionais ao tempo originalmente proposto de realização do BRA/08/023, ou seja, de 2012 a 2021. Em termos de recursos orçamentários, o Projeto reduziu os recursos alocados originalmente, pela devolução de recursos ao DNIT, mantendo o patamar de US$ 12,4milhões

O grau de eficiência da implantação do Projeto até o momento pode ser considerado satisfatório considerando os esforços significativos feitos pelos colaboradores do Projeto para obter avanços nos resultados esperados, com a conclusão da cooperação. Especial menção deve ser realizada aos servidores do ICMBio, aos Coordenadores Gerais e a Divisão de Parcerias e Projetos Especiais que atuaram de forma competente e comprometida com o cumprimento das ações técnicas acordadas para a execução do Projeto, inclusive em freqüentes períodos de mudanças de autoridades diretivas

O desenho inicial do Projeto se enquadra por suas características em um projeto do tipo "guarda-chuva" em que as atividades e produtos apresentavam uma relação direta com as necessidades técnicas e institucionais de cada Diretoria para o atendimento das competências do ICMBio em relação ao uso e conservação da biodiversidade (SNUC). Ao mesmo tempo, apresentava flexibilidade de abarcar um elenco bastante diversificado de atividades e Produtos.

Os objetivos do Projeto foram claros, entretanto se apresentaram ambiciosos para serem executados inicialmente em três anos, ainda que os resultados fossem muito necessários de serem alcançados no contexto das políticas nacionais de biodiversidade e respectiva operacionalização. Os ajustes realizados nas metas e nos produtos do Projeto, o tornaram mais exeqüível frente à realidade institucional e nacional.

Caberia destacar que a cooperação foi proposta e elaborada por equipe do ICMBio, contando com a colaboração de representantes do PNUD. Para a proposição da cooperação não foram consultados ou participaram atores e parceiros nacionais externos. Assim, só houve participação dos beneficiários diretos internos. Ao longo do processo de implantação da cooperação o mesmo procedimento foi adotado nas sucessivas revisões. As revisões contaram com a participação dos servidores das Coordenadorias, que indicavam os produtos e atividades necessárias.

A proposta original, que continha uma matriz lógica foi modificada em termos de indicadores e metas, permanecendo com a configuração de um conjunto de objetivos, resultados e produtos associados por resultado, em termos quantitativos, em que a unidade propositiva inicial foi sendo reduzida nas sucessivas revisões.

O desenho original da cooperação não contou com uma linha de base em 2008/2009 como pode ser identificado na matriz lógica do BRA/08/023. Não foi indicada na matriz lógica da situação, por exemplo, da biodiversidade, em termos qualitativos e quantitativos ou outros temas de interesse naquela data; bem como, o quanto esse cenário inicial da qualidade da biodiversidade e outros temas teriam que ter melhorado, após a contribuição direta de iniciativas do Projeto. No mesmo sentido, não houve seleção de indicadores e de metas de Resultados e de Objetivo de Desenvolvimento a alcançar, em relação aos temas do cenário desejado ao final do projeto.

Caberia ainda destacar que ao longo do Projeto não foram propostas ações a serem incluídas em planos de ação para a constituição de linha de base, de modo a prover a cooperação com essas informações iniciais. Essa situação constituiu um dos fatores que reduziram a efetividade do processo de monitoramento dos alcances de Resultados e de falta de seguimento de obtenção de produtos.

O Projeto foi concebido baseado em alcance de produtos, sendo que a partir de 2016 foram sendo identificadas suas contribuições para o alcance de Resultados e para a obtenção em mais longo prazo do Objetivo.

Em se tratando de estratégias, o desenho inicial não tinha uma estratégia de saída a ser implantados meses antes da conclusão da cooperação técnica. Atualmente, não foi possível identificar nos documentos, em reuniões tripartites e relatórios de progresso uma indicação de elaboração de

estratégia de saída para situação pós-conclusão da cooperação; bem como, não foi apresentado plano de ação das iniciativas para a continuidade de: estudos, planos de manejo, criação de UC, gestão compartilhada, turismo sustentável; sem a cooperação técnica

Em termos de desenho inicial, o Projeto considerou eixos prioritários de atuação, de acordo com as competências do ICMBio, que foram representados pelos Resultados apresentados de: fortalecimento institucional, gestão compartilhada, criação de UC e instrumentos, estratégias de inclusão social e econômica de populações tradicionais;avaliação das espécies ameaçadas; produção de conhecimento e informações.

Portanto, por um lado, pode-se identificar que o desenho inicial do Projeto foi adequado às prioridades técnicas e institucionais do ICMBio; bem como às diretrizes da cooperação técnica naquele momento. Este tipo de desenho é adequado a uma situação de maior "incertezas" sobre as atividades e produtos a serem produzidos, em contextos de mudanças institucionais (criação recente do ICMBio).

Esse desenho se mostrou adequado para o Projeto, pois havia sido proposto para ser executado até 2012. Entretanto, com as mudanças de gestores, proposição de novo planejamento estratégico por macro processos e da formalização de uma estrutura e de cargos do ICMBio, o desenho inicial poderia ter se adaptado em termos de Produtos às novas orientações da cooperação. Dentre essas novas diretrizes de cooperação encontra-se aquela em que os projetos guarda-chuva foram sendo substituídos por projetos de mais curta duração e com menores recursos, destinados a ações de mais rápido alcance de Resultados, e de maior concentração de esforços na obtenção de poucos resultados.

As diretrizes de cooperação técnica no Brasil também foram evoluindo para projetos de curta duração, com orçamentos executáveis, em média, em três anos (podendo chegar até 05 anos) e destinados à geração de conhecimento, desenvolvimento de capacidade e voltados à inovação.

A defasagem de execução em relação ao planejamento anual do Projeto é percebida por meio das análises dos planos anuais e previsão de desembolsos relacionados aos produtos a serem realizados por ano. Portanto, o desenho inicial pode ser considerado ambicioso em relação às capacidades existentes de gestão de cooperação técnica quando comparadas ao número de atividades e produtos programados anualmente para execução. Os ajustes realizados sucessivamente por meio de revisões substantivas foi adequando o desenho à capacidade instalada de execuçãodo ICMBio de projetos de cooperação. Assim, pode-se indicar que esse desenho foi adequado às demandas de cooperação técnica do ICMBio.

Por meio da avaliação dos resultados obtidos até o momento dos 05 Resultados foi possível avaliar que o ICMBio e as Unidades de Conservação passaram a contar com melhores instrumentos de gestão das UC, contribuindo para a conservação da biodiversidade brasileira, por meio de ações desenvolvidas no âmbito do Projeto. Nesse contexto, se pode avaliar que o Projeto foi gerador de efeitos imediatos e assegurou produtos contribuintes para obtenção de impactos em longo prazo, demonstrando um grau muito satisfatório de geração de efeitos imediatos e impactos em longo prazo.

Baseando-se nas análises prévias, pode-se avaliar como baixa e medianamente provável que os efeitos em curto prazo do Projeto sejam relativamente sustentáveis nos próximos anos, ficando na dependência da ação do corpo técnico, de lideranças da sociedade civil e da atuação de autoridades e atores internacionais, engajados em questões de desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

Esta classificação de **baixa a média probabilidade de sustentabilidade** da manutenção dos efeitos em curto prazo e impactos de médio prazo do Projeto é baseada nos seguintes fatores:

(i) elementos que incidem na sustentabilidade foram parcialmente incluídos no desenho do projeto, como: instrumentos de gestão das UC (elaboração de planos de manejo; criação e revitalização de conselhos) para a implementação de novas atividades demandadas;

(ii) a existência de inúmeras cooperações financeiras e técnicas sendo desenvolvidas pelo ICMBio indicam o elevado reconhecimento da capacidade técnica, comprometimento e de apropriação do corpo técnico da instituição, por agências multilaterais e bilaterais e parceiros nacionais e internacionais.

(iii) carência e uma estratégia de saída do Projeto, quando a cooperação finalizar; sendo que determinados resultados já foram sendo apropriados e utilizados há anos pelo corpo técnico da instituição, garantindo a continuidade de resultados e efeitos alcançados.
(iv) nos últimos dezoito meses o Projeto enfrentou dificuldades devido à pandemia da COVID 19 e grande alternância de altas gerências e autoridades no setor e na instituição, sendo que a continuidade das ações foi liderada pelo corpo técnico e gestão do Projeto, já que os recursos orçamentários estavam garantidos e o planejamento aprovado previamente.

5. Lições Aprendidas e Recomendações

5.1. Lições aprendidas

Propor iniciativas de registro e disseminação de "lições aprendidas" para este Projeto certamente apoiará melhorias na gestão de novos Projetose no desenho de novas operações em termos de iniciativas de disseminação de novos conhecimentos e de desenvolvimento de capacidades a serem consideradas em outros projetos. Em geral, instituições que praticam o processo ensino-aprendizagem com a lições aprendidas apresentam maior probabilidade de sucesso em novas situações.

As principais lições aprendidas com a implantação do projeto nos últimos 10 anos são indicadas a seguir**:**

LA 01: O projeto contribuiu para a incorporação de temas e operacionalizações inovadoras para a política nacional de Unidades de Conservação. Este componente inovador com estudos, diagnósticos; planos de manejo integrados e pesquisas incorporadas no desenho do projeto demonstraram ser elemento importante para o sucesso da cooperação. Essa característica foi de muita adequação ao contexto setorial (mudanças e aprimoramentos) ampliando as probabilidades de alcançar impactos de longo prazo.

LA 02: O reconhecimento das prioridades setoriais e dos Resultados esperados permitiram que fossem construídos compromissos com diversos parceiros para a implementação do Projeto. Esses compromissos político-institucionais reduziram riscos na implantação da cooperação, quando ocorreram mudanças de políticas públicas e de autoridades na instituição e no setor.

LA03: Mudanças freqüentes de autoridades e de gestores do Projeto são geradores de atrasos importantes no cronograma de execução. A criação de um Comitê de Acompanhamento do Projeto com a participação de representantes de outras instituições parceiras ou ongs, aumentaria a probabilidade de não haver importantes atrasos pela continuidade da implantação.

LA 04: O Projeto foi desenhado como o somatório de iniciativas a serem implantadas por cada uma das coordenações gerais das Diretorias do ICMBio, gerando elevado grau de dificuldade para a coordenação técnica, administrativa e financeira de Resultados esperados. Essa característica institucional promoveu uma estrutura de execução por subprojetos ou Produtos, com reduzido grau de integração horizontal de Resultados, devendo ter contado com reuniões de integração e disseminação de informações.

LA 05: Projetos de longa duração em contextos dinâmicos se apresentam mais frágeis para serem executados em ritmo, intensidade e eficácia como desenhados originalmente.

LA 06: Importante contribuição para a sustentabilidade institucional é alcançada gradativamente com a atuação conjunta de consultores externos e servidores da instituição, permitindo relativo compartilhamento da memória técnica e ampliação de capacidades técnicas promovidas pelas iniciativas do Projeto.

LA 07: Projetos executados em ambiente de freqüentes mudanças de autoridades setoriais e de gestores institucionais exigirão um comprometimento e liderança técnica dos servidores para continuar a execução das iniciativas em andamento e articular novas indicativas planejadas previamente.

LA 08: A participação permanente de representantes de Ministérios e de Instituições governamentais - doadoras e parceiras do Projeto - em reuniões mensais com a gestão da cooperação aportaria maior capacidade de execução, em períodos de mudanças políticas no País e de autoridades do ICMBio.

5.2. Recomendações

Após uma análise da trajetória de construção e da execução do Projeto, caberia a identificação de um conjunto de recomendações.

5.2.1 – Recomendações para o ICMBIO:

As principais recomendações com a conclusão do Projeto são indicadas a seguir:

Recomendação 01:

Asseguraras medidas e ações necessárias para a continuidade peloICMBiodas iniciativas realizadas pelo Projeto para o uso e a conservação da biodiversidade:
(i) recursos humanos, institucionais e financeiros;
(ii) mobilização de apoio dos parceiros estratégicos;
(iii) manter prioridade institucional e política;

Recomendação 02:
Assegurar institucionalmente a disseminação dos estudos, pesquisas e acompanhamento de indicadores e metas alcançadas; bem como, criar oportunidades de multiplicação dos conhecimentos e experiências bem-sucedidas neste Projeto por meio de inclusão no site do ICMBio.

Recomendação 03:
Atuar estrategicamente junto a parceiros nacionais e internacionais, de modo a assegurar nos próximos anos os recursos humanos e orçamentários adicionais necessários à continuidade de novas iniciativas do Projeto, em especial para: novos estudos inovadores de apoio a propostas de políticas públicas para a biodiversidade; monitoramento e atualização de dados e informações; e ampliação de redes de interlocução e colaboração para processos de avaliação e monitoramento da implantação do SNUC.

Recomendação 04:
Assegurar, em curto prazo, a elaboração da política editorial da instituição para a realização de iniciativas de divulgação e disseminação dos estudos, pesquisas, dados e informações elaboradas, com apoio do Projeto.

Recomendação 05:
Manter ou ampliar a rede de articulação com diferentes parceiros e atores de modo a aumentar o grau de obtenção de sustentabilidade, quando da finalização do Projeto, com a indicação de estratégia de saída, acordada entre os parceiros da cooperação.

Recomendação 06:
Realização de documento de sistematização de boas praticas e práticas inovadoras desenvolvidas no âmbito desse Projeto de modo a disseminar essa publicação no site do ICMBio, do PNUD, e da ABC

5.2.2. Recomendações ao PNUD.

Recomendação 01:
Processos de diálogo do Projeto vêm permitindo a construção de redes de parceiros estratégicos e o mapeamento de outras iniciativas (nacionais ou internacionais) em execução, que atuam ou poderiam atuar sinergicamente, com projetos de cooperação internacional.
Sugere-se que sejam incluídas atividades de intercâmbio com outras iniciativas nacionais e internacionais (cooperação triangular) para a execução de Projeto na área de biodiversidade. Para isso, o apoio e a expertise internacional do PNUD ampliariam a articulação com as demais iniciativas em biodiversidade

Recomendação 02:
Acompanhamento juntamente com a ABC da implantação do Plano de Saída do Projeto elaborado pelo ICMBio, nos próximos 12 meses, com uma reunião a cada 06 meses com o ICMBio.

5.2.3. Recomendações a ABC:

Recomendação 01:
Sugere-se que a ABC possa melhorar o processo de monitoramento da implantação de Projetos com a ampliação de parceiros estratégicos nas reuniões tripartites, adicionando atores relevantes ao setor, em acordo com o ICMBio e PNUD.

Recomendação 02:
Acompanhamento juntamente com o PNUD da implantação da Estratégia de Saída do Projeto elaborado pelo ICMBio, nos próximos 12 meses, com uma reunião a cada 06 meses com o ICMBio.

Recomendação 03:
Processos de diálogo do Projeto vêm permitindo a construção de redes de parceiros estratégicos e o mapeamento de outras iniciativas (nacionais ou internacionais) em execução, que atuam ou poderiam atuar sinergicamente, com projetos de cooperação internacional.
Sugere-se que sejam incluídas atividades de intercâmbio com outras iniciativas nacionais e internacionais (cooperação triangular) para a execução de Projeto na área de biodiversidade. Para isso, o apoio e a expertise em cooperação triangular internacional da ABC ampliariam a articulação com as demais iniciativas em biodiversidade

Anexo 1

Matriz Orientadora da Avaliação

Matriz Orientadora da AvaliaçãoICMBio– PROJETO BRA/08/023–Biodiversidade Desenvolvimento Sustentável Anexo

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
Relevância	1.a. Em que medida o Projeto em linha com as prioridades da Política Nacional Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável do Governo Brasileiro?	Projeto acordado em 2009 manteve até 2020, adequação às políticas de novo Governo, a partir de 2016?2019? Prioridade nos compromissos internacionais sobre ODS e avanços na área?	Comparação das prioridades conferidas pelo Governo (análise dos recursos alocados e produtos alcançados). Manutenção da agenda nacional de políticas públicas e políticas internacionais do Brasil no tema	Confirmação das prioridades nos Documentos de Políticas e Recursos para as ações do ICMBio e MMA?	- Plano de Ação Plurianuais desde 2009;. - Programas do MMA, ICMBio e DNIT/MDS - Informes e relatórios do Projeto; Publicações do MMA. CONAMA; Informes internacionais.	- Revisão de material; - Entrevistas com funcionários, autoridades do Projeto,ICMBio; - Entrevistas com funcionários, autoridades da ABC; PNUD,
	1.b. Projeto em acordo e consistente com o Programa do País (Country Program) de Cooperação Técnica Brasil/PNUD?	Projeto acordado estava previsto em área de interesse no? Programa PNUD/Brasil? Projeto atende às necessidades de Cooperação da Instituição?	Revisão do Country Program para os referidos períodos. Área de interesse do Programa Multilateral ABC/MRE	Confirmação da prioridade e adequação pelas autoridades e documentos	-Documentos elaborados pelo Projeto; - Informes de progresso e de reuniões tripartites. -Política de cooperação Brasil/ PNUD/ e outros organismos multi e bilaterais	- Revisão de material. - Entrevistas com atores MMA, ABC e PNUD
	1.c. Em que medida o Projeto foi adequado às necessidades dos beneficiários diretos e indiretos do Projeto?	Foi realizado diagnóstico preliminar das necessidades dos beneficiários? Seleção dos beneficiários e interlocutores foi adequada – tamanho e volume? Quanto é relevante a temática desse Projeto para as estratégias e políticas nacionais? E compromissos internacionais?	Verificar a existência de linha de base antes da execução do projeto e montagem de linha de base durante projeto Identificar compromissos brasileiros no tema e necessidades de programa/projeto.	- Resultados dos estudos preliminares de linha de base - Percepção dos diferentes atores do Projeto (MMA, ONGS, centros de pesquisa, autoridades estaduais e locais)	- PRODOC e revisões substantivas; - Funcionários de diferentes instituições públicas e privadas, centros de pesquisa e organismos internacionais;.	- Revisão de material; - Entrevista com intervenientes.
	1.d.Em que medida a Cooperação com o PNUD apresenta vantagens comparativas em relação a outras fontes na área da cooperação técnica?	Cooperação ICMBio com o PNUD apresenta mais vantagens comparativas na área de Estudos e Pesquisas, Planejamento em Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável? Valor agregado?	Comparação sobre adequabilidade e pertinência do PNUD com outra fonte de financiamento no tema para o ICMBio	- Resultados obtidos em projetos similares, com mesma fonte de recursos nacionais, porém com outra Agência de apoio à implementação? Lista de Projetos desenvolvidos com o PNUD, e outras fontes	- PRODOC e relatórios de projetos de outras fontes de financiamento/ agência de apoio à implementação internacional de Projetos.	- Revisão de material. - Entrevista com intervenientes

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
	Principais	Relacionadas				
	1.e. Em que medida a seleção do projeto e sua estratégia de implementação se mostraram adequadas para gerar impactos de curto e médio prazo (efeitos) nos beneficiários diretos e atuantes no setor no Brasil?	Os resultados selecionados foram os mais adequados para o fortalecimento técnico do ICMBio em estudos e planejamento para subsídio à formulação de política nacional de biodiversidade e desenvolvimento sustentável? Houve sinergia para a geração de efeitos com demais fontes e projetos? do ICMBio? De outros atores no setor?	Conhecer o estágio e prioridade de outras áreas-alvo em informação para biodiversidade e de desenvolvimento sustentável quando da proposição do projeto. Comparação dos Resultados e metas-alvo do Projeto e demais projetos no tema, na esfera federal e internacional (ODS, Estratégia nacional de biodiversidade).	Resultados de projetos similares e dificuldades encontradas para a obtenção de resultados.	- Relatórios e informes de progresso de pelo menos 02 Projetos do ICMBio -Percepção dos atores atuando no Projeto e beneficiários diretos	- Revisão de material existente. - Entrevista com autoridades e funcionários da Coordenação do Projeto.
	1.f. Projeto atua em tema que é prioridade de outras fontes nacionais ou internacionais?	Relevância ampliada por outras fontes. Relevância ampliada por políticas públicas de transversalidade no desenvolvimento sustentável e biodiversidade? Resultados e objetivos do Projeto foram relevantes para contribuir ao alcance do objetivo de desenvolvimento?	Comparação recursos e componentes outras fontes. Estratégias e políticas setoriais e institucionais existentes comparadas com o objetivo de desenvolvimento	Resultados obtidos por outras fontes.	- PRODOC, informes e relatórios – bilateral e multilateral disponibilizados no ICMBio	- Revisão de material disponível. -Entrevistas com outros atores nacionais e internacionais.

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
Eficácia	2.a. Em que medida os resultados (efeitos de curto e médio prazo) foram alcançados pelo Projeto no período de 2009/2020? **Resultado 1** - Unidades de conservação federais geridas(14 Produtos) **Resultado 2** - Organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das unidades de conservação federais fortalecidas(08 Produtos) **Resultado 3** - Estabelecer mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade (07 Produtos) **Resultado 4** - Unidades de Conservação federais protegidas (09 Produtos) **Resultado 5 -** Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade, desenvolvido (07 Produtos) **Resultado 6 -** Promover capacitação para o desenvolvimento das ações	A - Projeto original assinado em 2009 previa 06resultados geradores de alcance de contribuição ao objetivo de desenvolvimento. Após 206, passa a contar com 05. Após 2014, o ICMBio identificou a necessidade de modificar os resultados? ampliando os resultados? Modificando os Produtos atendendo novas demandas por diretoria do Instituto? Entre 2016 e 2019 foram deixados de serem obtidos determinados Produtos, por não serem mais necessários? ou teriam sido alcançados por outros recursos e parceiros? Estas mudanças de produtos e resultados aportariam maior eficácia para o alcance dos resultados?Efeitos? A obtenção parcial ou total dos 05 resultados está sendo contribuinte para o alcance dos propósitos e objetivo do Projeto? Vem contribuindo para mudança de cenário? Que avanços aportou para o ICMbio? e para o setor? Quais foram as contribuições mais importantes para o uso e conservação da	Evidencias que contribuem para confirmar que os dados qualitativos e quantitativos de proposição de resultados iniciais do Projeto foi adequado ao cenário existente e desejado.. Informações e dados para a proposta de modificação dos resultados a serem obtidos indicam a possibilidade de dar maior sustentabilidade e abrangência dos resultados do Projeto. O processo de flexibilização das atividades em termos de abordagem de biodiversidade e desenvolvimento sustentável foi considerado adequado à evolução do tema e execução do Projeto.	-Revisões substantivas do Projeto (A e B); Nova revisão substantiva de Projeto em 2018 - A Matriz de Lógica inicial e final do Projeto. - Identificação dos produtos e resultados alcançados de acordo com a Matriz Lógica do Projeto. -	- MLPs do Projeto - Informes de Progresso; - Informes de Consultores; - Informes de Auditoria; - Informes Anuais do ICMBio Informes anuais dos parceiros financeiros do ICMBio/Projeto	- Revisão dos informes de progresso e documentos selecionados pela Coordenação - Material disponível das reuniões tripartites e reuniões de consulta. - Entrevistas com atores relevantes do Projeto

Matriz Orientadora da Avaliação ICMBio– PROJETO BRA/08/023–Biodiversidade Desenvolvimento Sustentável Anexo

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
		A mudança de resultados e atividades (outputs) permitiu que se mantivesse a obtenção do Propósitos? A qualidade dos resultados do Projeto foi satisfatória? Os resultados foram apropriadamente monitorados pelo Projeto?	Condições e graus de obtenção dos produtos do Projeto permitem indicar as contribuições ao alcance de resultados e objetivo de desenvolvimento. - Indicadores elaborados para cada um dos Produtos permite que se observe na Estrutura Lógica adotada, e obter insight sobre a capacidade de gerenciamento do Projeto.	-Tomar como referência a Matriz Lógica e MRR e indicadores existentes para o projeto - revisão B elaborada pelo ICMBio e sujeita a modificação pela revisão 208 e 2019 - Avanços alcançados em cada um dos produtos - Análise dos avanços do Projeto em apoio às demandas das Diretorias e benefícios obtidos par ao setor e iniciativas.	- Relatórios de Progresso - Coordenação do Projeto, outros parceiros relevantes do setor público, privado e ONGs; - Relatórios de consultores Relatórios anuais do ICMBio e de cada Diretoria.	- Revisão de materiais. - Entrevistas com autoridades e funcionários do setor, consultores e outras instituições.

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
	2.b. Em que medida os produtos (outputs) foram alcançados? Os Produtos continuaram válidos foram modificados após 5 anos de execução? Sugiram novas demandas e/ou responsabilidades da Instituição?	A obtenção dos produtos assegurou ou vem contribuindo para a obtenção dos Resultados? Se não foram alcançados até o momento explicar motivos. - Estes produtos destinavam-se ao fortalecimento institucional doICMBio? e dos demais parceiros financeiros? Esses produtos tem apoiado tecnicamente a produção de informações e validação de dados estatísticos e indicadores para as políticas de biodiversidade nacional ? - Os Produtos têm sido geradores de reconhecimento pelos demais interlocutores públicos e da sociedade civil? - Estes produtos tem sido validados pelas autoridades do ICMBio, pelas demais instituições e organizações? Estes produtos tem sido disseminados entre as instituições de pesquisa, organismos públicos e sociedade brasileira, permitindo maior visibilidade ao ICMbio? - Estes Produtos foram considerados efetivos pelo MMA? CONAMA? CONABIO? para fins de orçamento e planejamento ?	**Indicadores do PRODOC e Matriz Lógica, Matriz de Resultados do Projeto.** -Os Produtos foram alcançados de acordo com os planos de trabalho aprovados. -Os Produtos foram alcançados pela ação do Projeto ou/e por outras fontes e parceiros técnicos e de recursos. - Os produtos se apresentaram úteis, eficientes e adequados para atender as demandas institucionais e técnicas. -Os Produtos contribuíram para o alcance parcial dos Resultados esperados, e/ounecessitaram ser revisados em função de novas demandas e mudanças no setor. -Utilização dos dados e planos pelo ICMBio, MMA, Secretaria da Biodiversidade, Conabio e estados, municípios para fins de monitoramento, avaliação, e planejamento nos temas de biodiversidade e de desenvolvimento sustentável	Pareceres emitidos pelo ICMBio e CGU sobre produtos alcançados; Dados relacionados com o acompanhamento da obtenção dos Produtos Indicadores e estratégias existentes nos projetos antecessores e demais projetos Indicadores, estratégias e resultados esperados do Projeto Identificação de motivos de atrasos ou não para a obtenção dos Produtos.. Dificuldades na realização de determinadas atividades devido ao processo de seleção, processos envolvendo diversos atores e recursos humanos.	- PNUD/ABC - ICMBio - Universidades, centros de Pesquisa - Relatórios de organismos internacionais, -Pareceres de instituições públicas e não públicas sobre dados gerados pelo ICMbio e utilizados; planos e iniciativas	- Revisão dos informes de Progresso e material do Projeto. -Documentos e Publicações de outros atores nacionais e internacionais - Entrevistas com funcionários e autoridades do setor; e outros intervenientes.

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
	. 2.c. Em que medida os supostos contribuíram positivamente ou negativamente para obtenção dos produtos (outputs)	As freqüentes mudanças nas diretorias do ICMbio, MMA e, Fundos parceiros do Projeto afetaram negativamente o desempenho do projeto e a obtenção dos produtos?	MDP e fatos da realidade política e administrativa pública brasileira; centros de pesquisa	- Nome dos Diretores, gerências e interlocutores. - Períodos de Gestão (tempo) - Câmbios nas políticas setoriais?	- PNUD - ICMBio -Parceiros de financiamento - Relatórios de Progresso - Relatórios anuais do ICMbio e Diretorias	- Revisão Material - Entrevistas com os atores do Projeto
	Os desafios durante o processo de implantação do Projeto foram conduzidos com criatividade e efetividade, melhorando a eficácia do Projeto?	Quanto foi eficaz a disseminação de informação sobre as iniciativas do Projeto para outros parceiros, para o público em geral e internamente na instituição? Como pode ser melhorada?	MDP e fatos da realidade política e administrativa pública brasileira; centros de pesquisa	Opinião dos parceiros nacionais e das partes envolvidas na implementação do projeto e na obtenção dos produtos		
	Em que medida os avanços alcançados forammais devido aos resultados do Projeto do que fatores externos? Os fatores externos promoveram efeitos na eficácia dos resultados do Projeto?	Como os resultados do Projeto contribuíram diretamente para o alcance dos objetivos planejados	MDP Metas e indicadores a serem obtidos Descrição de cenário a alcançar	- Opinião dos parceiros nacionais e das partes envolvidas na implementação do projeto		
	2.d. Que fatos contribuíram para a obtenção dos produtos e propósitos? (OD) ou dificuldades	Externos? Internos? A qualidade dos resultados do Projeto foi satisfatória? Os resultados foram apropriadamente monitorados pelo Projeto?	Elementos contribuintes indicados nos relatórios de progresso; e em outros projetos como facilitaores e redutores de eficácia.	Opinião dos parceiros nacionais e das partes envolvidas na implementação do projeto		

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
Eficiência (adequação, oportunidade, custos)	3.a Em que medida os produtos alcançados foram adequados para obter os objetivos ou propósito (OD)?	Os produtos foram alcançados de modo adequado ao planejamento original (tempo, oportunidade e custos) Quais os motivos/fatores que ajudaram ou dificultaram a obtenção dos produtos, atividades e inputs?	Planos de ação, Matrizes de Resultados e Recursos, Alcançado Planejado Medidas corretivas adotadas? Medidas alternativas adotadas?	- Comparar % produtos e participação na obtenção do propósito (obj. esp) - Cronograma de entrega de produtos e atividade (custo, oportunidade, adequação) - Opinião das partes envolvidas	- ICMBio - Gerências e Coordenação do Projeto e servidores - Informes de progresso - Reuniões Tripartites - MMA, - Coordenação de outros projetos	- Revisão de material - Entrevistas com os atores do Projeto
	3.b Em que medida as atividades originais foram suficientes para assegurar obtenção dos produtos? E resultados esperados? Quanto foi satisfatório o ritmo de implementação das atividades? Houve importantes atrasos?	As atividades originalmente propostas foram suficientes para a produção dos produtos? Tiveram que ser modificadas em relação à proposta do PRODOC original? Principais motivos para proposta de revisão em 2015? 2018? 2019? A qualidade dos produtos foi obtida na implementação do projeto? As articulações institucionais foram adequadas? Arranjos técnicos e institucionais?	Evidências que indiquem que recursos financeiros e humanos estimados e efetivamente usados para alcançar produtos, atividades e inputs estava adequado Pareceres técnicos e de auditoria no Projeto que indiquem que foi mantido um bom ritmo frente às mudanças instituicionais; Indicadores do PRODOC e Matriz lógica Recomendações para próximos projetos	- Cronograma de realização das atividades e equipamentos (inputs) ▪ Qualidade ▪ Oportunidade ▪ Custo - Cronograma de realização de apoio aos consultores de longo prazo e curto prazo (tempo, custo, adequação) - Opinião das partes envolvidas para obtenção dos Produtos e Resultados - Arranjos institucionais e técnicos para a implementação do Projeto.	-ICMbio -ABC. -PNUD - Parceiros relevantes da implementação do Projeto:	- Revisão material - Entrevistas -Reuniões

Matriz Orientadora da Avaliação ICMBio– PROJETO BRA/08/023–Biodiversidade Desenvolvimento Sustentável Anexo

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
	3.c Em que medida as atividades foram efetivamente planejadas, tiveram gestão e foram monitoradas durante o processo de implementação do Projeto (dia a dia)?	Foram utilizados sistemas reconhecidos e de qualidade para a gestão financeira e respectivas práticas, os quais providenciaram em tempo, informações sobre desembolsos e licitações com adequação, oportunidade e transparência? Forneceu suporte à tomada de decisões? Em geral os beneficiários diretos e indiretos estão satisfeitos com a qualidade da gestão do Projeto?	Evidências de que ações executadas em conformidde ao planejado Evidências de que os fatores extrmso ao Projeto atuaram no sentido de atrasar a execução do Projeto Processos licitatórios de muita complexidade e longos, envolvendo diversos atores resultaram em atrasos importantes na implantação do Projeto	Relatórios da CGU Reuniões Tripartites Relatórios de Progresso	ICMbio -ABC. -PNUD - Parceiros relevantes da implementação do Projeto	- Revisão material - Entrevistas -Reuniões

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
	3.d. Em que medida as atividades e os inputs foram executados a tempo, com oportunidade e custos razoáveis para produção dos produtos?	Os custos dos produtos foram adequados e similares a demais projetos nesta área? Se existem diferenças entre estimado e realizado, indique razões ou fatores? Em que medida o Projeto realizou os desembolsos de acordo com orçamento planejado/recursos alocados? Em que medida os fluxos irregulares foram otimizados por meio de planejamento estratégico de iniciativas O Projeto tem sido adequadamente documentado, informado e disseminadoas informações do que estava realizando?	- Evidência baseada em comparação outros projetos noICMBio de que a eficiência está dentro da media esperada de desempenho - Evidências de que se comprova similtude entre o planejado x executado anualmente e por Resultado. - Evidências de que foram propostas ações corretivas em tempo pela gestão do Projeto,	- Comparação com outros projetos multilaterais e nacionais <u>Custos</u> por produto; por resultado e por objetivo geral Relatórios de Progresso indicando o ritmo de execução e instrumentos de monitoramento; Reuniões Tripartites; Atas de reuniões do comitê executivo.	- 2 outras fontes de financiamento multilateral e nacional ABC, ICMBio, PNUD, CGU, Beneficiários e Consultores	- Revisão de material - Entrevistas

Matriz Orientadora da Avaliação ICMBio– PROJETO BRA/08/023–Biodiversidade Desenvolvimento Sustentável Anexo

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
Impacto (obtenção do objetivo geral)	4.a. Em que medida existe probabilidade para que seja alcançado o objetivo geral, com a conclusão do projeto?	Já podem ser sentidos os efeitos de curto e médio prazo? Quais? Descrição (qualidade/quantidade) Quais as ações atuais para medir num futuro estes impactos? Poderiam ser descritos exemplos de efeitos e impactos do projeto a serem alcançados? Houve ampliação do uso das informações? Melhora na disseminação de dados junto às comunidades? organismos públicos e privados? Quais foram os fatores que inibiram ou ampliaram a obtenção do objetivo de desenvolvimento e resultados?	Evidências de que seria necessário concluir o Projeto, de modo a obter melhores padroes para avaliar se houve mudanças de modo a obter adeuações ao novo cenário institucional e demandas técnicas do setor.	- Comparar ex-ante com atual em termos de instrumentos de gestão, institucionais e informações. ▪ Práticas e experiências inovadoras ▪ Fortalecimento das instituições e atores que atuam em temas de do Projeto ▪ Capacitação de RH em planejamento e implementação de iniciativas de biodiversidade ▪ Relação e sinergia com outras políticas e estratégias na obtenção de informações, estudos e pesquisas	- Informes de Progresso - Reuniões de Projeto, Programas e Tripartites - Opinião de autoridades do setor e outros parceiros relevantes - Planos de ação anuais do ICMBio e POAs do Projeto	- Entrevista - Revisão material

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
	4.b Em que medida outros projetos e/ou intervenções poderiam atuar em sinergia para ampliar os efeitos e impactos deste projeto?	A produção de informações, dados, planos e capacitações atuará na elaboração de políticas e planos que com a melhoria do uso e conservação da biodiversidade? possibilitará um acréscimo de renda para os beneficiários indiretos do Projeto em determinadas áreas?	Evidencias de que outras iniciativas poderiam ter sido realizadas; ou ainda de que as atuais iniciativas deveriam ter outras ações planejadas para gera maior efeitos a curto prazo.	Ações e iniciativas que foram implantadas melhorando o alcance de efeitos a curto prazo.	-Coordenação do Projeto; -ICMBio e outros parceiros estratégicos; -Relatórios de Progresso -Informes dos consultores	- Revisão material - Entrevistas
Sustentabilidade (riscos)	5.a Em que medida seria necessário propor nova cooperação técnica em tema relevante identificado ao longo dos 10 anos de execução desse projeto?	Quais os motivos/razões para continuar com apoio de cooperação internacional?	Evidências de que foram identificadas lições aprendidas e recomendações	- Comparação com outros projetos -Identificar dados e informações sobre as novas demandas de cooperação	- Opinião dos atores e parceiros do Projeto	-Entrevistas -Revisão de material
	5.b A apropriação (ownership) pelo ICMBio do projeto? e do Governo brasileiro? Como será ampliado para outros atores e parceiros? Apoio das comunidades científico e técnica?	Como se assegura campanha nacional para disseminação destas iniciativas e informações?	Evidências de diretriz e decisão em dar continuidade as iniciativas implantadas Evidencia de que seria necessário outras ações no futuro para aumentar a probabilidade de sustentabilidade das iniciativas do Projeto	- Planos de Ação - Orçamentos aprovados - Reuniões com parceiros	Coordenação do Projeto -ICMBIO - PNUD,ABC - Parceiros nacionais, -Parceiros internacionais; Públicos, privados, centros de pesquisa, gestores	- Entrevista -Revisão de material

Matriz Orientadora da Avaliação ICMBio– PROJETO BRA/08/023–Biodiversidade Desenvolvimento Sustentável Anexo

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação		Bases de Julgamento	Necessidade de Informações	Fonte de Informações	Método de Coleta de Informações
	5.c. Em que medida a perspectiva de eleições em nível nacional e estados, e municípios poderia por em risco a continuidade dos programas e projetos decorrentes desse projeto no âmbito do ICMBio/MMA?	Qual seria a grandeza do risco de não ser dada continuidade aos produtos e atividades obtidos com a execução do projeto, com a perda dos impactos esperados de médio e longo prazo?	Lições aprendidas Recomendações	- Opinião de atores do projeto	Coordenação do Projeto -ICMBIO - PNUD,ABC - Parceiros nacionais, -Parceiros internacionais; Públicos, privados, centros de pesquisa, gestores	Entrevista Autoridades nacionais,
	5.d. . Em que medida estão asseguradas as ações concretas que o Instituto deverá realizar nos próximos anos para garantir r a sustentabilidade das ações iniciadas pelo Projeto?	O Projeto está estruturado adequadamente em termos de recursos financeiros e humanos para continuar garantindo o alcance dos objetivos de meio e longo prazo do Projeto?	Evidencias encontradas em relatórios e entrevistas Comparar com ações de sustentabilidade recomendadas pelos atores em termos de administração e sustentabilidade institucional.	- Opinião do Staff da Unidade Executora; Agencia Implementadora e parceiros estratégicos	Coordenação do Projeto Atores relevantes Centros de Pesquisa, PNUD	- Entrevista -Revisão de Material

ANEXO 2

Roteiro orientador de Entrevistas.

ROTEIRO ORIENTADOR DE ENTREVISTA

Titulo do Projeto: BRA/08/023 – Biodiversidade e Desenvolvimento Sócio Sustentável

Temas: Política pública e meio ambiente

Entrevistado:

Posição:

Instituição:

Telefone:

E-mail:

Data e local de entrevista:

O PNUD e o ICMbio estão realizando a Avaliação Final do Projeto BRA/08/023. Esta avaliação inclui as atividades e resultados alcançados pelo Projeto no período de 2009 a 2021.

Para obter mais informações sobre o desempenho deste projeto, lições aprendidas e recomendações para futuros projetos nesta área, entrevistas estão sendo conduzidas com pessoas e instituições chaves que estiveram envolvidas na execução do Projeto ou que tem familiaridade com o Projeto.

Agradecemos a sua participação neste processo de avaliação e por seu apoio na realização desta entrevista que compreende uma serie de questões que poderão ser respondidas em até 50 minutos.

Gratos por sua colaboração.

Pergunta 1: Como você esteve envolvido com o Projeto para a melhor qualidade e fortalecimento das políticas públicas em Biodiversidade e Desenvolvimento Sócio-Sustentável? Cite o trabalho desenvolvido com a sua participação.

Pergunta 2: Entre 2009 a 2020, como você avalia a necessidade e a prioridade deste Projeto para o ICMBio?
(i) os principais resultados;
(ii) os grandes desafios;
Poderia indicar exemplos de fortalecimento de políticas de uso e conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável para/na sua instituição? E da melhoria da qualidade do planejamento e das informações em biodiversidade?

Pergunta 3: Quais os resultados em estudos e pesquisas (gestão e monitoramento; diagnósticos e planos; e capacitação e fortalecimento institucional) que você considera que foram alcançados? totalmente, parcialmente e pouco?
Poderia indicar quais os resultados alcançados até o momento que tiveram maior efeito para você e sua instituição? Muito satisfatório, satisfatório, pouco satisfatório e não satisfatório.

Pergunta 4: Em um futuro próximo, com a continuidade de produtos apoiados nesse Projeto, pela ação direta do ICMBio, você avaliaria que seria possível obter maiores impactos sobre a melhoria dos níveis de desempenho nas áreas abrangidas pelo Projeto? (fortalecimento institucional, gestão e produção de informações; planos de manejo; capacitação de comunidades; coordenação e articulação de estudos e pesquisas)? Quais seriam as 03 mais importantes dificuldades a enfrentar?

Pergunta 5: Como este Projeto contribuiu para o fortalecimento institucional e de políticas públicas, gestão e monitoramento da qualidade e desempenho das organizações relacionadas a Biodiversidade: em âmbito: federal; nos estados e municípios beneficiados pelo Projeto? (meio ambiente; desenvolvimento socioeconômico; participação das comunidades locais; fortalecimento técnico e institucional da gestão do ICMBIO; informação e capacitação no tema). E em relação ao desenvolvimento institucional de outros parceiros neste tema?

Pergunta 6: Como este Projeto contribuiu para a promoção das parcerias ou ainda, apoiou maior interação entre instituições públicas, organizações não governamentais e indivíduos para alcançar os resultados e produtos esperados?
Muito satisfatória; Satisfatória; Pouco Satisfatória; Insatisfatória ou Não tenho opinião.

Cite 3 dos mais relevantes benefícios deste Projeto para o fortalecimento institucional e técnico do ICMBio nas áreas de monitoramento de uso e conservação da biodiversidade (UCs); estudos e pesquisas; incorporação de novos temas e indicadores em políticas e programas, outros temas.... Capacitação de gestores e funcionários, propostas de reorganização institucional e administrativa?

Poderia citar exemplo?

Pergunta 7: Como você avalia a coordenação e integração dos esforços deste Projeto com as demais ações das outras instituições e doadores em temas relacionados às políticas de Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável? E no âmbito do ICMBio e o Projeto?Muito satisfatória; Satisfatória; Pouco satisfatória; Insatisfatória ou Não tenho opinião.

Como você avalia a coordenação das ações do Projeto com as demais iniciativas do MMA e do ICMBio realizadas com recursos o Tesouro? E projetos de cooperação internacional?
Poderia dar exemplos?

Pergunta 8: Quais foram as principais lições aprendidas da implementação deste Projeto em âmbito Federal? Poderia dar um exemplo?
Monitoramento público? Melhoria gestão da biodiversidade? Participação e Transparência da Gestão de Projetos? Maior disponibilização de informações para consulta? Estratégia de implementação e monitoramento?

Pergunta 8.1 – Poderia citar sugestões para a melhoria do apoio do ICMBio aos Estados e Municípios ao longo do Projeto?
- em especial quanto às atividades e produtos considerados no desenho do Projeto como por exemplo capacitação?
-estratégia de execução junto aos estados e municípios

Pergunta 9: Quais foram os principais fatores que dificultaram a execução do Projeto? Como foram superados? Poderia ser sido feito de outro modo?
( )Marco legal e regulamentos;
( ) compromisso da contraparte;
( ) falta de recursos da contraparte;
( )capacidade de execução da contraparte;
( )oposição da comunidade;
( )desempenho dos consultores;
( )coordenação entre instituições;
( ) desenho do projeto;
( )questões ambientais;
( )mudança na política nacional;
( )mudanças na política da instituição;
( )falhas no monitoramento e avaliação;
( ) outros (favor indicar).

Você teria sugestões para melhorias a serem incorporadas na proposta da nova fase do Projeto, considerando as dificuldades previamente indicadas?

Pergunta 10: Quais foram os principais fatores que facilitaram a execução e gestão operacional do Projeto? Como foram superados? Poderia ser sido feito de outro modo?
( )Marco legal e regulamentos;
( ) compromisso da contraparte;
( ) falta de recursos da contraparte;
( )capacidade de execução da contraparte;
( )oposição da comunidade;
( )desempenho dos consultores;
( )coordenação entre instituições;
( ) desenho do projeto;
( )questões ambientais;
( )mudança na política nacional;

( )mudanças na política da instituição;
( )falhas no monitoramento e avaliação;
( ) outros (favor indicar).

Você teria sugestões para melhorias a serem incorporadas na proposta da nova fase do Programa, considerando as experiências bem sucedidas previamente indicadas?

Pergunta 11: Você acredita que os benefícios produzidos pelo Projeto até o momento serão sustentáveis nos próximos 05 anos, em âmbito nacional?

Alta probabilidade; Média Probabilidade; Baixa Probabilidade; Pouca probabilidade.

Há necessidade de novos investimentos e de tempo adicional para consolidar os ganhos já obtidos com a execução do Projeto**?** e dos Produtos?

Poderia dar exemplos desta probabilidade?

Pergunta 12: Quais os resultados que já foram alcançados para a melhor capacitação da instituição no planejamento e na gestão de estudos e projetos por meio do Projeto? E para a produção de subsídios e monitoramento de informações para apoiar a formulação de políticas públicas?

Pergunta 13: Quais os resultados alcançados até o momento que produziram efeitos/ na sua instituição? Poderia citar pelo menos 2 exemplos?

Pergunta 13: Você considera que os recursos humanos, financeiros, tecnológicos e equipamentos foram adequados à execução do Projeto em âmbito nacional?

Pergunta 15: A cooperação PNUD/ABC respondeu adequadamente e em tempo às mudanças necessárias propostas ao desenho original e a execução do Projeto? Você indicaria a necessidade de mudança do desenho do Projeto? Qual seria esta modificação?

Pergunta 16: A cooperação com os demais parceiros (MMA, MDS; DNIT) permitiu obter respostas adequadamente e em tempo às ações necessárias previstas no acordo existentes para a execução de ações específicas no Projeto?

Pergunta 17: Como os parceiros e beneficiários foram envolvidos no processo de participação, planejamento e execução do Projeto? Sugestões e recomendações para melhorar nível de participação de outros atores?

Muito satisfatório; Satisfatório; Pouco satisfatório; Não satisfatório

Pergunta 18: Foi realizado e foi efetivo o processo de compartir as informações do Projeto no site do ICMBio? com os demais parceiros, outras instituições, Ministérios, Secretarias e sociedade civil? O processo de apoio à disseminação de informações, estudos e pesquisas foi fortalecido pelo Projeto?

Pergunta 19: Foi adequada a seleção de atividades e produtos para a estratégia de implantação do Projeto? Por quê? Você teria selecionado outros instrumentos e procedimentos para alcançar resultados e assegurar melhor grau nos efeitos esperados? Por quê?

Pergunta 20: Foi adequada a estratégia de implantação do Projeto? Por quê? Você teria selecionado outras estratégias? Por quê? Que outros procedimentos e interlocutores?

Pergunta 21: Reuniões de coordenação nacional, com participação de representantes das Diretorias do ICMBio, vêm sendo utilizadas com que freqüência? Foram usadas outras modalidades para interagir com demais projetos no ICMBio?
Poderia indicar melhorias nos instrumentos de monitoramento e avaliação do Projeto?

Pergunta 22: Considera que a experiência adquirida com este Projeto poderia já ser compartilhada para outros temas de interesse no ICMBio? e para outros Ministérios? Poderia indicar ações e melhorias para o sucesso desse compartilhamento?

Pergunta 23: Quais as áreas de cooperação PNUD/ICMBio que poderiam apresentar melhores potenciais de sucesso numa futura cooperação

<u>Comentários e sugestões adicionais:</u>

Anexo 3

Agenda Entrevistas

Lista de Entrevistados

Data	Atividade/Instituição	Pessoas	Local Endereço a completar ICMBio	Telefone Email A completar ICMBio	Relação com o Programa	Justificativa
Dia1						
9:00-10:00	Entrevista Coordenação Projeto	Lidia Maria Cardoso dos Santos Daza Mônica Borges Gomes Assad	DISAT	Lidia.daza@icmbio.gov.br Monica.assad@gmail.com	Equipe implementadora do programa	Análise dos avanços e novas orientações na implementação do Projeto 2016 e próximo período
10:00 – 11:30	Entrevista EquipeOperacional Projeto	José Batista Pessoa Karine Sousa da Silva Thais Cruz dos Santos Silva	DIPLAN-CGPLAN-DPES	Jose.pessoa.terceirizado@icmbio.gov. Karine.silva@imbio.gov.br Thais.cruz@icmbio.gov.br	Equipe implementadora do programa	Análise dos da implementação, evolução, gestão,dados administrativos e financeiros
15:00-16:30	EntrevistaDIMAN	Erica de Oliveira Coutinho Bernardo Ferreira Alves de Brito	COMAN/DIMAN CGCAP/DIMAN	erica.coutinhoo@icmbio.gov.br bernardo.brito@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos: 1.1 e 1.2 – Elaboração e Revisão de Planos de Manejo Produto 1.8 - Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação
16:30-18:00	Entrevista DISAT	Carla Michelle Lessa	CGTER/DISAT	carla.lessa@icmbio.gob.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos: 1.11, 1.12 e 1.15 –Coordenação-Geral de Consolidação Territorial
Dia 2						
9:00 – 10:30	Entrevista DISAT	Paulo Roberto Russo	CGSAM/DISAT	Paulo.russo@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos2.1 a 2.3 – Coordenação - Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM/DISAT)
10:30-12:00	Entrevista DISAT	Bruna de Vita Silva Mara Nottingham Lilian Mércia Benevenuto Estrela Carlos Eduardo Nascimento dosSantosJoão Augusto Madeira	CGPT/DISAT COPCT/DISAD COPROD/DISAT COGCOT/DISAT	Bruna.silva@icmbio.gov.br Mara.nottingham@icmbio.gov.br lilian,estrela@icmbio.gov.br Carlos.santos@icmbio.gov.br Joao.madeira@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos: 2.4 a 2.8 – Coordenação-Geral de Populações Tradicionais (CGPT/DISAT)
	Entrevista DISAT	Paulo Roberto Russo Camila Helena da Silva Mônica Furtado Mara Nottingham Bruna de Vita Silva	CGSAM/DISAT DGPEA/DISAT CGPT/DISAT	Paulo.russo@icmbio.gov.br Camila..silva@icmbio.gov.br Mônica.furtado@icmbio.gov.br Mara.nottingham@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos: 2.10 , 2.12 e 2.13 – Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental - DGPEA/DISAT e Coordenação Geral de Populações Tradicionais - CGPT

				Bruna.silva@icmbio.gov.br		
14:00 -15:30	Entrevista DIBIO	Keila Rêgo Mendes Kátia Torres Ribeiro	CGPEQ/DIBIO	Keila.mendes@icmbio.gov.br Katia.ribeiro@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos: 3.1 a 3.3 –Coordenação-Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ/DIBIO)
15:30-16:30	Entrevista DIBIO	Luciana Della Colletta Daniel Santana Lorenzo Raíces Ugo EocjçerVercoççp	CGCON/DIBIO CGESP/DIBIO	lucianacoletta@icmbio.gov.br Daniel.raices@icmbio.gov.br Ugo.vercillo@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos: 3.4 a 3.7 – Coordenação-Geral de Manejo para Conservação (CGESP/DIBIO)
	Entrevista DIBIO	Ivan Salzo Rodrigo Silva Pinto Jorge	COPEG/DIBIO COESP/DIBIO CBC-CGCON/DIBIO	Ivan.salzo@icmbio.gov.br rodrigo.jorge@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos: 3.9 a 3.11 – Coordenação-Geral de Manejo para Conservação (CGESP/DIBIO)
Dia 3						
9:00 – 10:30	Entrevista DIMAN	Daiane Daniele Santos Rocha Carlos Henrique Velasquez Fernandes Carla Cristina de Castro Guaitanele	CGEUP/DIMAN CONCES/DIMAN DOVIS/DIMAN	Daiane.rocha@icmbio.gov.br Carlos.henrique.fernandes@icmbio.gov.br Carla.guaitanele@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos: 5.1 a 5.7 –Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/DIMAN)
10:30-12:00	Entrevista DIPLAN	Tatiana Mendonça Fajardo Gonçalves HiagoUsliamPaunilioBras José Batista Pessoa Thais Ferrerasi Pereira Helena Araujo	CGPLAN-DPES/DIPLAN CGGP/DIPLAN	Tatitana.fajardo@icmbio.gov.br Hiago.braz@icmbio.gov.br Jose.batista.tercerizado@icmbio.gov.br Thais.pereira@icmbio.gov.br Helena.araujo@icmbio.gov.br	Coordenação Geral Ponto focal técnico	Produtos 6.1 –Coordenação Nacional do Projeto PNUD BRA/08/023 Produtos 6.2 a 6.9 –Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DIPLAN)
Dia 4						
9:30-10:30	Entrevista PNUD	Luana Assis Lucena Lopes Renatha Calazans Rachel Freitas Barcellos dos Santos Juliana Wenceslau Biriba Santos	PNUD	Luana.lopes@undp.org Renatha.calazans@undp.org Rachel.santos@undp.org Juliana.santos@undp.org	Oficial de Programa Gerente de Programa Assistente de Programa Oficial de Monitoramento	Ponto focal PNUD

16:00 -17:00	Entrevista ABC	Alessandra Ambrósio Tania Maria Caldeira Jardim	ABC/MRE	Alessandra.ambrosio@abc.gov.br Tania.jardim@abc.gov.br	Gerente CTRM Técnica CTRM	Pontos focais ABC
Dias adefinir para entrevistas com consultores e novas propostas de agendamento de entrevistados.						

Lista de entrevistados

ICMBio

1. Sra. Monica Assad - Ex- Coordenadora Nacional do Projeto
2.Sra. Carla Lessa - CGTER/DISAT Consolidação Territorial /Regularização fundiária e UCs.
3. Sra. Kátia Torres - CGPEC Produtos da DIBIO
4. Sr. Rodrigo Pinto Jorge- CBCCentro Nacional de Avaliação da Biodiversidadee de Pesquisa e Conservação do Cerrado DIBIO
5. Sra. Taís Ferrarese Pereira - CGGP Capacitação
6. Sr. Bernardo Ferreira Alves Brito - DIMAN Criação UCs
7. Sra. Bruna Vila Silva Santos - CGPTPopulações Tradicionais
8. Sra. Mara Nottingham - CGPT Cadastro de Famílias
9. Sr. Danilo Do Prado Pereira - COPAN DIBIO PANs
10.Sra. Luciana DellaColletta- CGCON DIBIO
11. Sra. Camila Helena Silva- DISAT Educação Ambiental (RH)
12. Sr. José Batista Pessoa - DPES - Ponto Focal Projeto BRA/08/023

PNUD

1. Sra. Luana Assis Lucena Lopes - Oficial de Programa Meio Ambiente
2. Sra. Renata Calazans - Oficial de Projeto
3. Rachel Freitas Barcellos dos Santos - Assistente de Projeto
4. Juliana Wenceslau Biriba Santos - Oficial de Monitoramento

ABC

1. Sra. Alessandra Ambrosio - Assessora CTRM/ABC

Anexo 4

Matriz Lógica do Projeto Revisão B 2016

1. Matriz Lógica (PRRF)

MATRIZ DE RESULTADOS E RECURSOS

Resultado esperado como estabelecido na matriz de resultados e recursos do Documento de Programa para o País - CPD:

CPD: Planet: Sustainable management of natural resources for present and future generations.

Indicadores de Resultado como estabelecido na matriz de resultados e recursos do Documento de Programa para o País - CPD, incluindo marco zero (baseline) e metas:

Amazon deforestation area annually - Baseline: 5,831 km² (2015) - Target: 3,915 km² (2021).

Linha de Serviço aplicável do Plano Estratégico do PNUD:

Linha de Serviço Aplicável: 2. Policies strengthened to guarantee effectiveness of ecosystemic services and biodiversity conservation, promoting sustainable land use, recover degraded land and combat desertification. Indicator 2.1: Number of rural poor families benefiting of rural jobs and business development in Northeast states, disaggregated by sex of family head. - Baseline: 0 - Target: 12.000 (3.600 female; 8.400 male)

Estratégia de parcerias*:*

Título do Projeto e Identificação no Atlas (ATLAS ID):

BRA 08/023 - Conservação da Biodiversidade e Promoção e Desenvolvimento Socioambiental

PRODUTOS ESPERADOS	METAS DE PRODUTO PARA O ANO DE 2017 a 2019	ATIVIDADES INDICATIVAS	RESPON-SÁVEIS	INSUMOS
Produto 1.2: 13 Planos de manejo elaborados e revisados Indicadores: Documento Técnico	Metas 2018 Até 11 planos de manejo elaborados	Atividade 1.2.1. Analise dos resultados dos diagnósticos ambientais sob a ótica da nova metodologia regional	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados - Empresas 72300 – Materiais e Bens75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 1.859.247,21***
		1.2.2. Analise dos resultados dos diagnósticos socioeconômicos sob a ótica da nova metodologia regional		
		1.2.3. Realizar estudos para subsidiar a elaboração de planejamento estratégico de 11 UCs		
		1.2.4. Revisar e propor ajustes na proposta de plano de manejo com vistas a sua aplicação		
		1.2.5. Definir a nova metodologia na ótica regional de construção e aplicação de elaboração de plano de manejo, descrevendo o processo e resultados.		
		1.2.6. Disseminar resultados e informações geradas a		

PRODUTOS ESPERADOS	METAS DE PRODUTO PARA O ANO DE 2017 a 2019	ATIVIDADES INDICATIVAS	RESPON-SÁVEIS	INSUMOS
		partir do processo de elaboração dos 11 planos de manejo da Região da BR 319.		
Produto 1.8: 14 Projetos ou estudos para subsidiar o processo de criação, redelimitação e recategorização de Unidades de Conservação Federais, elaborados. Indicadores: Documento Técnico	Metas 2018: Até 5 estudos para criação ou revisão de UCs	1.8.1. Elaborar um estudo para caracterização ambiental para subsidiar a constituição de unidade de conservação 1.8.2. Realizar um estudo fundiário para subsidiar de constituição de unidade de conservação 1.8.3. Elaborar três estudos socioeconômicos para subsidiar o processo de criação de três UCs 1.8.4. Elaborar documento síntese para subsidiar o processo de criação de três UCs	ICMBio	*71300* – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 130.992,63***
Produto 1.11: 12Levantamentos de malhas Fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas em Unidades de Conservação Federais, realizados. Indicadores: Documento Técnico	Metas 2017: Até 3 levantamentos fundiários Metas 2018: Até 6 levantamentos fundiários Metas 2019: 1 levantamento fundiários e 1 documento para solucionar situações de conflito	1.11.1. Elaborar levantamento de malhas fundiárias contendo a identificação de dominialidade das terras em 10 UCs da BR 319. 1.11.2. Elaborar relatório contemplando propostas de solução para minimizar situações de conflito na região da BR 319.	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados – Empresas 72300 – Materiais e Bens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 635.939,13***
Produto 1.12: 08 Levantamentos de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais elaborados. Indicadores: Documento Técnico	Metas 2017: Até 3 levantamentos de terras e benfeitorias em 4 Resex Metas 2018: 1 levantamento de terras e benfeitorias em 4 Resex	1.12.1. Realizar quatro levantamentos de terras e benfeitorias em quatro Resex e Flonas 1.12.2. Organizar e sintetizar dados dos levantamentos das novas oito UCs com vistas ao futuro lançamento das informações no Sigterra.	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72300 – Materiais e Bens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 40.697,79***
Produto 1.15: Estudos para o mapeamento e georreferenciamento de limites naturais e geopolíticos em até 60 UCs realizados Indicadores: Documento Técnico	Metas 2017: Até 20 mapeamentos e georrefenciamentos de Resex e Flona Metas 2018: Até 35 mapeamentos e georrefenciamentos de Resex e Flona Metas 2019: Até 5 mapeamentos e georrefenciamentos de Resex e Flona	1.15.1. Realizar estudos para mapeamento ou georreferenciamento dos limites naturais e geopolíticos de (60) Resex e Flonas 1.15.2. Analisar os resultados mapeados ou georreferenciados dos limites das UCs para identificar inconsistências ou redefinir limites das UCs	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados – Empresas 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 145.794,32***
Produto 2.1: Estudos para subsidiar o processo de criação ou revitalização de 154 Conselhos	Metas 2017: Até 2 conselhos de UCs criados ou revitalizados	2.1.1. Conceber e aprimorar instrumentos e processos para a criação ou revitalização de conselhos consultivos ou deliberativos das UCs	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens

PRODUTOS ESPERADOS	METAS DE PRODUTO PARA O ANO DE 2017 a 2019	ATIVIDADES INDICATIVAS	RESPON-SÁVEIS	INSUMOS
Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais, realizados. Indicadores: Documento Técnico	Metas 2018: Até 15 conselhos de UCs criados ou revitalizados Metas 2019: Até 5 conselhos de UCs criados ou revitalizados	2.1.2. Propor ajustes na operação dos conselhos em 22 unidades de conservação 2.1.3. Propor e realizar iniciativas (encontros, reuniões, intercâmbios) para dinamização dos conselhos das UCs		72300 – Materiais e Bens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 164.498,16***
Produto 2.2: 20 Cursos para Conselheiros e potenciais Conselheiros com foco em planejamento e gestão participativa, educação ambiental e experiência piloto em gestão participativa, realizados. Indicadores: Curso	Metas 2017: Até 10 cursos de capacitação realizados Metas 2018: Até 10 cursos de capacitação realizados	2.2.1. Realizar 20 cursos de capacitação de conselheiros e atores relevantes das UCs em planejamento e gestão participativa, educação ambiental e operacionalização dos conselhos 2.2.2. Desenvolver e definir roteiro metodológico para planejamento e gestão participativa da comunidade na gestão da UC 2.2.3. Realizar e validar duas experiências inovadoras em gestão participativa em UCs, sendo uma na Amazônia e outra na Zona Costeira	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72300 – Materiais e Bens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 174.624,07***
Produto 2.4: Estudos para subsidiar documento técnico sobre metodologia de TBC em UCs federais elaborado, testados e validados em até 02 UCs. Indicadores: Proposta metodológica	Meta 2019: Metodologia para turismo de base comunitária validada em 2 projetos inovadores	2.4.1. Elaborar um documento técnico para turismo de base comunitária 2.4.2. Desenvolver dois projetos inovadores em TBC em duas UCs 2.4.3. Promover encontros técnicos nacionais e nas UCs do projeto inovador para revisar e validar as propostas metodológicas para o TBC	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 75.622,24***
Produto 2.7: Estudos para subsidiar ações de Associações Comunitárias em 24 Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável realizado. Indicadores: Documento Técnico p/UC	Metas 2017: Associações Comunitárias em 1 UC de uso sustentável operacionalizado Metas 2018: Associações Comunitárias em 4 UCs de uso sustentável operacionalizado	2.7.1. Propor e implementar instrumentos e processos para a definição de ações de articulação entre atores visando a conservação e o uso da biodiversidade 2.7.2. Promover debates técnicos com a comunidade para sensibilização sobre desenvolvimento sustentável, conservação e uso da biodiversidade 2.7.3. Propor soluções alternativas que contemplem exemplo para solução de conflitos em 05 UCs de uso sustentável para a conservação e o uso da biodiversidade	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$97.427,52***
Produto 2.8: Cadastro das famílias beneficiárias em 26 unidades de conservação federais efetuado ou atualizado Indicadores: Documento Técnico p/UC	Meta 2017: Até 6 UCs com cadastro das famílias beneficiárias realizado Meta 2018: Até 20 UCs com cadastro das famílias beneficiárias realizado	2.8.1. Realizar levantamentos em seis UCs para realizar o cadastro para acesso à programas e projetos públicos 2.8.2. Analisar os dados do levantamento para proposição de possíveis perfis ou tipologias de famílias beneficiárias de famílias nas UCs	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados – Empresas 72300 – Materiais e Bens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências

PRODUTOS ESPERADOS	METAS DE PRODUTO PARA O ANO DE 2017 a 2019	ATIVIDADES INDICATIVAS	RESPON-SÁVEIS	INSUMOS
		2.8.3. Definir perfis e formas de enquadramento das famílias das UCs com vistas ao acesso nos programas e projetos públicos		75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 185.363,75***
Produto 2.9: Estudos para subsidiar propostas de parâmetros, critérios, indicadores, instrumentos e mecanismos para o monitoramento e avaliação da efetividade e da participação social nos Conselhos das Unidades de Conservação Federais. Indicadores: Proposta metodológica	Meta 2019: Proposta metodológica para avaliação de efetividade da participação social validada por uma experiência inovadora	2.9.1. Propor indicadores, parâmetros e instrumentos para o monitoramento e avaliação da efetividade e da participação social nos conselhos das UCs 2.9.2. Propor metodologia para monitoramento e avaliação da efetividade da participação social nos conselhos na forma de manual 2.9.3. Desenvolver projeto inovador para validação da metodologia e instrumentos propostos para o monitoramento e avaliação da efetividade da participação social nos conselhos 2.9.4. Desenvolver novos mecanismos de utilização e disseminação das propostas referentes a nova metodologia monitoramento e avaliação da efetividade da participação social nos conselhos	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 113.556,09***
Produto 2.10: 50 iniciativas e projetos de educação ambiental, realizadas, visando participação de comunidades tradicionais e outros atores estratégicos na gestão pública da biodiversidade. Indicadores: Projeto	Meta 2017: Até 15 projetos ou iniciativas inovadoras em EA Meta 2018: Até 25 projetos ou iniciativas inovadoras em EA Meta 2019: Até 10 projetos ou iniciativas inovadoras em EA	2.10.1. Propor soluções alternativas que garantam ou ampliem a efetividade da participação social na gestão das UCs 2.10.2. Propor e testar projetos (40) ou iniciativas inovadoras em educação ambiental como mecanismo de ampliar e qualificar a participação social das comunidades tradicionais e outros atores estratégicos 2.10.3. Elaborar e validar 5 projetos pilotos EA para curso de gestão socioambiental 2.10.4. Elaborar 5 projetos pedagógicos com metodologias de educação ambiental para UCs	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72300 – Materiais e Bens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$197.098,17***
Produto 2.11: Estudos para subsidiar a proposição de estratégias e de iniciativas piloto para aumentar a produção extrativista Indicadores: Documento Técnico p/ iniciativa	Meta 2017: Até 6 propostas de iniciativas piloto em Resex Meta 2018: Até 4 propostas de iniciativas piloto em Resex	2.11.1. Propor 10 iniciativas piloto de reservas extrativistas e definir subsídios para a proposição de estratégias 2.11.2. Propor o desenho para a criação de uma organização social e comunitária da Flona Purus, incluindo instrumentos para efetiva criação da organização	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72300 – Materiais e Bens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 143.246,32***
Produto 3.2: Estudos para subsidiar a definição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas brasileiros, em articulação com o Plano Nacional de Adaptação às	Meta 2017: Até 8 estudos sobre estratégia e monitoramento da biodiversidade brasileira e mudanças climáticas	3.2.1. Avaliar e validar protocolos desenvolvidos para coleta de dados, adequando às realidades locais 3.2.2. Estabelecer métodos analíticos para validação dos modelos preditivos dos efeitos da mudança do clima sobre a biodiversidade considerando cenários futuros 3.2.3. Realizar estudos como subsídios para analises em	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados – Empresas 75100 – GMS (apoio geral de

PRODUTOS ESPERADOS	METAS DE PRODUTO PARA O ANO DE 2017 a 2019	ATIVIDADES INDICATIVAS	RESPON-SÁVEIS	INSUMOS
Mudanças Climática realizados. Indicadores: Estudo		diferentes escalas em modelagem de cenários futuros		gestão) - 5% ***Custo total: US$ 189.000,00***
		3.2.4. Priorizar e classificar os indicadores biológicos globais e complementares ajustando protocolos segundo modularidade aprimorando modelos para os ambientes campestres e savânicos		
		3.2.5. Incorporar o monitoramento de recifes de corais e costões rochosos ao monitoramento integrado da biodiversidade marinho costeira		
		3.2.6. Propor procedimentos mais detalhados para implantação de sistemas informatizados para o monitoramento da biodiversidade e variáveis climáticas		
		3.2.7. Propor formas efetivas de comunicação de resultados do monitoramento e de gestão do conhecimento voltadas à sociedade em várias escalas		
		3.2.8. Elaborar estudos para subsidiar a proposição de plano pedagógico para capacitação de monitores da biodiversidade		
Produto 3.4: Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas elaborados. Indicadores: Estudo	Meta 2017: 1 estudo para subsidiar a elaboração PANs Meta 2018: Até 2 estudos para subsidiar a elaboração PANs Meta 2019: 1 estudo para subsidiar a elaboração PANs	3.4.1. Realizar estudos para elaborar planos de ação para conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados – Empresas 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 163.498,16***
		3.4.2. Desenvolver novos mecanismos de disseminação dos resultados para diferentes públicos		
Produto 3.8: Estudos para subsidiar a proposição de metodologia para avaliação do estado de conservação de ecossistemas e das espécies exóticas invasoras quanto ao seu potencial de impacto as espécies nativas realizados. Indicadores: Estudo	Meta 2017: 1 estudo para avaliação do estado de conservação de ecossistemas Meta 2018: Até 2 estudos para avaliação do estado de conservação de ecossistemas Meta 2019: 1 estudo para avaliação do estado de conservação de ecossistemas	3.8.1. Realizar estudos para a proposição de metodologia para avaliação de estados de conservação de ecossistemas	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 210.239,37***
		3.8.2. Estudos para proposição de estratégias para avaliação de espécies exóticas invasoras, testado em projeto inovador		
		3.8.3. Realizar estudos para proposição de metodologia para avaliação das espécies exóticas invasoras quanto ao seu potencial de impacto nas espécies nativas e testa-la em projeto inovador.		
		3.8.4. Elaborar proposta de divulgação dos resultados alcançados dos estudos realizados		
Produto 3.9: Estudos para subsidiar a proposta que contemple processos, instrumentos, temário, parâmetros, critérios e parcerias para a elaboração de Plano de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade realizados	Meta 2017: 1 estudo para propor plano de pesquisa para biodiversidade	3.9.1. Elaborar estudo para subsidiar a proposição de um plano de pesquisa para conservação e uso sustentável da biodiversidade	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 10.500,00***
		3.9.2. Validar e disseminar o uso de metodologia reconhecida de planejamento de programas e projetos de conservação para fins de proposição de plano de pesquisa do ICMBio (Padrões Abertos para a Prática da Conservação)		

PRODUTOS ESPERADOS	METAS DE PRODUTO PARA O ANO DE 2017 a 2019	ATIVIDADES INDICATIVAS	RESPON-SÁVEIS	INSUMOS
Indicadores: Estudo				
Produto 3.10: Estudos para a proposição de instrumentos para a conservação da biodiversidade, subsidiando as decisões sobre atividades antrópicas, realizados. Indicadores: Estudo	Meta 2017: Até 2 estudos para propor redução de impacto para atividades antrópicas Meta 2018: Até 2 estudos para propor redução de impacto para atividades antrópicas	3.10.1. Elaborar estudos inovadores para proposição de planos de redução de impactos das atividades antrópicas relacionadas a hidrelétricas, estradas, mineração 3.10.2. Elaborar estudo complementares sobre as medidas e recomendações de boas práticas de conservação da biodiversidade decorrentes de planos de redução de impactos das atividades antrópicas (3.10.1) 3.10.3. Elaborar estudos complementares contemplando mapeamento com indicação de planos insubstituíveis para biodiversidade a partir do plano de redução de impactos das atividades antrópicas (3.10.1) 3.10.4. Desenvolver novos mecanismos de disseminação dos resultados para diferentes públicos	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 75700 - Treinamentos, seminários e conferências 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 116.099,26***
Produto 5.4: 09 Estudos de viabilidade econômica para a delegação de serviços para visitação em unidades de conservação federais realizados. Indicadores: Estudo	Meta 2017: 1 estudo de viabilidade econômica para delegação de serviços em 6 UCs Meta 2018: Até 4 estudos de viabilidade econômica para delegação de serviços em 6 UCs; Meta 2019: 1 estudo de viabilidade econômica para delegação de serviços em 6 UCs	5.4.1. Realizar levantamentos sobre a legislação aplicável para delegação de serviços federais, incluindo legislação local, em seis UCs 5.4.2. Realizar levantamento dos custos operacionais envolvidos na delegação de serviços nas UCs 5.4.3. Elaborar estudo de viabilidade econômica para delegação de serviços em seis UCs, identificando os serviços passíveis de delegação 5.4.4. Elaboração de proposta técnica e jurídica para proposição de normas e diretrizes para delegação de serviços nas UCs	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados – Empresas 72300 – Materiais e Bens 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 58.046,69***
Produto 5.8: Estudos para proposição de Guias e Manuais em temas estratégicos para o uso público elaborados Indicadores: Manual	Meta 2018: Até 2 manuais sobre temas de uso público Meta 2019: 1 manual sobre temas de uso público	5.8.1. Elaborar estudos para subsidiar a proposição de manual sobre técnicas de manejo em trilhas terrestres 5.8.2. Elaborar estudos sobre equipamentos facilitadores para uso público em UCs de forma a contribuir para a proposição de manual orientador sobre os equipamentos orientadores 5.8.3. Realizar estudos sobre sistemas de gestão de segurança de modo a subsidiar a elaboração de um guia que padronize os procedimentos e apoie a replicação de boas práticas 5.8.4. Desenvolver novos mecanismos de disseminação dos resultados para diferentes públicos	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados – Empresas 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 81.620,37***
Produto 6.9: Monitoramento e avaliação de desempenho do Projeto, realizado. Indicadores: Documento técnico	Meta 2019: 1 Avaliação final do projeto	6.9.1. Realizar o monitoramento e avaliação de desempenho final do projeto 6.9.2. Desenvolver novos mecanismos de disseminação dos resultados para diferentes públicos	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 33.600,00***

PRODUTOS ESPERADOS	METAS DE PRODUTO PARA O ANO DE 2017 a 2019	ATIVIDADES INDICATIVAS	RESPON-SÁVEIS	INSUMOS
Produto 6.10: Estudos para subsídios metodológicos para proposição de estrutura e funcionamento para EaD, elaborados Indicadores: Proposta metodológica	Meta 2017: 1 Proposta metodológica para atividades de EaD	6.10.1. Elaborar diagnóstico sobre as demandas existentes para a realização de seis cursos pedagógicos de EaD para a gestão de UCs 6.10.2. Elaborar proposta de metodológica para a estruturação e funcionamento dos seis cursos pedagógicos de EaD	ICMBio	71300 – Consultorias Nacionais 71600 – Viagens 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$ 105.000,00***
Produto 6.11: Estudos e material para a realização de 06 cursos de Educação a Distância (EaD), elaborados e validados. Indicadores: Estudo	Meta 2017: Até 3 estudos e materiais para 6 cursos de EaD Meta 2018: Até 3 estudos e materiais para 6 cursos de EaD	6.11.1. Elaboração de estudos e materiais para a realização de seis cursos de EaD 6.11.2. Revisar o desenho dos seis cursos pedagógicos para EaD após implementação destas capacitações pelo ICMBio, de forma a promover a implementação do programa permanente de cursos de EaD 6.11.3. Desenvolver novos mecanismos de disseminação dos resultados para diferentes públicos	ICMBio	71600 – Viagens 72100 – Serviços Contratados – Empresas 75100 – GMS (apoio geral de gestão) - 5% ***Custo total: US$210.867,72***

Anexo 5

Matriz de Resultados 2020

REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.				
RESULTADOS DO PROJETO	**ANÁLISE DE PROGRESSO COM ALCANCE DOS RESULTADOS**	**PRODUTOS DO PROJETO:**	**STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS**	**ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:**
Resultado 1 - Unidades de Conservação Federais geridas:	Considerando que o resultado 1 está voltado para o planejamento, avaliação, criação e consolidação territorial de unidades de conservação, o projeto já desenvolveu ações que resultaram nos seguintes produtos principais: **a)Em termos de instrumentos de gestão:** • Roteiro Metodológico, **parcial**, para elaboração de Planos de Manejo. • **Planos de Manejo: Conclusão**de13Planos de Manejo, das seguintes UCs: 1) PARNA da Amazônia; 2) Flona de Caxiunã; 3) PARNAMapinguari; 4) RebioAbufari; 5) Flona de Humaitá; 6) PARNA Nascentes do Lago Jari; 7) ESEC Cuniã; 8) RESEX do Lago de Cuniã; 9) FlonaIquiri; 10) FlonaBalata Tufari;	**Produto 1.1 -** 01 Roteiro metodológico elaborado, revisado, editorado e publicado.	⇒ Implementadoparcialmente	**Produto parcialmente implementado**, sendo cancelado em conformidade com aRevisão Substantiva 2016, visto queas diretrizes para elaboração de planos de manejos estão sendo definidas em Portaria do ICMBio.Manteve-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 1.2 - Treze Planos de Manejo elaborados e revisados.	⇒ Implementado / Completado	**Produto concluído,**sendo que a meta do produto foi reduzida para **13 Planos de Manejo**e dada nova redação ao produto, em conformidade com a Revisão Substantiva de 2016. O Projeto, que contou também com recursos de Acordo firmado com o DNIT, apoiou a elaboração de 13 Planos de Manejo, sendo dois deles com recursos do ICMBio, que envolveram 3 etapas de planejamento e organização, quais foram: • Diagnóstico ambiental; • Diagnóstico socioeconômico; e • Planejamento..
		Produto 1.3 - 09 Estudos técnicos para definição de zonas de amortecimento em Unidades de Conservação Federais e nas suas zonas de amortecimento elaborados	⇛ Não Implementado-não iniciado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandasno âmbito do Projeto.
		Produto 1.4 - 09 Estudos e/ou projetos de gestão integrada	⇛ Não Implementado - não iniciado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.

	11) RESEX Ituxi; 12) RESEX Médio Purus; e 13) RESEX Capanã Grande. **b) Em termos de criação ou ampliação de UCs foram desenvolvidas 10 ações d**e criação de espaços de preservação da biodiversidade, nas seguintes categorias de UCs: • Reservas Extrativistas - Resex; • Refugio da Vida Silvestre – RVS; • Manumento Natural – MN; • Parque Nacional Marinho de Abrolhos –PARNA. **c) Em termos de metodologia:** • Aplicação do método Rappam, tendo por objetivo buscar oferecer aos tomadores de decisão e formuladores de políticas relacionadas asUC uma ferramenta simples para identificar as principais tendências e os aspectos que necessitam ser considerados para se alcançar uma melhor efetividade de gestão em um dado sistema ou	(corredores ecológicos, mosaicos, gestão biorregional, gestão ecorregional), elaborados, implementados, avaliados e publicados		
		Produto 1.5 - Estudo para identificação e proposição de modelo e metodologia para avaliação de parcerias elaborado.	⇛ Não Implementado - não iniciado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 1.6 – Definir modelo e método de avaliação da efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais	⇒ Implementado / Completado	**Produto concluído,** sendo que foi cancelado em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Foi aplicada a metodologia deAvaliação Rápida e Priorização da Gestão Unidades de Conservação (Rappam), com o objetivo de se identificar melhor estratégia para efetividade de gestão em sistema ou grupo de áreas protegidas. Atualmente o Instituto está realizando testes pilotopara nova ferramenta de avaliação de efetividade da gestão das Ucs.
		Produto 1.7 - Sistema de monitoria da implementação das Unidades de Conservação Federais desenvolvido e implementado	⇒ Implementado / completado	**Produto concluído**, sendo cancelado em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Houve mudança de estratégia institucional para o desenvolvimento de outra ferramenta de monitoramento, denominadaSistema Integrado de Gestão Estratégica (SIGE), que foi desenvolvidaaproveitando-se dos subsídios gerados pelo projeto. O SIGE é um sistema,como modelo de **g**estão por resultados, adotado pelo ICMBio desde sua criação.
		Produto 1.8 - 14 Projetos ou estudos para subsidiar o processo de criação, redelimitação e	⇒ Implementado parcialmente	**Produto parcialmente implementado e excluído na Revisão Substantiva de 2020.**A meta do produto foi reduzida para 14 projetos ou estudos e recebeu nova redaçãoem conformidade com a Revisão Substantiva

	grupode áreas protegidas. **d) Em termos de consolidação territorial e planejamento de regularização fundiária**: Até fins de 2019 foram realizadas atividades que remeteram ao georreferenciamento e demarcação de UCs Federais nas categorias: Resex, Rebio, PNs e Flonas, além da criação de instrumentos de normatização e na promoção de uma série de eventos e cursos de qualificação de profissionais em temas relacionados a consolidação territorial, inclusive possibilitando o repasse da CDRU em áreas transferidas ao ICMBio.	recategorização de Unidades de Conservação Federais elaborados.		2016.Sendo realizada, até aquele ano, **10 ações de criação de espaços de preservação da biodiversidade**, listados a seguir: • Resex – Reservas Extrativistas: em Magalhães Barata; Araí-Peroba; em Marapanim; Ilha Pratiqueira (São Caetano de Odivelas); Enseada da Mata na região da Baixada Maranhense, município de Penalva/MA; no Litoral Sul de SE/Mangabeiras, na área de influência do complexo estuarino PI/Fundo/Real/SE; • RVS - Refúgio da Vida Silvestre na plataforma marinha de Sergipe; • Mona - Monumento Natural da Pipa no município de Tibau do Sul – RN; • Sistematização de informações sobre a biodiversidade marinha no Banco dos Abrolhos, com o objetivo de identificação de áreas prioritárias para a conservação. O produto, parcialmente implementado até o ano de 2016, vem sendo executado com recursos do ICMBio sob nova diretriz para criação ou ampliação de áreas protegidas
		Produto 1.9 – 3 Estudos de caracterização e diagnóstico ambiental de Unidades de Conservação Federais e/ou avaliação ecológica rápida, realizados	⇒ Implementado / completado	**Produto concluído**, sendo cancelado em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. As demandas existentes por estudos dessa natureza foram realizadas diretamente pelo ICMBio, por outras fontes de financiamento.
		Produto 1.10 - Unidades de Conservação Federais, mapeadas com seus limites, uso e ocupação do solo, marcos geográficos naturais	⇒ Implementado parcialmente – Cancelado	**Produto parcialmente implementado**, sendo que o mesmo foi cancelado e incorporado ao produto 1.15 em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Foram identificadas novas abordagens para o tema. Manteve-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.

		Produto 1.11 - Levantamentos de malhas fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas em 12 Unidades de Conservação Federais, realizados.	⇒ Implementado / completado	**Produto concluído,** sendo que foi dada nova redação ao produto, em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Manteve-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto. O Projeto, que contou também com recursos de Acordo firmado com o DNIT, sendo um deles com recursos do ICMBio, concluiu os trabalhos realizando o apostilamento a contratos de empresas contratadas pelo ICMBio, sendo que os pagamentos se deram, na modalidade "Pleasepay", mediante a apresentação de relatórios e aprovação técnicas dos produtos decorrentes. Os trabalhos resultaram na identificação de dominialidade das terras em 11UCs da BR 319 e de propostas de solução para minimizar situações de conflito na região da BR 319. Os trabalhos foram executados pela empresa A Alcantra Costa - ME e Gestores das UCs Federais no alinhamento das atividades, assim como em atividades degeorreferenciamento e demarcação de UCs nas categorias: Resex, Rebio, PNs e Flonas. Especificamente para cada UC, dessas categorias, os produtos entregues foram os seguintes: • Resex Lago Capanã Grande: realizados os serviços de levantamento cartorial com apresentação de certidão de inteiro teor e cadeia dominial; • Parna Nascentes Lago Jari: realizadas vistorias de benfeitorias em posses no interior da UC; • Flona Balata-Tufari: realizado reunião inicial, diligências cartoriais (certidão de inteiro teor) e elaboração de cadeia dominial; • Resex Médio Purus: realizados serviços de reunião inicial, diligências cartoriais (certidão de

				inteiro teor) e elaboração de cadeia dominial; • ParnaMapinguari: realizados serviços de reunião inicial, diligências cartoriais (certidão de inteiro teor) e elaboração de cadeia dominial. Também foi realizado o diagnóstico da situação sócioeconômica e fundiária das posses/propriedades localizadas ao longo dos rios Mucuim, Setor Vista Alegre do Abunã e Mineração no interior do Parque, visando subsidiar o processo de regularização; • FlonaIquiri: realizados serviços de reunião inicial, diligências cartoriais (certidão de inteiro teor) e elaboração de cadeia dominial; • RebioAbufari: não houve serviços executados, apenas a reunião inicial; • ResexItuxi: não houve serviços executados, apenas a reunião inicial; • Flona Humaitá: Não houve serviços executados, apenas a reunião inicial; OBS: De acordo com a área técnica parte das UC não possuíam de fato demanda por regularização fundiária e, para outras foram executados apenas procedimentos iniciais de instrução do processo, a exemplo do levantamento de documentação e elaboração de cadeia dominial, não chegando a se fechar um diagnóstico efetivo da situação fundiária de cada UC abrangida pelo projeto.
		Produto 1.12 – 8 levantamentos de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais elaborados.	⇒ Implementado parcialmente	**Produto parcialmente implementado e mantido na Revisão Substantiva de 2020 dado a implementação do Sigterra.** O ICMBio promoveu, com recursos próprios e do Projeto, uma série de eventos e cursos de qualificação de seus quadros profissionais, destacando: • I Seminário de Consolidação Territorial de UC (março 2009): tendo por objetivo formular proposições que possibilitassem a consolidação territorial e maior efetividade à regularização fundiária das UC Federais.

				• Criação da IN ICMBio Nº 02/2009, que regula os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais de domínio privado localizados em UC Federais de domínio público. • I Curso de Avaliação de Imóveis Rurais em UC Federais (novembro 2010): realizado no PN da Serra de Itajaí, em Blumenau/SC, sendo capacitados 21 servidores de vários Estados, que passaram a constituir equipes técnicas para promover ações descentralizadas de regularização fundiária. • I Oficina sobre "Procedimentos e Base Legal para Regularização Fundiária das UC Federais", realizada em Porto Seguro, Bahia, junho/2011, resultando na capacitação de 23 analistas ambientais do ICMBio com formação em Direito e de dois Procuradores Federais para a instrução dos processos de indenização de terras e benfeitorias em UC Federais.
		Produto 1.13 – Elaboração de Projetos, estudos e/ou acompanhamento de demarcação de Unidades de Conservação, apoiados.	⇒ Implementado parcialmente - Cancelado	**Produto parcialmente implementados**, sendo que o mesmo foi cancelado e incorporado ao produto 1.15, em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, dado que as demandas de estudos e outras ações para este Produto estão sendo realizadas pelo ICMBio. Manteve-se seu histórico de desenvolvimento, registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 1.14 - 07 Unidades de conservação com estudos, projetos e/ou realocação da população, apoiados	⇒ Implementado parcialmente - Cancelado	**Produto parcialmente implementado e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, dado que as demandas de estudos e outras ações para este Produto estão sendo realizadas pelo ICMBio. Manteve-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.

		Produto 1.15 - Estudos para o mapeamento e georreferenciamento de limites naturais e geopolíticos em até 60 UCs realizados.	⇒ Implementado / parcialmente	**Produto parcialmente implementado e mantido na Revisão Substantiva de 2020.** O Produto foi inserido na Revisão Substantiva 2016, sendo implementadas as seguintes atividades: 1) Elaborados mapas individuais e de memoriais descritivos das áreas das Reservas Extrativistas sobrepostas com as áreas sob gestão da SPU e INCRA, visando a sua transferência ao ICMBio, a fim de possibilitar o repasse da CDRU aos beneficiários de 23 UC Federais; 2) Realizado o diagnóstico da base de dados digitais e físicos das UC Federais cujos limites foram demarcados entre 2007 e 2016 **contendo:** • análise da coerência entre estes produtos e o memorial descritivo do ato legal de criação e alteração dos limites da UC; e • análise da coerência quanto às normas e regras para georreferenciamento de imóveis rurais e demarcação das UCs federais. 3) realizado curso de capacitação para análise de peças técnicas de demarcação e produtos de sinalização do perímetro das UCs Federais para os servidores do ICMBio.

REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.				
RESULTADOS DO PROJETO	**ANÁLISE DE PROGRESSO COM ALCANCE DOS RESULTADOS**	**PRODUTOS DO PROJETO:**	**STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS**	**ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:**
Resultado 2. Organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das unidades de conservação federais fortalecidas.	Considerando que o resultado 2 volta-se para a gestão socioambiental e participativa com a população tradicional, o projeto já desenvolveu ações que resultaram nos seguintes produtos principais: a) **Em termos de criação ou revitalização de Conselhos** Além da criação de 29 Conselhos, da revitalização de 131 Conselhos e da capacitação decerca de 1000 participantes (membros desses Conselhos), o Projeto apoiou as seguintes iniciativas: • proposição de modelos de gestão compartilhada em UCs de uso sustentável; • Elaboração, com respectiva qualificação,doprotocolo único para monitoramento e avaliação do funcionamento dos Conselhos Consultivos em Ucs federais.	**Produto 2.1** - Estudos para subsidiar o processo de criação ou revitalização de 154 Conselhos Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais realizados.	⇒ Implementado / parcialmente	**Produto parcialmente implementado e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com nova redação e aumento da meta para 168 Conselhos integradas nas UCs**, sendo que sua meta, já havia sido alterada, em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. A meta do produto foi superada, até 2016, em 6 ações de criação ou revitalização de Conselhos. Deste 2016 adotou-se metodologia de chamada interna para seleção de propostas de capacitação de Conselhos, sendo 24 atendidas com esta metodologia. Como resultado total do projeto foram apoiados a criação de 29 Conselhos e revitalizados outros 131 Conselhos, com a capacitação de cerca de 1000 participantes.
		Produto 2.2 - 20 Cursos para Conselheiros e potenciais Conselheiros com foco em planejamento e gestão participativa, educação ambiental e experiência piloto em gestão participativa realizados.	⇒ Implementado / parcialmente	**Produto parcialmente implementado e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com nova redação e aumento da meta para 8 cursos adicionais sob o conceito integrado de gestão participativa,** sendo que sua meta, já havia sido alterada,na Revisão Substantiva 2016.A meta do produto foi superada em 6 ações de capacitação de Conselheiros, sendo que as capacitações ocorreram, em algumas ocasiões, mais de uma vez na mesma unidade de conservação federal, dado alteração dos nomes dos representantes desses Conselhos e a necessidade de os integrarem no processo. Deste 2016 foi adotado metodologia de

	b) Em termos de orientações sobre a gestão participativa: Além da elaboração do Guia de orientações para a gestão participativa em UCs Federais (Gestores e Conselheiros), o projeto apoiou: • vídeos curtos tratando da participação social dos conselhos consultivos/deliberativos sobre organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das UCs federais, com o objetivo de promover a integração e fortalecer o pertencimento entre os representantes de conselhos consultivos e deliberativos das diversas UC; • Contratada consultoria, pessoa física, para consolidar, sistematizar informações, fornecer subsídios para a definição de diretrizes institucionais, e propor modelos de gestão compartilhada em UCs de uso sustentável, com orientações metodológicas para planejamento, implementação, monitoramento e avaliação			chamada internade seleção de propostas de capacitação de representantes de Conselhos, sendo 26 atendidas no períodonas seguintes categorias: Flona; Resex; Parna; APA; e Esec; quais sejam: - Flona de Anauá; - Flona de Roraima; - ResexAcau-Goiana; - Resex Itaipu; - Resex Arraial do Cabo; - Resex Quilombo Frechal; - Resex Marinha de Soure; -Resex Marinha Tracuateua; - Parna Serra da Capivara; - Parna Serra da Canastra; - Parna de Saint-Hilaire/Lange; - Parna dos Lençóis Maranhenses; - Parna de Jericoacoara; - Parna da Serra do Cipó; - Flona de Mulata; - Flona de Tefé; - APA Chapada do Araripe; - APA Guapimirim; - APA Serra da Ibiapaba; - Esec Serra Geral do Tocantins; e - Esec Tamoios.
		Produto 2.3 – Manual de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais, elaborado	⇒ Implementado - completado	**Produto Concluído**com a elaboração e publicação do **Guia de orientações para a gestão participativa em UCs Federais (Gestores e Conselheiros).** A publicação do Guia consolida o aprimoramento do desempenho dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação Federais, disponibilizando informações de qualidade aos gestores e conselheiros. Além disso, o guia serve como material de apoio para a formação, funcionamento, avaliação e modificação na composição dos Conselhos Gestores, colaborando para fortalecer a atuação de

	destes modelos			conselheiros e gestores de UC Federais.
	c) Em termos de Turismo de Base Comunitária: • Realizados estudos sobre as artes e práticas de pesca tradicional e dos modos de produção e reprodução do conhecimento dessa prática; • Realizados estudos para definição de diretrizes institucionais e metodologia para o planejamento e o estabelecimento do TBC nas UCs Federais; • Realizados estudos sobre TBC, inventário de potencial turístico; ordenamento da pesca esportiva, e de discussão de elaboração de Roteiro Metodológico para seu estabelecimento. **OBS**: Considerou-se a necessidade de desenvolvimento do Roteiro Metodológico de forma preliminar à elaboração de Projetos de TBC e, para tanto, foi instituído no ICMBio GT para tratar do tema. d**) Em termos de capacitação:** • Cerca de 2.300 pessoas	**Produto 2.4** - Estudos para subsidiar documento técnico sobre metodologia de TBC em UC federais elaborado, testados e validados em até 02 UC.	⇒ Implementado / parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com nova redação e com indicação de mais 2 projetos adicionais aos até então executados**, sendo que já havia recebido nova redação em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Foram apoiadas, por meio da metodologia adotada de Chamada interna de seleção, 10propostas para fortalecimento de iniciativas de Turismo de Base Comunitária, das seguintes UCs: • Apa Petrópolis; • Resex Baía do Iguape; • Resex Delta do Parnaíba; • Parna Chapada Diamantina; • ResexPirajubaé,; • Apa de Guapimirim; • Resex Prainha do Canto Verde; • Parna Abrolhos; • ResexCassurubá; e • ApaCairuçu. Com vistas à consolidação deste objeto foi contratada também consultoria, pessoa física, para elaboração do**Caderno de Experiências em TBC nas UC Federais**, envolvendo desde sua concepção, organização das informações levantadas pela consultoria e pela rede de servidores apoiadores, até a elaboração dos textos relativos à sistematização de cada uma das experiências. No processo foram envolvidos a participação de mais de 300 pessoas entre gestores de institutos, comunidades locais e consultores. Foi

	foram capacitadas em vários temas, como por exemplo: educação ambiental; produção sustentável, manejo florestal; acesso ao mercado; planejamento sustentável participativo em programas de Garantias de Direitos Sociais; de Garantia de Direitos Ambientais; de Desenvolvimento Organizacional. Ao todo cerca de 181 comunidades foram beneficiadas com essas capacitações. • Lançado o livro *"Guia de Políticas Públicas para Extrativistas da UCs"* e do livreto *"Estudos de caso*" para promover a divulgação das experiências exitosas de inclusão produtiva em UCs de uso sustentável do bioma amazônico, assim como em licenciamento e acompanhamento processual das iniciativas de manejo florestal sustentável comunitário. • Realizado a elaboração de produtos relativos a licenciamento e acompanhamento processual das iniciativas de manejo florestal sustentável comunitário.			apoiado,ainda, a realização de estudos sobre TBC em 7 UC Federais, contendo: · inventário de potencial turístico; · ordenamento da pesca esportiva; · discussão de elaboração de Roteiro Metodológico para seu estabelecimento; · definição de estratégia para a normatização e implementação do TBC; · elaboração, implementação ou promoção de iniciativas e produtos de TBC, visando pautar métodos que possam ser replicados em outras UC e que irão compor o caderno de experiências de TBC. Os aprendizados permitiram sistematizaro**Caderno de Experiência**(que também contou com mais quatro experiências de UC). Cabe destacar, que a Chamada interna de projetos também permitiu qualificar parte da demanda de TBC existentes nas UC federais e identificar lacunas de conhecimento na sua abordagem, fornecendo subsídios importantes para definir as necessidades de capacitação no tema aos servidores do ICMBio. Como resultado dos trabalhos foi elaborado e divulgado o **Caderno de Experiência - Turismo de Base Comunitária em UC Federais**, o qual sistematizou/consolidou os aprendizados dos projetos de TBC que foram apoiados por meio da "Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC em UC Federais". O Caderno tem como propósito servir de referencial metodológico para o desenvolvimento do TBC nas UC que possuem essa demanda de trabalho, disponíveis para gestores e comunitários, além de fortalecer a divulgação com parceiros e outras UC para reflexões do turismo de base comunitária em área protegidas, se tornando uma ferramenta

	e) Em termos de projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar: • Realizados estudos e atividades para subsidiar a implementação de 5 projetos sobre manejo de pirarucus, de quelônios e de Tracajás, de recursos florestais madeireiros e não madeireiros; • Elaborado e implantado Plano de Ação para o Desenvolvimento Socioambiental da Comunidade do Aritingui-PB. **f) Em termos de fortalecimento de Associações Comunitárias:** • Realizados estudos e iniciativas para criação ou funcionamento de Associações ou Núcleos de populações tradicionais; • Lançado o Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade; **g) Em termos de cadastramento de famílias:** • Definição de metodologia para cadastramento de famílias e diagnóstico socioeconômico em UCs, com o cadastro de 57.198			importante de consolidação não só nas UC que já desenvolvem esse trabalho mas também de implementação em outros territórios, buscando a efetividade dessa agenda.
		Produto 2.5 – 200 Comunidades tradicionais capacitadas em associativismo, gestão de projetos produtivos e manejo de produtos não madeireiros, cadeias de valor, inclusão digital e tecnologias adaptadas	⇒ Implementado parcialmente – Cancelado	**Produto implementação parcialmente e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, sendo inserido novo produto em sua substituição (2.11), mantendo-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto. O Projeto PNUD BRA/08/023, que contou com recursos de Acordo firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, apoiou a elaboração e implantação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Socioambiental da Comunidade da Ilha do Aritingui-PB, por meio de contrato firmado com a empresa Greentec-Tecnologia Ambiental.
		Produto 2.6 - 30 Projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar implementados em comunidades tradicionais, visando o fortalecimento de cadeias produtivas priorizadas por arranjos locais, buscando otimizar as potencialidades sociais, ambientais e econômicas melhor distribuição de renda	⇒ Implementado parcialmente – Cancelado	**Produto implementado parcialmente e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, sendo inserido novo produto em sua substituição (2.11), mantendo-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto, como o da realização de estudos e atividades que subsidiaram a implementação de 5 projetos sobre manejo de pirarucus, de quelônios e de Tracajás, de recursos florestais madeireiros e não madeireiros.
		Produto 2.7 - Estudos para subsidiar ações de associações comunitárias em 24 UC´s federais de uso sustentável realizado.	⇒ Implementado parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com aumento de meta para 4 UCs adicionais**, sendo que havia recebido nova redação, com alteração de sua meta na Revisão Substantiva

	famílias em 77 UC até fins de 2015, sendo realizada coleta, compilação e gestão de informações cadastrais, de produção e acesso às políticaspúblicas de saúde, de saneamento e de educação.Os dados das famílias estão sendo atualizados em sistema desenvolvido para este fim, o SISFAMÍLIA, no qual já foram atualizados os cadastros de famílias de 53 UCs Federais, assim como contratadas consultorias, pessoa física, para consolidar dados de políticas públicas de saúde e educação; e de construção do processo de definição do perfil de famílias beneficiárias nas UCs de Uso Sustentável com populações tradicionais. **h) Em termos de Educação Ambiental** • Conclusão do Contrato firmado com a GREENTEC que teve por objetivo a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Realização de Capacitações Técnicas na Comunidade Aratingui-Interior da APA da Barra de Mamanguape/PB;			2016. Foi elaborado e lançado o **Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade.** O qual apresenta ao todo quinze produtos oriundos de populações tradicionais, quais sejam: açaí; artesanato; babaçu; borracha; cacau; castanha; farinha de mandioca; frutas e polpas; jaborandi; jacaré; madeira de manejo comunitário; óleos vegetais; recursos pesqueiros; pirarucu e turismo de base comunitária.O trabalho decorreu daorganizaçãoem 128 Associações eCooperativas e em 66 Unidades de Conservação Federais. Essas organizações representam politicamente as famílias e se destacam pela organização socio-produtiva comunitária epelo fomento a geração de renda local com o envolvimento direto de mais de 25 mil trabalhadores.
		Produto 2.8 - Cadastro das famílias beneficiários em 26 unidade de conservação efetuado ou atualizado.	⇒ Implementado / Completado	**Produto em andamento mantido na Revisão Substantiva de 2020 para atender o cadastro de famílias de pescadores em 1 UC,**sendo que na Revisão Substantiva de 2016 havia recebidonova redação e definição de metas, visando a realização de aprimoramento dos dados de cadastro das famílias beneficiárias em 20 UCs federais já levantadas, e cadastramento em mais 6 UCs.Sendo ainda normatizado o processo de definição do perfil de famílias beneficiárias nas UC de Uso Sustentável (IN nº 35/2013), com a definição do perfil de famílias beneficiária em 28 UC. Foi atualizado, também,o cadastro único–Cadúnico (Bolsa Famílias, Renovação e emissão de DAP´s, Levantamento de documentos pessoais e divulgação do projeto Fomento mulher-projetofomento – ResexItuxi. Como resultado 194 pessoas foram cadastradas

	• Elaboração de texto para publicação com orientação para monitoramento e avaliação de ações, projetos e programas estruturados de Educação Ambiental em UCs Federais. • Elaborado protocolo único para monitoramento e avaliação do funcionamento dos conselhos consultivo em UC federais para gestores e conselheiros dessas unidades.			no INCRA. As ações realizadas no contexto do Produto 2.8 - Projeto BRA 08/023 objetivaram identificar e reconhecer as famílias tradicionais que vivem nas UC Federais de Uso Sustentável das categorias Resex, RDS e Flona, no sentido de fortalecer o direito ao uso e permanência nesses territórios protegidos, além de subsidiar políticas e programas que visem a melhoria da qualidade de vida dessas populações, associada à conservação dos recursos naturais.
		Produto 2.9 - Estudos para subsidiar propostas de parâmetros, critérios, indicadores, instrumentos e mecanismos para o monitoramento e avaliação da efetividade e da participação social nos Conselhos das Unidades de Conservação Federais.	⇒ Implementado / Completado	**Produto concluído** e inserido na Revisão Substantiva 2016, visando melhorar o desempenho dos Conselhos e da participação social na gestão das UCs Federais, foi**elaborado protocolo único** para monitoramento e avaliação do funcionamento dos conselhos consultivo em UC.
		Produto 2.10 - 50 iniciativas e projetos de educação ambiental, realizadas, visando participação de comunidades tradicionais e outros atores estratégicos na gestão pública da biodiversidade.	⇒ Implementado parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com nova redação e aumento de meta, inclusive de apoio ao Programa ASAS – Agente de Sensibilização Ambiental**, sendo que havia sido inserido na Revisão Substantiva 2016. O ICMBiolançouEdital de Chamada de seleção interna de 50 Projetos de Educação Ambiental,visando o fortalecimento e a implementação de programas, projetos e ações estruturadas de educação ambiental, sendo atendidas UCs Federais das seguintes categorias:

				- Parques Nacionais - Parna; - Reservas Extrativistas - Resex; - Área de Proteção Ambiental - APA; - Estações Ecológicas – Esec; e - Florestas Nacionais - Flonas. Também foram produzidas documentos e publicações em vários temas, destacando:segurança alimentar e hídrica;construção de realidades individuais e coletivas;práticas pedagógicas em geografia e educação ambiental; fotografia de paisagens para jovens;nova abordagem para elaboração de planos de manejo; métodos de recuperação de áreas degradadas em UC de Uso sustentável;contexto sociopolítico da pesca artesanal no Brasil;empoderamento das futuras lideranças jovens na conservação da biodiversidade; redução de impactos de rejeitos observados nas comunidades indígenas; e, por fim, feita a medição da efetividade da participação social na gestão em UC Federais.
		Produto 2.11 - Estudos para subsidiar a proposição de estratégias e iniciativas piloto para aumentar a produção extrativista.	⇒ Implementado parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com nova redação e indicação de metas sob o foco da bioeconomia,** sendo que havia sido inserido na Revisão Substantiva 2016 em substituição aos Produtos 2.5 e 2.6 que foram cancelados. A inserção decorreu da necessidade de continuidade de ações de transferência de tecnologia social para ampliar a produção extrativista previamente trabalhada, com resultados anteriores registrados nos produtos 2.5 e 2.6, com os lançamentos doCatálogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil, visando dar visibilidade a cadeia produtivade populações e comunidades tradicionais para o mercado consumidor, assim como o Caderno de Experiência em Turismo

				Comunitário, que objetiva servir de referencial metodológico para o desenvolvimento da modalidade nas UC que possuem essa demanda de trabalho. Também a implementação de projetos de manejo de pirarucus, de quelônios e de Tracajás, de recursos florestais madeireiros e não madeireiros, entre outras ações, que resultaram dos subsídios das ações realizadas.

REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.				
RESULTADOS DO PROJETO	**ANÁLISE DE PROGRESSO COM ALCANCE DOS RESULTADOS**	**PRODUTOS DO PROJETO:**	**STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS**	**ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:**
Resultado 3. Estabelecer mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade:	Considerando que o resultado 3 volta-se para a realização de pesquisa, monitoramento e manejo para conservação da biodiversidade, o projeto já desenvolveu ações que resultaram nos seguintes produtos principais: a) **Em termos de mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade:** Elaborados 46 Projetos de Pesquisa em conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação. **b) Em termos de definição e aprimoramento de Estratégia Nacional para o Monitoramento da Biodiversidade em UCs federais:** Desenvolvida estratégia em 30 UCs para os Biomas Caatinga e Cerrado e implantado o monitoramento da biodiversidade, como testes, em UCs dos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica; incluindo ações de	**Produto 3.1** – Construção de 40 Protocolos ou ferramentas para conservação e manejo da biodiversidade e de UCs definidos	⇒ Implementado - completado	**Produto concluído**com aelaboração de 46 Projetos/Protocolos de Pesquisa em conservação da biodiversidade e gestão de UCs Federais, com metasuperada em 6 projetos/protocolos.
		Produto 3.2 - Estudos para subsidiar a definição de Estratégia Institucional para o Monitoramento da Biodiversidade nos biomas brasileiros, em articulação com o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas realizados.	⇒ Implementado parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com indicação de metas**, sendo que já havia recebido nova redação em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Além do desenvolvimento de 2 estudos nos biomas marinho e costeiro, o Projeto PNUD BRA/08/023, que contou com recursos do Fundo Clima, apoiou a concepção e a estruturação do Programa Monitora, especialmente no que se referiu a testes de protocolos de monitoramento da biodiversidade *in situ* e ao fortalecimento de arranjos intra e interinstitucionais na execução de diversas etapas de implementação do Programa, inclusive de efetividade, que culminou com a gestão de dados, da informação e do conhecimento, a partir dos dados coletados, analisados e interpretados com ampla participação social, visando subsidiar decisões de uso e manejo de recursos naturais e estratégias de conservação em diferentes escalas. O monitoramento está em operação em cerca de 80 UCs federais, o que representa uma adesão deUCs superior a meta inicial do Projeto Fundo

	validação dos efeitos da mudança do clima. **c) Em termos de informações da biodiversidade:** Desenvolvida base de dados sobre informações de biodiversidade integrada que tem por propósito a captura**,** integração**,** compartilhamento,visualizaçã o **e** análise de dados do monitoramento das unidades de conservação federais. **d) Em termos de Planos de Ação:** Estudos para o aprimoramento metodológico da ferramenta que permitiram subsidiar a revisão e atualização da IN ICMBio 25/2012 referente aos PANs. No âmbito do Projeto destaca-se os estudos realizados: na fauna ameaçada por infraestrutura viária; em mamíferos do sudeste (parte I e II); e do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Destaca-se, ainda, os trabalhos de concepção visual e de criação e produção de Guias e PANS de espécies ameaçadas de extinção.			Clima que previa ao menos uma UC nos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.
		Produto 3.3 – Desenvolvimento de base de dados sobre informações de biodiversidade integrada	⇒ Implementado - completado	**Produto concluído**com a base de dados sobre informações de biodiversidade integrada desenvolvida.
		Produto 3.4 - Planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas elaborados.	⇒ Implementado parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com indicação de metas**, sendo que já havia recebido nova redação em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. O ICMBio realizou oficinas de elaboração de Planos de Ações Nacionais (PANs) com a compilação de fichas de 2.221 espécies e avaliada a efetividade no bioma caatinga, sendo que foram revisadas informações biológicas de 175 espécies de borboletas e de 221 fichas de borboletas que haviam sido validadas Foram realizadas ainda ações tanto pelo ICMBio como pelo Projeto, que resultaram: • No desenvolvimento de base de dados sobre informações da biodiversidade e lançamento do “portal da biodiversidade”; • Na avaliação do estado de conservação da fauna, objetivando avaliação de Mamíferos: (ungulados, carnívoros, Xenarthra e morcegos); borboletas (Nymphalidae); Peixes Amazônicos (Gymnotiformes e Siluriformes); Invertebrados Troglóbios; Aves da Caatinga e de Araras-azuis-de-lear (Anodorhynchusleari); Aves da Amazônia Ocidental e do Cerrado/ Pantanal; e, por fim, peixes continentais das bacias dos rios São Francisco, Paraíba do Sul e Fluminense; • Na atualização dos registros de ocorrências das espécies da fauna brasileira, que passaram

	OBS: O trabalho desenvolvido pelo Projeto e pelo ICMBiofoi de avaliação, por grupo taxonômico, de todas as espécies com finalidade de atualização da sua lista pelo MMA. **e) Em termo de definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies:** Realizados estudo sobre a eficiência do SNUC para a proteção de algumas espécies de vertebrados ameaçados de extinção, com analise da aplicabilidade das ferramentas utilizadas, destacando-se as seguintes espécies atendidas pelo Projeto PNUD BRA/08/023: • Ordem Xenarthra; • Classes Actinopterygii; e Classe Amphibia (Ordens Gymnophiona, Anura e Urodela); • Ordem Mamíferos Aquáticos; Perissodactyla e Artiodactyla; OrdemChondrichthyes; e Ordem Chelonia (excetuando-se as espécies das Famílias Cheloniidae e Dermochelyidae; • espécies do Filo Cnidaria; • Famílias Loricariidae, Crenuchidae, Cichlidae e Heptapteridae;			a ser atualizados automaticamente em sistema denominado SALVE; • No detalhamento minucioso dos protocolos e desenho amostral validados dos alvos e indicadores do monitoramento. Além disso, houve a contração de serviços de consultoria, pf, para "Consolidar e sistematizar informações para propor a concepção visual, bem como a criação e produção para Guias relativos às espécies ameaçadas de extinção e aos Planos de Ação, resultado das atividades voltadas à conservação e recuperação destas espécies. As ações, no âmbito deste produto, resultaram na elaboração do "**Guia para gestão de Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção "PAN ELABORE, MONITORE e AVALIE"**", que tem por propósito orientar todos os atores envolvidos no processo de elaboração e gestão de PANs. Foram publicados aindaSumários Executivos dosPANs de mamíferos aquáticos Amazônicos; reptéis e anfíbios da Região Sul; e das aves da caatinga.
		Produto 3.5 - Atualização da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção	⇒ Implementado - completado	**Produto concluído** com a avaliação do estado de conservação de 12.256 espécies da fauna brasileira, sendo inovadas: a análise do estado de conservação de todos os vertebrados; com a participação de centenas de pesquisadores na etapa de validação externa; e a adoção formal dos critérios da UICN.
		Produto 3.6 - Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies.	⇒ Implementado - completado	**Produto concluído** com a realização de estudos sobre a eficiência do SNUC para a proteção de algumas espécies de vertebrados ameaçados de extinção, com analise da aplicabilidade das ferramentas utilizadas.

	• Lagarto e Anfisbênias; e • Formigas e Peixes Continentais Brasileiros. **f) Em termo de definição de metodologia para avaliação de ecossistemas e de espécies invasoras:** avaliada a efetividade de projetos de manejo de espécies invasoras e de impacto nas espécies e ecossistemas nativos e elaborado Guia sobre o manejo de espécies invasoras em UCs Federais, assim como concluído os estudos da eficiência do SNUC sobre espécies de vertebrados ameaçados, **g) Em termo da proposta de elaboração de Plano de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade:** Foram reunidas e consolidadas as demandas de gestão e geração de conhecimento para a composição da estratégia de contratação de serviços e termos de parceria relativo às atividades planejadas para realização dos produtos 3.2, 3.8 e 3.9 do Projeto PNUD BRA/08/023. Tendo como objetivo central a			
		Produto 3.7 - Estruturação dos procedimentos e 11 capacitações de Coordenações Regionais relativos à autorização para licenciamento de empreendimentos que afetem UCs e entorno realizadas	⇒ Não Implementado - não iniciado - Cancelado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 3.8 - Estudos para subsidiar a proposição de metodologia para avaliação do estado de conservação de ecossistemas e das espécies exóticas invasoras quanto ao seu potencial de impacto às espécies nativas realizado.	⇒ Implementado / parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com indicação de metas.**, sendo que havia siso inserido em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, visto a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia para realização no Brasil da avaliação do estado de conservação dos ecossistemas e do grau de ameaça das espécies exóticas invasoras, em sinergia com o processo de avaliação do estado de conservação das espécies, com vistorias realizadasde monitoramento de espécies focais e avaliação de impactos em diversas localidades de ocorrência de peixes-anuais no noroeste do estado de Minas Gerais. Foi contratadaconsultoria, pf, visando a definição de critérios para avaliar a efetividade de projetos de manejo de espécies exóticas invasoras na redução dos impactos nas espécies e ecossistemas nativos, bem como a sistematização de informações sobre legislação, prevenção e controle, em formato de um **Guia de orientações para o manejo de espécies exóticas invasoras em UCs.** Concluído ainda os estudos sobre a eficiência do SNUC para a proteção de algumas espécies de

	sistematização das várias frentes de consolidação do Programa Monitora e do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento e sua interação com a conservação de espécies ameaçadas e gestão das UCs Federais, visando a elaboração de uma estratégia de atuação de curto prazo. **h) Em termo de instrumentos para Conservação da Biodiversidade em decisões sobre atividades antrópicas:** Busca-se a construção coletiva de protocolo de análise e avaliação de impactos ambientais, envolvendo servidores e parceiros do ICMBio, no sentido de padronizar método inovador de análise de impactos ambientais incidentes sobre a biodiversidade de UCs Federais, com a disseminação e publicização dos resultados à sociedade.			vertebrados ameaçados de extinção, com proposição de instrumentos para a conservação da biodiversidade.
		Produto 3.9 - Estudos para subsidiar a proposta que contemple processos, instrumentos, temário, parâmetros, critérios e parcerias para a elaboração do Plano de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, realizados.	⇒ Implementado - completado	**Produto Mantido na Revisão Substantiva com indicação de metas**, sendo que havia sido inserido em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, visto o plano ser necessário por estar sendo definido sob uma metodologia reconhecida de planejamento de programas e projetos de conservação (Padrões abertos para a prática de conservação). Foram elaborados 3 Planos de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, sendo avaliadas também ferramentas de apoio à pesquisa, visando subsidiar a política de fomento prevista no Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio (PEP-ICMBio). Contratada consultoria, pessoa física, que apresentou insumos para definição institucional da caça de subsistência e para o manejo e monitoramento da caça de subsistência em Unidades de Conservação federais OBS: Os planos estão sendo definidos sob uma metodologia reconhecida de planejamento de programas e projetos de conservação (Padrões abertos para a prática de conservação). Ainda graças aos mecanismos apoiados ou estabelecidos pelo projeto BRA/08/023, a forma de encarar a pesquisa e a conservação da biodiversidade evoluiu de modo que hoje elas são consideradas legalmente e institucionalmente como programas de gestão imprescindíveis na atuação do ICMBio

		Produto 3.10 - Estudos para a proposição de instrumentos para a conservação da biodiversidade, subsidiando as decisões sobre atividades antrópicas, realizadas.	⇒ Implementado - completado	**Produto Mantido na Revisão Substantiva de 2020 com indicação de metas**, sendo que havia sido inserido em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Os estudos deverão trazer inovação por meio do enfoque, que tem como base um conjunto de vetores de pressão específicos, bem como na ocorrência de espécies ameaçadas e a delimitação de áreas sensíveis para a conservação da biodiversidade, com as seguintes ações implementadas: • Pesquisa e proposição de ordenamento do turismo interativo com cavalos-marinhos (Hippocampusreidi) - PARNA de Jericoacoara; • Consolidação e sistematização de informações sobre atividades antrópicas nos Ecossistemas Marinhos Costeiros; • Mapeamento de conflitos envolvendo fauna silvestre ameaçada de extinção e comunidades tradicionais residentes no PARNA do Jau; • Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica do ICMBio - 180 participantes internos e externo ao ICMBio; • Manual de avaliação de impacto ambiental da biodiversidade em UC afetadas no âmbito dos licenciamentos federal, estadual e municipal; • Análise de inovações propostas no âmbito da manifestação para o licenciamento ambiental, concernentes à conservação da população do mico leão dourado - APA da Bacia do Rio São João e Rebio Poço das Antas; • Elaborado documento base para desenvolver um Programa para os manguezais no Brasil. Além disso, foram realizadas as seguintes ações: • Estudos quanto a eficiência das condições específicas no que tange aos mecanismos de conservação e recuperação dos atributos da sociobiodiversidade;

				• Apresentado Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais com descrição da inovação obtida composta de metodologia, lições apreendidas e avanços que foram alvo de mesa redonda, a convite da organização do Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto – CBAI; • Realizada a demonstração de estudos e aprimoramentos desenvolvidos pela CGIMP no contexto do licenciamento ambiental como ferramenta para a conservação da biodiversidade, com a apresentação de quatro trabalhos, selecionados pela Coordenação do Evento; • Discutida a inovação na alteração da metodologia de cumprimento da condição específica para considerar o pagamento pelo uso da água, ao invés da supressão de vegetação.

REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.				
RESULTADOS DO PROJETO	**ANÁLISE DE PROGRESSO COM ALCANCE DOS RESULTADOS**	**PRODUTOS DO PROJETO:**	**STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS**	**ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:**
Resultado 4. Unidades de conservação federais protegidas:	Considerando que o resultado 4 volta-se para a realização de ações de proteção e que o ICMBio já desenvolveu grande parte dos produtos por outros meios,a CGPRO/DIMAN solicitou o cancelamento do resultado e a transferência dos recursos ao resultado 1, produto 1.2,no entendimento de que o plano de proteção de UCs Federais não poderia se constituir como um planejamento à parte e dissociado dos Planos de Manejos.Em decorrência, o resultado e seus produtos foram cancelados na Revisão Substantiva de 2016. No entanto, por forço do Acordo firmado com o DNIT,a transferência dos recursos para o resultado 1 não ocorreu e sua prestação de contas se ateu ao planejado.	**Produto 4.1** - 20 Projetos e/ou estudos para a proteção ambiental das unidades de conservação federais elaborados	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 4.2 - Manual com normas e orientações de prevenção e combate a incêndios em unidades de conservação federais, elaborado, revisado, publicado e divulgado	⇒ Não Implementadon ão iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 4.3 - Sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios em unidades de conservação, elaborado e implantado	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 4.4 – 14 Projetos e/ou estudos para a proteção de Unidades de Conservação Federais, elaborados	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 4.5 - Manual com normas e orientações para a proteção de unidades de conservação	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.

		federais, elaborado, publicado e divulgado		
		Produto 4.6 - Sistema informatizado de controle e tramite do auto de infração, elaborado e implementado	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 4.7 – 11 Projetos de radiocomunicação visando a proteção para as Unidades de Conservação Federais	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 4.8 - 20 Unidades de Conservação analisadas e interpretadas quanto a variação temporal da degradação ambiental	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 4.9 - Desenvolver estudo técnico para gestão de monitoramento aéreo para as Unidades de Conservação	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado.	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Não houve execução deatividades/demandas no âmbito do Projeto.

REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.				
RESULTADOS DO PROJETO	**ANÁLISE DE PROGRESSO COM ALCANCE DOS RESULTADOS**	**PRODUTOS DO PROJETO:**	**STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS**	**ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:**
Resultado 5. Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade, desenvolvido	Considerando que o resultado 5 volta-se para a realização de atividades de uso público e negócios, o projeto já desenvolveu ações que resultaram nos seguintes produtos principais: **a) Em termos de Projeto Executivo e Manual de Sinalização:** • Elaborado Projeto Executivo e Manual de Sinalização para as UCs federais, no âmbito do Projeto Parques da Copa. **b) Em termos de viabilidade econômica-financeira para delegação de serviços para visitação em UCs:** Realizados 10 estudos de viabilidade econômica-financeira (EVE) para delegação de serviços em 9 Parques Nacionais. OBS: Os estudos permitem que o processo de delegação de serviços nas UCs Federais melhore a qualidade da experiência dos	**Produto 5.1** – GUIA DO CHEFE para uso público contendo entre outros, normas, projetos de equipamentos facilitadores, centro de visitantes, sinalização para as Unidades de Conservação Federais, elaborado, publicado e divulgado.	⇒ Implementado parcialmente - Cancelado	**Produto parcialmente implementado e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, sendo substituído pelo produto 5.8. Manteve-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 5.2 – 3 Manuais com normas, orientações e definição de critérios e indicadores para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborados e publicados	⇒ Implementado parcialmente - Cancelado	**Produto parcialmente implementado e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Manteve-se seu histórico de desenvolvimento, com a elaboração de 2(dois) documentos normativos: **-** Projeto Executivo e o Manual de Sinalização para as UCs federais, no âmbito do Projeto Parques da Copa.
		Produto 5.3 – Plano de divulgação de visitação nas Unidades de Conservação Federais, elaborado e publicado	⇒ Não Implementado - não iniciado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 5.4 – 9 estudos de viabilidade econômica para a delegação de serviços para visitação em unidades de conservação federais,	⇒ Implementado - completado	**Produto concluído**, sendo dada nova redação em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Foram desenvolvidos10estudos para delegação de serviços nas seguintes UCs Federais, sendo 3 deles por meio do Programa de Parcerias Ambientais - PAPP:

	visitantes, assim como viabiliza a manutenção das estruturas físicas e o manejo adequado das áreas de uso público e amplia as opções das pessoas que buscam contemplação ou recreação em ambiente natural. **c) Em termos de Estudos de proposição de Guias ou Manuais de Uso Público** - Elaboração de Projeto Executivo e Manual de Sinalização para as UCsFederais. - Elaboração de interpretação ambiental e identidade visual para as seguintes UCs Federais: · PARNA de Brasília/DF; · PARNA da Chapada dos Veadeiros/GO; · PARNA das Cavernas do Peruaçú/MG; e · PARNA Cavernas do Peruaçu.	realizados.		• Parna de Brasília/DF; • Parna do Iguaçu/PR (dois estudos realizados); • Parna da Chapada dos Veadeiro/GO; • Parna da Serra dos Órgãos. • Parna da Serra da Canastra; • Parna Marinho de Abrolhos; • Parna Aparados da Serra; • Parna Serra Geral; e • Parna do Itatiaia. **OBS:**Os estudos realizados permitiram a finalização de projetos básicos e de editais para serem disponibilizados em consulta pública, visando a contratação e a prestação de serviços por empresas a serem contratadas.
		Produto 5.5 – 10 Projetos e/ou estudos técnicos de uso público em Unidades de Conservação Federais e em Cavernas, elaborados	⇒ Implementado parcialmente - Cancelado	**Produto implementado parcialmente e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016.Manteve-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 5.6 – 9 Estudos e projetos de modelagens para valoração econômica de bens e serviços ambientais, elaborados	⇒ Não Implementado - não iniciado - Cancelado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 5.7 - Levantamentos de identificação de potencial Turístico em 20 unidades de conservação federais, realizados	⇒ Não Implementado - não iniciado - Cancelado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 5.8 - Estudos para proposição de	⇒ Implementado / Completado	**Produto concluído**, sendo inserido em substituição ao Produto 5.1 em conformidade

		Guias ou Manuais em temas estratégicos para o uso público elaborados.		com a Revisão Substantiva 2016. Foi proposto a adequação do produto de forma a que o ICMBio fomentasse a padronização de procedimentos e apoiasse a replicação de boas práticas com a viabilização da elaboração de Guias ou Manuais Temáticos em áreas estratégicas para uso público como: manejo de trilhas; equipamentos e sinalização; gestão de sistemas de segurança e boas práticas; disseminação e informação ao público das UCS. OICMBio, com recursos de outras fontes, elaborou a **Revista "Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação**".

REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.				
RESULTADOS DO PROJETO	**ANÁLISE DE PROGRESSO COM ALCANCE DOS RESULTADOS**	**PRODUTOS DO PROJETO:**	**STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS**	**ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:**
Resultado 6. Promover Capacitação para o Desenvolvimento das Ações Relacionadas às Unidades de conservação federais:	Considerando que o resultado 6 volta-se para a realização de ações de capacitação de servidores nos temas tratados pelo Projeto, inclusive em educação a distância, já foram desenvolvidas ações que resultaram nos seguintes produtos principais: **a) Em termos de capacitação de servidores em temas do Projeto:** - Planejamento, execução e avaliação do II Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e UCs e planejamento do Curso de Gestores, resultando, dentre outros, em propostas de plano, de aula e cronograma para o referido curso; - Padrões abertos para a prática de conservação, visando aprimorar a utilização da metodologia para uso no planejamento das 11 UC do interflúvio Purus-madeira; - Gestão Socioambiental – linha de formação em gestão de conflitos, linha de gestão participativa e em gestão	**Produto 6.1** - Técnicos do ICMBio capacitados para a gestão participativa das Unidades de Conservação Federais	⇒ Implementado parcialmente – Cancelado	**Produto implementado parcialmente e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, mantendo-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 6.2 - Técnicos do ICMBio capacitados para o desenvolvimento de ações de uso público nas Unidades de Conservação Federais	⇒ Não Implementado não iniciado - Cancelado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 6.3 - Técnicos do ICMBio capacitados para elaboração e analise de cadeias dominiais, termos de referência para levantamentos fundiários, georeferenciamento, demarcação de terras, vistorias e avaliação de imóveis rurais	⇒ Implementado parcialmente – Cancelado	**Produto implementado parcialmente e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, mantendo-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 6.4 - Servidores do ICMBio capacitados para atuarem na fiscalização e gestão de Unidades de Conservação Federais	⇒ Não Implementado - não iniciado – Cancelado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 6.5 - Servidores do ICMBIO	⇒ Implementado	**Produto implementado parcialmente e cancelado** em conformidade com a Revisão

	para resultados no desenvolvimento gerencial e facilitadores na sua implementação; - Elaboração de laudos de avaliação de imóveis rurais privados inseridos em UC federais para atendimento às demandas de desapropriação; - Nivelamento para a atividade de julgamento de autos de infração, visando padronização da análise do julgamento dos autos em primeira instância; - Geoprocessamento com QGIS; em uso prático de GPS; e em cartografia e navegação; Elaboração de programas de pesquisa para a conservação; - Operação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO; - Acesso de extrativistas ao Programa Nacional de Habitação Rural. **) Em termos de Estudos e material para a realização de cursos de EaD:** Para o alcance das metas estabelecidasforam contratadas consultorias, pessoa física, para o desenvolvimento de conteúdos de 10(dez) cursos de Educação a Distância	capacitados no uso de ferramentas para conservação da biodiversidade	parcialmente – Cancelado	Substantiva 2016, mantendo-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 6.6 - Servidores do ICMBIO capacitados para uso de sistemas da informação, licenciamento ambiental, projeto de pesquisa e programa de metodologia de monitoramento da biodiversidade.	⇒ Implementado parcialmente – Cancelado	**Produto implementado parcialmente**; e cancelado em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, mantendo-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 6.7 – Técnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios	⇒ Não Implementado - não iniciado – Cancelado	**Produto cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. Não houve execução de atividades/demandas no âmbito do Projeto.
		Produto 6.8 - Treinamento de usuários do sistema informatizado de controle e tramite do auto de infração	⇒ Implementado parcialmente – Cancelado	**Produto implementado parcialmente e cancelado** em conformidade com a Revisão Substantiva 2016, mantendo-se seu histórico de desenvolvimento registrado nos documentos do Projeto.
		Produto 6.9 - Monitoramento e avaliação de desempenho do projeto.	⇒ Implementado parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020**, sendo que suas ações foram implementadascom registros de contratações e dos gastos do Projeto correspondentes no SIGAP da ABC/MRE, assim como dos relatórios semestrais; elaboradas Revisões Substantivas e orçamentárias do

	(EaD), assim como contratada empresa, (JOF-0253/2017), visando desenvolver o desenho instrucional, gráfico, revisão gramatical e implementação de 20(vinte) cursos de capacitação na modalidade de EaD a serem ofertados no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA do ICMBio, plataforma Moodle personalizada.			Projeto; realizadas Reuniões Tripartites do Projeto com representantes do PNUD e da ABC; realizada a Avaliação de Meio Termo; Revisões Substantiva e simplificadas do Projeto; realizadas auditorias do Projeto pela CGU, com os devidos registros e solução dos achados daquela Controladoria.
		Produto 6.10 - Estudos para subsídios metodológicos para proposição de estrutura e funcionamento para EaD elaborados.	⇒ Implementado - completado.	**Produto concluído**, sendo inserido em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. **OBS:**Produto implementado com recursos próprios do ICMBio, sendo que a proposta metodológica foi realizada com ambiente virtual de aprendizagem totalmente estruturado para o recebimento dos conteúdos de 2 cursos planejados.
		Produto 6.11 - Estudos e material para a realização de 06 cursos de EaD elaborados e validados.	⇒ Implementado - parcialmente	**Produto implementado parcialmente e mantido na Revisão Substantiva de 2020 com alteração de meta,**A meta do produto foi superada em 3 cursos elaborados, sendo que havia sido inserido em conformidade com a Revisão Substantiva 2016. O produto contoucom 10 consultorias, pessoa física, visando a elaboração de Conteúdos para os seguintes cursos na modalidade a distância (EaD): • SISBio; • Regularização Fundiária; • Protocolos de Monitoramento; • Formação de Instrutores; • Fundamentos e estratégias pedagógicas para o Ciclo de Monitoramento Cancelado, com recebimento integral do produto 1 e parcial do produto 2. (Marcos Afonso Ortiz). • Introdução à Gestão e Monitoramento; • Porta Vozes; • Gestão para Resultados;

				• Análise e Gestão de Dados e Articulação Intra e Interinstitucional • Elaboração e transposição de conteúdo do Curso "Criação Reservas Particulares do Patrimônio Natural Federais". O produto contou, ainda, com uma consultoria, pessoa jurídica, visando desenvolver o desenho instrucional, gráfico, revisão gramatical e implementação de2º(vinte) cursos de capacitação na modalidade, abaixo listados, nos quais se inserem os conteúdos desenvolvidos pelas consultorias, pessoas físicas: • Regularização Fundiária; • Porta Vozes do ICMBio; • Formação de Instrutores; • Ciclo de Monitoramento da Biodiversidade – Introdução à gestão e monitoramento; • Ciclo de Monitoramento da Biodiversidade – Fundamentos e estratégias pedagógicas - CANCELADO; • Ciclo de Monitoramento da Biodiversidade – Protocolos de Monitoramento; • Ciclo de Monitoramento da Biodiversidade – Análise, síntese e gestão de dados; • Voluntariado – Gestão; • Fundamentos de Cartografia para o Geoprocessamento; • Tutoria em EaD; • Conteudista em EaD; • Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão –SAMGe; • SISBio; • Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental; • Ciclo de Monitoramento da Biodiversidade – Protocolos de Monitoramento parte 2 (20h); • Curso de Monitoramento da Biodiversidade - Subprograma Marinho e Costeiro(40h);

				• Administração e Gestão no Moodle; • Criação de RPPNs; • Gestão para Resultados; e • Ciclo de Monitoramento da Biodiversidade – Protocolos de Monitoramento parte 3 (20h) Além disso, o Projeto proporcionou a capacitação de servidores e colaboradores, num total de 306 pessoas,em diversos temas do Projeto, conforme segue: • Padrões abertos para a prática de conservação, visando aprimorar a utilização da metodologia para uso no planejamento das 11 UC do interflúvio Purus-madeira; • Gestão Socioambiental – linha de formação em gestão de conflitos, linha de gestão participativa e em gestão para resultados no desenvolvimento gerencial e facilitadores na sua implementação; • Elaboração de laudos de avaliação de imóveis rurais privados inseridos em UC federais para atendimento às demandas de desapropriação; • Nivelamento para a atividade de julgamento de autos de infração, visando padronização da análise do julgamento dos autos em primeira instância; • Geoprocessamento com QGIS, em uso prático de GPS, e em cartografia e navegação; • Elaboração de programas de pesquisa para a conservação; • Operação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO; • Acesso de extrativistas ao Programa Nacional de Habitação Rural; • Planejamento, execução e avaliação do II Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e UCs e planejamento do Curso de Gestores, resultando, dentre outros, em propostas de plano, de aula e cronograma para o referido curso.

-

ANEXO 6

Publicações do Projeto

Publicações editadas – por resultados:

a) Resultado 1:

- Plano de Manejo do Parque Nacional Nascentes do Lago Jari;
- Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia;
- Plano de Manejo do Parque Nacional Mapinguari;
- Plano de Manejo da Floresta Nacional de Caxiunã;
- Plano de Manejo da Floresta Nacional de Humaitá;
- Plano de Manejo da Reserva Biológica Abufari;
- Plano de Manejo da Estação Ecológica Cuniã;
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Lago de Cuniã;
- Plano de Manejo da Floresta Nacional Iquiri;
- Plano de Manejo da Floresta Nacional Balata Tufari;
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Ituxi;
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista Médio Purus; e
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista Capanã Grande

b) Resultado 2:

- Vídeo Institucional do primeiro Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade.
- Livrosde referência para educadores participantes do Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade.
- Guia de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais (Gestores e Conselheiros).
- Elaboração do Roteiro Metodológico para o Estabelecimento do Turismo de Base Comunitária.
- material Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais.
- Caderno de Experiência.
- Livro Sistematização de experiências produtivas nas unidades de conservação e do “Guia de Políticas Públicas para Extrativistas da UCs.
- Catalogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil.
- Portfólio de políticas públicas, programas e projetos na área de saúde, com enfoque na zona rural e populações tradicionais.
- protocolo único para monitoramento e avaliação do funcionamento dos conselhos consultivo em unidades de conservação federais.

c) Resultado 3:

- Roteiro de validação das UC da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, relacionados ao projeto de validação dos efeitos da mudança do clima sobre a biodiversidade.
- Plano de Ação para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas cársticas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
- Guias de Planos de Ação sobre Espécies Ameaçadas.
- Guia de orientações para o manejo de espécies exóticas invasoras em UC Federais.

d) Resultado 5:

- Projeto executivo de interpretação ambiental e identidade visual para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO.

- Projeto executivo de interpretação ambiental e identidade visual para o Parque Nacional das Cavernas do Peruaçú/MG.
- Projeto Executivo e Manual de Sinalização para as UC federais.
- Elaboração de interpretação ambiental e identidade visual para as seguintes UC:
  - PARNA de Brasília/DF;
  - PARNA da Chapada dos Veadeiros/GO; e
  - PARNA das Cavernas do Peruaçú/MG.

Des-crição	Código da Conta Contábil	Projeto: Conservação da Biodiversidade e Promoção e Desenvolvimento Socioambiental												
		Gastos 2009 a 2020												
		Valor (US$) 2009	Valor (US$) 2010	Valor (US$) 2011	Valor (US$) 2012	Valor (US$) 2013	Valor (US$) 2014	Valor (US$) 2015	Valor (US$) 2016	Valor (US$) 2017	Valor (US$) 2018	Valor (US$) 2019	Valor (US$) 2020	Total Gastos (U$) 2009 a 2020
	71300	-	32.322,69	125.633,71	148.913,35	15.315,16	15.034,02	-	21.959,20	72.256,51	164.467,53	49.992,20	3.710,25	**649.604,62**
	71400	-	-	-	-	-	-	-	2.468,81	-	-	-	-	**2.468,81**
Res.1	71600	-	96.258,28	96.776,05	38.658,36	54.279,87	131.695,74	106,958.12	8.523,50	16.633,95	71.225,19	85.560,80	1.229,90	**707.799,76**
	72100	-	18.278,38	28.452,20	73.903,96	128.702,11	151.337,36	1.033,87	288.317,13	2.802,92	49.700,63	25.397,48	-	**767.926,04**
	72300	-	-	14.147,85	-	-	62.725,07	17.917,05	989,09	3.684,83	864,10	26.575,01	-	**126.903,00**
	72500	-	755,10	504,03	-	410,49	-	-	-	-	-	-	-	**1.669,62**
	72600	-	-	-	217,98	-	898,02	-	-	-	-	-	-	**1.116,00**
	73500	-	400,00	200,00	200,00	1.800,00	1.200,00	1.000,00	800,00	1.400,00	1.400,00	1.000,00	1.200,00	**10.600,00**
	74100		-	-	-	-	280.189,00	50.559,79	-	-			-	**330.748,79**
	74200	-	-	526,88	-	14.021,06	7.997,05	4.313,95	428,53	1.108,69	3.149,75	144,68	-	**31.690,59**
	74500	-	-	730,99	-	-	13.199,67	-	-	-	-	-	-	**13.930,66**
	75100	-	7.400,72	13.348,58	13.055,11	10.726,44	33.213,79	9.089,15	16.410,45	4.910,08	-	9.433,51	307,03	**117.894,86**
	75700	-	-	-	-	-	-	-	-	314,62	-	-	-	**314,62**
	76100	-	- 6,97	60,25	- 808,77	- 880,58	- 1.230,71	140,72	-	- 30,34	14.208,87	-	-	**11.452,47**
	subttl	**-**	**155.408.20**	**280.380,54**	**274.139,99**	**224.374,55**	**696.259,01**	**191,012.65**	**339.896,71**	**103,081.26**	**305.016,07**	**198.103,68**	**6.447,17**	**2.774.119,83**
	71300	-	-	19.621,15	69.135,18	131.777,31	110.332,42	79.448,83	25.587,80	81.862,15	135.100,36	57.535,70	-	**710.400,90**
Res.2	71400	-	-	-	11.764,44	10.523,20	-	136,955.72	10.843,75	459,84	-	-	-	**170.546,95**
	71500	-	-	-	-	-	3.829,09	-	-	-	-	-	-	**3.829,09**
	71600	-	178,390.62	433.604,03	551.601,90	287.541,34	231.411,90	68.545,76	9.526,97	52.373,61	183.508,71	45.909,24	-	**2.042.414,08**
	72100	-	14.416,14	53.339,08	106.076,30	110.234,11	33.069,13	17.976,58	9.312,76	20.115,45	73.885,93	76.626,09	927,47	**515.979,04**
	72200	-	-	2.389,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**2.389,94**
	72300	-	6.626,09	19.111,77	42.781,80	70.398,64	37.398,51	6.330,19	21.898,88	17.478,69	76.419,84	38.807,16	-	**337.251,57**
	72400	-	-	-	-	-	654,95	-	-	-	679,42	-	-	**1.334,37**
	72500	-	1.471,44	251,54	-	-		-	-	-	1.882,97	1.871,16	-	**5.477,11**
	72600	-	-	604,94	244,43	-	654,95	-	-	-	-	-	-	**1.504,32**
	73100	-	914,53	2.150,54	807,25	1.303,38	-	-	-	-	167,20	-	-	**5.342,90**
	74100								20.625,02	95.086,23	- 10.334,64	-	-	**105.376,61**

	74200	-	-	4.526,57	15.415,08	2.720,75	-	14.778,57	3.414,25	12.025,64	12.557,74	41.926,28	-	**107.364,88**
	74300	-	-	- 65.000,00	-	-	1.150,04	-	-	-	-	-	-	**- 63.849,96**
	74500	-	1.852,92	3.149,82	24.305,67	70.666,48	711.556,04	50.082,71	-	862,54	-	152,78	-	**862.628,96**
	75100	-	10.183,59	27.834,37	41.106,60	34.258,26	56.502,85	18.705,91	5.377,80	14.315,56	-	18.908,38	46,37	**227.239,32**
	75700	-	-	17.938,06	-	-	-	-	6.346,85	6.046,66	-	115.339,12	-	**145.670,69**
	76100	-	39,94	116,60	- 4.186,62	- 2.140,49	- 299,93	- 4.477,86	- 88,69	104,86	88.753,05		-	**77.820,86**
	subttl	**-**	**213,895.27**	**584.638,41**	**859.052,03**	**717.282,98**	**1.186.259,95**	**388,346.41**	**112.845,39**	**300,731.23**	**562.620,58**	**397.075,91**	973,84	**5.323.722,00**
	71200	-	-	3.763,44	-	-		-	738,73	-	-	-	-	**4.502,17**
Res.3	71300	-	53.137,41	152.029,02	119.106,09	52.226,10	136.916,32	29.451,26	-	5.684,68	55.249,19	65.358,36	-	**669.158,43**
	71400	-	-	516,13	9.809,25	1.315,15		7.724,59	-	-	-	-	-	**19.365,12**
	71600	-	92.358,65	61.328,80	200.282,56	209.490,82	173.141,19	55.868,34	9.108,10	224,057.28	408.754,81	105.785,74	-94,52	**1.540.081,77**
	72100	-	16.932,82	18.002,09	19.027,34	1.537,29	21.055,71	16.478,38	3.814,23	6.039,18	13.643,12	13.877,93	90,35	**130.498,44**
	72200	-	-	-	-	8.661,76	1.995,84	1.248,05	-	-	-	-	-	**11.905,65**
	72300	-	-	6.043,37	2.131,87	1.640,52	-	5.624,95	5.147,50	4.252,49	11.342,27	8.837,36	-	**45.020,33**
	72400	-	-	15.956,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**15.956,76**
	72500	-	2.318,85	2.794,22	-	-	-	-	-	-	-	1.531,02	-	**6.644,09**
	72600	-	-	-	871,92	115,28	-	-	-	-	-	-	-	**987,20**
	73100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.194,31	-	-	**2.194,31**
	74200	-	2.159,09	-	1.229,98	4.131,23	-	-	-	515,47	4.569,19	2.440,34	1.565,76	**16.611,06**
	74500	-	-	7.813,44	5.323,58	10.071,01	26.780,08	4.101,98	-	-	-	2.200,16	-	**56.290,25**
	74700	-	-	-	9.492,17	-	-	2.797,46	-	-	-	-	-	**12.289,63**
	75100	-	8.345,34	13.400,68	20.577,55	17.274,53	17.994,46	6.164,74	1.198,30	12.126,21	25.829,23	10.742,47	78,08	**133.731,59**
	75700	-	-	-	43.484,58	56.301,43	-	-	5.157,83	1.974,92	20.831,21	14.818,54	-	**142.568,51**
	76100	-	- 136,17	- 53,71	- 1.210,78	751,41	- 399,99	- 141,55	- 60,30	- 132,90	- 1.578,56		-	**- 2.962,55**
	subttl	**-**	**175,115.99**	**281.594,24**	**430.126,11**	**363.516,53**	**377.483,61**	**129,318.20**	**25.104,39**	**254,517.33**	**540.834,77**	**225.591,92**	**1.596,23**	**2.804,799,32**
Res. 4	71600	-	2.334,74	4.461,56	-	396,35	633,33	347,22	- 347,22	-	-	-	-	**7.825,98**
	74200	-	-	-	1.848,84	-	-	-	-	-	-	-	-	**1.848,84**
	75100	-	116,74	223,07	92,44	19,82	31,67	17,36	- 17,36	-	-	-	-	**483,74**
	subttl	**-**	**2.451,48**	**4.684,63**	**1.941,28**	**416,17**	**665,00**	**364,58**	**- 364,58**	**-**	**-**	**-**	-	**10.158,56**
	71300	-	-	-	16.510,70	12.992,64	13.303,77	29.642,77	27.990,08	5.046,58	47.690,38	-	-	**153.176,92**
Res. 5	71600	-	1.240,98	2.237,13	746,50	5.139,56	6.489,79	-	-	-	10.674,55	-	-	**26.528,51**
	72100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**

	72300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	74200										471,98	-	-	471,98
	75100	-	62,05	111,85	862,86	906,61	989,68	1.482,14	1.399,51	252,33	3.154,44	-	-	9.221,47
	76100	-	-	-	-	- 123,21	22,98	- 212,24	-	-	-	-	-	- 312,47
	subttl	-	1.303,03	2.348,98	18.120,06	18.915,60	20.806,22	30.912,67	29.389,59	5.298,91	61.991,35	-	-	189.086,41
	71300	-	21.781,42	-	-	-	-	-	26.919,29	-	39.989,35	99.812,00	-	188.502,06
Res. 6	71600	-	8.268,70	2.789,92	441,21	32.753,38	32.270,82	63.005,78	28.783,88	- 179,11	-	-	-	168.134,58
	72100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.796,89	-	-	10.796,89
	74200	-	-	-	-	-	-	-	-	344,23	322,84	-	-	667,07
	74100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.035,78	-	44.035,78
	74500	-	-	-	-	-	-	2.310,05	-	-	-	-	-	2.310,05
	75100	-	1.502,51	139,50	22,06	1.637,66	1.613,55	3.265,80	3.383,09	8,26	2.555,47	7.287,09	-	21.414,99
	76100	-	-	- 64,52	- 11,80	519,07	-	18,85	0,78	-	- 95,92		-	366,46
	subttl	-	31.552,63	2.864,90	451,47	34.910,11	33.884,37	68.600,48	59.087,04	173,38	53.568,63	151.134,87	-	436.227,88
TOTAL GERAL		-	579,726.60	1,156,511.70	1.583.830,94	1,359,415.94	2.315.358,15	808,554.99	565.960,54	663,802.11	1.524.031,40	971.906,38	9.017,23	11.538.115,98

OBS: Para o exercício de 2020/2021 foi planejado o valor de U$ 870.901,28, correspondente ao saldo existente no Projeto PNUD BRA/08/023.

8. PRÓXIMOS PASSOS E CONCLUSÕES

8.1 – Citar brevemente os principais pontos do plano de trabalho para o próximo ano, propondo inclusive possíveis elementos para melhorar a cooperação ou pontos que demandem maior atenção por parte do PNUD, da ABC e de outros parceiros envolvidos:

As ações do Projeto se voltarão para a continuidade da implementação dos produtos, resultados e atividades, bem como na execução de contratos a serem firmados com pessoas físicas e jurídicas; envidará esforços na continuidade da aplicação e prestação de contas do Projeto; continuará a trabalhar em ações de turismo integrado à diversidade sociocultural brasileira, na criação de Conselhos e na capacitação de seus Conselheiros; no fomento à pesquisa e formação em conservação e uso sustentável da biodiversidade; nos trabalhos de sensibilização e mobilização da comunidade; e realização de eventos técnicos e científicos, inclusive na implementação de cursos de educação a distância.

No âmbito do Projeto sera dada, ainda, ênfase a conclusão dos seguintes temas:

- Cadastramentode famílias, beneficiárias de unidades de conservação de uso sustentável, visando garantir às populações tradicionais pesqueiras o direito de sua inserção nos programas e políticas públicas sociais para seu desenvolvimento, inclusive na definição do perfil dessas famílias;

-Definição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas brasileiros e na definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies;

- Conclusão do contrato BRA10/72/36693/2018 firmado com a Empresa Benner – Tecnologia e Sistemas de Saúde Ltda, em 2019, com a finalidade de desenvolver o desenho instrucional, gráfico, revisão gramatical e implementação de cursos de capacitação na modalidade a distância a serem ofertados no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA do ICMBio, plataforma Moodle personalizada.

8.2 - Conclusões/ outras observações:

A execução dos produtos previstos permite afirmar que os resultados estão sendo alcançados e os objetivos do Projeto estão sendo atingidos merecendo destaque a gestão participativa por meio da criação e funcionamento dos Conselhos das Unidades de Conservação, o cadastro de famílias em unidades de conservação para proporcionar o acesso às políticas públicas, a capacitação e o apoio às comunidades, a geração de conhecimento sobre a biodiversidade, além de estudos para criação de novas unidades de conservação e para elaboração de instrumentos de gestão (planos de manejo).

Com os ajustes nos produtos previstos, espera-se uma substantiva melhora no planejamento das ações do projetoem termos de inovações na definição de estratégias para melhor preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais, sob responsabilidade do ICMBio.

8.3 – Informações Adicionais

Na primeira fase do Projeto, para cumprir com os compromissos de sua implementação o ICMBio realizou esforços na captação de recursos financeiros logrando êxito na obtenção de R$ 21.657.836,18 (Vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e trinta e seis reais e dezoito centavos).

Na segunda fase do Projeto (Primeira Revisão Substantiva) com início em julho de 2012 e término em fins de 2016, o ICMBio continuou com esforços de captar recursos obtendo a importância de R$ 3.150.600,00 (três milhões, cento e cinquenta mil e seiscentos reais). Estes recursos foram distribuídos para os resultados 1, 2, 3 e 5, visando atender ações voltadas para criação, planejamento, avaliação de UC, projetos de pesquisa da biodiversidade com relevância para o clima em UC e orientação e sinalização de

iniciativas de produção extrativistas.

Em fins de 2019, em negociação com a ABC/MRE, foi aprovada a prorrogação do Projeto por mais de 18 meses, sendo 12 meses para execução de produtos não concluídos no período e 6 meses para o encerramento financeiro do Projeto. O valor do projeto foi reduzido para U$ 12,083,999.68 (doze milhões, oitenta e três mil, novecentos e noventa e nove dólares e sessenta e oito centavos), em decorrência da devolução de saldo financeiro ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, que repassou recursos para implementação e proteção das 11(onze) unidades de conservação federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR 319/AM/RO). Esta revisão altera metas do Projeto e ajusta alguns produtos de forma a adequá-los as novas diretrizes do Instituto.

O projeto com a execução de suas atividades, até fins de 2019, executou a importância total de U$ 11.529.059,28 (onze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, cinquenta e nove dolares e vinte e oito centavos), representando cerca de 93% do orçamento total do Projeto. O saldo financeiro do Projeto para o exercício seguinte foi U$ 870.901,28 mil.

Cabe registrar que o Projeto tem contribuído, ainda, de maneira significativa ao alcance dos objetivos do SNUC e do ICMBio, por meio da aquisição de serviços e insumos necessários a ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, destacando:

a) Documentos elaborados:

- Roteiro Metodológico, parcial, para elaboração de Planos de Manejo;
- Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia e da Floresta Nacional de Caxiunã;
- Mapas de paisagem natural para as 11 unidades de conservação do interflúvio Purus-Madeira (BR 319);
- Relatórios Temáticos sobre ictiofauna, avifauna, herpetofauna, uso público e mastofauna de médio e grande porte das 11 UC do Interfluvio Purus-Madeira (BR 319);
- Relatórios sobre dados secundários com 7 relatórios temáticos: meio físico, vegetação, ictiofauna, herpetofauna, mastofauna, avifauna e uso público, e de análise integrada dos dados do meio físico e biótico das 11 UC do Interflúvio Purus-Madeira;
- Relatórios com diagnóstico socioambiental referente à proposta de criação da RESEX em Magalhães Barata, de ampliação da RESEX Araí-Peroba; da RESEX em Marapanim; e da RESEX Ilha Pratiqueira (São Caetano de Odivelas),
- Documento sobre levantamento e caracterização da situação fundiária da área de interesse para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, na área de influência do complexo estuarino Piauí/Fundo/Real, no estado do Sergipe; eda área de interesse para criação da RESEX Enseada da Mata na região da Baixada Maranhense, município de Penalva, estado do Maranhão;
- Documento sobre a sistematização de informações sobre o meio natural marinho, obtidas a partir de dados secundários, para subsidiar a criação de Refúgio da Vida Silvestre na plataforma marinha de Sergipe;
- Documentos sobre a caracterização e sistematização de informações sobre a atividade pesqueira para subsidiar a criação do Monumento Natural da Pipa no município de Tibau do Sul - RN.
- Relatório sobre a sistematização de informações sobre a biodiversidade marinha no Banco dos Abrolhos, com o objetivo de identificação de áreas prioritárias para a conservação;
- Atas de Criação de Conselhos Consultivos ou Deliberativos em unidades de conservação de uso sustentável;
- Guia de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais (Gestores e Conselheiros);
- Roteiro Metodológico para o Estabelecimento do Turismo de Base Comunitária;
- Plano de Desenvolvimento Sustentável e Realização de Capacitações Técnicas na Comunidade Aratingui-Interior da APA da Barra de Mamanguape/PB
- Roteiro de validação das UC da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, relacionados ao projeto de validação dos efeitos da mudança do clima sobre a biodiversidade;
- Fichas sobre cada táxon da Ordem Xenarthra e da Ordem Primates que ocorrem no Brasil, visando subsidiar as diferentes etapas do processo de avaliação do estado de conservação desses táxons,

seguindo as categorias e os critérios da IUCN.

- Ficha de avaliação de espécies da Ordem Chelonia que ocorrem no Brasil, excetuando-se as espécies das Famílias Cheloniidae e Dermochelyidae (tartarugas marinhas) visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;
- Fichas de avaliação das espécies da Classe Actinopterygii e do Filo Cnidaria visando a avaliação dos estados de conservação, seguindo os critérios da IUCN;
- Ficha de avaliação de 400 espécies da Classe Amphibia (Ordens Gymnophiona, Anura e Urodela);
- Ficha de avaliação das espécies de Mamíferos Aquáticos com ocorrência para o Brasil, visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.
- Ficha de avaliação sobre as espécies da Ordem Perissodactyla, Artiodactyla e Chondrichthyes visando a avaliação do estado de conservação, seguindo os critérios da IUCN;
- Fichas sobre táxons das famílias Loricariidae, Crenuchidae, Cichlidae e Heptapteridae que ocorrem na bacia Amazônica brasileira, visando subsidiar as diferentes etapas do processo de avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;
- Lista de espécies em extinção avaliadas e atualizadas: 14 do Lagarto e Anfisbênias do Brasil; 79 dos Porífera; 10 das Formigas Brasileiras; e 9 dos Peixes Continentais Brasileiros;
- Plano de ação dos mamíferos do sudeste (parte I e II), decorrente da oficina de trabalho para construção da parte II do plano de ação desses mamíferos.
- Plano de Ação Nacional para a Conservação da Fauna Ameaçada por Infraestrutura Viária;
- Plano de Ação Nacional dos Elasmobrânquios (tubarões e raias) Ameaçados de Extinção;
- Plano de Ação Nacional (MAMAC), com a elaboração de 21 Espécies ameaçadas de extinções.
- Plano de Ação para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas cársticas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
- Guias de Planos de Ação sobre Espécies Ameaçadas.
- Mapas de distribuição geográfica de 330 peixes de espécies continentais que ocorrem no Brasil, visando avaliar do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;
- Mapas de distribuição geográfica de cada táxon de peixes continentais que ocorrem no Brasil, visando subsidiar a avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;
- Mapas dos tipos fitofisionômicos originais e remanescentes da bacia hidrográfica do rio São Francisco e dos biomas Cerrado e Caatinga e de avaliação da representatividade das fitofisionomias remanescentes na bacia desses biomas;.
- Documento do Projeto Executivo e Manual de Sinalização para as unidades de conservação federais, no âmbito do Projeto Parques da Copa;
- Relatórios sobre os estudos de viabilidade econômica-financeira para delegação de serviços para as seguintes unidades de conservação federais:
  - Parque Nacional do Iguaçu - PR;
  - Parque Nacional Brasília - DF;
  - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiro/GO;
  - Parque Nacional Serra dos Órgãos;
  - Parque Nacional Serra da Canastra; e
  - Parque Nacional Marinho de Abrolhos.
- Projetos executivos de interpretação ambiental e identidade visual para as seguintes unidades de conservação fedeais:
  - Parque Nacional de Brasília/DF;
  - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO; e
  - Parque Nacional das Cavernas do Peruaçú/MG.
- Projeto executivo de exposição interpretativa para o PARNA Chapada dos Veadeiros/GO.
- Relatório consolidado do diagnóstico ambiental visando subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das 11 UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR 319);
- Relatório técnico dos dados obtidos no diagnóstico socioeconômico de famílias em uc de uso sustentável, abrigadas pelas macrorregiõesTerra do Meio, Acre, Sul do Amazonas, Salgado Paraense, Reentrâncias Maranhenses, Médio Solimões, e Litoral da Bahia, com vistas a subsidiar a

articulação de políticas públicas na área de energia elétrica.

- Relatório de Mobilização e Diagnóstico Etnoambiental da Comunidade da Ilha do Arintigui.
- Diagnóstico socioeconômico do Interflúvio Purus-Madeira (BR319);
- Diagnóstico socioeconômico das UCs: REBIO do Abufari, PARNA das Nascentes do Lago Jari e PARNA do Mapinguari.
- Projeto Político Pedagógico da Floresta Nacional de Tefé.
- *Guia de Políticas Públicas para Extrativistas de UCs;*
- livreto *Estudos de caso* para promover a divulgação das experiências exitosas de inclusão produtiva em UCs de uso sustentável do bioma amazônico, assim como em licenciamento e acompanhamento processual das iniciativas de manejo florestal sustentável comunitário; e
- Relatórios de Avaliação de meio termo e da Revisão Substantiva do Projeto.

b) Tecnologias desenvolvidas:

- Base cartográfica e Sistema de Informações Geográficas-SIG para a área do Interflúvio dos Rios Purus-Madeira, para cada uma das 11 unidades de conservação federais da área de influência da BR 319;
- Desenvolvimento de estrutura de armazenamento de dados de ocorrência de espécies e de rotinas para elaboração automática de análises de dados em biodiversidade.

c) Metodologias definidas:

- Padrões abertos para a prática de conservação, visando aprimorar a utilização da metodologia para uso no planejamento das 11 UC do interflúvio Purus-madeira;
- Planejamento da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, com base nos diagnósticos de meio físico, biótico e socioeconômico da unidade;
- Consolidação da estratégia relativa as Oficinas de Mapeamento Participativo para os Planos de Manejo do Parque Nacional das Nascentes do Lago Jari e da Reserva Biológica Abufari em reunião de Conselheiros;
- Aplicação do método Rappam - avaliação comparada das aplicações do método nas unidades de conservação federais. Seu objetivo busca oferecer aos tomadores de decisão e formuladores de políticas relacionadas a unidades de conservação uma ferramenta simples para identificar as principais tendências e os aspectos que necessitam ser considerados para se alcançar uma melhor efetividade de gestão em um dado sistema ou grupo de áreas protegidas;
- Cadastramento de famílias e diagnóstico socioeconômico em unidades de conservação de uso sustentável com a coleta, compilação e gestão de informações cadastrais, de produção e acesso às políticas e serviços públicos, cujos dados serão atualizados em sistema desenvolvido para este fim, o SISFAMÍLIA;
- Tabulados e analisados dados de cadastro das famílias e manipulados dos dados de geoprocessamento de 83 unidades de conservação de uso sustentável com populações tradicionais, com a inserção dos dados no CAR - Cadastro Ambiental Rural, sendo este uma ferramenta fundamental de regularização ambiental de propriedades e posses rurais;
- Definição do Plano Estratégico para o Fortalecimento da mobilização comunitária e da Gestão participativa das RESEX do Rio Jutaí, RESEX do Baixo Juruá, FLONA Tefé e entornos;
- Diagnóstico das iniciativas que promovam o acesso por parte das famílias beneficiárias de RESEX, FLONA E RDS federais aos Programas de Comercialização Governamentais;
- Desenvolvimento de subsídios aos processos de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira e de elaboração de planos de ação para a recuperação de espécies ameaçadas de extinção;
- Estabelecimento de estratégias de manejo da espécie carnívora no PNSI, que garantam a sobrevivência da espécie na região;
- Curso de capacitação a distância e presencial em Educação Ambiental na gestão pública da Biodiversidade dirigido a servidores do ICMBio e a lideranças comunitárias de RESEX e RDS, a fim de criar condições cognitivas e práticas para fortalecer os espaços democráticos e de gestão participativa, conforme apregoa o SNUC;
- Planejamento, execução e avaliação do II Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e Unidades de Conservação e planejamento do Curso de Gestores, resultando, dentre outros, em

propostas de plano, de aula e cronograma para o referido curso;

- Capacitação de servidores em gestão socioambiental – linha de formação em gestão de conflitos e em gestão para resultados no desenvolvimento gerencial e facilitadores na sua implementação;
- Capacitação de servidores na elaboração de laudos de avaliação de imóveis rurais privados inseridos em unidades de conservação federais para atendimento à demanda de desapropriação.

ANEXO 6

Publicações do Projeto

Publicações editadas – por resultados:

a) Resultado 1:

- Plano de Manejo do Parque Nacional Nascentes do Lago Jari;
- Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia;
- Plano de Manejo do Parque Nacional Mapinguari;
- Plano de Manejo da Floresta Nacional de Caxiunã;
- Plano de Manejo da Floresta Nacional de Humaitá;
- Plano de Manejo da Reserva Biológica Abufari;
- Plano de Manejo da Estação Ecológica Cuniã;
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Lago de Cuniã;
- Plano de Manejo da Floresta Nacional Iquiri;
- Plano de Manejo da Floresta Nacional Balata Tufari;
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Ituxi;
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista Médio Purus; e
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista Capanã Grande

b) Resultado 2:

- Vídeo Institucional do primeiro Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade.
- Livros de referência para educadores participantes do Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade.
- Guia de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais (Gestores e Conselheiros).
- Elaboração do Roteiro Metodológico para o Estabelecimento do Turismo de Base Comunitária.
- Material Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais.
- Caderno de Experiência.
- Livro Sistematização de experiências produtivas nas unidades de conservação e do “Guia de Políticas Públicas para Extrativistas da UCs.
- Catalogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil.

- Portfólio de políticas públicas, programas e projetos na área de saúde, com enfoque na zona rural e populações tradicionais.
- Protocolo único para monitoramento e avaliação do funcionamento dos conselhos consultivo em unidades de conservação federais.

c) Resultado 3:

- Roteiro de validação das UC da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, relacionados ao projeto de validação dos efeitos da mudança do clima sobre a biodiversidade.
- Plano de Ação para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas cársticas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
- Guias de Planos de Ação sobre Espécies Ameaçadas.
- Guia de orientações para o manejo de espécies exóticas invasoras em UC Federais.

d) Resultado 5:

- Projeto executivo de interpretação ambiental e identidade visual para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO.
- Projeto executivo de interpretação ambiental e identidade visual para o Parque Nacional das Cavernas do Peruaçú/MG.
- Projeto Executivo e Manual de Sinalização para as UC federais.
- Elaboração de interpretação ambiental e identidade visual para as seguintes UC:
  - PARNA de Brasília/DF;
  - PARNA da Chapada dos Veadeiros/GO; e
  - PARNA das Cavernas do Peruaçú/MG.

Anexo 07:

Gastos de 2009/2020 por Resultado

Anexo 07:

Gastos de 2009/2020 por Resultado

Des-crição	Código da Conta Contábil	Projeto: Conservação da Biodiversidade e Promoção e Desenvolvimento Socioambiental												
		Gastos 2009 a 2020												
		Valor (US$) 2009	Valor (US$) 2010	Valor (US$) 2011	Valor (US$) 2012	Valor (US$) 2013	Valor (US$) 2014	Valor (US$) 2015	Valor (US$) 2016	Valor (US$) 2017	Valor (US$) 2018	Valor (US$) 2019	Valor (US$) 2020	Total Gastos (U$) 2009 a 2020
	71300	-	32.322,69	125.633,71	148.913,35	15.315,16	15.034,02	-	21.959,20	72.256,51	164.467,53	49.992,20	3.710,25	**649.604,62**
	71400	-	-	-	-	-	-	-	2.468,81	-	-	-	-	**2.468,81**
Res.1	71600	-	96.258,28	96.776,05	38.658,36	54.279,87	131.695,74	106,958.12	8.523,50	16.633,95	71.225,19	85.560,80	1.229,90	**707.799,76**
	72100	-	18.278,38	28.452,20	73.903,96	128.702,11	151.337,36	1.033,87	288.317,13	2.802,92	49.700,63	25.397,48	-	**767.926,04**
	72300	-	-	14.147,85	-	-	62.725,07	17.917,05	989,09	3.684,83	864,10	26.575,01	-	**126.903,00**
	72500	-	755,10	504,03	-	410,49	-	-	-	-	-	-	-	**1.669,62**
	72600	-	-	-	217,98	-	898,02	-	-	-	-	-	-	**1.116,00**
	73500	-	400,00	200,00	200,00	1.800,00	1.200,00	1.000,00	800,00	1.400,00	1.400,00	1.000,00	1.200,00	**10.600,00**
	74100		-	-	-	-	280.189,00	50.559,79	-	-			-	**330.748,79**
	74200	-	-	526,88	-	14.021,06	7.997,05	4.313,95	428,53	1.108,69	3.149,75	144,68	-	**31.690,59**
	74500	-	-	730,99	-	-	13.199,67	-	-	-	-	-	-	**13.930,66**
	75100	-	7.400,72	13.348,58	13.055,11	10.726,44	33.213,79	9.089,15	16.410,45	4.910,08	-	9.433,51	307,03	**117.894,86**
	75700	-	-	-	-	-	-	-	-	314,62	-	-	-	**314,62**
	76100	-	- 6,97	60,25	- 808,77	- 880,58	- 1.230,71	140,72	-	- 30,34	14.208,87	-	-	**11.452,47**
	subttl	**-**	**155.408.20**	**280.380,54**	**274.139,99**	**224.374,55**	**696.259,01**	**191,012.65**	**339.896,71**	**103,081.26**	**305.016,07**	**198.103,68**	**6.447,17**	**2.774.119,83**
	71300	-	-	19.621,15	69.135,18	131.777,31	110.332,42	79.448,83	25.587,80	81.862,15	135.100,36	57.535,70	-	**710.400,90**
Res.2	71400	-	-	-	11.764,44	10.523,20	-	136,955.72	10.843,75	459,84	-	-	-	**170.546,95**
	71500	-	-	-	-	-	3.829,09	-	-	-	-	-	-	**3.829,09**
	71600	-	178,390.62	433.604,03	551.601,90	287.541,34	231.411,90	68.545,76	9.526,97	52.373,61	183.508,71	45.909,24	-	**2.042.414,08**
	72100	-	14.416,14	53.339,08	106.076,30	110.234,11	33.069,13	17.976,58	9.312,76	20.115,45	73.885,93	76.626,09	927,47	**515.979,04**
	72200	-	-	2.389,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**2.389,94**
	72300	-	6.626,09	19.111,77	42.781,80	70.398,64	37.398,51	6.330,19	21.898,88	17.478,69	76.419,84	38.807,16	-	**337.251,57**
	72400	-	-	-	-	-	654,95	-	-	-	679,42	-	-	**1.334,37**
	72500	-	1.471,44	251,54	-	-		-	-	-	1.882,97	1.871,16	-	**5.477,11**
	72600	-	-	604,94	244,43	-	654,95	-	-	-	-	-	-	**1.504,32**
	73100	-	914,53	2.150,54	807,25	1.303,38	-	-	-	-	167,20	-	-	**5.342,90**
	74100								20.625,02	95.086,23	- 10.334,64	-	-	**105.376,61**

	74200	-	-	4.526,57	15.415,08	2.720,75	-	14.778,57	3.414,25	12.025,64	12.557,74	41.926,28	-	**107.364,88**
	74300	-	-	- 65.000,00	-	-	1.150,04	-	-	-	-	-	-	**- 63.849,96**
	74500	-	1.852,92	3.149,82	24.305,67	70.666,48	711.556,04	50.082,71	-	862,54	-	152,78	-	**862.628,96**
	75100	-	10.183,59	27.834,37	41.106,60	34.258,26	56.502,85	18.705,91	5.377,80	14.315,56	-	18.908,38	46,37	**227.239,32**
	75700	-	-	17.938,06	-	-	-	-	6.346,85	6.046,66	-	115.339,12	-	**145.670,69**
	76100	-	39,94	116,60	- 4.186,62	- 2.140,49	- 299,93	- 4.477,86	- 88,69	104,86	88.753,05		-	**77.820,86**
	subttl	**-**	**213,895.27**	**584.638,41**	**859.052,03**	**717.282,98**	**1.186.259,95**	**388,346.41**	**112.845,39**	**300,731.23**	**562.620,58**	**397.075,91**	973,84	**5.323.722,00**
	71200	-	-	3.763,44	-	-		-	738,73	-	-	-	-	**4.502,17**
Res.3	71300	-	53.137,41	152.029,02	119.106,09	52.226,10	136.916,32	29.451,26	-	5.684,68	55.249,19	65.358,36	-	**669.158,43**
	71400	-	-	516,13	9.809,25	1.315,15		7.724,59	-	-	-	-	-	**19.365,12**
	71600	-	92.358,65	61.328,80	200.282,56	209.490,82	173.141,19	55.868,34	9.108,10	224,057.28	408.754,81	105.785,74	-94,52	**1.540.081,77**
	72100	-	16.932,82	18.002,09	19.027,34	1.537,29	21.055,71	16.478,38	3.814,23	6.039,18	13.643,12	13.877,93	90,35	**130.498,44**
	72200	-	-	-	-	8.661,76	1.995,84	1.248,05	-	-	-	-	-	**11.905,65**
	72300	-	-	6.043,37	2.131,87	1.640,52	-	5.624,95	5.147,50	4.252,49	11.342,27	8.837,36	-	**45.020,33**
	72400	-	-	15.956,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**15.956,76**
	72500	-	2.318,85	2.794,22	-	-	-	-	-	-	-	1.531,02	-	**6.644,09**
	72600	-	-	-	871,92	115,28	-	-	-	-	-	-	-	**987,20**
	73100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.194,31	-	-	**2.194,31**
	74200	-	2.159,09	-	1.229,98	4.131,23	-	-	-	515,47	4.569,19	2.440,34	1.565,76	**16.611,06**
	74500	-	-	7.813,44	5.323,58	10.071,01	26.780,08	4.101,98	-	-	-	2.200,16	-	**56.290,25**
	74700	-	-	-	9.492,17	-	-	2.797,46	-	-	-	-	-	**12.289,63**
	75100	-	8.345,34	13.400,68	20.577,55	17.274,53	17.994,46	6.164,74	1.198,30	12.126,21	25.829,23	10.742,47	78,08	**133.731,59**
	75700	-	-	-	43.484,58	56.301,43	-	-	5.157,83	1.974,92	20.831,21	14.818,54	-	**142.568,51**
	76100	-	- 136,17	- 53,71	- 1.210,78	751,41	- 399,99	- 141,55	- 60,30	- 132,90	- 1.578,56		-	**- 2.962,55**
	subttl	**-**	**175,115.99**	**281.594,24**	**430.126,11**	**363.516,53**	**377.483,61**	**129,318.20**	**25.104,39**	**254,517.33**	**540.834,77**	**225.591,92**	**1.596,23**	**2.804,799,32**
Res. 4	71600	-	2.334,74	4.461,56	-	396,35	633,33	347,22	- 347,22	-	-	-	-	**7.825,98**
	74200	-	-	-	1.848,84	-	-	-	-	-	-	-	-	**1.848,84**
	75100	-	116,74	223,07	92,44	19,82	31,67	17,36	- 17,36	-	-	-	-	**483,74**
	subttl	**-**	**2.451,48**	**4.684,63**	**1.941,28**	**416,17**	**665,00**	**364,58**	**- 364,58**	**-**	**-**	**-**	-	**10.158,56**
	71300	-	-	-	16.510,70	12.992,64	13.303,77	29.642,77	27.990,08	5.046,58	47.690,38	-	-	**153.176,92**
Res. 5	71600	-	1.240,98	2.237,13	746,50	5.139,56	6.489,79	-	-	-	10.674,55	-	-	**26.528,51**
	72100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**

	72300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	74200										471,98	-	-	471,98
	75100	-	62,05	111,85	862,86	906,61	989,68	1.482,14	1.399,51	252,33	3.154,44	-	-	9.221,47
	76100	-	-	-	-	- 123,21	22,98	- 212,24	-	-	-	-	-	- 312,47
	subttl	-	1.303,03	2.348,98	18.120,06	18.915,60	20.806,22	30.912,67	29.389,59	5.298,91	61.991,35	-	-	189.086,41
	71300	-	21.781,42	-	-	-	-	-	26.919,29	-	39.989,35	99.812,00	-	188.502,06
Res. 6	71600	-	8.268,70	2.789,92	441,21	32.753,38	32.270,82	63.005,78	28.783,88	- 179,11	-	-	-	168.134,58
	72100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.796,89	-	-	10.796,89
	74200	-	-	-	-	-	-	-	-	344,23	322,84	-	-	667,07
	74100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.035,78	-	44.035,78
	74500	-	-	-	-	-	-	2.310,05	-	-	-	-	-	2.310,05
	75100	-	1.502,51	139,50	22,06	1.637,66	1.613,55	3.265,80	3.383,09	8,26	2.555,47	7.287,09	-	21.414,99
	76100	-	-	- 64,52	- 11,80	519,07	-	18,85	0,78	-	- 95,92		-	366,46
	subttl	-	31.552,63	2.864,90	451,47	34.910,11	33.884,37	68.600,48	59.087,04	173,38	53.568,63	151.134,87	-	436.227,88
TOTAL GERAL		-	579,726.60	1,156,511.70	1.583.830,94	1,359,415.94	2.315.358,15	808,554.99	565.960,54	663,802.11	1.524.031,40	971.906,38	9.017,23	11.538.115,98

OBS: Para o exercício de 2020/2021 foi planejado o valor de U$ 870.901,28, correspondente ao saldo existente no Projeto PNUD BRA/08/023.

ANEXO 08

Lista de documentos, metodologias e tecnologias elaboradas pelo Projeto

De acordo ao último Informe de Progresso foram desenvolvidos os seguintes Produtos:

a) Documentos elaborados:

- Roteiro Metodológico, parcial, para elaboração de Planos de Manejo;
- Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia e da Floresta Nacional de Caxiunã;
- Mapas de paisagem natural para as 11 unidades de conservação do interflúvio Purus-Madeira (BR 319);
- Relatórios Temáticos sobre ictiofauna, avifauna, herpetofauna, uso público e mastofauna de médio e grande porte das 11 UC do Interfluvio Purus-Madeira (BR 319);
- Relatórios sobre dados secundários com 7 relatórios temáticos: meio físico, vegetação, ictiofauna, herpetofauna, mastofauna, avifauna e uso público, e de análise integrada dos dados do meio físico e biótico das 11 UC do Interflúvio Purus-Madeira;
- Relatórios com diagnóstico socioambiental referente à proposta de criação da RESEX em Magalhães Barata, de ampliação da RESEX Araí-Peroba; da RESEX em Marapanim; e da RESEX Ilha Pratiqueira (São Caetano de Odivelas),
- Documento sobre levantamento e caracterização da situação fundiária da área de interesse para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, na área de influência do complexo estuarino Piauí/Fundo/Real, no estado do Sergipe; eda área de interesse para criação da RESEX Enseada da Mata na região da Baixada Maranhense, município de Penalva, estado do Maranhão;
- Documento sobre a sistematização de informações sobre o meio natural marinho, obtidas a partir de dados secundários, para subsidiar a criação de Refúgio da Vida Silvestre na plataforma marinha de Sergipe;
- Documentos sobre a caracterização e sistematização de informações sobre a atividade pesqueira para subsidiar a criação do Monumento Natural da Pipa no município de Tibau do Sul - RN.
- Relatório sobre a sistematização de informações sobre a biodiversidade marinha no Banco dos Abrolhos, com o objetivo de identificação de áreas prioritárias para a conservação;
- Atas de Criação de Conselhos Consultivos ou Deliberativos em unidades de conservação de uso sustentável;
- Guia de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais (Gestores e Conselheiros);
- Roteiro Metodológico para o Estabelecimento do Turismo de Base Comunitária;
- Plano de Desenvolvimento Sustentável e Realização de Capacitações Técnicas na Comunidade Aratingui-Interior da APA da Barra de Mamanguape/PB
- Roteiro de validação das UC da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, relacionados ao projeto de validação dos efeitos da mudança do clima sobre a biodiversidade;
- Fichas sobre cada táxon da Ordem Xenarthra e da Ordem Primates que ocorrem no Brasil, visando subsidiar as diferentes etapas do processo de avaliação do estado de conservação desses táxons
- seguindo as categorias e os critérios da IUCN.
- Ficha de avaliação de espécies da Ordem Chelonia que ocorrem no Brasil, excetuando-se as espécies das Famílias Cheloniidae e Dermochelyidae (tartarugas marinhas) visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;
- Fichas de avaliação das espécies da Classe Actinopterygii e do Filo Cnidaria visando a avaliação dos estados de conservação, seguindo os critérios da IUCN;
- Ficha de avaliação de 400 espécies da Classe Amphibia (Ordens Gymnophiona, Anura e Urodela);
- Ficha de avaliação das espécies de Mamíferos Aquáticos com ocorrência para o Brasil, visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.

- Ficha de avaliação sobre as espécies da Ordem Perissodactyla, Artiodactyla e Chondrichthyes visando a avaliação do estado de conservação, seguindo os critérios da IUCN;
- Fichas sobre táxons das famílias Loricariidae, Crenuchidae, Cichlidae e Heptapteridae que ocorrem na bacia Amazônica brasileira, visando subsidiar as diferentes etapas do processo de avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;
- Lista de espécies em extinção avaliadas e atualizadas: 14 do Lagarto e Anfisbênias do Brasil; 79 dos Porífera; 10 das Formigas Brasileiras; e 9 dos Peixes Continentais Brasileiros;
- Plano de ação dos mamíferos do sudeste (parte I e II), decorrente da oficina de trabalho para construção da parte II do plano de ação desses mamíferos.
- Plano de Ação Nacional para a Conservação da Fauna Ameaçada por Infraestrutura Viária;
- Plano de Ação Nacional dos Elasmobrânquios (tubarões e raias) Ameaçados de Extinção;
- Plano de Ação Nacional (MAMAC), com a elaboração de 21 Espécies ameaçadas de extinções.
- Plano de Ação para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas cársticas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
- Guias de Planos de Ação sobre Espécies Ameaçadas.
- Mapas de distribuição geográfica de 330 peixes de espécies continentais que ocorrem no Brasil, visando avaliar do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;
- Mapas de distribuição geográfica de cada táxon de peixes continentais que ocorrem no Brasil, visando subsidiar a avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN;
- Mapas dos tipos fitofisionômicos originais e remanescentes da bacia hidrográfica do rio São Francisco e dos biomas Cerrado e Caatinga e de avaliação da representatividade das fitofisionomias remanescentes na bacia desses biomas;.
- Documento do Projeto Executivo e Manual de Sinalização para as unidades de conservação federais, no âmbito do Projeto Parques da Copa;
- Relatórios sobre os estudos de viabilidade econômica-financeira para delegação de serviços para as seguintes unidades de conservação federais:
  - Parque Nacional do Iguaçu - PR;
  - Parque Nacional Brasília - DF;
  - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiro/GO;
  - Parque Nacional Serra dos Órgãos;
  - Parque Nacional Serra da Canastra; e
  - Parque Nacional Marinho de Abrolhos.
- Projetos executivos de interpretação ambiental e identidade visual para as seguintes unidades de conservação fedeais:
  - Parque Nacional de Brasília/DF;
  - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO; e
  - Parque Nacional das Cavernas do Peruaçú/MG.
- Projeto executivo de exposição interpretativa para o PARNA Chapada dos Veadeiros/GO.
- Relatório consolidado do diagnóstico ambiental visando subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das 11 UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR 319);
- Relatório técnico dos dados obtidos no diagnóstico socioeconômico de famílias em uc de uso sustentável, abrigadas pelas macrorregiõesTerra do Meio, Acre, Sul do Amazonas, Salgado Paraense, Reentrâncias Maranhenses, Médio Solimões, e Litoral da Bahia, com vistas a subsidiar a articulação de políticas públicas na área de energia elétrica.
- Relatório de Mobilização e Diagnóstico Etnoambiental da Comunidade da Ilha do Arintigui.
- Diagnóstico socioeconômico do Interflúvio Purus-Madeira (BR319);
- Diagnóstico socioeconômico das UCs: REBIO do Abufari, PARNA das Nascentes do Lago Jari e PARNA do Mapinguari.

- Projeto Político Pedagógico da Floresta Nacional de Tefé.
- *Guia de Políticas Públicas para Extrativistas de UCs;*
- livreto *Estudos de caso* para promover a divulgação das experiências exitosas de inclusão produtiva em UCs de uso sustentável do bioma amazônico, assim como em licenciamento e acompanhamento processual das iniciativas de manejo florestal sustentável comunitário; e
- Relatórios de Avaliação de meio termo e da Revisão Substantiva do Projeto.

b) Tecnologias desenvolvidas:

- Base cartográfica e Sistema de Informações Geográficas-SIG para a área do Interflúvio dos Rios Purus-Madeira, para cada uma das 11 unidades de conservação federais da área de influência da BR 319;
- Desenvolvimento de estrutura de armazenamento de dados de ocorrência de espécies e de rotinas para elaboração automática de análises de dados em biodiversidade.

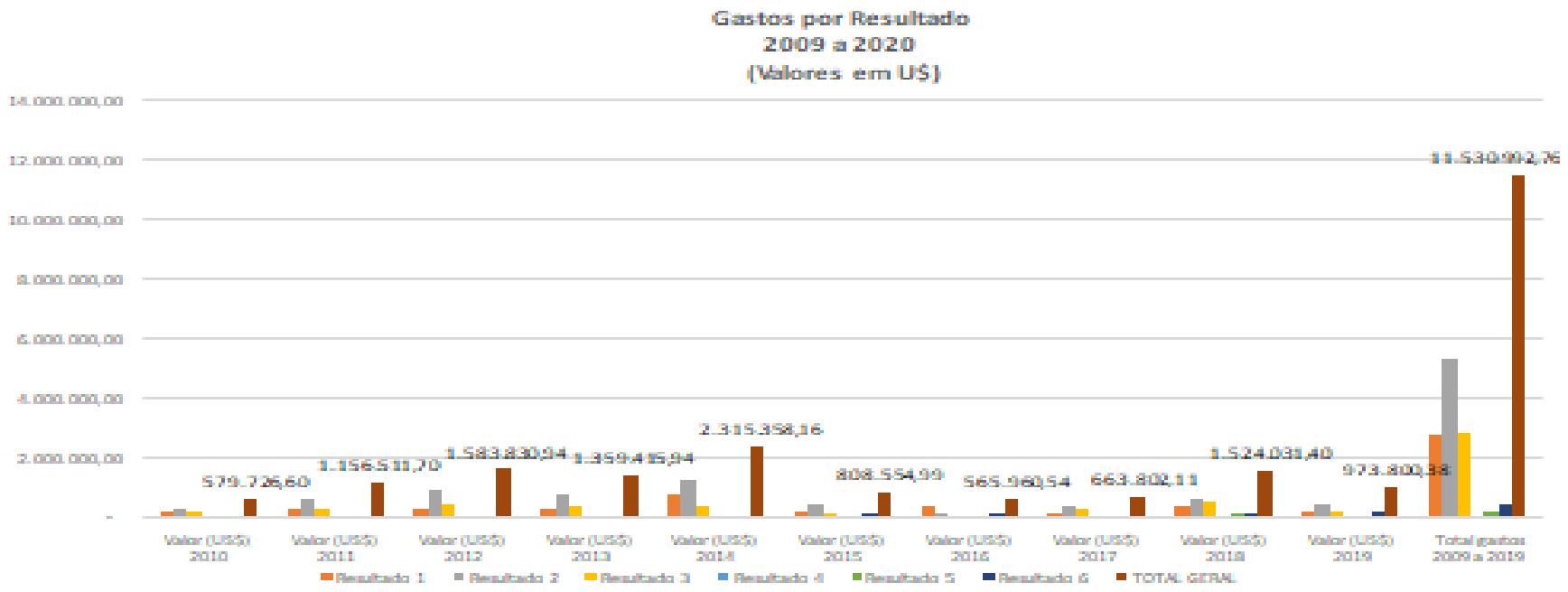
c) Metodologias definidas:

- Padrões abertos para a prática de conservação, visando aprimorar a utilização da metodologia para uso no planejamento das 11 UC do interflúvio Purus-madeira;
- Planejamento da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, com base nos diagnósticos de meio físico, biótico e socioeconômico da unidade;
- Consolidação da estratégia relativa as Oficinas de Mapeamento Participativo para os Planos de Manejo do Parque Nacional das Nascentes do Lago Jari e da Reserva Biológica Abufari em reunião de Conselheiros;
- Aplicação do método Rappam - avaliação comparada das aplicações do método nas unidades de conservação federais. Seu objetivo busca oferecer aos tomadores de decisão e formuladores de políticas relacionadas a unidades de conservação uma ferramenta simples para identificar as principais tendências e os aspectos que necessitam ser considerados para se alcançar uma melhor efetividade de gestão em um dado sistema ou grupo de áreas protegidas;
- Cadastramento de famílias e diagnóstico socioeconômico em unidades de conservação de uso sustentável com a coleta, compilação e gestão de informações cadastrais, de produção e acesso às políticas e serviços públicos, cujos dados serão atualizados em sistema desenvolvido para este fim, o SISFAMÍLIA;
- Tabulados e analisados dados de cadastro das famílias e manipulados dos dados de geoprocessamento de 83 unidades de conservação de uso sustentável com populações tradicionais, com a inserção dos dados no CAR - Cadastro Ambiental Rural, sendo este uma ferramenta fundamental de regularização ambiental de propriedades e posses rurais;
- Definição do Plano Estratégico para o Fortalecimento da mobilização comunitária e da Gestão participativa das RESEX do Rio Jutaí, RESEX do Baixo Juruá, FLONA Tefé e entornos;
- Diagnóstico das iniciativas que promovam o acesso por parte das famílias beneficiárias de RESEX, FLONA E RDS federais aos Programas de Comercialização Governamentais;
- Desenvolvimento de subsídios aos processos de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira e de elaboração de planos de ação para a recuperação de espécies ameaçadas de extinção;
- Estabelecimento de estratégias de manejo da espécie carnívora no PNSI, que garantam a sobrevivência da espécie na região;
- Curso de capacitação a distância e presencial em Educação Ambiental na gestão pública da Biodiversidade dirigido a servidores do ICMBio e a lideranças comunitárias de RESEX e RDS, a fim de criar condições cognitivas e práticas para fortalecer os espaços democráticos e de gestão participativa, conforme apregoa o SNUC;
- Planejamento, execução e avaliação do II Curso de Formação em Gestão da Biodiversi dade e Unidades de Conservação e planejamento do Curso de Gestores, resultando, dentre outros, em propostas de plano, de aula e cronograma para o referido curso;
- Capacitação de servidores em gestão socioambiental – linha de formação em gestão de conflitos e em gestão para resultados no desenvolvimento gerencial e facilitadores na sua implementação;

Capacitação de servidores na elaboração de laudos de avaliação de imóveis rurais privados inseridos em unidades de conservação federais para atendimento à demanda de desapropriação

ANEXO 9

Gastos por Resultado 2009/2020


Gastos por Resultado
2009 a 2020
(Valores em U$)
14.000.000,00
12.000.000,00
10.000.000,00
8.000.000,00
6.000.000,00
4.000.000,00
2.000.000,00
-
579.726,60
1.156.511,70
1.583.830,94
1.359.415,94
2.315.358,16
808.554,99
565.960,54
663.802,11
1.524.031,40
973.800,38
11.530.992,76
Valor (US$) 2010
Valor (US$) 2011
Valor (US$) 2012
Valor (US$) 2013
Valor (US$) 2014
Valor (US$) 2015
Valor (US$) 2016
Valor (US$) 2017
Valor (US$) 2018
Valor (US$) 2019
Total gastos 2009 a 2019
Resultado 1
Resultado 2
Resultado 3
Resultado 4
Resultado 5
Resultado 6
TOTAL GERAL

ANEXO 01

Matriz Lógica do Projeto

-MATRIZ DO PROJETO (QUADRO COMPARATIVO PRODOC ORIGINAL e REVISÃO SUBSTANTIVA A

Número do Projeto: BRA/08/023
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO: promover o fortalecimento das unidades de conservação como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade. **(MANTIDO)** **Área de abrangência do Projeto**: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, na gestão das Unidades de Conservação, comunidades com tradição extrativista, comunidades que habitam as Unidades de Conservação, prefeituras Municipais nas áreas de abrangência das Unidades de Conservação, setor privado que atua em parceria com comunidades extrativistas na produção, transformação e/ou comercialização de produtos florestais não madeireiros, Centros de Pesquisa, a população brasileira em geral, que contará com melhores serviços nas unidades de conservação e com a adequada conservação da biodiversidade e serviços ambientais propiciados pelas unidades de conservação**. (MANTIDA)**
Resultados Esperados: (MANTIDOS) 1. Unidades de Conservação Federais geridas 2. Organizações de Populações Tradicionais para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis das Unidades de Conservação Federais Fortalecidas 3. Estabelecer Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade 4. Unidades de Conservação Federais protegidas. 5. Turismo Responsável e Integrado à Diversidade Sociocultural, aos Conhecimentos Tradicionais e à Conservação da Biodiversidade, Desenvolvido. 6. Promover Capacitação para o Desenvolvimento das Ações Relacionadas às Unidades de Conservação Federais

Resultado 1. Unidades de Conservação Federais geridas

PRODUTOS ORIGINAIS (PRODOC)	ALTERAÇÕES PRODUTOS REVISÃO A 2012
Produto 1.1 - 01 Roteiro metodológico elaborado, revisado, editorado e publicado	**Produto 1.1 mantido:** 01 Roteiro metodológico elaborado, revisado, editorado e publicado
Produto 1.2 - 24 Planos de Manejo com capacitação em serviço, elaborados, revisados, monitorados e divulgados	**Produto 1.2 mantido:** 24 Planos de Manejo com capacitação em serviço, elaborados, revisados, monitorados e divulgados
Produto 1.3: 09 Estudos técnicos para definição de zonas de amortecimento em Unidades de Conservação Federais e nas suas zonas de amortecimento elaborados	**Produto 1.3 mantido:** 09 Estudos técnicos para definição de zonas de amortecimento em Unidades de Conservação Federais e nas suas zonas de amortecimento elaborados
Produto 1.4 - 09 Estudos e/ou projetos de gestão integrada (corredores ecológicos, mosaicos, gestão biorregional, gestão ecorregional), elaborados, implementados, avaliados e publicados	**Produto 1.4 mantido:** 09 Estudos e/ou projetos de gestão integrada (corredores ecológicos, mosaicos, gestão biorregional, gestão ecorregional), elaborados, implementados, avaliados e publicados.
Produto 1.5 - Estudo para identificação e proposição de modelo e metodologia para avaliação das parcerias elaborado	**Produto 1.5 mantido:** Estudo para identificação e proposição de modelo e metodologia para avaliação das parcerias elaborado
Produto 1.6 - Definir modelo e método de avaliação da efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais.	**Produto 1.6 mantido:** Definir modelo e método de avaliação da efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais.

Produto 1.7 - Sistema de monitoria da implementação das Unidades de Conservação Federais desenvolvido e implementado	**Produto 1.7 mantido:** Sistema de monitoria da implementação das Unidades de Conservação Federais desenvolvido e implementado
Produto 1.8 - 18 Projetos e/ou estudos de processo de criação, redelimitação e recategorização de Unidades de Conservação Federais elaborados.	**Produto 1.8 mantido:** 18 Projetos e/ou estudos de processo de criação, redelimitação e recategorização de Unidades de Conservação Federais elaborados.
Produto 1.9 - 03 Estudos de caracterização e diagnóstico ambiental de Unidades de Conservação Federais e/ou avaliação ecológica rápida, realizados.	**Produto 1.9 mantido:** 03 Estudos de caracterização e diagnóstico ambiental de Unidades de Conservação Federais e/ou avaliação ecológica rápida, realizados.
Produto 1.10 - 15 Unidades de Conservação Federais, mapeadas com seus limites, marcos geográficos naturais identificados.	**Produto 1.10 mantido:** Com alteração do indicador de metas: 30 Unidades de Conservação Federais, mapeadas com seus limites, uso e ocupação do solo, marcos geográficos naturais identificados.
Produto 1.11 - 12 Levantamentos de malhas fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas nas Unidades de Conservação Federais, realizados	**Produto 1.11 mantido:** 12 Levantamentos de malhas fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas nas Unidades de Conservação Federais, realizados
Produto 1.12 - 08 Levantamento de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais, elaborados.	**Produto 1.12 mantido:** 08 Levantamento de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais, elaborados.

Produto 1.13 – Projetos, estudos, execução e/ou acompanhamento de demarcação de Unidades de Conservação, apoiados.	**Produto 1.13 mantido com nova redação:** Elaboração de projetos, estudos e/ou acompanhamento de demarcação de Unidades de Conservação, apoiados.
Produto 1.14 - 07 unidades de conservação com estudos, projetos e/ou realocação da população, apoiados.	**Produto 1.14 mantido com nova redação:** 07 unidades de conservação com estudos, projetos e/ou realocação da população, apoiados.

Resultado 2. Organizações de Populações Tradicionais para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis das Unidades de Conservação Federais Fortalecidas

PRODUTOS ORIGINAIS (PRODOC)	ALTERAÇÕES NOS PRODUTOS REV A
Produto 2.1 - 45 Conselhos Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais criados ou revitalizados.	**Produto 2.1 mantido:** 45 Conselhos Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais criados ou revitalizados.

Produto 2.2 - 375 Membros dos Conselhos Deliberativos e/ou consultivos capacitados	**Produto 2.2 mantido com nova redação e alteração do indicador de metas:** 500 Membros dos Conselhos Deliberativos e/ou Consultivos capacitados.
Produto 2.3 - Manual de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais elaborado	**Produto 2.3 mantido:** Manual de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais elaborado
Produto 2.4 - 10 projetos de ecoturismo de base comunitária elaborados e implementados, e com capacitação em serviço	**Produto 2.4 mantido:** 10 projetos de ecoturismo de base comunitária elaborados e implementados, e com capacitação em serviço
Produto 2.5 - 100 Comunidades tradicionais capacitadas em associativismo, gestão de projetos produtivos e manejo de produtos não madeireiros, cadeias de valor, inclusão digital e tecnologias adaptadas.	**Produto 2.5 mantido com nova redação e alteração do indicador de metas:** 200 Comunidades tradicionais capacitadas em associativismo, gestão de projetos produtivos e manejo de produtos não madeireiros, cadeias de valor, inclusão digital e tecnologias adaptadas.

Produto 2.6 - 30 Projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar implementados em comunidades tradicionais, visando o fortalecimento de cadeias produtivas priorizadas por arranjos locais, buscando otimizar as potencialidades sociais, ambientais e econômicas melhor distribuição de renda.	**Produto 2.6 mantido:** 30 Projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar implementados em comunidades tradicionais, visando o fortalecimento de cadeias produtivas priorizadas por arranjos locais, buscando otimizar as potencialidades sociais, ambientais e econômicas melhor distribuição de renda.

Produto 2.7 - Fortalecimento de 30 Associações de Reservas Extrativistas.	**Produto 2.7 mantido:** Fortalecimento de 30 Associações de Reservas Extrativistas.
Produto 2.8 - Cadastro de beneficiários das unidades de conservação efetuado ou atualizado.	**Produto 2.8 mantido com nova redação:** Cadastro de beneficiários das unidades de conservação efetuado ou atualizado.

Resultado 3. Estabelecer Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade

PROPOSTA ORIGINAL PRODUTOS ORIGINAIS (PRODOC)	ALTERAÇÕES NOS PRODUTOS REVISÃO A
Produto 3.1 - Protocolos ou ferramentas para conservação e manejo da biodiversidade e de UCs definidos	**Produto 3.1 mantido com nova redação e indicação de metas:** Construção de 40 Protocolos ou ferramentas para conservação e manejo da biodiversidade e de UCs definidos.

Produto 3.2 - Definição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas brasileiros.	**Produto 3.2 mantido:** Definição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas brasileiros.
Produto 3.3 - Desenvolvimento de Base de dados sobre informações de biodiversidade integrada.	**Produto 3.3 mantido**: Desenvolvimento de Base de dados sobre informações de biodiversidade integrada.
Produto 3.4 - Elaboração de Planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 30% das espécies ameaçadas.	**Produto 3.4 mantido com nova redação e aumento de metas:** - Elaboração de Planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas
Produto 3.5 - Atualização da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.	**Produto 3.5 mantido:** Atualização da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.
Produto 3.6 - Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies	**Produto 3.6 mantido:** Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies

Produto 3.7 - Estruturação dos procedimentos relativos à anuência para licenciamento de empreendimentos que afetem UC"s e entorno realizadas.	**Produto 3.7 mantido com nova redação:** Estruturação dos procedimentos e 11 capacitações de Coordenações Regionais relativos à autorização para licenciamento de empreendimentos que afetem UC"s e entorno realizadas.

Resultado 4. Unidades de Conservação Federais protegidas.

PRODUTOS ORIGINAIS (PRODOC)	ALTERAÇÕES NOS PRODUTOS REVISÃO A
Produto 4.1 - 18 Projetos e/ou estudos de prevenção e combate a incêndios em unidades de conservação federais elaborados.	**Produto 4.1 mantido com nova redação e alteração de metas:** 20 Projetos e/ou estudos para a proteção ambiental das unidades de conservação federais elaborados
Produto 4.2 - Manual com normas e orientações de prevenção e combate a incêndios em unidades de conservação federais, elaborado e publicado.	**Produto 4.2 mantido:** Manual com normas e orientações de prevenção e combate a incêndios em unidades de conservação federais, elaborado, revisado, publicado e divulgado.
Produto 4.3 - Sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios em Unidades de Conservação, elaborado e implantado.	**Produto 4.3 mantido:** Sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios em Unidades de Conservação, elaborado e implantado

Produto 4.4 - 14 Projetos e/ou estudos para a proteção de Unidades de Conservação Federais elaborados.	**Produto 4.4 mantido:** 14 Projetos e/ou estudos para a proteção de Unidades de Conservação Federais elaborados
Produto 4.5 - Manual com normas e orientações para a proteção de unidades de conservação federais, elaborado, publicado e divulgado.	**Produto 4.5 mantido:** Manual com normas e orientações para a fiscalização de unidades de conservação federais, elaborado, publicado e divulgado.
Produto 4.6 - Sistema informatizado de controle e trâmite do auto de infração elaborado e implementado.	**Produto 4.6 mantido:** Sistema informatizado de controle e trâmite do auto de infração elaborado e implementado
Produto 4.7 - 11 Projetos de radiocomunicação visando a proteção para as Unidades de Conservação Federais, elaborados.	**Produto 4.7 mantido com nova redação e alteração de metas:** 11 Projetos de radiocomunicação visando a proteção para as Unidades de Conservação Federais, elaborados.
Produto 4.8 - 20 Unidades de Conservação analisadas e interpretadas quanto a variação temporal da degradação ambiental.	**Produto 4.8 mantido:** 20 Unidades de Conservação analisadas e interpretadas quanto a variação temporal da degradação ambiental.
Produto 4.9 - Desenvolver estudo técnico para gestão de monitoramento aéreo para as Unidades de Conservação Federais desenvolvido.	**Produto 4.9 mantido:** Desenvolver estudo técnico para gestão de monitoramento aéreo para as Unidades de Conservação Federais desenvolvido.

Resultado 5. Turismo Responsável e Integrado à Diversidade Sociocultural, aos Conhecimentos Tradicionais e à Conservação da Biodiversidade, Desenvolvido.

PRODUTOS ORIGINAIS (PRODOC)	ALTERAÇÕES NOS PRODUTOS REVISÃO A
Produto 5.1 - GUIA DO CHEFE para uso público contendo entre outros, normas, projetos de equipamentos facilitadores, centro de visitantes, sinalização para as Unidades de Conservação Federais, elaborado, publicado e divulgado.	**Produto 5.1 mantido:** GUIA DO CHEFE para uso público contendo entre outros, normas, projetos de equipamentos facilitadores, centro de visitantes, sinalização para as Unidades de Conservação Federais, elaborado, publicado e divulgado
Produto 5.2 - 03 Manuais com normas, orientações e definição de critérios e indicadores para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborado e publicado.	**Produto 5.2 mantido:** 03 Manuais com normas, orientações e definição de critérios e indicadores para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborados e publicados
Produto 5.3 - Plano de divulgação de visitação nas Unidades de Conservação Federais, elaborado e publicado.	**Produto 5.3 mantido:** Plano de divulgação de visitação nas Unidades de Conservação Federais, elaborado e publicado
Produto 5.4 - 09 Estudos de viabilidade econômica para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborados.	**Produto 5.4 mantido:** 09 Estudos de viabilidade econômica para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborados
Produto 5.5 - 10 Projetos e/ou estudos técnicos de uso público em Unidades de Conservação Federais e em Cavernas, elaborados.	**Produto 5.5 mantido:** 10 Projetos e/ou estudos técnicos de uso público em Unidades de Conservação Federais e em Cavernas, elaborados.
Produto 5.6 - 09 Estudos e projetos de modelagens para valoração econômica de bens e serviços ambientais,	**Produto 5.6 mantido:** 09 Estudos e projetos de modelagens para valoração econômica de bens e serviços ambientais, elaborados.

elaborados.	
Produto 5.7 - Levantamentos de identificação de potencial Turístico em 20 unidades de conservação federais, elaborados.	**Produto 5.7 mantido:** Levantamentos de identificação de potencial Turístico em 20 unidades de conservação federais, elaborados

Resultado 6. Promover Capacitação para o Desenvolvimento das Ações Relacionadas às Unidades de Conservação Federais

PRODUTOS ORIGINAIS (PRODOC)	ALTERAÇÕES PROPOSTAS NOS PRODUTOS
Produto 6.1 - Técnicos do ICMBio capacitados para a gestão participativa das Unidades de Conservação Federais.	**Produto 6.1 mantido:** Técnicos do ICMBio capacitados para a gestão participativa das Unidades de Conservação Federais
Produto 6.2 - Técnicos do ICMBio capacitados para o desenvolvimento de ações de uso público nas Unidades de Conservação Federais.	**Produto 6.2 mantido:** Técnicos do ICMBio capacitados para o desenvolvimento de ações de uso público nas Unidades de Conservação Federais.
Produto 6.3 - Técnicos do ICMBio capacitados para elaboraçao e analise de cadeias dominiais, termos de referência para levantamentos fundiários, georeferenciamento, demarcação de terras, vistorias e avaliação de imóveis rurais.	**Produto 6.3 mantido:** Técnicos do ICMBio capacitados para elaboraçao e analise de cadeias dominiais, termos de referência para levantamentos fundiários, georeferenciamento, demarcação de terras, vistorias e avaliação de imóveis rurais.

Produto 6.4 - Técnicos do ICMBio capacitados para atuarem na fiscalização e gestão de Unidades de Conservação Federais.	**Produto 6.4 mantido:** Técnicos do ICMBio capacitados para atuarem na fiscalização e gestão de Unidades de Conservação Federais.
Produto 6.5 - Servidores do ICMBIO capacitados no uso de ferramentas para conservação da biodiversidade.	**Produto 6.5 mantido:** Servidores do ICMBIO capacitados no uso de ferramentas para conservação da biodiversidade
Produto 6.6 - Servidores do ICMBIO capacitados para uso de sistemas da informação, licenciamento ambiental, projeto de pesquisa e programa de metodologia de monitoramento da biodiversidade.	**Produto 6.6 mantido:** Servidores do ICMBIO capacitados para uso de sistemas da informação, licenciamento ambiental, projeto de pesquisa e programa de metodologia de monitoramento da biodiversidade
Produto 6.7 - Tecnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios.	**Produto 6.7 mantido:** Técnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios.
Produto 6.8 - Tecnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de controle e tramite do auto de infração.	**Produto 6.8 mantido:** Técnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de controle e tramite do auto de infração.
Produto 6.9 - Monitoramento e avaliação de desempenho do projeto.	**Produto 6.9 mantido:** Monitoramento e avaliação de desempenho do projeto.

Anexo 11

Quadro comparativo de Avanços na Matriz Lógica (2009) e Revisão B (2016)

Quadro Comparativo de Progresso
Revisão A (PRODOC Original 2009 a 2012) e Revisão B (2016)

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
Resultado 1: Unidades de Conservação Federais geridas			
Produto 1.1: 01 Roteiro metodológico elaborado, revisado, editorado e publicado	**Produto parcialmente executado** O Produto, com 50% das ações prévias realizadas, deverá ser objeto de Portaria na qual serão definidas as diretrizes para elaboração de planos de manejo.		**Produto 1.1: Cancelado** As discussões sobre diretrizes para elaboração de planos de manejos serão ainda definidas posteriormente em Portaria do ICMBio.
Produto 1.2: 24 Planos de Manejo com capacitação em serviço, elaborados, revisados, monitorados e divulgados	**Produto em andamento:** 02 Planos de Manejo elaborados: Em elaboração 11 planos de manejo das Unidades de Conservação federais do interflúvio Purus-Madeira (área de influência da BR319).	**Produto 1.2:** 13 Planos de manejo elaborados e revisados.	**Mantido com nova redação e redução da meta** Redução da meta para 13 Planos de Manejo, considerando dois já realizados e a necessidade de conclusão das consultorias temáticas previstas. Os recursos são provenientes do Acordo firmado com o DNIT, para atender a elaboração de 11 Planos de Manejo das UCs Federais do Interflúvio Purus - Madeira (Rodovia Federal na Região Norte BR 319).
Produto 1.3: 09 Estudos técnicos para definição de zonas de amortecimento em Unidades de Conservação Federais e nas suas zonas de amortecimento elaborados.	**Produto não executado**.		**Produto 1.3: Cancelado.** Não houve demandas ou ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 1.4: 09 Estudos e/ou projetos de gestão integrada (corredores ecológicos, mosaicos, gestão biorregional, gestão ecorregional), elaborados, implementados, avaliados e publicados	**Produto não executado.**		**Produto 1.4: Cancelado** Não houve demandas ou ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 1.5: Estudo para identificação e proposição de modelo e metodologia para avaliação das parcerias, elaborado.	**Produto não executado.**		**Produto 1.5: Cancelado** Não houve demandas ou ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 1.6: Definir modelo e método de	**Produto parcialmente executado.**		**Produto 1.6 Cancelado** O produto foi cancelado por ter

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
avaliação da efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais.	Realizados ciclos de aplicação da ferramenta de avaliação da efetividade de gestão das UC – Rappam, em 2010.		sido concluído pelo ICMBio. Atualmente o Instituto está realizando testes piloto para nova aplicação do Rappam 2015.
Produto 1.7: Sistema de monitoria de implementação de Unidades de Conservação federais, desenvolvido e implementado.	**Produto parcialmente executado**: Discussões com a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná em Brasília-DF. Planejamento estratégico da Resex Marinha Maracanã/PA, visando definição de critérios de usuários da UC.		**Produto 1.7: Cancelado** O ICMBio desenvolveu o Sistema Integrado de Gestão Estratégica (Sige), por contrato institucional, com vistas a essa finalidade.
Produto 1.8: 18 Projetos e/ou estudos de processo de criação, redelimitação/ recategorização de Unidades de Conservação Federais elaborados.	**Produto em andamento:** Realizados 09 estudos para criação e ampliação de Unidades de Conservação.	**Produto 1.8:** 14 Projetos ou estudos para subsidiar o processo de criação, redelimitação e recategorização de Unidades de Conservação Federais, elaborados.	**Produto 1.8: Mantido com redução da meta e nova redação** Redução da meta para 14 Projetos ou estudos, considerando avaliação de demandas futuras. Serão elaborados até o final do Projeto 05 estudos.
Produto 1.9: 03 Estudos de caracterização e diagnóstico ambiental de Unidades de Conservação Federais e/ou avaliação ecológica rápida, realizados.	**Produto parcialmente executado** Realizados 02 estudos, sendo um de caracterização da APA da Serra da Mantiqueira e um diagnóstico da vegetação da EEC/CE.		**Produto 1.9 Cancelado** As demandas existentes por estudos dessa natureza vêm sendo realizados com apoio de outros recursos e do ICMBio.
Produto 1.10: 30 Unidades de Conservação Federais, mapeadas com seus limites, uso e ocupação do solo, marcos geográficos naturais identificados.	**Produto parcialmente executado:** Trabalhos desenvolvidos com certo atraso no cronograma, gerando produtos como o mapeamento de UCs.		**Produto 1.10 Cancelado e incorporado ao novo Produto 1.15** A meta inicial do Produto foi superestimada, necessitando ser reduzida para 15; bem como, foram identificadas novas abordagens para o tema pelo ICMBio.
Produto 1.11: 12 Levantamentos de malhas fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas nas Unidades de Conservação Federais, realizados.	**Produto em andamento:** Realizados 02 diagnóstico socioeconômico e fundiário de propriedades no interior do PN Mapinguari/RO, visando subsidiar o processo de regularização fundiária da UC.	**Produto 1.11** Levantamentos de malhas Fundiárias, distinguindo a dominialidade das terras inseridas em 12 Unidades de Conservação Federais, realizados.	**Produto 1.11 Mantido com nova redação** O produto foi mantido considerando 02 levantamentos concluídos, de forma finalizar os estudos e ações necessárias para regularização fundiária das UCs federais. No âmbito do Projeto, ainda existem ações e recursos, provenientes do Acordo firmado com o DNIT, para atender 11 UCs inseridas no Interflúvio

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
			Purus-Madeira (BR 319).
Produto 1.12: 08 levantamentos de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais elaborados.	**Produto em andamento:** Trabalhos desenvolvidos com certo atraso no cronograma, gerando produtos como levantamentos de terras nas UC.	**Produto 1.12:** 08 Levantamentos de terras e benfeitorias em Unidades de Conservação Federais elaborados.	**Produto 1.12 Mantido com nova redação** Com a implantação pelo ICMBio do novo sistema Sigterra, ainda deve ser realizada a incorporação de informações referentes às malhas fundiárias nas UC, enquanto base dos processos de regularização de imóveis.
Produto 1.13: Elaboração de projetos, estudos e/ou acompanhamento de demarcação de Unidades de Conservação apoiados.	**Produto parcialmente executado:** Realizados estudo e o levantamento de ocupação do solo da Resex de Soure/PA, com vistas a subsidiar o futuro planejamento da Reserva.		**Produto 1.13 Cancelado** As novas demandas de estudos e outras ações previstas nesse Produto serão realizadas com recursos do ICMBio ou com outros recursos.
Produto 1.14: 07 unidades de conservação com estudos, projetos e/ou realocação da população apoiados.	**Produto parcialmente executado** Realizados os estudos para subsidiar regularização fundiária e recuperação de áreas degradadas.		**Produto 1.14 Cancelado.** As demandas de estudos e outras ações para este Produto serão realizadas pelo ICMBio ou com outros recursos.
		Produto 1.15: Estudos para o mapeamento e georreferenciamento de limites naturais e geopolíticos em até 60 UCs realizados	**Produto 1.15 Novo** As demandas de estudos e outras ações para este Produto permitem gerar informações e dados para subsidiar o processo de gestão das UCs e operação dos Conselhos de Gestores.
Resultado 2. Organizações de Populações Tradicionais para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis das Unidades de Conservação Federais Fortalecidas			
Produto 2.1: 45 Conselhos Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais criados ou revitalizados.	**Produto em andamento:** Foram criados 25 Conselhos e 108 Conselhos em UC federais foram revitalizados, em todo o território nacional.	**Produto 2.1:** Estudos para subsidiar o processo de criação ou revitalização de 154 Conselhos Consultivos ou Deliberativos nas Unidades de Conservação Federais realizados.	**Produto 2.1 Mantido com nova redação e com alteração de meta** Altera-se a meta do produto para estudos para subsidiar ações em 154 UCs federais que terão seus Conselhos criados ou revitalizados até o término do Projeto. Esclarece-se que o produto não contempla apenas ações inerentes à criação dos Conselhos, como, também, de revitalização. A revitalização é entendida como

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
			processo de retomada de atividades nos Conselhos considerados inativos. Nestes casos, serão levados em consideração estudos para apoiar os Conselhos que foram criados, mas não conseguiram operacionalizar as ações previstas em seu regimento interno.
Produto 2.2: 500 Membros dos Conselhos Deliberativos e/ou Consultivos capacitados	**Produto em andamento** 382 Conselheiros e representantes comunitários foram capacitadas nas unidades de conservação para a gestão participativa e sustentabilidade.	**Produto 2.2:** 20 Cursos para Conselheiros e potenciais Conselheiros com foco em planejamento e gestão participativa, educação ambiental e operacionalização do Conselho, e experiência piloto em gestão participativa, realizados.	**Produto 2.2 Mantido com nova redação e alteração de metas** O indicador e a meta foram adequados para Cursos em lugar de membros do conselho, para contemplar potenciais Conselheiros e dar clareza a execução e acompanhamento na realização do Produto.
Produto 2.3: Manual de orientações para a gestão participativa em unidades de conservação federais elaborado.	**Produto concluído** Elaborado o Guia para Conselhos Gestores de Unidades de Conservação federais.		**Produto 2.3 Concluído.** A estratégia adotada pelo ICMBio conduziu à alteração do termo Manual para Guia. O Guia vem disponibilizando informações aos gestores e Conselheiros
Produto 2.4: 10 projetos de ecoturismo de base comunitária elaborados e implementados, e com capacitação em serviço.	**Produto em andamento** O GT instituído que trata do tema de TBC vem discutindo ideias e apresentou uma proposta de definição de Diretrizes Institucionais; e a proposta inicial de Metodologia para o planejamento e o estabelecimento do Turismo de Base Comunitária, nas UC Federais.	**Produto 2.4.** Estudos para subsidiar documento técnico sobre metodologia de TBC em UC federais elaborado, testados e validados em até 02 UC.	**Produto 2.4. Mantido com nova redação e redução de metas** Ainda que tenham sido realizados avanços com apoio do Projeto, a versão definitiva do Roteiro Metodológico para TBC deverá ser realizado por meio de estudos, reuniões e projeto piloto de ecoturismo de TBC, de modo a validar nacionalmente as propostas. A alteração foi feita considerando a necessidade de desenvolvimento do Roteiro Metodológico preliminarmente a elaboração de Projetos, que sucede o conjunto de Diretrizes Institucionais.

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
Produto 2.5: 200 Comunidades tradicionais capacitadas em associativismo, gestão de projetos produtivos e manejo de produtos não madeireiros, cadeias de valor, inclusão digital e tecnologias adaptadas	**Produto parcialmente concluído** Foram capacitadas 1300 pessoas em ações de manejo e beneficiamento de recursos naturais; capacitadas 780 pessoas no âmbito do Projeto Jovens Protagonistas em Resex na Região Norte; e jovens lideranças multiplicadoras para o fortalecimento e mobilização comunitária.		**Produto 2.5 Cancelado e incorporado ao Produto 2.10 e 2.11.** O Produto foi cancelado e criado o produto 2.10 em sua substituição, com desdobramentos também no produto 2.11.
Produto 2.6: 30 Projetos alternativos de geração de renda e segurança alimentar implementados em comunidades tradicionais, visando o fortalecimento de cadeias produtivas priorizadas por arranjos locais, buscando otimizar as potencialidades sociais, ambientais e econômicas melhor distribuição de renda.	**Produto parcialmente concluído** Dada continuidade a implementação de 5 projetos sobre manejo de pirarucus, de quelônios e de Tracajás, de recursos florestais madeireiros e não madeireiros.		**Produto 2.6 Cancelado e incorporado ao Produto 2.11.** O Produto foi cancelado, sendo criado o produto 2.11 em sua substituição.
Produto 2.7: Fortalecimento de 30 Associações de Reservas Extrativistas realizado	**Produto em andamento:** Operacionalizadas propostas de gestão em 11 unidades de conservação de uso sustentável; e estudos e iniciativas para criação ou funcionamento de associações ou núcleos de populações tradicionais.	**Produto 2.7:** Estudos para subsidiar ações de Associações Comunitárias em 24 Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável realizado.	**Produto 2.7 Mantido com nova redação e redução da meta.** Produto mantido com alteração de meta para 24. Já foram realizadas iniciativas em 19 UC, com previsão de mais 05 ações. A gestão das unidades de conservação necessita de estudos e conhecimentos específicos para sua elaboração em conjunto com a comunidade.
Produto 2.8: Cadastro de beneficiários das unidades de conservação efetuado ou atualizado.	**Produto em andamento:** Realizado o levantamento de dados de famílias em 77 unidades de conservação (100%) até fins de 2015. Executadas ações de cadastro e coleta de assinaturas para adesão de famílias ao Programa Bolsa Verde em 68 unidades de conservação, contemplou cerca de 17.400 famílias incluídas no programa.	**Produto 2.8:** Cadastro das famílias beneficiárias em 26 unidades de conservação federais, efetuado ou atualizado.	**Produto 2.8 Mantido com indicação de meta.** A conclusão deste produto apresenta-se como prioridade para aproximação das famílias das UCs dando-lhes acesso às políticas públicas sociais. Esse Cadastro consta como prioridade do Governo Federal e faz parte da politica de erradicação da miséria e a inclusão social, assim como a universalização do cadastramento de famílias em UC federais (Resex, RDS e

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
			Flonas. Os dados das famílias serão atualizados em sistemas desenvolvidos para este fim, o Sisfamília (ICMBio), o SISBV (MMA) e CadUnico (MDS).
		Produto 2.9: Estudos para subsidiar propostas de parâmetros, critérios, indicadores, instrumentos e mecanismos para o monitoramento e avaliação da efetividade da participação social nos Conselhos das Unidades de Conservação Federais.	**Produto 2.9 Novo** Com vistas ao melhor desempenho dos Conselhos e da participação social na gestão das UCs Federais, torna-se necessário que sejam elaborados instrumentos, indicadores e parâmetros de forma a subsidiar as ações do ICMBio para incrementar o grau da efetividade nos processos de gestão das UCs federais.
		Produto 2.10: 50 iniciativas e projetos de educação ambiental, realizadas, visando participação de comunidades tradicionais e outros atores estratégicos na gestão pública da biodiversidade.	**Produto 2.10 Novo em substituição ao 2.5.** O novo produto tem por objetivo ampliar a participação social de comunidades tradicionais e outros atores estratégicos na gestão pública da biodiversidade, por meio de: elaboração de estudos e projetos inovadores de educação ambiental.
		Produto 2.11: Estudos para subsidiar a proposição de estratégias e iniciativas piloto para aumentar a produção extrativista.	**Produto 2.11 Novo em substituição ao 2.5 e ao 2.6** Necessidade de continuidade de ações de transferência de tecnologia social para ampliar a produção extrativista previamente trabalhada.
Resultado 3. Estabelecer Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade			
Produto 3.1: 40 protocolos para conservação e manejo da biodiversidade e de UCs definidos.	**Produto Concluído:** Até 2014: foram desenvolvidos 46 Projetos de Pesquisa em conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação.		**Produto 3.1 Concluído.**
Produto 3.2: Definição de estratégia institucional para o monitoramento da biodiversidade nos biomas brasileiros.	**Produto em andamento:** Desenvolvida a estratégia para os Biomas Caatinga, Cerrado, e Marinho e Costeiro. Implantação do monitoramento da biodiversidade, como testes, em UCs dos biomas Amazônia; Cerrado e Mata Atlântica;	**Produto 3.2:** Estudos para subsidiar a definição de Estratégia Institucional para o Monitoramento da Biodiversidade nos biomas brasileiros, em articulação com o Plano	**Produto 3.2 Mantido com nova redação** Há vários avanços na estratégia articulada com o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, tendo ainda a necessidade de ampliar a implantação do programa de

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
	incluindo ações de validação dos efeitos da mudança do clima.	Nacional de Adaptação às Mudanças Climática realizados.	monitoramento *in situ* de biodiversidade nas UCs federais selecionadas.
Produto 3.3: Desenvolvimento de Base de dados sobre informações de biodiversidade integrada.	**Produto concluído:** Conclusão da base de dados sobre informações da biodiversidade integrada e lançado o portal da biodiversidade.		**Produto 3.3: Concluído** Desenvolvimento de base de dados sobre informações de biodiversidade integrada
Produto 3.4: Elaboração de Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas.	**Produto em andamento:** Realizado certo grau de aprimoramento metodológico da ferramenta com a elaboração de estudos que permitiram subsidiara revisão e atualização da Instrução Normativa ICMBio 25/2012 referente a Planos de Ação Nacionais.	**Produto 3.4:** Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas, regiões e ecossistemas abrangendo 100% das espécies ameaçadas, elaborados.	**Produto 3.4 Mantido** Há necessidade de ser dada continuidade ao Produto devido ao fato de que recentemente houve duplicação de espécies em relação à última lista de espécies ameaçadas aprovada. Nesse contexto, se configuram demandas para a continuidade de estudos que subsidiam a elaboração de Planos de Ação; assim como, realizar novo grau de aprimoramento da metodologia do PAN.
Produto 3.5: Atualização da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.	**Produto concluído.** Houve a avaliação do estado de conservação de 12.253 espécies da fauna brasileira. Foram inovadas: a análise do estado de conservação de todos os vertebrados; com a participação de centenas de pesquisadores na etapa de validação externa; e a adoção formal dos critérios da UICN.		**Produto 3.5 Concluído**
Produto 3.6: Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies.	**Produto concluído:** Realizado estudo sobre a eficiência do SNUC para a proteção de algumas espécies de vertebrados ameaçados de extinção, com analise da aplicabilidade das ferramentas utilizadas.		**Produto 3.6 Concluído.**
Produto 3.7: Estruturação dos procedimentos e 11 capacitações de Coordenações Regionais relativos à autorização para	**Não executado**. Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto.		**Produto 3.7 Cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto.

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
licenciamento de empreendimentos que afetem UCs e entorno realizadas			
		Produto 3.8: Estudos para subsidiar a proposição de metodologia para avaliação do estado de conservação de ecossistemas e das espécies exóticas invasoras quanto ao seu potencial de impacto as espécies nativas realizado.	**Produto 3.8 Novo** É extremamente necessário o desenvolvimento de uma estratégia para realização no Brasil da avaliação do estado de conservação dos ecossistemas e do grau de ameaça das espécies exóticas invasoras, em sinergia com o processo de avaliação do estado de conservação das espécies.
		Produto 3.9: Estudos para subsidiar a elaboração de Plano de Pesquisa para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, realizados.	**Produto 3.9 Novo** O plano, a ser executado até 2020 é necessário por estar sendo definido sob uma metodologia reconhecida de planejamento de programas e projetos de conservação (Padrões abertos para a prática de conservação).
		Produto 3.10: Estudos para a proposição de instrumentos para a conservação da biodiversidade, subsidiando as decisões sobre atividades antrópicas, realizadas.	**Produto 3.10 Novo** Os estudos deverão trazer inovação por meio do enfoque, que tem como base um conjunto de vetores de pressão específicos, bem como na ocorrência de espécies ameaçadas e a delimitação de áreas sensíveis para a conservação da biodiversidade.
Resultado 4. Unidades de Conservação Federais Protegidas - CANCELADO			
Produto 4.1: 20 Projetos e/ou estudos para a proteção ambiental das unidades de conservação federais elaborados.	**Produto não foi executado**		**Produto 4.1 Cancelado** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 4.2: Manual com normas e orientações de prevenção e combate a incêndios em unidades de conservação federais, elaborado, revisado, publicado e divulgado.	**Produto não foi executado**		**Produto 4.2 Cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 4.3:	**Produto não foi executado**		**Produto 4.3 Cancelado.**

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
Sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios em Unidades de Conservação, elaborado e implantado.			Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 4.4: 11 Projetos e/ou estudos para a proteção de Unidades de Conservação Federais elaborados.	**Produto não foi executado**		**Produto 4.4 Cancelado**. Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 4.5: Manual com normas e orientações para a fiscalização de unidades de conservação federais, elaborado, publicado e divulgado.	**Produto não foi executado**		**Produto 4.5 Cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 4.6: Sistema informatizado de controle e trâmite do auto de infração elaborado e implementado.	**Produto não foi executado**		**Produto 4.6 Cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 4.7: 11 Projetos de radiocomunicação visando a proteção para as Unidades de Conservação Federais, elaborados.	**Produto não foi executado**		**Produto 4.7 Cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 4.8: 20 Unidades de Conservação analisadas e interpretadas quanto a variação temporal da degradação ambiental.	**Produto não foi executado**		**Produto 4.8 cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Produto 4.9: Desenvolver estudo técnico para gestão de monitoramento aéreo para as Unidades de Conservação Federais desenvolvido.	**Produto não foi executado**		**Produto 4.9 cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto
Resultado 5. Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade, desenvolvido			
Produto 5.1: GUIA DO CHEFE para uso público contendo entre outros, normas, projetos de equipamentos facilitadores, centro de visitantes, sinalização para as Unidades	**Produto parcialmente executado.** Foi elaborado 01 Manual de Sinalização para UCs.		**Produto 5.1 Cancelado** O produto foi cancelado e criado o produto 5.8 em sua substituição

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
de Conservação Federais, elaborado, publicado e divulgado.			
Produto 5.2: 03 Manuais com normas, orientações e definição de critérios e indicadores para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborados e publicados.	**Produto Não Executado**		**Produto 5.2 Cancelado** Em 2016 foi concluído um diagnóstico e indicação de procedimentos para a realização de concessão de serviços em UCs.
Produto 5.3: Plano de divulgação de visitação nas Unidades de Conservação Federais, elaborado e publicado.	**Produto Não Executado.**		**Produto 5.3 Cancelado** O produto foi cancelado, devido à priorização de outros produtos, dado o reduzido recurso disponibilizado pelo ICMBio para tratar do tema
Produto 5.4: 09 Estudos de viabilidade econômica para concessão de serviços em Unidades de Conservação Federais, elaborados.	**Produto em andamento** Foram realizados 03 estudos de viabilidade econômico-financeira para delegação de serviços em 3 UCs.	**Produto 5.4:** 09 Estudos de viabilidade econômica para a delegação de serviços para visitação em unidades de conservação federais, realizados.	**Produto 5.4 Mantido com nova redação** Será dada continuidade ao aprimoramento do conhecimento sobre a viabilidade econômica das unidades de conservação federais, visando à delegação de serviços para visitação. Houve mudança de status de concessão de serviços para delegação de serviços
Produto 5.5: 10 Projetos e/ou estudos técnicos de uso público em Unidades de Conservação Federais e em Cavernas elaborados.	**Produto parcialmente concluído.** Implantação dos primeiros atrativos de visitação pública no PN da Chapada Diamantina Plano executivo e manual de sinalização para as unidades de conservação federal, Projeto executivo de interpretação ambiental, sinalização e identidade visual para 3 UCs.		**Produto 5.5 Cancelado** O produto desta temática já foi realizado e/ou está em realização por meio de outras fontes de recurso
Produto 5.6: 09 Estudos e projetos de modelagens para valoração econômica de bens e serviços ambientais elaborados.	**Produto não executado**. Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto.		**Produto 5.6 Cancelado** O produto foi cancelado, tendo em vista que o ICMBio está dando prioridade a outras iniciativas.
Produto 5.7: Levantamentos de identificação de potencial Turístico em 20 unidades de	**Produto não executado** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto.	**.**	**Produto 5.7 Cancelado** O produto foi cancelado por necessitar definições prévias

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
conservação federais elaborados.			sobre diretrizes para o uso público e roteiros metodológicos.
		Produto 5.8: Guias e Manuais em temas estratégicos para o uso público elaborados.	**Produto 5.8 Novo em substituição ao Produto 5.1.** Novo produto em substituição ao Produto 5.1. A alteração proposta visa adequar o produto de forma a que o ICMBio fomente a padronização de procedimentos e apóie a replicação de boas práticas com a viabilização da elaboração de Guias e Manuais Temáticos em áreas estratégicas para uso púbico.
Resultado 6. Promover Capacitação para o Desenvolvimento das Ações Relacionadas às Unidades de Conservação Federais			
Produto 6.1: Técnicos do ICMBio capacitados para a gestão participativa das Unidades de Conservação Federais.	**Produto em andamento:** Planejamento, execução e avaliação do II Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e Unidades de Conservação e planejamento do Curso de Gestores, resultando, dentre outros, em propostas de plano, de aula e cronograma para o referido curso. Capacitação de acesso de extrativistas ao Programa Nacional de Habitação Rural – 34 participantes.		**Produto 6.1 Cancelado e substituído pelo 6.10** Visando instituir no ICMBio estratégias para a implantação de mecanismos de capacitação por ensino a distância (EaD), propõe-se a elaboração de projetos pedagógicos para subsidiar a implementação posterior pelo ICMBio de cursos da capacitação de agentes públicos e privados em gestão e conservação da biodiversidade, conforme SNUC (Produto 6.10).
Produto 6.2: Técnicos do ICMBio capacitados para o desenvolvimento de ações de uso público nas Unidades de Conservação Federais.	**Produto não executado**		**Produto 6.2 Cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto.
Produto 6.3: Técnicos do ICMBio capacitados para elaboração e analise de cadeias dominiais, termos de referência para levantamentos fundiários, georreferenciamento, demarcação de terras, vistorias e avaliação de imóveis rurais.	**Produto não executado**		**Produto 6.3 Cancelado** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto.
Produto 6.4: Técnicos do ICMBio	**Produto não executado.**		**Produto 6.4 Cancelado.** Não houve demandas/ações

Revisão Substantiva "A"		Revisão "B" Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
capacitados para atuarem na fiscalização e gestão de Unidades de Conservação Federais.			desenvolvidas pelo Projeto.
Produto 6.5: Servidores do ICMBio capacitados no uso de ferramentas para conservação da biodiversidade	**Produto não executado.**		**Produto 6.5 Cancelado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto.
Produto 6.6: Servidores do ICMBio capacitados para uso de sistemas da informação, licenciamento ambiental, projeto de pesquisa e programa de metodologia de monitoramento da biodiversidade.	**Produto parcialmente executado.** Realizado **01 Curso** de Operação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio, realizado no Cepene		**Produto 6.6 Cancelado.**
Produto 6.7: Técnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de gerenciamento de ocorrências de incêndios.	**Produto não executado.** Não houve demandas/ações desenvolvidas pelo Projeto.		**Produto 6.7 Cancelado.**
Produto 6.8: Técnicos capacitados para utilização do sistema informatizado de controle e tramite do auto de infração.	**Produto parcialmente executado.** Realizada capacitação e nivelamento para a atividade de julgamento de autos de infração, visando padronização da análise do julgamento dos autos em primeira instância.		**Produto 6.8 Cancelado**
Produto 6.9: Monitoramento e avaliação de desempenho do projeto.	**Produto em andamento:** Realizada a 1ª Reunião Tripartite do Projeto com representantes do PNUD e da ABC, ocasião em que foram discutidos, dentre outros, os resultados alcançados até junho de 2013.	**Produto 6.9:** Monitoramento e avaliação de desempenho do projeto realizado.	**Produto 6.9 Mantido** O produto foi mantido, tendo em vista a necessidade de se continuar avaliando o desempenho do Projeto, mediante a contratação de consultoria.
		Produto 6.10: Estudos para subsídios metodológicos para proposição de estrutura e funcionamento para EaD elaborados	**Produto 6.10 Novo** Com a implementação deste produto, a Acadebio / CGGP contribuirá para o ensino a distância dos atores que atuam junto ao SNUC.
		Produto 6.11: Estudos e material para a realização de 06 cursos de Educação a Distância	**Produto 6.11 Novo** Com a implementação deste produto, a Acadebio / CGGP contribuirá para o ensino a

Revisão Substantiva “A”		Revisão “B” Proposta	
PRODUTO	**STATUS**	**PRODUTO**	**JUSTIFICATIVA/ OBSERVAÇÕES**
		(EaD) elaborados e validados**.**	distância dos atores que atuam junto ao SNUC.

ANEXO 12

Documentos consultados

Documentos de consultas:

- Documento de Projeto 2009 e Revisão Substantiva A, B e Revisões Gerais sucessivas
-- Relatórios de Progresso Semestrais e anuais no SIGAP;
- Relatórios de Gestão do ICMBio e do MMA 2017 a 2020
- Atas de Reuniões Tripartites;
- Listagem treinamentos e seminários do Projeto.
- Informes de Monitoramento do Projeto: Técnico, Administrativo e Financeiro.
- Listagem de Produtos e Atividades já concluídos, em forma de Tabela por ano, com o cotejamento de metas por Produto
- Informes de Desembolsos Anuais e Consolidados por: Objetivo, Resultado, Produto de acordo com o ATLAS.
- Relatório anual e final de auditoria da Cooperação (2017 a 2020)
- Organograma Unidade de operacionalização
- Organograma, estrutura administrativa e técnica e fluxograma do Projeto e ICMBio.
- Atos que modificaram estrutura e organização do ICMBio nos últimos 5 anos; número de funcionários e evolução dos consultores por Produto;
- Lista por função, nomes e datas de mudanças da Presidência, Diretorias e Coordenadorias; coordenação do Projeto (2009 a 2020).
- Lista de consultores por Resultado, produto e atividade, valor, período e resultado
- Lista de equipamentos adquiridos
- Lista de consultores da estrutura de gestão do Projeto, período de 2017-2020
- Quadro de desembolsos por Resultado e por Produto, por ano
- Consultas aos sites do ICMBio e MMA com a descrição de projetos, estratégias e políticas
- Acordos de Cooperação com o DNIT; MDS, MMA
- Trabalhos realizados por pesquisadores do ICMBio e disponibilizados nos sites de pesquisa
- Publicações do MMA e ICMBio